



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE  
NÍVEL MESTRADO**



**SUSANA MARIA ANDRADE OLIVEIRA**

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL: PROCESSOS DE AMBIENTALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SERGIPE**

**SÃO CRISTÓVÃO  
2022**

**SUSANA MARIA ANDRADE OLIVEIRA**

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL: PROCESSOS DE AMBIENTALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SERGIPE**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre pelo  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento e Meio Ambiente da  
Universidade Federal de Sergipe.

Orientador: Prof. Dr. Cae Rodrigues

**SÃO CRISTÓVÃO  
2022**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

O48a Oliveira, Susana Maria Andrade  
Administração pública e diretrizes curriculares da educação  
ambiental: processos de ambientalização na Universidade Federal de  
Sergipe: orientação de Cae Rodrigues. – São Cristóvão, 2022.  
208 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Meio ambiente) – Universidade Federal  
de Sergipe, 2022.

1. Meio ambiente. 2. Administração pública 3. Gestão ambiental. 3.  
Currículos - Avaliação. I. Rodrigues, Cae (orient.). II. Título.

CDU 658.56:577.4

**SUSANA MARIA ANDRADE OLIVEIRA**

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL: PROCESSOS DE AMBIENTALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SERGIPE**

Aprovada em: 24 de fevereiro de 2022.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe.

Banca Examinadora



---

Prof. Dr. Cae Rodrigues – Universidade Federal de Sergipe  
(Presidente - Orientador)



---

Prof. Dr. Albérico Nogueira de Queiroz – Universidade Federal de Sergipe  
(Examinador Interno)



---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Aline Lima de Oliveira Nepomuceno – Universidade Federal de Sergipe (DBI)  
(Examinador Externo)

## DECLARAÇÃO DE VERSÃO FINAL

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluído no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

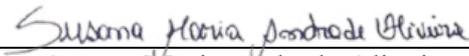


---

Prof. Dr. Cae Rodrigues Orientador  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA  
Universidade Federal de Sergipe – UFS

## CESSAO DE DIREITOS

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Dissertação e emprestar ou vender tais cópias.



---

Susana Maria Andrade Oliveira  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA  
Universidade Federal de Sergipe – UFS



---

Prof. Dr. Cae Rodrigues – Orientador  
Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA  
Universidade Federal de Sergipe – UFS

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora pela graça de estar apresentando meu trabalho de dissertação, depois de um período pandêmico tão difícil, de muitas perdas e de profundas reflexões que todos passamos. Dias solitários que, de certa forma, nos trouxeram um pouco mais para dentro de nós mesmos e nos revelaram muitas emoções, dentre elas o medo do amanhã e a esperança no amanhecer.

Agradeço a meus pais, Carolina (*in memoriam*) e José Antônio (*in memoriam*), meus maiores incentivadores e responsáveis pela pessoa que me tornei, com seus ensinamentos de amor, caráter, respeito e honestidade que sempre estiveram presentes em meu lar e farão parte de minha vida para sempre. Sei que, de onde estiverem, estarão felizes por minhas conquistas, que também são suas. Também agradeço aos meus irmãos: Maria Angélica, Carmen Lúcia, Antônio (*in memoriam*), Ana Luiza (*in memoriam*), Hélio José (*in memoriam*) e Mário Jorge, cuja amizade e o carinho sempre superaram os laços sanguíneos.

Minha gratidão aos professores do mestrado e à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, pelo compromisso com a docência e pela empatia, tão importantes no processo de ensino-aprendizagem.

Gratidão aos professores: Genésio Tâmara, Maria José Soares, Jailton Costa, Rosana Batista, Albérico Queiroz e Aline Nepomuceno pelas importantes contribuições em minha dissertação.

De forma muito especial, agradeço ao professor Cae Rodrigues, meu orientador, pessoa de saber incomparável e de uma generosidade ímpar, que esteve sempre disponível para tirar minhas dúvidas, apresentar sugestões, corrigir minhas inúmeras falhas, dentre tantas outras contribuições e ensinamentos que não tenho como relatar. Alguém que incluí em minhas orações diárias, desde a primeira reunião de orientação.

Agradeço à Universidade Federal de Sergipe, minha segunda casa, por oportunizar o meu crescimento pessoal e profissional desde 2009, quando iniciei minhas atividades como servidora da instituição.

Profunda gratidão também aos meus colegas/amigos de trabalho da Divisão de Recrutamento e Seleção de Pessoal – DIRESP e do Departamento de Recrutamento e Seleção de Pessoal – DRS, onde sempre tive incentivo, apoio e compreensão. Deixo também registrado que nesses setores encontrei amigos verdadeiros e uma segunda família.

Gratidão aos meus colegas do mestrado (turma 2020.1) pelo companheirismo e amizade que, mesmo à distância, estiveram presentes nestes dois anos de curso. Não esquecerei de cada gesto de carinho que tiveram comigo.

Por fim, um agradecimento emocionado ao meu esposo, Rogério, e à minha única e amada filha, Maria Luísa, meu maior presente e milagre de Deus, pela paciência e tolerância nos meus muitos momentos de ausência e de estresse. Vocês são incríveis!

## RESUMO

A pesquisa teve como objetivo fazer um levantamento das práticas da Universidade Federal de Sergipe (UFS) no sentido da promoção do desenvolvimento sustentável e da inserção das questões ambientais no âmbito curricular. Os objetos de estudo são a administração e a área acadêmica, envolvendo ensino, pesquisa e extensão. Para a identificação das ações administrativas e educativas desenvolvidas pela UFS no sentido das questões ambientais e os impactos promovidos por essas ações na comunidade acadêmica, buscamos: (a) avaliar o processo de incorporação dos conceitos e das orientações da A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) na gestão administrativa da UFS; (b) identificar como as questões ambientais estão sendo inseridas nos currículos dos cursos de graduação; (c) Identificar quais ações de pesquisa e extensão abordaram a questão ambiental; (d) avaliar as lacunas no processo de ambientalização da UFS, suas causas e consequências. Para a pesquisa foi utilizado o Método Estruturalista, sendo desenvolvido, fundamentalmente, de forma exploratória e explicativa a partir de uma abordagem quanti-qualitativa utilizando como técnicas a pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica foram consultados livros, publicações científicas, periódicos e artigos que permitiram uma melhor definição conceitual do objeto de estudo. Com relação à pesquisa documental foram examinados documentos oficiais da UFS que sustentaram uma análise sobre a cronologia e os métodos utilizados nos processos de ambientalização na Instituição, no período de 2010 a 2020. A pesquisa identificou ações administrativas e educativas desenvolvidas pela UFS no sentido da ambientalização analisando os impactos promovidos por essas ações na comunidade acadêmica e possibilitando possíveis comparações e transferências (não generalizações) para outros contextos.

**Palavras-chave:** Currículo. Ensino Superior. Formação Profissional. Gestão Ambiental. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

The research aimed to survey the practices of the Federal University of Sergipe (UFS) in the sense of promoting sustainable development and the inclusion of environmental issues in the curriculum. The objects of study are the administration and the academic areas, involving teaching, research, and extension. To identify the administrative and educational actions developed by UFS towards environmental issues and the impacts promoted by these actions in the academic community, we sought to: (a) evaluate the process of incorporating the A3P (Environmental Agenda in Public Administration) concepts and guidelines in the administrative management of UFS; (b) identify how environmental issues are being inserted in the curricula of undergraduate courses; (c) Identify which research and extension actions addressed environmental issues; (d) evaluate the gaps in the environmentalization processes at UFS, its causes and consequences. For the research, the Structuralist Method was used, being developed, fundamentally, as an exploratory and explanatory research following a quantitative approach, using bibliographic and documentary research as techniques. The bibliographic research was done through the analysis of books, scientific publications, and journal articles that allowed a better conceptual definition of the object of study. Regarding the documentary research, official documents from UFS were examined that supported an analysis of the chronology and methods used in the institution's environmentalization processes, in the period from 2010 to 2020. The research identified administrative and educational actions developed by UFS in the sense of environmentalization processes, analyzing the impacts promoted by these actions in the academic community, enabling possible comparisons and transfers (not generalizations) to other contexts.

**Keywords:** Curriculum. Higher Education. Professional Qualification. Environmental Management. Public Policy.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> – Cronograma de Execução do Eixo Estruturante: Responsabilidade Socioambiental–PDI (2010-2014).....	68
<b>Quadro 02</b> – Ações de sustentabilidade e qualidade de vida nos campi da UFS.....	71
<b>Quadro 03</b> – Eixos norteadores do PLS (2013-2016).....	73
<b>Quadro 04</b> – Levantamento das Resoluções CONEPE, cujo conteúdo estivesse relacionado à Resolução CNE/CP nº 02, de 15/06/2012.....	87
<b>Quadro 05</b> – Relação de cursos com Projetos Pedagógicos reformulados a partir da Resolução CNE/CP nº 02, de 15/06/2012.....	87
<b>Quadro 06</b> – Disciplinas ofertadas pelos departamentos relacionadas com questões ambientais.....	90
<b>Quadro 07</b> – Número total de ações de extensão cadastradas por ano e número de ações cadastradas na área Temática “Meio Ambiente”.....	95
<b>Quadro 08</b> – Distribuição dos proponentes dos cursos, eventos e projetos de extensão cadastrados no período de 2010 a 2020 na área de Meio Ambiente.....	96
<b>Quadro 09</b> – Número de projetos cadastrados na área de Meio Ambiente.....	100

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01</b> – Resoluções pesquisadas x Resoluções de EA.....	86
<b>Gráfico 02</b> – Disciplinas pesquisadas x Disciplinas EA.....	92
<b>Gráfico 03</b> – Ações de extensão cadastradas: Quantidade total X Quantidade na área de Meio Ambiente.....	95
<b>Gráfico 04</b> – Pesquisas: ocorrências por palavras-chave.....	101

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> – Os cinco eixos temáticos prioritários da A3P.....	48
<b>Figura 02</b> – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	49
<b>Figura 03</b> – Diagrama circular das características de um currículo ambientalizado (Rede ACES).....	53
<b>Figura 04</b> – Visão ampliada do processo de ambientalização nas instituições de Educação Superior.....	55
<b>Figura 05</b> – Foto da Construção da Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos.....	59
<b>Figura 06</b> – Foto atual da Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos – Prédio da Reitoria.....	59
<b>Figura 07</b> – Organograma da Área Administrativa da UFS.....	61
<b>Figura 08</b> – Foto panorâmica do Departamento de Engenharia Elétrica com as instalações de placas fotovoltaicas.....	78
<b>Figura 09</b> – Foto panorâmica da BICEN com as instalações de placas fotovoltaicas.....	78
<b>Figura 10</b> – Foto panorâmica da Didática V com as instalações de placas fotovoltaicas.....	78
<b>Figura 11</b> – Foto panorâmica do ambulatório do HU com as instalações de placas fotovoltaicas.....	79
<b>Figura 12</b> – Foto panorâmica do Centro de Simulações de Lagarto com as instalações de placas fotovoltaicas.....	79
<b>Figura 13</b> – Organograma da Área Acadêmica da UFS.....	84

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACES	Ambientalização Curricular do Ensino Superior
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ARIUSA	Alianza de Redes Iberoamericanas de Universidades por La Sustentabilidad y el Ambiente
AUDINT	Auditoria Interna
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BICEN	Biblioteca Central
CAEFI	Coordenação de Custos e Avaliação Econômico-Financeira
CAEX	Coordenação de Atividades de Extensão
CAMPUSSER	Campus do Sertão
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CARE	Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju
CCAA	Centro de Ciências Agrárias Aplicadas
CCBS	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCET	Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CECAC	Centro de Extensão Cultural e Atuação Comunitária
CECH	Centro de Educação e Ciências Humanas
CEMP	Centro de Empreendedorismo
CENEUFS	Coordenação da Central de Estágios
CESAD	Centro de Educação Superior a Distância
CGU	Controladoria Geral da União
CICE/LSA	Comissão Interna de Conservação de Energia, de Logística Sustentável e Automação
CINTEC	Coordenação de Inovação e Transferência de Tecnologia
CISA	Comitê de Infraestrutura, Segurança e Sustentabilidade Ambiental
CISAP	Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública
CNE	Conselho Nacional de Educação

CODAE	Coordenação de Assistência e Integração do Estudante
CODAP	Colégio de Aplicação
COGEPRO	Coordenação de Gestão e Programação Orçamentária
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONEPE	Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão
CONSU	Conselho Universitário
COPAC	Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica
COPEC	Coordenação de Programas, Convênios e Contratos
COPEP	Coordenação de Pesquisa
COPGD	Coordenação de Pós-Graduação
COPRE	Coordenação de Promoções Culturais e Esportivas
CORED	Coordenação de Redes
CORI	Coordenação de Relações Internacionais
COORES	Cooperativa de Reciclagem do Bairro Santa Maria
COSINT	Coordenação de Sustentabilidade Institucional
COSUP	Coordenação de Suporte
COVID	Corona Virus-Disease
CRU	Campus Rural
CTSA	Coordenação de Tecnologias Sociais e Ambientais
CULTART	Centro de Cultura e Arte
DAA	Departamento de Administração Acadêmica
DAAS	Departamento de Assistência ao Servidor
DACI	Departamento de Administração de Itabaiana
DAD	Departamento de Administração
DARQ	Departamento de Arqueologia
DAU	Departamento de Arquitetura e Urbanismo
DAVD	Departamento de Artes Visuais e Design
DBCI	Departamento de Biociências
DBI	Departamento de Biologia
DCC	Departamento de Ciências Contábeis
DCCI	Departamento de Ciências Contábeis de Itabaiana
DCEM	Departamento de Ciências e Engenharia de Materiais
DCF	Departamento de Ciências Florestais

DCI	Departamento de Ciência da Informação
DCNEA	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental
DCOMP	Departamento de Computação
DCOS	Departamento de Comunicação Social
DCS	Departamento de Ciências Sociais
DDA	Departamento de Dança
DDI	Departamento de Direito
DDMA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
DDRH	Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos
DEA	Departamento de Engenharia Agrônoma
DEACON	Departamento de Asseio e Conservação
DEAGRI	Departamento de Engenharia Agrícola
DEAM	Departamento de Engenharia Ambiental
DEAPE	Departamento de Apoio Pedagógico
DEC	Departamento de Engenharia Civil
DECAT	Departamento de Estatística e Ciências Atuariais
	Diretoria de Editoração, Comunicação Institucional e Produção
DECAV	Audiovisual
DECEM	Departamento de Ciência e Engenharia de Materiais
DECO	Departamento de Ecologia
DED	Departamento de Educação
DEDI	Departamento de Educação de Itabaiana
DEE	Departamento e Economia
DEF	Departamento de Educação Física
DEFIN	Departamento de Recursos Financeiros
DEL	Departamento de Engenharia Elétrica
DELIB	Departamento de Licenciaturas e Bacharelado
DELSEG	Departamento de Logística e Segurança
DEN	Departamento de Enfermagem
DENL	Departamento de Enfermagem de Lagarto
DEPAQ	Departamento de Engenharia de Pesca e Aquicultura
DEPRO	Departamento de Engenharia de Produção
DEQ	Departamento de Engenharia Química

DESL	Departamento de Educação em Saúde
DFA	Departamento de Farmácia
DFAL	Departamento de Farmácia de Lagarto
DFCI	Departamento de Física de Itabaiana
DFI	Departamento de Física
DFL	Departamento de Filosofia
DFO	Departamento de Fonoaudiologia
DFOL	Departamento de Fonoaudiologia de Lagarto
DFS	Departamento de Fisiologia
DFT	Departamento de Fisioterapia
DFTL	Departamento de Fisioterapia de Lagarto
DGASET	Departamento de Gestão Ambiental e Segurança do Trabalho
DGE	Departamento de Geografia
DGEI	Departamento de Geografia de Itabaiana
DGEOL	Departamento de Geologia
DHI	Departamento de História
DIARVIS	Divisão de Artes Visuais
DICOF	Divisão de Construção e Fiscalização
DIDEP	Divisão de Desenvolvimento de Pessoal
DIGEA	Divisão de Gerenciamento Ambiental
DIPRO	Divisão de Projetos
DISET	Divisão de Segurança do Trabalho
DLES	Departamento de Letras Estrangeiras
DLEV	Departamento de Letras Vernáculas
DLI	Departamento de Letras de Itabaiana
DMA	Departamento de Matemática
DMAI	Departamento de Matemática de Itabaiana
DME	Departamento de Medicina
DMEC	Departamento de Engenharia Mecânica
DMEL	Departamento de Medicina de Lagarto
DMO	Departamento de Morfologia
DMS	Departamento de Museologia
DMV	Departamento de Medicina Veterinária

DMU	Departamento de Música
DNUT	Departamento de Nutrição
DNUTL	Departamento de Nutrição de Lagarto
DOD	Departamento de Odontologia
DOFIS	Departamento de Obras e Fiscalização
DOL	Departamento de Odontologia de Lagarto
DP	Departamento de Pessoal
DPS	Departamento de Psicologia
DQCI	Departamento de Química de Itabaiana
DQI	Departamento de Química
DRI	Departamento de Relações Internacionais
DRM	Departamento de Recursos Materiais
DRS	Departamento de Recrutamento e Seleção de Pessoal
DSE	Departamento de Secretariado Executivo
DSI	Departamento de Sistema de Informação
DSS	Departamento de Serviço Social
DTA	Departamento de Tecnologia de Alimentos
DTE	Departamento de Teatro
DTOL	Departamento de Terapia Ocupacional de Lagarto
DTUR	Departamento de Turismo
DZO	Departamento de Zootecnia
EA	Educação Ambiental
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GEEAS/UNIVALI	Grupo de Pesquisa Educação, Estudos Ambientais e Sociedade da Universidade do Vale do Itajaí
GEPEASE	Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental
GR	Gabinete do Reitor
GVR	Gabinete do Vice-Reitor
HU	Hospital Universitário

HUL	Hospital Universitário de Lagarto
HVU	Hospital Veterinário Universitário
IES	Instituições de Ensino Superior
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INFRAUFS	Superintendência de Infraestrutura
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISO	International Organization for Standardization
ISSO	International Organization for Standardization
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPOG	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
NBR	Norma Brasileira
NEAGROS	Núcleo de Graduação em Agroindústria do Sertão
NEAS	Núcleo de Engenharia Agrônômica do Sertão
NECATS	Núcleo de Educação em Ciências Agrárias e da Terra
NEREN	Programa de Pós-Graduação em Agrossistemas
NGA	Núcleo de Gestão Ambiental
NGCR	Núcleo de Graduação em Ciências da Religião
NMVS	Núcleo de Medicina Veterinária do Sertão
NUPEG	Núcleo de Petróleo e Gás
NTI	Núcleo de Tecnologia e Informação
NUPETRO	Núcleo de Engenharia de Petróleo
NZOS	Núcleo de Zootecnia do Sertão
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PGE	Procuradoria Geral
PLS	Plano de Logística Sustentável
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental

PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNMC	Política Nacional de Mudanças Climáticas
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
POSGRAP	Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
PPEC	Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação
PPGCINE	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cinema
PPGECIA	Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Ciências Ambientais
PPGPI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Propriedade Intelectual
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PRODEMA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
PROEST	Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
PROEX	Pró-Reitora de Extensão
PROF-CIAMB	Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Ciências Ambientais
PROFIAP	Programa de Pós-Graduação em Administração Pública
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROPEC	Programa de Pós-Graduação em Economia
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
PRORH	Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos
RAINT	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
REASE	Rede de Educação Ambiental de Sergipe
REAsul	Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental
RESUN	Restaurante Universitário
REUFS	Sistema de Refeitórios
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RUPEA	Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis
SAA	Subsistema de Administração Acadêmica
SAG	Subsistema de Administração Geral
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SEMOP	Setor de Movimentação de Processos

SIGAA	Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas
SIGRH	Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos
SINAE	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SURE	Sistema Universitário de Rádios Educativas
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNAI	United Nations Academic Impact
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNITRABALHO	Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>28</b>
<b>2.1 Procedimentos Metodológicos.....</b>	<b>29</b>
<b>3 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROCESSOS DE AMBIENTALIZAÇÃO.....</b>	<b>33</b>
<b>4 PROCESSOS DE AMBIENTALIZAÇÃO E SUAS VÁRIAS DIMENSÕES.....</b>	<b>44</b>
<b>4.1 Ambientalização no Serviço Público.....</b>	<b>47</b>
<b>4.2 A ambientalização curricular no Ensino Superior.....</b>	<b>50</b>
<b>5 GESTÃO SOCIOAMBIENTAL - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA UFS.....</b>	<b>58</b>
<b>5.1 Breve histórico da UFS.....</b>	<b>58</b>
<b>5.2 A UFS e a agenda ambiental na administração pública.....</b>	<b>61</b>
<b>5.3 UFS Ambiental.....</b>	<b>63</b>
<b>5.4 Planos de trabalho desenvolvidos pela UFS.....</b>	<b>65</b>
<i>5.4.1 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).....</i>	<i>65</i>
<i>5.4.1.1 PDI/UFS – 2010 a 2014.....</i>	<i>67</i>
<i>5.4.1.2 PDI/UFS – 2016 a 2020.....</i>	<i>70</i>
<i>5.4.2 Plano de Logística Sustentável – PLS (2013 a 2016).....</i>	<i>73</i>
<b>5.5 Relatórios de Gestão.....</b>	<b>75</b>
<b>5.6 Auditoria Interna da UFS.....</b>	<b>80</b>
<b>5.7 Outras ações de ambientalização.....</b>	<b>81</b>
<b>6 AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR - GESTÃO ACADÊMICA DA UFS...</b>	<b>84</b>
<b>6.1 Ensino - Cursos de graduação.....</b>	<b>86</b>
<b>6.2 Ações de Extensão.....</b>	<b>94</b>
<i>6.2.1 Sala Verde.....</i>	<i>98</i>
<i>6.2.2 Coordenação de Tecnologias Sociais Ambientais (CTSA).....</i>	<i>99</i>
<b>6.3 Pesquisa.....</b>	<b>100</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	109
<b>APÊNDICE A</b> – Lista do Estado da Arte.....	116
<b>APÊNDICE B</b> – Lista de disciplinas relacionadas à EA ofertadas pelos departamentos/núcleos da UFS.....	118
<b>APÊNDICE C</b> – Lista de ações de extensão cadastradas na área “Meio Ambiente” e seus proponentes.....	143
<b>APÊNDICE D</b> – Lista de pesquisas filtradas a partir de palavras-chave.....	162
<b>APÊNDICE E</b> – Lista de grupos de pesquisa com abordagem ambiental e seus Coordenadores.....	187
<b>ANEXO A</b> – Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012.....	191
<b>ANEXO B</b> – Portaria nº 326, de 23 de julho de 2020.....	198
<b>ANEXO C</b> – Portaria nº 0420/GR/UFS, de 23 de fevereiro de 2012.....	205

## 1 INTRODUÇÃO

Falar em sustentabilidade nos parece algo bem recente, mas segundo Boff (2012), o termo surgiu na Alemanha em 1560, na Província da Saxônia, relacionado ao uso racional das florestas e de sua manutenção. Entretanto, os debates sobre este assunto foram intensificados a partir da percepção de finitude dos recursos naturais, mais precisamente, a partir da Segunda Guerra Mundial, que durou de 1939 a 1945, cujos reflexos são percebidos até hoje.

De maneira ampla, trata-se do reconhecimento de uma crise socioambiental global. Sendo os recursos naturais finitos, o ser humano contemporâneo precisa encontrar formas de prover suas necessidades individuais e coletivas sem prejudicar a manutenção das necessidades das gerações futuras. Segundo Hirooka (2003), a maneira como um ambiente é explorado e modificado precisa levar em conta a estrutura do recurso, as estratégias para otimização desses recursos, com a escolha de um comportamento eficiente que mantenha equilibrado o ecossistema.

Como recurso para administrar as atividades econômicas e sociais de forma a promover a sustentabilidade, é preciso incluir em nossos estudos as propostas da gestão ambiental. A gestão ambiental está intimamente relacionada à gestão da qualidade, utilizando como suporte um conjunto de instrumentos e programas que provoquem um processo de mudança organizacional e de melhoria contínua da qualidade ambiental. Havendo, portanto, uma estreita relação entre a gestão ambiental, a ciência administrativa e a gestão da qualidade e das organizações (SHIGUNOV NETO; CAMPOS; SHIGUNOV, 2009). A gestão ambiental, portanto, constitui uma atividade voltada à formulação de princípios e diretrizes, à estruturação de sistemas gerenciais e à tomada de decisões que tem por objetivo promover o uso, o controle, a proteção e a conservação do meio ambiente, bem como a redução de custos, tudo com vistas ao desenvolvimento sustentável (LANNA, 2000).

Para que exista um controle e fiscalização das ações de sustentabilidade, precisamos associar a gestão ambiental às políticas públicas e à legislação ambiental vigente. A aplicabilidade delas exige revisão de conceitos e paradigmas, implementação de práticas de sustentabilidade e conservação ambiental, avaliação de condutas arraigadas culturalmente e disseminação do conhecimento através do processo educativo da sociedade. Em grande parte, é esse último ponto, da disseminação do conhecimento a partir de processos educativos, que está associado a como o ser humano constrói seu *habitus* ecológico, internalizando conceitos e práticas importantes para a consciência ecológica (CARVALHO; STEIL, 2009).

A Educação Ambiental (EA) tem fundamental importância para que as ações de sustentabilidade ocorram, tendo o compromisso de promover mudanças de valores, atitudes e comportamentos para a construção de uma sociedade comprometida com os princípios da justiça ambiental. Buscando despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, a EA constrói e dissipa uma linguagem que objetiva contribuir para o desenvolvimento de uma consciência crítica e para o enfrentamento das questões ambientais e sociais (MOUSINHO, 2003).

O atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista atingiu, nesse sentido, patamares de destruição ambiental não experimentados em nenhuma outra fase da história da humanidade. Nessa direção, a Educação Ambiental (EA) passou a ser apresentada como uma importante estratégia para a formação de indivíduos partícipes na construção de uma sociedade sustentável, socialmente justa e ecologicamente equilibrada (NEPOMUCENO, 2017, p. 15).

A adoção de ações ambientais pode garantir, a médio e longo prazo, um planeta em boas condições para o desenvolvimento das diversas formas de vida, inclusive a humana. Assegurar os recursos necessários para as próximas gerações, possibilitando a manutenção dos recursos naturais (florestas, matas, rios, lagos, oceanos), garantindo-lhes qualidade de vida é um dos principais objetivos da EA (KRAEMER, 2010).

No Brasil, a EA instituiu-se, oficialmente, em 1973, com a criação da Secretária Especial de Meio Ambiente (SEMA). Uma de suas atribuições foi a de promover “o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente” (BRASIL, 2005, p. 22).

A Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) foi outro passo importante para a institucionalização da EA no Brasil. Criada em 1981, estabeleceu a necessidade de inclusão da EA em todos os níveis de ensino, além da educação da comunidade, capacitando-a para a defesa do meio ambiente. A Constituição Federal, em 1988, em seu inciso VI do artigo 225, reforça a necessidade da conscientização pública na preservação do meio ambiente, assim como em promover a EA em todos os níveis de ensino (BRASIL, 2005). Contudo, foi em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), que a EA foi reconhecida como um dos instrumentos mais importantes para o desenvolvimento da sustentabilidade, conceito adotado como estratégia para promoção de ações que visam a proteção dos recursos naturais (BRASIL, 2007).

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, dispõe especificamente sobre a EA e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) como componente essencial e permanente

da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. Para nortear a aplicação da Lei 9.795/99, foi publicada a Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA, que precisam ser observadas pelas instituições de Educação Básica e de Educação Superior. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96), a Educação Básica engloba a Educação Infantil, o Ensino Fundamental (obrigatório de nove anos) e o Ensino Médio. Sob a perspectiva da Lei 9.795/99, a EA precisa estar presente em todas as fases da educação formal, desde os primeiros anos, culminando com a graduação.

Dentro dessa perspectiva reconhecemos o papel da universidade na formação do cidadão, lhe proporcionando acesso ao conhecimento e à informação, apresentando-lhe uma visão de futuro que não pode estar dissociada do desenvolvimento sustentável, seja em qualquer área de atuação ou profissão. Assim, “A ambientalização curricular compreende a inserção de conhecimentos, de critérios e de valores sociais, éticos, estéticos e ambientais nos estudos e currículos universitários, no sentido de educar para a sustentabilidade socioambiental” (GUERRA; FIGUEIREDO, 2014, p.111). Para tanto, a ambientalização de currículos no Ensino Superior não pode estar em desacordo com as ações administrativas ou restrita apenas à graduação. Precisa envolver, de forma sistemática, todos os espaços que contribuem para o saber no ambiente universitário, construindo um elo de interação.

A discussão sobre questões ligadas à sustentabilidade e ao meio ambiente é um campo que deve ser examinado através de diversas perspectivas, sobretudo quando se trata de propostas que impliquem em reestruturação na dinâmica das instituições e da comunidade em geral. A complexidade do tema exige a contribuição de diferentes setores e áreas de forma interdisciplinar para que ações de sustentabilidade possam ser adotadas e utilizadas com eficiência e eficácia. Dessa forma, além do que preconizam a Lei 9.795/99 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA nos currículos, precisamos estar atentos às ações de sustentabilidade e de conservação ambiental na gestão administrativa. Nessa perspectiva, tomaremos como base o documento formulado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) chamado Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que surgiu como proposta de apresentar procedimentos de sustentabilidade para promover a responsabilidade nas atividades do setor público.

Esses documentos justificam os objetivos desse estudo. Considerando a importância de um processo de ambientalização integrado dentro do espaço universitário, esta pesquisa tem como proposta apresentar um levantamento das práticas de ambientalização na Universidade Federal de Sergipe, no sentido da promoção de uma gestão para o

desenvolvimento sustentável e da inserção das questões ambientais nos currículos. Estas práticas devem estar alinhadas à A3P e às Diretrizes Curriculares da EA. Os objetos de estudo são a gestão administrativa e a área acadêmica, envolvendo ensino, pesquisa e extensão.

Para definirmos o nosso recorte temporal, dentro dos 52 anos de existência da Universidade Federal de Sergipe (UFS), foi necessário fazer um levantamento prévio do comportamento da instituição em relação às questões ambientais. Mesmo encontrando algumas ações pontuais quanto à ambientalização, como, por exemplo, a criação da “UFS Ambiental” em 2012, identificamos que a instituição só assinou o termo de adesão da A3P em 2015. Outro fato que influenciou o nosso recorte temporal foi a publicação da Resolução CNE/CP nº 02, de 15/06/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA, documento necessário para a definição de como o processo de ambientalização deve ocorrer nos currículos (Anexo A). A partir dessa análise inicial, compreendemos que uma pesquisa contemplando, pelo menos, o período de 2010 a 2020, pode representar de maneira significativa a trajetória da UFS no processo de ambientalização.

O objetivo geral do trabalho é identificar as ações administrativas e educativas desenvolvidas pela UFS para tratar das questões ambientais e os impactos promovidos por essas ações na comunidade acadêmica. Com esse intuito, avaliamos o processo de incorporação dos conceitos e das orientações da A3P na gestão administrativa da UFS; identificamos como as questões ambientais estão sendo inseridas nos currículos dos cursos de graduação; identificamos quais ações de pesquisa e extensão abordaram a questão ambiental; e avaliamos as lacunas no processo de ambientalização da UFS, suas causas e consequências.

Consideramos como ações administrativas os atos implementados pelos gestores, no sentido de manter o funcionamento e o desenvolvimento da instituição. A exemplo, podemos citar a otimização dos recursos naturais e a utilização e descarte de material de expediente, de material de limpeza e conservação; a utilização de recursos naturais (água, energia elétrica, solo); a coleta seletiva e o destino do lixo produzido. Também podemos considerar como ações administrativas os acordos e convênios firmados com outras instituições, governamentais ou não, que estejam relacionadas com os processos de ambientalização na gestão da UFS.

Como ações educativas, no âmbito da EA, consideramos aquelas elaboradas com o objetivo específico de trazer aprendizado sobre as questões ambientais. Na área administrativa, essas ações podem ocorrer através de programas de capacitação (palestras, cursos, congressos, distribuição de cartilhas, panfletos, cartazes, atividades recreativas, etc.).

Na área acadêmica, foi avaliada a inserção da temática ambiental nos currículos das graduações, bem como nas ações de pesquisa e extensão.

A escolha do tema não se deu de maneira aleatória. Sou servidora da UFS desde 2009 e sempre tive uma preocupação particular com as contribuições que a instituição pode oferecer à comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Logo, a pesquisa é fruto de um processo de inquietação e de reflexão sobre como a UFS, referência no Ensino Superior no Estado de Sergipe, tem se portado diante dos problemas ambientais e do compromisso à sustentabilidade, que é esperado de uma instituição de ensino. Sendo assim, nossa questão norteadora foi: como a UFS tem contribuído para que as questões ambientais sejam conhecidas e tratadas de forma ampla dentro do espaço universitário?

Diante de uma vasta gama de informações e elementos envolvidos em um processo de ambientalização, após a definição de nossos objetos de estudo e do espaço temporal, definimos o *corpus* de análise (conjunto de textos, documentos e dados para análise e construção da dissertação). Para obter resultados válidos e confiáveis é preciso fazer uma seleção e delimitação rigorosa no *corpus* de análise (MORAES, 2003). Utilizamos para nossa análise documentos oficiais da UFS (Projetos Pedagógicos, Resoluções, Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI, Relatórios de Gestão), além dos registros disponíveis no site e nos Sistemas Integrados da Instituição (SIGAA, SIPAC e SIGRH). O referencial teórico que dialoga com a análise empírica é fruto da leitura de livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos que legislam sobre as questões ambientais no País (Leis, Decretos, Resoluções, Programas). Dessa forma, a pesquisa se caracteriza como exploratória e explicativa, fundamentada na pesquisa bibliográfica e documental.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiro detalhamos a metodologia e os procedimentos metodológicos adotados para a construção e desenvolvimento da pesquisa. A partir daí, a dissertação está formatada em quatro capítulos, com as seguintes propostas: (a) descrever mais detalhadamente a legislação brasileira que aborda as questões ambientais, como instrumento de normatização, seja para estabelecer práticas de conduta na administração pública ou para inclusão da problemática no âmbito da educação formal, analisando como cada documento contribui para o potencial desenvolvimento de processos de ambientalização em instituições públicas e no Ensino Superior; (b) aprofundar os conceitos de ambientalização: ambientalização no serviço público, influenciado pelas sugestões da A3P; ambientalização curricular influenciada pela Rede ACES e outros referenciais, principalmente do Norte-Global, complementando a análise mais focada em indicadores do Sul-Global da Rede ACES; a partir desse aprofundamento teórico, identificaremos quais seriam as

potenciais contribuições desses indicadores para a análise dos processos de ambientalização curricular na UFS; (c) delinear os processo de ambientalização na UFS no período de 2010 a 2020, apresentando a gestão ambiental na área administrativa a partir da análise das propostas dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs), do Plano de Logística Sustentável (PLS), fazendo um contraponto com os Relatórios de gestão e Relatórios Anuais de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), com as ações do programa UFS Ambiental e com as contribuições da A3P; (d) analisar o histórico da UFS na área acadêmica em relação à inclusão das questões ambientais nos cursos de graduação, nas ações de extensão e na pesquisa, novamente considerando o recorte temporal da pesquisa.

Os resultados finais da pesquisa poderão fomentar a inclusão e manutenção de ações socioambientais, democratizando a utilização de recursos naturais de forma sustentável, estimulando melhorias na política de planejamento e gestão ambiental, bem como na incorporação das questões ambientais nos currículos da graduação e nas atividades de pesquisa e extensão da universidade, possibilitando, ainda, possíveis comparações e transferências (não generalizações) para outros contextos.

## 2 METODOLOGIA

O método de pesquisa escolhido foi o Estruturalista, baseado no modelo de Claude Lévi-Strauss. O Estruturalismo está voltado para o todo e para o relacionamento das partes na constituição do todo. Segundo Lakatos e Marconi (2017), no método Estruturalista, não se analisam os elementos de forma individualizada, mas as relações entre eles para encontrar a verdadeira significação.

Os tipos de pesquisa utilizados foram:

- ▶ Quanto aos objetivos: exploratória e explicativa.

A pesquisa exploratória tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento. Em complemento, a pesquisa explicativa identifica os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, explica a razão das coisas.

- ▶ Quanto à forma de abordagem: quantitativa e qualitativa.

A pesquisa qualitativa tem como principal objetivo interpretar o fenômeno que observa. Promove a descoberta, descrição, compreensão e interpretação. A pesquisa quantitativa permite o tratamento dos dados coletados utilizando análises estatísticas. A combinação dessas duas formas de abordagem possibilita a apresentação e análise dos resultados da pesquisa numa perspectiva mais aprofundada, com clareza e precisão.

- ▶ Quanto à natureza: aplicada.

A pesquisa aplicada é útil quando desejamos encontrar soluções para problemas cotidianos e tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática.

As técnicas de pesquisa utilizadas foram:

- ▶ Pesquisa bibliográfica, através de buscas em publicações científicas, periódicos, livros, artigos. Gil (2002) fundamenta que a pesquisa bibliográfica tem o cunho de estudos exploratórios ou descritivos e considera que a pesquisa bibliográfica promove um grande alcance das informações, permitindo a reunião de dados dispersos em várias publicações, contribuindo na melhor definição conceitual do objeto em estudo.

- ▶ Pesquisa Documental, através da pesquisa em documentos oficiais (Atas, Portarias, Resoluções, Plano de Desenvolvimento Institucional, Plano de Logística Sustentável, estrutura curricular dos cursos de graduação, convênios, contratos etc.).

A UFS dispõe de sistemas integrados que possibilitam a consulta pública de diversas informações, tanto na área administrativa, quanto na área acadêmica. Como exemplo, temos o Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA), no qual é possível

consultar os cursos de graduação e pós-graduação e os componentes curriculares de cada curso; também é possível consultar as ações de extensão (programas, cursos, projetos e eventos) e de pesquisa. No Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) estão cadastrados processos, portarias e resoluções. No Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos (SIGRH), além de informações sobre o quadro funcional da UFS e de vários documentos oficiais, estão disponíveis Resoluções do Conselho Universitário (CONSU) e do Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (CONEPE), publicadas desde 1968 e 1969, respectivamente.

## 2.1 Procedimentos Metodológicos

Para a investigação trabalhamos, inicialmente, na definição do *corpus* da pesquisa, selecionando o material a ser analisado. Além do referencial teórico, incluindo livros, revistas e artigos científicos, teses e dissertações, selecionamos como fontes de dados/informações os seguintes documentos oficiais da Universidade Federal de Sergipe: Estrutura Curricular dos Cursos de Graduação; Resoluções (CONSU e CONEPE); Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI); Relatórios de Gestão e documentos de auditoria interna. Utilizamos também os registros disponíveis no site e nos Sistemas Integrados da Instituição (SIGAA, SIPAC e SIGRH).

Fizemos um levantamento quanto às informações contidas nas portarias e identificamos que, em sua maioria, são documentos normalmente associados ao servidor (nomeação, exoneração, aposentadoria, promoção, designação de cargos, lotação, afastamento, remoção, cessão, aprovação em estágio probatório etc.). Também são utilizadas para homologação e prorrogação de concursos públicos e em atos administrativos de caráter esporádico, como determinação de recesso natalino e prorrogação do prazo de atividades remotas (como ocorreu por conta da COVID-19, por exemplo). Desse modo, as portarias não apresentam muitos dados relacionados diretamente com a pesquisa e foram citadas apenas pontualmente. Já as resoluções têm caráter regulador e são utilizadas para estabelecer normas e procedimentos, tanto na área administrativa, como na área acadêmica. Assim, as resoluções contemplam de forma mais efetiva as questões norteadoras de nosso trabalho.

Considerando nossos objetos de estudo, dividimos inicialmente o *corpus* da pesquisa em dois grandes grupos: área administrativa e área acadêmica.

a) A área administrativa foi subdividida nas seguintes subáreas: gestão administrativa geral (gabinete do Reitor e Vice-Reitor) e gestão administrativa setorial (Pró-

Reitorias, Departamentos e Divisões). O *corpus* de análise desses grupos foi constituído pelos Planos de Desenvolvimento Institucional – PDIs, Relatórios de Gestão, Planos e Relatórios de Auditoria Interna, Resoluções (CONSU e CONEPE), Coletânea Desafio para a Sustentabilidade, Agenda Ambiental na Administração Pública e a base de dados do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC). Nos PDIs podem ser identificadas as propostas da UFS para trabalhar com a sustentabilidade, enquanto os Relatórios de Gestão apresentam a materialização dessas propostas, ou seja, o que efetivamente foi realizado pela gestão administrativa. Já os documentos de auditorias internas correspondem a um sistema de controle das ações administrativas da UFS.

O SIPAC, em sua área pública<sup>1</sup>, permite consultar processos, portarias e Resoluções (CONSU e CONEPE), também chamados Boletins de Serviços. Os Boletins de Serviços (portarias e resoluções) estão divididos em duas classificações: antigos e atuais, correspondendo aos emitidos até 31 de outubro de 2017 e os emitidos posteriormente a essa data, respectivamente.

No levantamento das ações administrativas relacionadas às questões ambientais, fizemos a pesquisa utilizando o SIPAC e o site da UFS. Os documentos encontrados foram separados em pastas eletrônicas com os seguintes títulos: Planos Institucionais (PDIs e PLS); Portarias; Contratos; Relatórios de Gestão; Planos e Relatórios de Auditoria Interna; Informativos; Regimentos; Resoluções; e Diversos.

b) A área acadêmica foi subdividida nas seguintes subáreas: ensino (graduação); extensão (cursos, eventos, projetos e programas); e pesquisa. Para esta área e suas subáreas, o *corpus* de análise foi constituído por Resoluções (CONEPE), estruturas curriculares dos cursos de graduação, ementas curriculares e as bases de dados dos Sistemas Integrados da UFS, sobretudo o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

O SIGAA, em sua área pública<sup>2</sup>, permite as seguintes pesquisas: no módulo “Ensino” (Cursos de graduação, componentes curriculares, ementas das disciplinas de cursos de Pós-Graduação (*Scripto Sensu e Lato Sensu*)); no módulo das “Ações de Extensão” (Programas, Cursos, Projetos, Eventos); no módulo “Pesquisa” (Pesquisadores, Bases de Pesquisa, Iniciação Científica/Tecnológica).

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.sipac.ufs.br/public/jsp/portal.jsf>.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/home.jsf>.

### b.1) Ensino – Cursos de Graduação

Com um recorte temporal bem definido (2010 a 2020), iniciamos um levantamento a partir das Resoluções (CONEPE) cadastradas no SIPAC que alteravam o projeto pedagógico dos cursos de graduação e faziam menção à Resolução CNE/CP nº 02, de 15/06/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Encontramos 38 resoluções de 2015 a 2020. Como os projetos pedagógicos de todos os cursos não estavam disponíveis no SIGAA, fizemos também um levantamento das disciplinas ofertadas pelos 84 departamentos/núcleos da UFS, distribuídos nos 6 campi. No total, foram 10.480 disciplinas catalogadas, com suas ementas, separadas pelos departamentos/núcleos que as cadastraram.

As ementas foram cuidadosamente lidas e as que abordavam elementos de EA ou, mais amplamente, de questões ambientais foram destacadas para análise posterior.

### b.2) Ações de Extensão (cursos, eventos, programas e projetos)

A pesquisa das ações de extensão foi realizada utilizando os módulos do SIGAA. Fizemos um levantamento de todas as ações de extensão cadastradas dentro do nosso recorte temporal e selecionamos aquelas cuja área temática foi “meio ambiente”. Foram catalogados 1.936 cursos, 5.386 eventos e 2.760 projetos. Tivemos o cuidado de separar o quantitativo de cada ação de meio ambiente, identificando seus proponentes.

Quanto aos programas, só encontramos registros de 2019 e 2020 e a forma como foram cadastrados não nos permitiu identificar a área temática.

### b.3) Pesquisa

Utilizando o SIGAA, identificamos 526 grupos de pesquisa cadastrados até 2020. Entretanto, fizemos a opção em fazer o levantamento por projetos de pesquisa e não pelos grupos, tendo em vista a dificuldade de identificar quais desses grupos estão direcionados para as questões ambientais e quais estariam, exclusivamente, dentro de nosso recorte temporal, pois não tinha como identificar a data em que o grupo foi criado. Para o levantamento dos projetos de pesquisa utilizamos como filtros as seguintes palavras-chave: Ambiental; Meio Ambiente; Ambientalização; Sustentável; e Sustentabilidade. Separamos as ocorrências por palavras-chave, ano, Campus e Centro, identificando o nome dos projetos e seus coordenadores. No total, foram encontrados e catalogados 322 projetos.

Após definirmos o *corpus* da pesquisa e estabelecermos a divisão das unidades que seriam exploradas, iniciamos o levantamento de dados em 21/09/2020. Todos os levantamentos foram salvos em planilhas do Excel.

Contribuindo com nosso referencial teórico, fizemos um levantamento do Estado da Arte dos trabalhos acadêmicos que abordam os processos de ambientalização na UFS, tendo como fontes de pesquisa o Google acadêmico, Biblioteca Digital FGV – Capes, a Plataforma Scielo, o Repositório da UFS e a BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações). Foram utilizadas as seguintes palavras-chave nas buscas nestas plataformas: “Universidade Federal de Sergipe”, “currículo” e “ambientalização”. A busca, realizada no período de 23 de março de 2020 a 15 de janeiro de 2021, resultou em 16 trabalhos encontrados com alguma relação com o objeto de pesquisa. Os trabalhos foram organizados em uma pasta digital em ordem cronológica da publicação para facilitar a leitura da evolução histórica e do avanço da produção científica. Uma lista com esses trabalhos está disponível no Apêndice A. Alguns dos trabalhos encontrados foram citados no decorrer da dissertação, enriquecendo nosso referencial teórico.

Algumas dificuldades encontradas para a realização da pesquisa nos sistemas integrados da UFS devem ser destacadas: a) muitos links estão desabilitados, dentre eles, a maioria dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação; b) algumas telas oferecem a opção de realizar consultas utilizando filtros (palavras-chave), mas não oferecem segurança quanto aos resultados encontrados; c) vários cadastramentos feitos em duplicidade, dando a sensação de um número irreal de ocorrências, sobretudo nas ações de extensão; d) muitos cadastros incompletos e sem padronização.

Para minimizar essas ocorrências buscamos alternativas, tais como: a) ao invés de nos concentrarmos apenas nos projetos pedagógicos, levantamos a estrutura curricular com as disciplinas ofertadas por cada departamento/núcleo; b) na impossibilidade de utilizarmos filtros, salvamos as informações disponíveis e fizemos a leitura de cada item, separando por ano e por assunto; a partir dessa leitura, procuramos elementos indicativos do nosso objeto de estudo; c) para identificarmos os cadastramentos em duplicidade, construímos planilhas no Excel e classificamos por ano e em ordem alfabética; assim, os elementos cadastrados mais de uma vez ficaram próximos, possibilitando a exclusão.

Algumas limitações de acesso foram encontradas em virtude do período de pandemia (COVID-19) e de distanciamento social, durante o qual as atividades presenciais da UFS foram, quase que totalmente, suspensas. Isso inviabilizou a pesquisa em documentos impressos da instituição, que estava previsto em nosso projeto inicial. Julgamos, no entanto, que as limitações foram superadas pelo montante de dados levantados pela pesquisa, apresentando-se um panorama significativo da realidade investigada.

### **3 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROCESSOS DE AMBIENTALIZAÇÃO**

Os processos de ambientalização são sistematizados e baseados em normas e leis que regulam sua condução de acordo com as características globais do movimento ambientalista, mas também em acordo com as características socioculturais da localidade. A nossa proposta para este capítulo não é meramente citar leis e fazer a transcrição de seus artigos, mas apresentar um pouco da legislação brasileira que norteia algumas ações de ambientalização nas instituições públicas e privadas.

A legislação será apresentada de forma cronológica, para que possamos compreender a evolução do processo de ambientalização no Brasil em termos legais.

#### **a) Lei nº 6.938/1981<sup>3</sup>**

A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

A Política Nacional do Meio Ambiente objetiva a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental no país para assegurar o desenvolvimento socioeconômico, os interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana.

A lei estabelece definições legais sobre os seguintes temas: meio ambiente, degradação da qualidade ambiental, poluição, poluidor e recursos ambientais. Entre os muitos avanços visando a proteção ambiental, destaca-se na Lei a exigência de estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e o seu respectivo relatório (RIMA) e ainda estabelece em seu Art. 2º, Inciso X, que a EA deve fazer parte de todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade, capacitando-a para a defesa do meio ambiente.

#### **b) Constituição Federal de 1988<sup>4</sup>**

No Capítulo VI, Art. 225, a Constituição firma o direito da sociedade a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e afirma que cabe à coletividade e ao Poder Público defendê-lo e preservá-lo.

---

<sup>3</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm). Acesso em: 22 ago. 2021.

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 22 ago. 2021.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, Art. 225).

No mesmo artigo, §1º, Inciso VI, a Constituição incumbe ao Poder Público a responsabilidade de promover a EA em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

**c) Lei nº 7.735/1989<sup>5</sup>**

A Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e extingue a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE).

Uma das atribuições do IBAMA é exercer o poder de polícia ambiental, executando ações de licenciamento ambiental, controle da qualidade ambiental, autorização e fiscalização do uso dos recursos naturais.

**d) Lei nº 8.490/1992<sup>6</sup>**

A Lei nº 8.490, de 19 de novembro 1992, dispõe sobre a organização da Presidência da República e cria também o Ministério do Meio Ambiente.

Em seu Art. 16 estabelece as competências dos ministérios. De modo particular, destacamos o que se refere às competências do Ministério do Meio Ambiente, no Inciso XVII, com redação dada pela Lei nº 8.746<sup>7</sup>, de 9 de dezembro de 1993:

XVII - Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal:

- a) planejamento, coordenação, supervisão e controle das ações relativas ao meio ambiente;
- b) formulação e execução da política nacional do meio ambiente;
- c) articulação e coordenação das ações da política integrada para a Amazônia Legal, visando à melhoria da qualidade de vida das populações amazônicas;
- d) articulação com os ministérios, órgãos e entidades da Administração Federal, de ações de âmbito internacional e de âmbito interno, relacionadas com a política nacional do meio ambiente e com a política nacional integrada para a Amazônia Legal;
- e) preservação, conservação e uso racional dos recursos naturais renováveis;
- f) implementação de acordos internacionais nas áreas de sua competência (BRASIL, 1992, Art. 16).

<sup>5</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17735.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17735.htm). Acesso em: 2 set. 2021.

<sup>6</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18490.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18490.htm). Acesso em: 2 set. 2021.

<sup>7</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1989\\_1994/L8746.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8746.htm#art1). Acesso em: 2 set. 2021.

**e) Lei nº 8.666/1993<sup>8</sup>**

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, regulamenta o Art.37, inciso XXI<sup>9</sup>, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. A lei determina como devem ser firmados contratos para obras, serviços, compras, alienações, concessões, permissões e locações no âmbito da administração pública.

De acordo com o Parágrafo único do Art. 1º, estão subordinados a esta lei os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A lei prevê que a exigência quanto a adoção de procedimentos licitatórios garante o princípio da isonomia para a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Em seu Art. 12, apresenta o impacto ambiental como um dos critérios que deve ser observado nos projetos básicos<sup>10</sup> e projetos executivos<sup>11</sup> de obras e serviços contratados pela administração pública.

**f) Lei nº 9.394/1996<sup>12</sup>**

A Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, também conhecida por Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), disciplina a educação escolar nas instituições de ensino, vinculando-a ao mundo do trabalho e a prática social. Prevê que a educação tem como umas das suas finalidades a preparação do indivíduo para o exercício da cidadania e que, em sua formação básica, o cidadão tenha a compreensão do ambiente natural e social.

<sup>8</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm). Acesso em: 24 ago. 2021.

<sup>9</sup> “XXI- ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm). Acesso em: 24 ago. 2021.

<sup>10</sup> “[...] IX-Projeto Básico-conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução [...]”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm). Acesso em: 29 ago. 2021.

<sup>11</sup> “[...] X-Projeto Executivo-o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm). Acesso em: 29 ago. 2021.

<sup>12</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 3 set. 2021.

**g) Lei nº 9.433/1997<sup>13</sup>**

A Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, que tem como um de seus fundamentos que a água é um bem de domínio público, é um recurso natural limitado e de valor econômico.

O Art. 2º da Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelece como objetivos:

- I - assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos;
- II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável;
- III - a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.
- IV - incentivar e promover a captação, a preservação e o aproveitamento de águas pluviais (BRASIL, 1997, Art. 2).

A Política Nacional de Recursos Hídricos parte do pressuposto de que a água, sendo um recurso finito, precisa ser utilizada de forma racional e adequada, garantindo o desenvolvimento sustentável e a sua disponibilidade para as futuras gerações.

**h) Lei nº 9.605/1998<sup>14</sup>**

Também chamada de Lei de Crimes Ambientais, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de ações lesivas ao meio ambiente.

Em seu Capítulo V, a Lei prevê quais são os crimes ao meio ambiente: contra a fauna e a flora; que provoquem poluição da natureza; contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural; contra a Administração Ambiental. Prevê ainda quais as penalidades para cada tipo crime contra o meio ambiente.

**i) Lei nº 9.795/1999<sup>15</sup>**

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, além de dispor sobre a EA, institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Em seu Art. 1º, define a EA da seguinte forma:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do

<sup>13</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm). Acesso em: 23 ago. 2021.

<sup>14</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm). Acesso em: 23 ago. 2021.

<sup>15</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm). Acesso em: 24 ago. 2021.

povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1997, Art. 1).

Dessa forma, para tornar possível a integração da EA no processo educativo, a legislação atribui responsabilidades ao Poder Público, às instituições educativas, aos órgãos integrantes do SISNAMA, aos meios de comunicação de massa, às empresas, às entidades de classe, às instituições públicas e privadas e à sociedade como um todo.

A Política Nacional de Educação Ambiental deve desenvolver suas atividades envolvendo a educação em geral e a educação escolar. Compreendendo a EA como componente essencial e permanente da educação nacional, estabelece em seu Art. 2º que a EA deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis do processo educativo, seja ele de caráter formal ou não formal.

No ensino formal, conforme prevê o Art 9º, será desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, envolvendo: a) Educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio); b) Educação superior; c) Educação especial; d) Educação profissional; e) Educação de jovens e adultos.

Para que seja possível implementar o Art. 9º, a dimensão ambiental deve fazer parte dos currículos de formação de professores em todos os níveis e disciplinas, conforme prevê o Art. 11º.

De acordo com o Art. 13, a EA no ensino não formal compreende as ações e práticas educativas para sensibilizar a comunidade sobre questões ambientais, sendo de responsabilidade do Poder Público incentivar essas ações através de programas e campanhas educativas, com a participação, dentre outros, dos meios de comunicação de massa, da escola, da universidade, de organizações não-governamentais, de empresas públicas e privadas, da sociedade.

**j) Decreto nº 5.940/2006<sup>16</sup>**

O Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, estabelece a exigência de separação dos resíduos recicláveis dos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Os resíduos recicláveis descartáveis devem ser separados na fonte geradora e destinados às

---

<sup>16</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm). Acesso em: 26 ago. 2021.

associações e cooperativas, o que o decreto nomina como “coleta solidária”. Para a supervisão desse processo, o órgão público deverá criar uma comissão.

Consideram-se como resíduos recicláveis descartados, de acordo o Art. 2º, inciso II, os materiais que podem retornar ao ciclo produtivo, mas que foram rejeitados pela administração pública.

**k) Decreto nº 6.514/2008<sup>17</sup>**

O Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, dispõe sobre as infrações ao meio ambiente e suas sanções administrativas.

É considerada infração administrativa ambiental, segundo o Art. 2º, toda ação ou omissão que transgrida as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

**l) Lei nº 12.187/2009<sup>18</sup>**

A Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, institui a Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC), que terá como objetivos:

Art. 4º A Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC visará:

I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção do sistema climático;

II - à redução das emissões antrópicas de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes;

III - ~~(VETADO)~~;

IV - ao fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional;

V - à implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima pelas 3 (três) esferas da Federação, com a participação e a colaboração dos agentes econômicos e sociais interessados ou beneficiários, em particular aqueles especialmente vulneráveis aos seus efeitos adversos;

VI - à preservação, à conservação e à recuperação dos recursos ambientais, com particular atenção aos grandes biomas naturais tidos como Patrimônio Nacional;

VII - à consolidação e à expansão das áreas legalmente protegidas e ao incentivo aos reflorestamentos e à recomposição da cobertura vegetal em áreas degradadas;

VIII - ao estímulo ao desenvolvimento do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões - MBRE.

Parágrafo único. Os objetivos da Política Nacional sobre Mudança do Clima deverão estar em consonância com o desenvolvimento sustentável a fim de buscar o crescimento econômico, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais (BRASIL, 2009).

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6514-22-julho-2008-578464-publicacaooriginal-101336-pe.html>. Acesso em: 9 set. 2021.

<sup>18</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm). Acesso em: 29 ago. 2021.

Segundo o PNMC, para atingir suas metas o país adotará ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas em reduzir entre 36,1% e 38,9% suas emissões projetadas até 2020. Um dos instrumentos previstos na Lei nº 12.187/09, em seu Art 6º, Inciso XIV, para atingir seus objetivos são as medidas de divulgação, educação e conscientização.

**m) IN nº 1/2010 (MPOG)<sup>19</sup>**

A Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG), estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na administração pública federal direta, autarquia e fundacional e ainda prevê que a administração pública federal deve disponibilizar os bens ociosos, sem previsão de utilização ou alienação, para doação a outros órgãos e entidades públicas da federação.

**n) Lei nº 12.305/2010<sup>20</sup>**

A Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis pela geração, gestão ou gerenciamento de resíduos sólidos, excluindo-se dessa a categoria os rejeitos radioativos que são regulados por legislação específica.

Lei nº 12.305/10, Art. 3º, define rejeitos e resíduos sólidos, da seguinte forma:

XV - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010, Art. 3).

Dentre os objetivos desta lei, descritos no Art.7º, destacamos: a) proteção da saúde pública e da qualidade ambiental; b) não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos e a destinação final adequada dos rejeitos; c) adoção de

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/legislacao/IN01de2010ComprasSustentaveis.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

<sup>20</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm). Acesso em: 29 ago. 2021.

padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços; d) incentivo à indústria da reciclagem; e) capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos; f) prestação contínua e regular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

A EA é um dos instrumentos previstos pela lei para atingir seus objetivos (Art. 8, Inciso VII).

**o) ISO 26000<sup>21</sup>**

A ISO 26000, de 1º de novembro de 2010, estabelece diretrizes sobre responsabilidade social e foi lançada em Genebra, Suíça. No Brasil, seu lançamento ocorreu em 8 de dezembro de 2010, em um evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), numa versão em português da norma, a ABNT NBR ISO 26000.

De acordo com a ISO 26000, a responsabilidade social é resultado do desejo das organizações em incorporarem considerações socioambientais em suas práticas, responsabilizando-se pelos impactos provocados pelas suas decisões na sociedade e no meio ambiente.

Em um de seus temas centrais, a ISO 26000 trata de questões relacionadas ao meio ambiente, abordando a prevenção da poluição, uso sustentável de recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, proteção do meio ambiente e da biodiversidade e restauração de habitats naturais.

**p) Recomendação CONAMA nº 12/2011<sup>22</sup>**

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA<sup>23</sup>) é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), instituído pela Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

A Recomendação CONAMA nº 12, de 08 de junho de 2011, está relacionada à adoção de práticas sustentáveis no âmbito da Administração Pública, baseadas na Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), tais como: uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos; gestão de resíduos, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização dos servidores, aquisição de bens e serviços através de licitações sustentáveis.

---

<sup>21</sup> Disponível em: [http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade\\_social/iso26000.sp](http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.sp)>. Acesso em: 30 ago. 2021.

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2015/12/Recomenda%C3%A7%C3%A3o-CONAMA-12-2011-Pr%C3%A1ticas-sustent%C3%A1veis-na-Adm.-P%C3%BAblica.pdf>. Acesso em: 16 out. 2021.

<sup>23</sup> Disponível em: <http://conama.mma.gov.br/o-que-e-o-conama>. Acesso em: 31 ago. 2021.

**q) Decreto nº 7.746/2012<sup>24</sup>**

O Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, regulamenta o Art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas sustentáveis nas contratações públicas e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP).

O Decreto nº 7.746/12, em seu Art. 16º, estabelece a elaboração e implementação dos Planos de Gestão e Logística Sustentável pela Administração Pública Federal:

Art 16 - A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, conforme ato editado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que preverá, no mínimo:(Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017).

I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;

II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;

III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e

IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação (BRASIL, 2012).

**r) Resolução CNE/CP nº 2/2012<sup>25</sup>**

A Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, que devem ser observadas na Educação Básica e Educação Superior para orientar a implementação do que determina a Constituição Federal e a Lei nº 9.795/99. Considera como base o que dispõem a Lei nº 6.938/81, a Lei nº 9.394/96, a Lei nº 9.795/99 e o Art. 225 da Constituição Federal.

De acordo com esta Resolução, a EA tem papel transformador e emancipatório, capaz de promover a ética e a cidadania ambiental:

O atributo ‘ambiental’ na tradição da Educação Ambiental brasileira e latino-americana não é empregado para especificar um tipo de educação, mas se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental;

O reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidencia-se na prática social (RESOLUÇÃO CNE/CP 2/2012, p. 1-2).

<sup>24</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm). Acesso em: 31 ago. 2021.

<sup>25</sup> Resolução CNE/CP 2/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de junho de 2012 – Seção 1 – p. 70. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf). Acesso em: 3 set. 2021.

De acordo com o Art. 8 da Resolução, a EA deve ser desenvolvida em uma prática educativa integrada e interdisciplinar, de forma contínua e permanente, não devendo, obrigatoriamente, ser implementada como uma disciplina.

A resolução prevê, em seu Art. 16, que a implementação da EA nos currículos da Educação Básica e Educação Superior pode ocorrer pela transversalidade, como conteúdo dos componentes que já existem nos currículos, ou ainda pela combinação dessas duas possibilidades, não descartando a inserção de outras formas de implementação para a Educação Superior e Educação Profissional Técnica de Nível Médio, de acordo com a natureza do curso.

Por outro lado, conforme o Parágrafo único do Art. 11, os professores também precisam receber formação complementar em suas áreas de atuação para que sejam cumpridos os princípios e objetivos da EA descritos nos capítulos I (Art. 12) e capítulo II (Art. 13) da resolução, respectivamente.

Ainda sobre a capacitação dos professores:

Art. 19. Os órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino devem articular-se entre si e com as universidades e demais instituições formadoras de profissionais da educação, para que os cursos e programas de formação inicial e continuada de professores, gestores, coordenadores, especialistas e outros profissionais que atuam na Educação Básica e na Superior capacitem para o desenvolvimento didático-pedagógico da dimensão da Educação Ambiental na sua atuação escolar e acadêmica.

§ 1º Os cursos de licenciatura, que qualificam para a docência na Educação Básica, e os cursos e programas de pós-graduação, qualificadores para a docência na Educação Superior, devem incluir formação com essa dimensão, com foco na metodologia integrada e interdisciplinar.

§ 2º Os sistemas de ensino, em colaboração com outras instituições, devem instituir políticas permanentes que incentivem e dêem condições concretas de formação continuada, para que se efetivem os princípios e se atinjam os objetivos da Educação Ambiental. (Resolução CNE/CP 2/2012, p. 7).

A resolução preconiza ainda, em seu Art. 21, que as instituições educacionais se constituam em espaços educadores sustentáveis, educando para a sustentabilidade socioambiental de suas comunidades, promovendo a integração de currículos, gestão e edificações de forma equilibrada com o meio ambiente.

s) **INnº 10/2012 do MPOG**<sup>26</sup>

<sup>26</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-10-de-12-de-novembro-de-2012>. Acesso em: 31 ago. 2021.

A Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, estabelece as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) pela administração pública federal, bem como suas vinculadas.

Art. 3-Os PLS são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública (BRASIL, 2012).

**t) Decreto nº 9.373/2018<sup>27</sup>**

O Decreto nº 9.373/2018, de 11 de maio de 2018, dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final de bens móveis, ambientalmente adequadas, pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

De acordo com o Art 2º, para o cumprimento ao disposto no Decreto, aplicam-se os objetivos e princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, especialmente ao que se refere à ecoeficiência; a visão sistêmica na gestão dos resíduos sólidos; a responsabilidade compartilhada durante o ciclo de vida dos produtos; o reconhecimento do resíduo sólido como um bem econômico e de valor social, se ele for reutilizável e reciclável; a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e o destino final dos rejeitos, de forma ambientalmente adequada.

**u) Portaria nº 326/2020 do Ministério do Meio Ambiente - MMA<sup>28</sup>**

A Portaria nº 326, de 23 de julho de 2020, institui o programa A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) e estabelece suas diretrizes, tendo como objetivos promover a responsabilidade socioambiental e adotar procedimentos de sustentabilidade nas atividades do setor (Anexo B).

A Portaria estabelece que o Programa A3P deve estar baseado em, pelo menos, seis eixos básicos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; adoção da política dos 5R's para a gestão de resíduos produzidos; qualidade de vida no ambiente de trabalho; capacitação e sensibilização de servidores quanto à responsabilidade socioambiental; contratações com critérios de sustentabilidade; e utilizar os critérios de sustentabilidade para construir e/ou reformar.

---

<sup>27</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9373.htm#art18](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9373.htm#art18). Acesso em: 30 ago. 2021.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-326-de-23-de-julho-de-2020-268439696>. Acesso em: 31 ago. 2021.

## 4 PROCESSOS DE AMBIENTALIZAÇÃO E SUAS VÁRIAS DIMENSÕES

Processos de ambientalização envolvem, de forma mútua e associativa, mudanças ao Estado e no comportamento das pessoas e isso pode provocar conflitos sociais, culturais, econômicos e políticos.

A 'problemática' ou 'questão socioambiental' é caracterizada por um conjunto de conhecimentos e de práticas que abrange discursos situados em um lugar de fronteira entre a legitimação e a busca pela legitimação. Nesse processo transita por diferentes campos e espaços numa constante disputa entre o conservador e o emergente. O que se evidencia como notável é que, independente do campo ou espaço em questão (ciência, política, cultura, mídia, empresarial, educacional, movimentos sociais, etc), os discursos em torno da problemática socioambiental têm ganhado força cada vez maior nos espaços de disputa (RODRIGUES, 2013, p.30).

De acordo com Lopes (2006), a EA tem papel fundamental na disseminação do código de conduta ambiental no âmbito individual e coletivo, estruturando códigos de comportamento que estabelecem os contornos da ordem (e da desordem) ambiental. Além disso, estimula a participação do cidadão nas questões públicas ambientais, democratizando as políticas públicas.

O conceito de ambientalização é caracterizado pelo conjunto de procedimentos pelos quais as questões ambientais são incorporadas nas práticas das instituições, quer sejam públicas ou privadas. Nesta perspectiva, estamos diante de processos que visam a conservação do meio ambiente e promovem o desenvolvimento sustentável e a sensibilização das pessoas quanto à importância das questões ambientais.

Carvalho e Toniol (2010, p.29) definem ambientalização da seguinte forma:

Entendemos por ambientalização o processo de internalização da questão ambiental nas esferas sociais bem como na formação moral dos indivíduos. Este processo pode ser identificado tanto na emergência de questões e práticas ambientais como um fenômeno novo quanto na reconfiguração de práticas e lutas tradicionais que se transformam ao incorporar aspectos ambientais.

A ambientalização envolve outras dimensões que servem de base para sua implantação, tais como: ética, conservação, justiça e racionalidade ambientais, avaliação de riscos, princípios da precaução e da responsabilidade.

Na ética ambiental, a visão antropocêntrica não pode coexistir com o conceito de desenvolvimento sustentável. Satisfazer as necessidades momentâneas sem pensar no futuro e nas próximas gerações não é só um ato irresponsável, mas desumano. A dimensão da

conservação ambiental para gerações futuras é parte central do conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, desenvolvimento sustentável seria “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO..., 1991, p.46). Nesse conceito estão presentes também a racionalidade ambiental e a justiça ambiental, a partir de uma proposta de uso racional dos recursos naturais e também uma preocupação com as futuras gerações.

Com as reflexões provocadas pela necessidade de desenvolvimento econômico e pelo conceito de desenvolvimento sustentável, o ser humano percebeu que os recursos da natureza podem ser finitos e que os recursos que são renováveis precisam de um tempo para se recompor na natureza. Com isso, iniciou-se um processo de reuniões, debates e conferências envolvendo os líderes das nações em compromissos com as questões ambientais. Comumente considerado o pontapé inicial para esse processo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em 1972 em Estocolmo, legitimou uma preocupação generalizada sobre os problemas ambientais. A economia não podia parar de crescer, então o conceito de desenvolvimento econômico precisava ser alinhado ao conceito de desenvolvimento sustentável.

De acordo com Rodrigues (2015), o que era difundido nos encontros da ONU sobre meio ambiente e pelos programas governamentais era a suposta possibilidade de conciliação entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, estabelecendo formas de reduzir o consumo e os impactos ambientais. Nessa lógica argumentativa, desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, a questão ambiental se tornou uma questão pública e se configurou como um dos mais representativos campos de disputa social no mundo (RODRIGUES, 2013).

Lopes (2006) traça a evolução histórica da ambientalização nos últimos 30 anos, tomando como ponto de partida a Conferência de Estocolmo, em 1972. O autor destaca, além da criação da SEMA (Secretaria do Meio Ambiente), em 1973, a criação de novas instituições de controle ambiental e a figura do “licenciamento ambiental” para atividades que pudessem causar impactos sobre a natureza, o patrimônio urbano ou a saúde pública. O autor aponta que todo o trabalho de construção institucional para tratar de questões ambientais está permeado de conflitos sociais, provocados pelo jogo de interesses particulares.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, estabelece o compromisso do Poder Público e da coletividade em defender e preservar o meio ambiente não só para esta

geração, mas para as gerações futuras. Ainda sobre a preocupação com as gerações futuras, Varela e Platiau (2014, p.3) escrevem:

Nós não somos os herdeiros de nossos pais, mas os devedores de nossas crianças. Para haver justiça, a riqueza que nós herdamos das gerações precedentes não deve ser dissipada para nossa própria conveniência e prazer, mas passada adiante, na medida do possível, para aqueles que nos sucederão.

Aliado à ética ambiental e para torná-la presente nos processos de ambientalização, além da EA, podemos contar com os princípios de responsabilidade e de precaução. Segundo Hans Jonas (2006), pensar no futuro da humanidade é um dever do comportamento humano coletivo, considerando que a civilização técnica é muito poderosa e tem potencial poder de destruição. Ainda segundo o autor, por causa do poder do progresso técnico, o ser humano se tornou perigoso para si e para toda a biosfera, numa perspectiva apocalíptica.

A esse dever de comportamento humano coletivo em relação à natureza, Hans Jonas chama de Princípio Responsabilidade. Assim define: “[...] a responsabilidade é o cuidado reconhecido como obrigação em relação a um outro ser, que se torna ‘preocupação’ quando há uma ameaça à sua vulnerabilidade” (JONAS, 2006, p.352). Não resta dúvida que essa visão apocalíptica e de catástrofe iminente do discurso de Hans Jonas termina por propor o que ele mesmo chamou de “Heurística do Medo”, pela qual haveria uma pressão psicológica para que o ser humano guiasse suas ações temendo as consequências para o futuro. Já o princípio da precaução tem por objetivo evitar que o dano ocorra. Estabelece que, mesmo que os riscos provocados por uma determinada ação antrópica não sejam conhecidos, na possibilidade de eles existirem, a ação deve ser evitada. Neste contexto, Larrère (2012) aponta para a necessidade da avaliação de riscos das tecnologias e dos possíveis danos que elas podem trazer ao ser humano e ao ambiente, sejam eles diretos ou indiretos.

Segundo Souza (2020), as grandes degradações ambientais provocadas pelos avanços tecnocientíficos podem ser evitados pelos princípios da responsabilidade e da precaução. Ainda segundo a autora, agir de forma cautelosa, com respeito aos limites do meio ambiente é uma forma de prevenir danos que podem prejudicar a próximas gerações.

De acordo com Souza (2020, p. 102), “O dever ético é compreendido como uma responsabilidade no que diz respeito à proteção tanto da natureza quanto do homem, afastando a ideia exclusiva de progresso e aprimoramento tecnológico”.

O comportamento ético diante da natureza exige um processo de EA continuada. O comportamento ético não é nato ao ser humano, precisa ser apreendido e incorporado. A EA é

essencial para esse aprendizado, além de estimular a participação popular e a democratização das políticas públicas.

Para maior abrangência, a EA deve atingir o maior número de pessoas possível, estando presente no processo de formação do cidadão em todos os níveis, da Educação Básica ao Ensino Superior, e isso está regulamentado em lei (PNEA/1999). Assim, a PNEA/99 apresenta dentre os objetivos fundamentais da EA a compreensão de forma integrada do meio ambiente em seus aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos, o incentivo à participação individual e coletiva do indivíduo na conservação do equilíbrio do meio ambiente e a democratização das informações ambientais.

Como vimos no Capítulo anterior, leis anteriores já identificavam a importância da EA no ensino formal. A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no inciso X do artigo 2º, já estabelecia que a EA deveria ser ministrada em todos os níveis de ensino. Assim como a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

#### **4.1 Ambientalização no Serviço Público**

Trataremos neste item um pouco das ações de ambientalização no serviço público, baseado na legislação ambiental brasileira e nas orientações da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). A Agenda é um programa desenvolvido e mantido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), criado em 1999 e oficializado através da Portaria nº 510/2002 do MMA. Em 2002, a A3P foi premiada pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), sendo reconhecida sua relevância e os resultados positivos com a sua implantação.

Em 2020, a Portaria nº 326, de 23 de julho de 2020, instituiu o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (Programa A3P) e estabeleceu suas diretrizes, com a proposta de promover a responsabilidade socioambiental e a adoção de práticas de sustentabilidade nas atividades desenvolvidas no setor público. Conforme descrição dos artigos 2º e 5º da Portaria nº 326/2020, a Agenda tem como eixos temáticos:

a) uso racional dos recursos naturais e bens públicos (energia, água, madeira, papel, copos e materiais de expediente, etc.);

b) gestão adequada dos resíduos gerados, adotando a política dos 5R's – Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar, com base na Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);

- c) qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- d) sensibilização e capacitação dos servidores quanto à sua responsabilidade socioambiental;
- e) contratações públicas sustentáveis, considerando a relação custo/benefício;
- f) construções sustentáveis: considerando o conforto térmico e acústico, a utilização da luz solar, energia dos ventos e água da chuva, utilização de materiais e equipamentos que proporcionem maior economia de energia, evitando e/ou reduzindo o impacto ambiental;
- g) garantir a acessibilidade e mobilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com limitações de mobilidade.

Em resumo, os eixos temáticos podem ser apresentados em cinco itens prioritários, conforme Figura 01 a seguir.

**Figura 01** – Os cinco eixos temáticos prioritários da A3P



Fonte: Cartilha A3P, 5ª Edição, Ministério do Meio Ambiente, 2009, p. 36.

Segundo Nunes e Luz (2017), o programa A3P está fundamentado em três recomendações: do Capítulo IV da Agenda 21, do Princípio 8 da Declaração da Conferência Rio 92 e das recomendações gerais da Conferência de Johannesburgo em 2002. Todas as recomendações são voltadas para a adoção de mudanças no padrão de consumo, mediante condutas para o consumo sustentável.

A A3P está em sintonia com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com a agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o desenvolvimento

sustentável, que ocorreu em setembro de 2015, também chamada de Agenda 30. Na Figura 02, a seguir, estão descritos os 17 objetivos da ODS que devem ser atingidos até 2030 pelos 193 países membros das Nações Unidas.

**Figura 02** – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: <http://www.institutovotorantim.org.br/conheca-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 1º mar. 2021.

O Programa A3P é de caráter voluntário e está destinado às três esferas do Poder Público (municipal, estadual e federal), abrangendo os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Por não ter caráter obrigatório, os órgãos que não fizerem adesão ao programa não estarão sujeitos a sanções legais por parte do MMA.

Os órgãos que tiverem interesse em participar do Programa A3P deverão assinar o Termo de Adesão, documento que firma a parceria entre o órgão e o MMA. O termo terá vigência de 5 anos, podendo ser renovado, caso o órgão manifeste interesse em fazê-lo.

De acordo com o Art. 8º da Portaria nº 326/2020-MMA, o órgão que fizer a adesão ao programa e assinar o termo deverá criar uma comissão gestora da A3P composta por seus servidores. Essa comissão realizará diagnóstico socioambiental do órgão e definirá as ações que deverão ser implementadas. Fará também o monitoramento e avaliação periódica da implementação da A3P no órgão. O monitoramento poderá ser feito por meio do RESSOA<sup>29</sup>.

<sup>29</sup> O Ressoa é um sistema virtual de monitoramento de gestão socioambiental, disponibilizado pelo MMA para os assinantes do Termo de Adesão. O sistema permite acompanhar metas e consolidar informações. Através do

Como dito anteriormente, a Agenda A3P é um recurso para orientar e estimular os órgãos públicos a adotarem práticas sustentáveis em suas atividades laborais. Corroborando com a A3P, a legislação brasileira estabelece uma série de condutas que visam evitar ou reduzir os impactos ambientais, principalmente quando observamos o que dispõe as orientações para compras e contratações sustentáveis, evitar o desperdício de recursos naturais (água, energia), adoção da política dos 5R's e a utilização da EA como uma aliada fundamental ao processo de ambientalização.

São 22 anos da criação da A3P e o processo de ambientalização no setor público vai ocorrendo em passos lentos. Segundo dados do MMA<sup>30</sup>, existem 215 instituições parceiras com Termos de Adesão vigentes. Se compararmos com a quantidade de instituições públicas existentes no país, percebemos que este número está bem longe do ideal. Só para termos uma ideia de proporcionalidade, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Brasil possui 5.570 municípios, cada município dotado de uma estrutura administrativa composta por diversos órgãos como: prefeitura, secretarias, escolas, postos de saúde, entre outros. Se considerarmos também as esferas estadual e federal esse número fica muito maior.

Utilizamos a adesão da A3P como um critério de análise, mas não é uma informação suficiente para medir o nível do processo e ambientalização na administração pública, tendo em vista que os órgãos podem adotar as sugestões da Agenda sem, necessariamente, assinar o Termo de Adesão.

## **4.2 A ambientalização curricular no Ensino Superior**

A ambientalização curricular é tema discutido no Brasil desde 1981, a partir da Lei 6.938/81 – Política Nacional do Meio Ambiente, que já previa a inclusão da EA em todos os níveis de ensino. Entretanto, a Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental – DCNEA (BRASIL, 2012), vem para regular como as questões ambientais devem ser abordadas nas instituições de ensino:

Art 21. Os sistemas de ensino devem promover as condições para que suas instituições educacionais se constituam em espaços educadores sustentáveis, com a

---

Ressoa realiza-se a compilação dos dados e o envio do relatório de monitoramento anual da A3P. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/ressoa/>. Acesso em: 9 set. 2021.

<sup>30</sup> Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/instituicoes-parceiras/>. Acesso em: 9 set. 2021.

intencionalidade de educar para a sustentabilidade socioambiental de suas comunidades, integrando currículos, gestão e edificações, em relação equilibrada com o meio ambiente e tornando-se referência para seu território. (BRASIL, 2012, p. 7).

De acordo com Payne e Rodrigues (2012), o desenho socioambiental de currículos deve ser capaz de integrar conhecimentos sobre as questões ambientais em formas pré-existentes ou desenvolver novas formas de EA. Nessa perspectiva de ambientalizar os currículos, Kitzmann nos apresenta a seguinte reflexão:

Ambientalizar um currículo é iniciar a educação ambiental (EA) a partir de um patamar já estabelecido, adaptando processos, conteúdos e práticas aos objetivos e princípios da EA. Para isto, é importante serem definidos referenciais através dos quais serão efetivadas as mudanças curriculares e institucionais necessárias. (2007, p.554).

Outra questão que vale mencionar sobre a ambientalização curricular é que:

[...] a complexidade de um processo transversal de construção do conhecimento associado à falta de uma base epistemológica consolidada e de uma estrutura organizacional adequada (muito em detrimento da falta de políticas públicas especificamente voltadas a esse fim) pode transformar um processo que deveria perpassar todas as disciplinas escolares em um processo que não ocorre em lugar algum (RODRIGUES, 2013, p. 84).

Especificamente no Ensino Superior, quando se trata da ambientalização na organização curricular e, portanto, da integração da EA nas disciplinas, muitas universidades deparam-se com um hiato entre a inserção do tema nos currículos e nas práticas docentes e as orientações das Diretrizes Curriculares e as exigências do MEC-INEP para avaliação e credenciamento dos cursos de graduação (GUERRA; FIGUEIREDO, 2014).

Quanto à (re)estruturação curricular, Rodrigues destaca que:

O currículo é um artefato social e cultural que tem sua história vinculada a formas contingentes de estruturação e organização da sociedade e da educação. Dessa forma está inevitavelmente sujeito às relações de poder, o que significa que transmite visões sociais interessadas e possui vínculos estreitos com o processo de formação de identidades particulares (2013, p. 50).

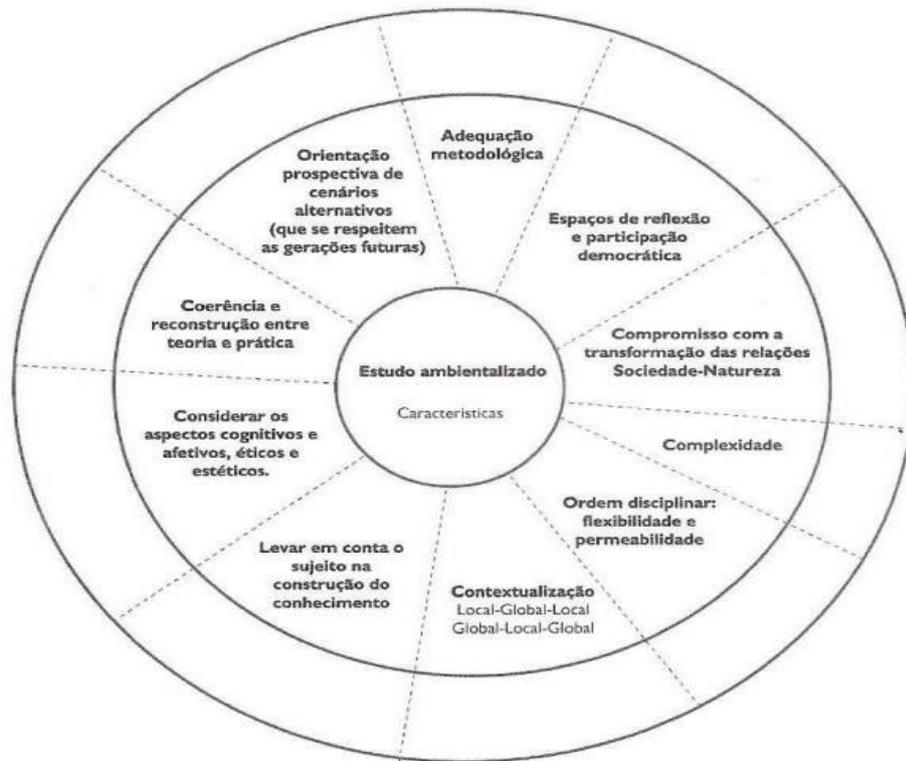
Payne e Rodrigues (2012) apontam duas preocupações para a inserção das questões ambientais nos currículos: a natureza interdisciplinar e transdisciplinar do conhecimento ambiental; e a forma como integrar o conhecimento ambiental em currículos já estruturados/definidos. Os autores afirmam que a criação, em 2002, da Rede de Ambientalização Curricular no Ensino Superior (Rede ACES) pode ser considerada um dos

principais marcos contemporâneos em relação ao enquadramento ou reenquadramento da ambientalização curricular do Ensino Superior no Brasil e em outros países que fazem parte da rede. A Rede ACES foi formada por pesquisadores de seis universidades europeias e cinco latino-americanas, distribuídas em sete países. No Brasil, faziam parte da Rede ACES a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), o Campus Rio Claro da Universidade Estadual Paulista (UNESP - Rio Claro) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

A proposta inicial da Rede ACES foi apresentar uma definição de ambientalização curricular e definir quais seriam as características de um currículo ambientalizado, respeitando a realidade e as particularidades das instituições de ensino, tendo em vista que a proposta deveria alcançar o Ensino Superior nos países do Sul e do Norte Global. Segundo Payne e Rodrigues (2012), mesmo havendo pontos divergentes e convergentes entre o Sul e o Norte, existe um consenso de que um currículo ambientalizado deve construir, pedagogicamente, uma ponte entre teoria e prática, restabelecendo ações individuais e coletivas.

Em uma reunião realizada em Mendoza (Argentina) em setembro de 2002, foi elaborado um diagrama circular (Figura 3), representando as 10 características de um estudo ambientalizado, construído colaborativamente pela rede.

**Figura 03** – Diagrama circular das características de um currículo ambientalizado (Rede ACES)



Fonte: OLIVEIRA JÚNIOR et al. (2003, p.41).

De acordo com descrição de Payne e Rodrigues (2012), apresentamos resumidamente cada uma dessas características:

1. **Compromisso com a transformação das relações Sociedade-Natureza:** destaca o papel do currículo para transformar nossa existência na sociedade e prepara o aluno para enfrentar criticamente questões ambientais.
2. **Complexidade:** entendimento sobre a complexidade do mundo, mediante uma interpretação das relações que moldam as esferas natural e social, e suas incertezas.
3. **Ordem disciplinar-flexibilidade e permeabilidade:** baseada na proposta de reorganização e flexibilidade do currículo da academia de forma que conteúdos educacionais sejam adequados aos aspectos socioculturais, dentro de cada contexto. Pressupõe ainda a interação entre diferentes cursos, disciplinas e profissionais de diferentes áreas do conhecimento, numa proposta de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.
4. **Contextualização:** a ideia principal dessa característica está em contextualizar questões locais e questões globais no espaço-temporal apropriado, contemplando a análise de conflitos ambientais.

5. **Levar em conta o sujeito na construção do conhecimento:** considerando a participação dos alunos na construção do conhecimento e o papel transformador dos seres humanos na natureza, afastando a visão antropocêntrica, para construir o conhecimento ambiental.
6. **Considerar aspectos cognitivos e afetivos, éticos e estéticos:** propiciam a oportunidade para a aquisição de múltiplos conhecimentos pelo aluno.
7. **Coerência e reconstrução entre teoria e prática:** proporcionam articular teoria e prática, como formas complementares de construção do conhecimento.
8. **Orientação prospectiva de cenários alternativos:** através do uso crítico e reflexivo de tecnologias técnico-científicas acessíveis e inovadoras; com base na reflexão e comprometimento na construção de novas visões quanto a ciência, a sociedade, a tecnologia e o meio ambiente; formação de profissionais críticos, com propostas alternativas para a gestão das relações entre sociedade-natureza; análise das ações antrópicas causadoras de problemas ambientais.
9. **Adequação metodológica:** o currículo deve refletir uma metodologia consistente com a visão de mundo. Deve levar em consideração a flexibilidade disciplinar e metodologias participativas e interdisciplinares do conteúdo.
10. **Espaços de reflexão e participação democrática:** essa característica é associada à criação de espaços que possibilitem aos indivíduos e grupos, de diferentes origens, o reconhecimento e a troca da diversidade.

Importante reforçar que as características de cada região, quer sejam geográficas, demográficas, históricas e culturais, são indicadores dos caminhos que podem ser seguidos para o currículo ambientalizado proposto pela Rede ACES. Partindo desse pressuposto, não há como estabelecer modelo de ambientalização curricular engessado, é necessário estabelecer as metodologias que podem ser aplicadas a cada realidade.

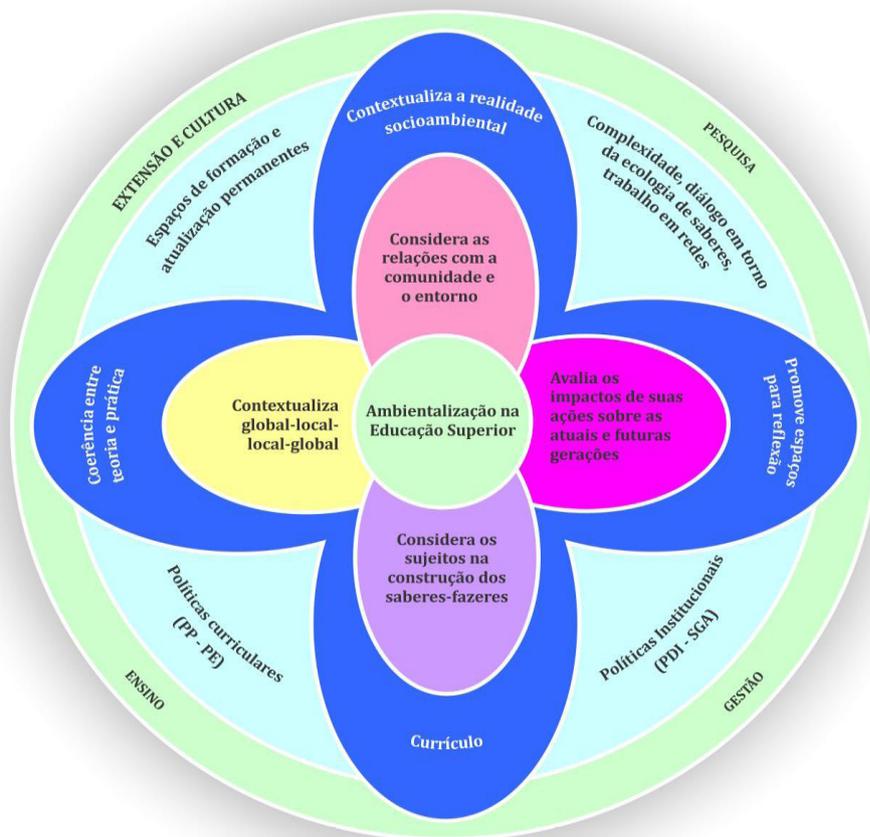
Dados publicados em 2020 pelo Governo Federal<sup>31</sup> apresentam que o Brasil possui 302 instituições públicas de Ensino Superior. Embora apenas três universidades brasileiras tenham feito parte da Rede ACES, as características para um currículo ambientalizado podem ser implementadas em todas as universidades do país, respeitando-se sempre as particularidades locais. Sabemos que essa implementação exige mudanças administrativas e estruturais nas instituições de Ensino Superior e, ainda, que é um processo gradativo e contínuo, exigindo frequentes avaliações e ajustes.

---

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/10/censo-da-educacao-superior-mostra-aumento-de-matriculas-no-ensino-a-distancia>. Acesso em: 10 set. 2021.

Em Guerra et al. (2015), baseado no modelo de indicadores para a ambientalização curricular do Ensino Superior criado pela Rede ACES, é apresentado um modelo de ambientalização sistêmica na Educação Superior envolvendo Pesquisa, Gestão, Ensino, Extensão e Cultura (Figura 04), elaborado pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

**Figura 04** –Visão ampliada do processo de ambientalização nas instituições de Educação Superior



Fonte: Elaboração do Grupo de Pesquisa Educação, Estudos Ambientais e Sociedade – GEEAS, da Univali. GUERRA et al. (2015, p.27).

No modelo sistêmico desenhado pelo GEEAS/UNIVALI, podemos observar a preocupação em estabelecer o processo de ambientalização envolvendo os pilares das instituições de Ensino Superior: ensino, pesquisa, extensão e gestão, abrangendo toda comunidade acadêmica. Destacando na pesquisa o diálogo sobre a “ecologia de saberes” por meio da cooperação entre redes de pesquisa; na gestão, as políticas institucionais que são descritas mediante os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs); no ensino, a importância dos currículos; e na extensão e cultura, um espaço para a promoção da formação e atualização permanentes.

Segundo Guerra et al. (2015), a pesquisa e a produção de trabalhos cooperativos em redes de pesquisadores das universidades são um importante instrumento para ampliar as discussões sobre a temática ambiental e a sustentabilidade socioambiental e pode, em médio prazo, construir uma cultura ambiental nas IES. Nesse sentido, as redes de EA são parte importante dos processos de ambientalização, tanto na cobrança por melhores práticas, como no auxílio para implementação dessas práticas e na avaliação de condições vigentes. No Brasil, algumas redes de EA são bastante atuantes neste sentido, por exemplo:

a) A Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA)<sup>32</sup>, criada em 1992, adotou como carta de princípios o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global<sup>33</sup>. Atualmente existem no Brasil cerca de 45 redes de EA e a REBEA atua como instância de articulação entre elas.

b) Em 2001, foi criada a Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis (RUPEA)<sup>34</sup>, inicialmente formada por três universidades, duas do Estado da Bahia: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); e uma do Estado de São Paulo: a Universidade de São Paulo (USP).

c) Em 2002, a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REASul)<sup>35</sup> foi formada por pesquisadores de duas universidades (Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI e Universidade Federal do Rio Grande - FURG), ambientalistas de uma ONG (Mater Natura) e gestores de políticas públicas do IBAMA, atuando nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A REASul está associada à Aliança de Redes Ibero-americanas pela Sustentabilidade e Meio Ambiente (ARIUSA)<sup>36</sup>, criada em 2007.

d) A Rede de Educação Ambiental de Sergipe (REASE)<sup>37</sup> que estava inativa desde 2014, foi reativada em 2020. É uma rede territorial que tem como objetivo fortalecer a EA em Sergipe e a atuação de educadores ambientais para o enfrentamento das questões

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/rede-brasileira-de-educacao-ambiental-rebea/27520>. Acesso em: 13 set. 2021.

<sup>33</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021.

<sup>34</sup> Disponível em: <http://www2.uefs.br/rupea/>. Acesso em: 13 set. 2021.

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.educacaoambiental.sde.sc.gov.br/index.php/component/tags/tag/18-reasul>. Acesso em: 13 set. 2021.

<sup>36</sup> “Em meados de 2018, 26 redes universitárias ambientais participaram da ARIUSA, com 442 universidades e outras IES de 20 países da região: Colômbia, Guatemala, México, Cuba, Espanha, Argentina, Brasil, Costa Rica, Peru, República Dominicana, Venezuela, Chile, Equador, Portugal, Panamá, Nicarágua, Honduras, Trinidad e Tobago, Bolívia e Jamaica”. Disponível em: <https://ariusa.net/es/ariusa>. Acesso em: 14 set. 2021.

<sup>37</sup> SEMINÁRIO REASE - Tecendo a Rede de Educação Ambiental de Sergipe: nossa práxis educativa. Realizado em 20 e 21 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BLBv7ZpzIqE> <https://www.youtube.com/watch?v=TGdQxWQrQR0>. Acesso em: 20 dez. 2021.

socioambientais, bem como promover a formação de educadores e gestores ambientais. Neste sentido, a rede possui a responsabilidade de assegurar a circulação de informações entre os educadores e a sensibilização da comunidade sergipana para as questões ambientais, através de seminários, palestras, reuniões, programas, projetos, entre outros. Mais de 80% de seus membros representa e/ou faz parte de alguma instituição. Atua em vários municípios do estado de Sergipe: Rosário do Catete, Lagarto, Itabaiana, Simão Dias, Aracaju, Nossa Senhora da Glória, São Francisco, Pirambu, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros.

## 5 GESTÃO SOCIOAMBIENTAL - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA UFS

O objetivo deste Capítulo é apresentar a estrutura administrativa da UFS, de modo que possamos reconhecer os setores e suas responsabilidades no processo de ambientalização da instituição. Para tanto, apresentaremos um breve histórico da criação da UFS, do surgimento dos centros e dos campi e alguns números relevantes referentes à estrutura administrativa da UFS. Em seguida, abordaremos a relação entre a UFS e a A3P; os planos de trabalho da instituição, incluindo os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs), o Plano de Logística Sustentável (PLS), os Relatórios de Gestão e os Relatórios Anuais de Auditoria Interna. Os documentos analisados foram produzidos dentro de nosso recorte temporal (2010 a 2020) e deram suporte para identificarmos as ações efetivamente desenvolvidas pela UFS em seus processos de ambientalização.

### 5.1 Breve histórico da UFS<sup>38</sup>

A Universidade Federal de Sergipe foi criada a partir do Decreto-Lei nº 269 de 1967 e efetivada em 15 de maio de 1968. Antes da criação efetiva da UFS, houve a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e da Escola de Química (1948), a Faculdade de Direito e Faculdade Católica de Filosofia (1950), a Escola de Serviço Social (1954) e a Faculdade de Ciências Médicas (1961). Em 1965, o Ginásio de Aplicação, que funcionava desde 1959, passou a ser denominado de Colégio de Aplicação, sendo incorporado à Universidade Federal de Sergipe em 1967.

A fim de proporcionar uma reforma administrativa-acadêmica, em 1978 novas diretrizes do Ministério da Educação fizeram com que a UFS reformulasse o currículo dos cursos e os distribuisse em quatro unidades de ensino: Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET), Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH). Em 2013 foi criado o Centro de Ciências Agrárias Aplicadas (CCAA).

Na década de 1980, a UFS mudou-se para o Campus de São Cristóvão, atualmente com o nome “Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos”. A Figura 05 apresenta a foto da construção do Campus de São Cristóvão e a Figura 06 a foto atual do prédio da reitoria no Campus de São Cristóvão.

---

<sup>38</sup> Informações disponíveis no site da UFS: <http://www.ufs.br/pagina/432>. Acesso em: 1º fev. 2021.

**Figura 05** – Foto da Construção da Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos



Fonte: Acervo Muhse. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/educacao/especial-ufs-40-anos-a-fundacao/>. Acesso em: 25 out. 2021.

**Figura 06** – Foto atual da Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos – Prédio da Reitoria



Foto: Adilson Andrade/Ascom UFS. Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/65869-ufs-esta-entre-as-8-melhores-universidades-do-brasil>. Acesso em: 25 out. 2021.

Hoje a UFS possui, além do campus de São Cristóvão, os seguintes campi: Campus de Aracaju (Campus da Saúde Prof. João Cardoso do Nascimento Júnior), instalado em 1989; Campus de Itabaiana (Campus Prof. Alberto Carvalho), instalado em 2006; Campus de Laranjeiras, instalado em 2007; Campus de Lagarto (Campus Universitário Prof. Antônio Garcia Filho), instalado em 2011; e o Campus do Sertão, instalado em 2015. O Campus do

Sertão funciona ainda em sede provisória e recebeu uma fazenda de 70 hectares para sua construção, cedida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

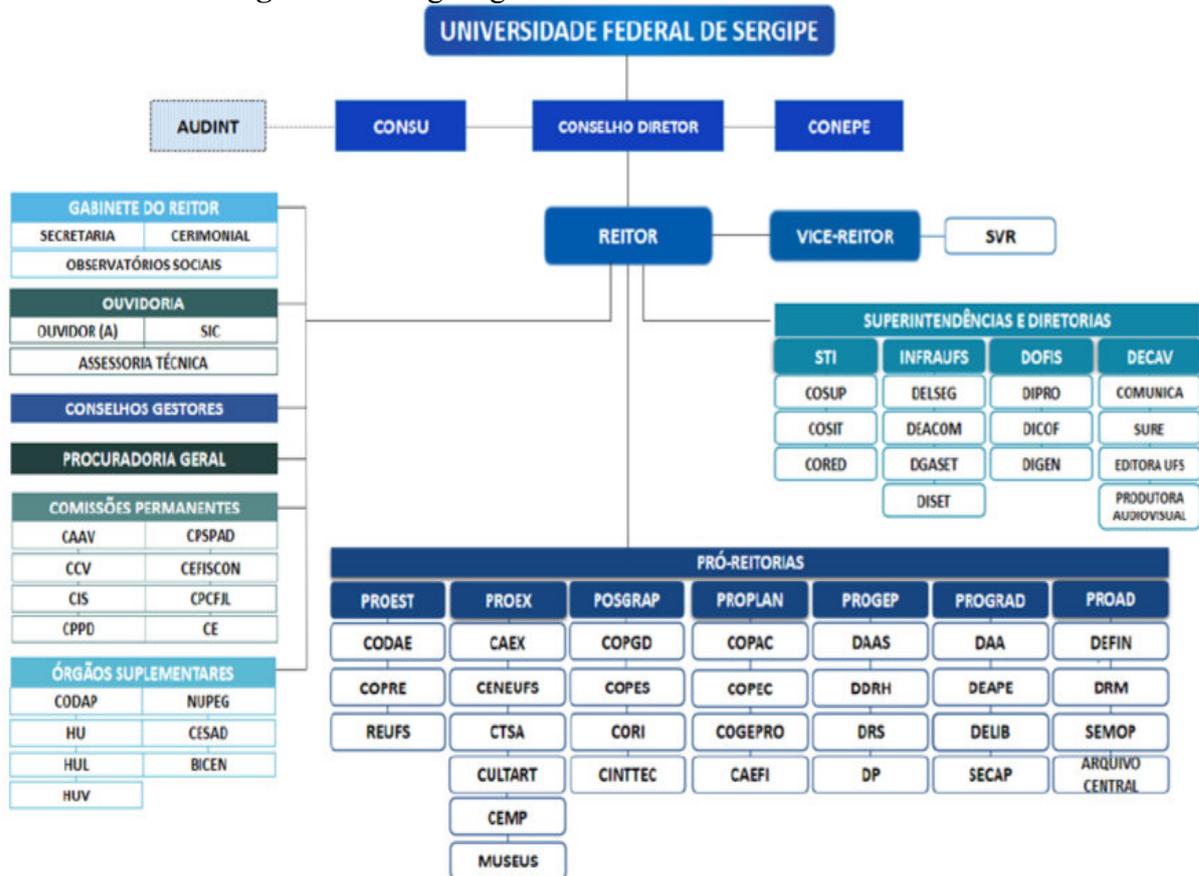
A UFS possui ainda 13 polos no Estado para atender os cursos de educação à distância: Arauá, Brejo Grande, Estância, Japarutuba, Lagarto, Poço Verde, Porto da Folha, São Domingos, Carira, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória, Propriá e São Cristóvão.

Segundo informações apresentadas no Relatório de Gestão (2013-2020), a UFS conta com 113 opções de cursos de graduação, 46 mestrados acadêmicos, 10 mestrados profissionais e 20 doutorados acadêmicos. São 2.601 alunos nos cursos de pós-graduação e 27.000 alunos na graduação, sendo 25.137 na modalidade presencial e quase 2.000 na modalidade educação à distância, matriculados nos polos de São Cristóvão, Nossa Senhora das Dores, Lagarto, Carira, Poço Verde, São Domingos, Propriá, Glória, Japarutuba, Brejo Grande, Estância, Arauá e Porto da Folha. O Relatório de Gestão apresenta também que o quadro de pessoal é composto por 1.523 docentes efetivos, dos quais 1.060 são doutores, havendo mais 43 professores lotados no Colégio de Aplicação. O corpo administrativo é composto por 1.442 técnicos. Vale destacar que esses números correspondem ao levantamento feito à época em que foi elaborado o referido Relatório de Gestão.

A UFS está organicamente constituída por dois subsistemas interdependentes: o Subsistema de Administração Geral (SAG) e o Subsistema de Administração Acadêmica (SAA). O SAG é formado pelo Conselho Universitário (CONSU), instância superior em matéria administrativa e de política universitária; o Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (CONEPE), que trata de questões relativas ao ensino, pesquisa e extensão; e a Reitoria, órgão diretivo e executivo máximo da UFS. Ligados à Reitoria estão os gabinetes do Reitor e Vice-Reitor, as Pró-Reitorias, a Superintendência de Infraestrutura (INFRAUFS), a Procuradoria Geral (PGE), as Assessorias e os Órgãos Suplementares (Núcleo de Tecnologia e Informação (NTI), Biblioteca Central (BICEN), Restaurante Universitário (RESUN), Centro de Educação Superior a Distância (CESAD), Colégio de Aplicação (CODAP), Hospital Universitário (HU), etc.).

Para melhor entendimento do funcionamento da gestão administrativa da UFS, apresentamos na Figura 07 o organograma atualizado em 2021, disponível no PDI 2021-2025, p. 41.

**Figura 07 – Organograma da Área Administrativa da UFS**



Fonte: SVR; SIDI/UFS, 2021. PDI 2021-2025, p.41.

## 5.2 A UFS e a agenda ambiental na administração pública

A UFS assinou o Termo de Adesão da A3P em 29 de abril de 2015<sup>39</sup>, com publicação no DOU, nº 82, Seção 3, pg. 138, do dia 04 de maio de 2015. A parceria foi concretizada por intermédio da vice-reitoria e do Núcleo de Gestão Ambiental (NGA), à época, coordenado pelo professor Genésio Tâmara Ribeiro.

Vale ressaltar que, antes da assinatura do Termo de Adesão da A3P, a UFS já desenvolvia ações de gestão ambiental mediante do “Programa UFS Ambiental”, institucionalizado pela Portaria nº 420, de 23 de fevereiro de 2012, como veremos mais adiante.

Com a proposta de reunir projetos socioambientais ligados às temáticas: coleta seletiva, trânsito, arborização, redução do consumo de água e energia, desperdício de

<sup>39</sup>Dado disponível em: <http://www.ufs.br/conteudo/16788>. Acesso em: 1º mar. 2021.

alimentos e ecológico, a A3P propõe seis eixos temáticos, dos quais a UFS iniciou trabalhando com quatro:

a) **Gestão de resíduos** (químicos, biológicos, hospitalares, orgânicos ou comuns) - dentro desse eixo, com colaboração da Empresa Júnior<sup>40</sup> de publicidade da UFS, foi criada uma campanha efetiva de coleta seletiva para a comunidade acadêmica. Em cada sala, administrativa ou acadêmica, foram colocadas duas lixeiras, uma para lixo reciclável e outra para não-reciclável, contendo adesivos explicativos. Todo material reciclável deveria ser enviado para a Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju, a CARE.

b) **Uso racional dos recursos** – que visa o controle no consumo de água, energia e também da telefonia.

c) **Licitações Sustentáveis** – mediante a análise nas especificações das compras e contratos com o objetivo de perceber se as especificações estão de acordo com alguma instrução normativa ambiental para que sejam consideradas sustentáveis.

d) **Qualidade de vida no trabalho** – corresponde ao desenvolvimento de pesquisa sobre a percepção da comunidade (técnicos, professores, bolsistas e terceirizados) em relação ao ambiente de trabalho e como ele pode ser melhorado quanto à poluição sonora, ruídos, iluminação, ergometria dos equipamentos, entre outros.

Segundo Alves (2010), a UFS, assim como outras Instituições Federais de Ensino Superior, tem desenvolvido ações ambientais buscando educar e racionalizar o consumo de água e energia, o desperdício de alimentos no RESUN (Restaurante Universitário), dentre outras ações. Isso demonstra que os gestores estão dispostos a empreender no desenvolvimento sustentável, obedecendo à legislação ambiental. Além disso, a universidade dispõe de condições técnicas e de profissionais capazes de compreender e implantar essas ações. Entretanto, de acordo com Matias (2014), as ações da UFS, até 2012, não estavam articuladas com os eixos temáticos da Agenda A3P, sendo evidenciada a ausência de uma política ambiental formalmente inserida no cronograma da instituição. Diante da visão divergente entre os autores, foi necessário aprofundarmos nas pesquisas para compreendermos quais ações foram efetivamente adotadas no período de 2010 a 2020 na UFS.

---

<sup>40</sup> “As Empresa Júniores são associações civis sem fins lucrativos e com fins educacionais formada exclusivamente por alunos do ensino superior, regulamentada no Brasil através da Lei 13.267/2016, com o propósito de realizar projetos e serviços que contribuam para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos associados, capacitando-os para o mercado de trabalho, sob orientação de professores da IES ao qual está vinculada” (UFS. Manual de Empresas Júniores, 2020, p. 4). Disponível em: <http://proex.ufs.br/pagina/21713-%20empresa-junior>. Acesso em: 1º fev. 2021.

De acordo com Nunes e Luz (2017), a implantação da A3P pelas universidades promove a melhoria em suas atividades, em todos os aspectos. Através das propostas da A3P é possível cuidar dos recursos humanos e materiais da instituição, cuidando dos processos logísticos e do saber, das construções físicas e da comunidade universitária. As mudanças necessárias para a gestão socioambiental exigem investimentos financeiros e a participação de toda a comunidade acadêmica numa ação coletiva e colaborativa de direcionamento dos esforços para ações sustentáveis. O resultado desses esforços será a redução de gastos desnecessários, redução de desperdícios, ganho em economia e qualidade, além da conservação de recursos naturais e possíveis aprendizados que podem resultar na incorporação do *habitus* ambiental.

A implantação da gestão ambiental nas universidades públicas, segundo as orientações da A3P descritas por Nunes e Luz (2017) no “Manual de Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas”, deve seguir cinco passos:

- 1º) Criar uma comissão gestora
- 2º) Realizar o diagnóstico da universidade
- 3º) Elaborar o plano de gestão socioambiental
- 4º) Promover a mobilização e sensibilização
- 5º) Realizar a avaliação e o monitoramento das ações

A UFS procurou cumprir cada um desses passos, sobretudo, incluindo nos Planos de Desenvolvimento Institucional um item específico para tratar da responsabilidade socioambiental da instituição. Além dos trabalhos de avaliação e monitoramento desenvolvidos pela comissão gestora proposta pela A3P, a UFS monitora e avalia suas ações através dos relatórios de gestão e dos relatórios anuais emitidos pela Auditoria Interna (AUDINT). Quanto ao processo de mobilização e sensibilização, percebemos que ainda é tímido, tendo em vista divulgação deficitária e também a pouca promoção de cursos de capacitação na área ambiental, como veremos mais adiante, ainda neste capítulo.

### **5.3 UFS Ambiental**

O Programa UFS Ambiental foi criado em 2010 e instituído pela Portaria nº 430, de 23 de fevereiro de 2012, como programa permanente para assuntos relativos à gestão e EA no âmbito da universidade. Nesse contexto, representa um importante instrumento de gestão administrativa e favorece a implementação de projetos de pesquisa e extensão relacionados à temática ambiental.

De acordo com o Art. 2 da Portaria nº 430/2012/UFS, o Programa UFS Ambiental tem como missão contribuir para a construção de sociedades sustentáveis, observando a redução de resíduos, a proteção do meio ambiente, a melhoria da qualidade de vida e a capacitação de recursos humanos comprometidos com esses objetivos. Além de contar com a participação da comunidade acadêmica para o sucesso do programa, por meio do sentimento de pertencimento e de ações colaborativas, o Programa utiliza os princípios dos 5Rs (Reduzir, Reutilizar, Recuperar, Renovar e Reciclar).

Nesse contexto, são diretrizes do Programa UFS Ambiental, propostos no Art. 4º da Portaria nº 430/2012/UFS:

- I- Propor políticas para a gestão ambiental da UFS;
- II- Estimular a comunidade UFS a incorporar valores, atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, em especial, a minimização na geração de resíduos;
- III- Colaborar para a capacitação do quadro de funcionários na incorporação de boas práticas socioambientais;
- IV- Contribuir para o estabelecimento de políticas de conservação, recuperação, melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida na UFS e na sociedade;
- V- Promover a consolidação do processo de gestão compartilhada e integrada de resíduos na UFS, tornando-o exemplo de boas práticas para a sociedade;
- VI- Apoiar e fomentar a promoção de iniciativas socioambientais que articulem aspectos de pesquisa, ensino, extensão e gestão.

Ainda segundo a Portaria que o instituiu, o Programa será composto por um coordenador geral; um grupo gestor; representantes dos campi e comissões dos campi. A cada um dos membros são definidas atribuições, descritas na Portaria nº 430/2012/UFS (Anexo C).

De acordo com os Relatórios de Gestão (2010 a 2012), o Programa UFS Ambiental realizou as seguintes atividades:

a) Em 2010 promoveu a Semana UFS Ambiental; elaborou relatório para compra de equipamentos que seriam utilizados na Coleta Seletiva de Lixo; realizou palestras na Semana de Extensão da UFS, no II Seminário da Sala Verde/GEPEASE e em outros eventos da UFS; representou a UFS em eventos externos; realizou visitas técnicas em unidades da UFS

b) Em 2011 implantou do Projeto de coleta seletiva de resíduos na UFS; realizou treinamento dos servidores que atuam na coleta dos resíduos; apoiou o projeto de arborização do Campus de São Cristóvão; realizou pesquisa sobre o uso e descarte de óleo de cozinha no RESUN; desenvolveu o projeto de pesquisa “Pelo Direito de Ir e Vir”, relacionado ao trânsito Cidade Universitária; realizou análise de procedimentos junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); realizou análise da produção de resíduos no Campus de Lagarto e de Itabaiana; promoveu palestras e oficinas sobre questões ambientais; participou em eventos externos representando a UFS.

c) Em 2012, promoveu a campanha “Consciência ambiental: repense seus valores. repasse essa ideia”, integrando todos os Campi da UFS para ações de EA, trabalhando com os seguintes temas: Redução do consumo de água e energia; Educação de trânsito; e Coleta seletiva.

d) Em 2013 e 2014, a UFS continua adotando práticas de reciclagem e de despejo seguro dos resíduos, aliadas à EA, por meio do Programa UFS Ambiental.

e) A partir de 2014, o Programa UFS Ambiental foi incorporado ao Núcleo de Gestão Ambiental (NGA), recém-criado.

## **5.4 Planos de trabalho desenvolvidos pela UFS**

Trataremos neste item, basicamente, de três planos desenvolvidos pela UFS no período de 2010 a 2020: os Planos de Desenvolvimento Institucional de 2010 a 2014 e de 2016 a 2020 e o Plano de Logística Sustentável de 2013 a 2016.

### *5.4.1 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)*

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é uma forma sintetizada do planejamento estratégico das Instituições de Ensino Superior (IES), públicas e privadas, servindo para que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAÉ)<sup>41</sup> possa avaliar o desempenho dessas instituições. O PDI deve ser apresentado pelas IES a cada 05 (cinco) anos, de acordo com o que dispõe a legislação que orienta sua elaboração. Como dispositivos legais para elaboração do PDI podemos citar: Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.861/2004; Decreto nº 2.494/1998; Decreto nº 3.860/2001; Decreto nº 4.914/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 5.224/2004 e Decreto nº 5.225/2004; Portaria MEC nº 301/1998; Portaria MEC nº 1.466/2001; Portaria MEC nº 2.253/2001; Portaria MEC nº 3.284/2003; Portaria MEC nº 7/2004; Portaria MEC nº 2.051/2004; Portaria MEC nº 3.643/2004; Portaria MEC nº 4.361/2004; Resolução CES/CNE nº 2/1998; Resolução CNE/CP nº 1/1999; Resolução CES/CNE nº 1/2001; Resolução CP/CNE nº 1/2002 (Art.7); Resolução CES/CNE nº 10/2002; Parecer CES/CNE nº 1.070/1999 (BRASIL, 2004).

---

<sup>41</sup> O SINAÉ foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, com a finalidade de avaliar as instituições de Ensino Superior, os cursos e o desempenho dos estudantes. O SINAÉ avalia todos os aspectos em relação ao ensino, à pesquisa, à extensão, à responsabilidade social, ao desempenho dos alunos, à gestão da instituição, ao corpo docente e às instalações. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinaes>. Acesso em: 1º mar. 2021.

Mais recente, o Artigo 21 do Decreto nº 9.235/2017<sup>42</sup> estabelece a composição mínima do PDI:

Art. 21. Observada a organização acadêmica da instituição, o PDI conterà, no mínimo, os seguintes elementos:

I - missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;

II - projeto pedagógico da instituição, que conterà, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão;

III - cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, da previsão de abertura de **campus** fora de sede e de polos de educação a distância;

IV – organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número e natureza de cursos e respectivas vagas, unidades e **campus** para oferta de cursos presenciais, polos de educação a distância, articulação entre as modalidades presencial e a distância e incorporação de recursos tecnológicos;

V - oferta de cursos e programas de pós-graduação **lato** e **stricto sensu**, quando for o caso;

VI - perfil do corpo docente e de tutores de educação a distância, com indicação dos requisitos de titulação, da experiência no magistério superior e da experiência profissional não acadêmica, dos critérios de seleção e contratação, da existência de plano de carreira, do regime de trabalho, dos procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro e da incorporação de professores com comprovada experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho;

VII - organização administrativa da instituição e políticas de gestão, com identificação das formas de participação dos professores, tutores e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos, dos procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos estudantes, das ações de transparência e divulgação de informações da instituição e das eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições, demonstrada a capacidade de atendimento dos cursos a serem ofertados;

VIII - projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais;

IX - infraestrutura física e instalações acadêmicas, que especificará:

a) com relação à biblioteca:

1. acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia;

2. formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e

3. espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; e

b) com relação aos laboratórios: instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes e a serem adquiridos, com a identificação de sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos e a descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas;

X - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras;

XI - oferta de educação a distância, especificadas:

a) sua abrangência geográfica;

b) relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI;

<sup>42</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm). Acesso em: 7 dez. 2021.

- c) infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação a distância, em consonância com os cursos a serem ofertados;
- d) descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos; e
- e) previsão da capacidade de atendimento do público-alvo.

Parágrafo único. O PDI contemplará as formas previstas para o atendimento ao descrito nos art. 16 e art. 17, no tocante às políticas ou aos programas de extensão, de iniciação científica, tecnológica e de docência institucionalizados, conforme a organização acadêmica pleiteada pela instituição (BRASIL, 2017).

A UFS elaborou cinco PDIs até o momento: PDI 2001-2004; PDI 2005-2009; PDI 2010-2014; PDI 2016-2020; e PDI 2021-2025. Respeitando o nosso recorte temporal, abordaremos, mais especificamente, os PDIs 2010-2014 e 2016-2020.

#### 5.4.1.1 PDI/UFS – 2010 a 2014

Elaborado na gestão do Magnífico Reitor Prof. Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho, o PDI/UFS – 2010 a 2014 tinha como missão “[...] contribuir para o progresso da sociedade por meio da geração de conhecimento e da formação de cidadãos críticos, éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável” (PDI, 2010, p.27). A construção do PDI ocorreu de modo participativo, envolvendo a comunidade acadêmica, e teve como eixos estruturantes:

- a) Qualidade de ensino;
- b) Pesquisa, inovação e transferência de tecnologia;
- c) Relações com a sociedade;
- d) Motivação e valorização das pessoas;
- e) Organização e gestão de pessoas;
- f) Adequação da infraestrutura;
- g) Interiorização da universidade;
- h) Responsabilidade socioambiental;
- i) Política de atendimento ao discente.

Dos nove eixos estruturantes, destacamos a “Responsabilidade Socioambiental”, pela relação direta com a nossa pesquisa. De acordo como o PDI, a responsabilidade social da UFS leva em consideração a contribuição para a inclusão social, para o desenvolvimento socioeconômico, para a defesa do meio ambiente, da memória cultural, do patrimônio cultural e da produção artística. Nesse sentido, a UFS busca estar atenta ao contexto ambiental atual e ao seu papel, enquanto órgão público, e conforme o que estabelece o Art. 225 da Constituição Federal.

Neste contexto, o PDI 2010-2014 apresentou as seguintes metas:

- a) Criação do Programa UFS Ambiental, que será um articulador de todas as ações de gestão, de ensino, de pesquisa e extensão no âmbito da Universidade;
- b) Instauração de uma política interna de educação ambiental para toda comunidade universitária e visitantes;
- c) Capacitação de técnicos e professores em questões ambientais, em todos os níveis hierárquicos;
- d) Avaliação e criação da disciplina Educação Ambiental na grade curricular dos cursos de graduação, em caráter obrigatório, optativo ou eletivo, em observância à Constituição Federal, à Lei nº 9.795/99, à Lei nº 9.394/96 e ao Decreto nº 4.281/02;
- e) Estabelecimento de normas ambientais gerais e específicas mediante portarias emitidas pelo Reitor ou através de resoluções do Conselho Superior;
- f) Intensificação e ampliação dos programas ambientais existentes;
- g) Adoção da licitação sustentável como modalidade preferencial, em observância à Lei nº 8.666/93 e IN nº 01/2010/SLTI/MPOG;
- h) Construção de prédios ecoeficientes, com a opção da verticalização;
- i) Definição de um Plano Diretor Urbano;
- j) Criação de um órgão específico para tratar de questões ambientais, direcionado ao desenvolvimento sustentável da Instituição;
- k) Identificação de projetos ambientais desenvolvidos por professores e pesquisadores em prol da UFS com vistas a estabelecer parcerias internas e externas;
- l) Opção por não construir sobre as áreas de mata atlântica ainda não fortemente antropizadas;
- m) Intensificação da política de redução de custos;
- n) Estímulo à participação da comunidade nas decisões ambientais;
- o) Definição de ações ambientais como inovação tecnológica;
- p) Envolvimento integrado das pró-reitorias e demais órgãos;
- q) Autorização para as auditorias ambientais;
- r) Utilização ou ampliação de práticas sustentáveis, como coleta seletiva de resíduos; uso de papel reciclado, em frente e verso; racionalização do uso de estacionamentos; reestruturação das áreas para acessibilidade de deficientes físicos; não utilização dos espaços verdes em atividades que degradem o ambiente natural, como shows e eventos, entre muitos (PDI, 2010, p.41).

No Quadro 01, extraído do PDI 2010-2014, são apresentadas estratégias de execução para cumprir as metas do eixo “Responsabilidade Social”, dentro de um cronograma de cinco anos. Na pesquisa, investigamos a efetiva execução dessas metas e os resultados produzidos.

**Quadro 01 – Cronograma de Execução do Eixo Estruturante: Responsabilidade Socioambiental– PDI(2010-2014)**

METAS	ESTRATÉGIAS	CRONOGRAMA				
		2010	2011	2012	2013	2014
I – IMPLANTAR O SISTEMA DE COLETA SELETIVA DE LIXO	Implantar coletores para diferentes tipos de lixo;					
	Criar estrutura para recolhimento e armazenamento do lixo coletado					

II – RECICLAR TODO MATERIAL RECICLÁVEL	Encaminhar o lixo para reciclagem;					
	Criar parcerias com instituições de reciclagem e ONGs;					
	Capacitar pessoal para lidar com a reciclagem de lixo;					
	Encontrar formas de geração de renda a partir do lixo reciclado.					
III – ADQUIRIR PRODUTOS DE EMPRESAS COM SELO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	Na medida do possível optar por adquirir produtos de empresas que mantenham padrões de responsabilidade social;					
	Utilizar papel reciclável; utilizar produtos de baixo impacto ambiental.					
IV- REDUZIR O CONSUMO DE ÁGUA	Realizar manutenção preventiva;					
	Trocar hidrômetros;					
	Consertar vazamentos com rapidez.					
V - REDUZIR O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA	Trocar equipamentos antigos por novos com consumo menor;					
	Trocar lâmpadas para as de baixo consumo;					
	Na medida do possível construir prédios que aproveitem a luz natural.					
VI – REALIZAR CAMPANHAS EDUCATIVAS	Realizar campanhas para reduzir o consumo de água e luz;					
	Realizar campanhas para fomentar a coleta seletiva de lixo;					
	Realizar campanhas para fortalecer o consumo consciente.					

Fonte: Quadro extraído do Plano de Desenvolvimento Institucional –PDI (2010-2014), p.58.

A materialização dessas metas, de acordo com as perspectivas do próprio PDI, depende da sensibilização da comunidade universitária.

#### 5.4.1.2 PDI/UFS – 2016 a 2020

O PDI 2016 a 2020 foi publicado em 2016, na gestão do Magnífico Reitor Prof. Dr. Ângelo Roberto Antonioli, cumprindo o que estabelece a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. A construção do PDI foi coordenada pela Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) e por uma comissão instituída pela Portaria nº 2054/2014/GR, além de contar com a contribuição da comunidade universitária. Importante ressaltar que, à época, o PDI previu e agendou um período para participação e sugestões da comunidade interna e externa da UFS através de uma chamada pública no portal da instituição.

O PDI 2016 a 2020 foi apresentado com os seguintes eixos temáticos:

- a) Qualidade e desempenho acadêmico;
- b) Infraestrutura física de ensino, pesquisa e extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- c) Relação e comunicação com a sociedade;
- d) Gestão organizacional e desenvolvimento de pessoal;
- e) Sustentabilidade ambiental e qualidade de vida.

Teve como eixo central a qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco na melhoria dos indicadores de desempenho acadêmico, prevendo que todos os eixos temáticos influenciam na qualidade e desempenho acadêmico e formam um elo de interdependência e relação.

Espera-se que a UFS, enquanto instituição de Ensino Superior, seja referência na adoção de práticas inovadoras e sustentáveis. Nessa perspectiva, o PDI apresenta alguns indicadores para o acompanhamento das ações de sustentabilidade ambiental: consumo de energia e índice de uso de energia renovável; consumo de água e índice de seu aproveitamento e reuso; consumo de papel e copos descartáveis; índices de rotinas e processos digitais; números de árvores plantadas; e índice de volume de resíduos sólidos. Esses indicadores já nos dão uma ideia da concepção de ambientalização adotada pela instituição. É proposta do PDI a redução do consumo per capita de 0,5% em relação aos meses do período de 2016 a 2020 dos itens: energia, água, papel e copos descartáveis; o aumento gradativo do número de processos digitais, buscando atingir 100% em 2020; aumentar o número de árvores plantadas em 5% e em 2% o volume de resíduos reciclados, a cada ano, no período de 2016 a 2020.

Uma das diretrizes sob a coordenação da Administração Superior é promover a realização de fóruns e painéis sobre a política de sustentabilidade de recursos energéticos,

água e materiais de consumo, visando tornar a UFS referência na implantação de projetos sustentáveis.

O PDI, correspondendo ao período de 2016 -2020, previa a coordenação de ações relacionadas à sustentabilidade ambiental e qualidade de vida, para as Pró-Reitoras, Diretores de Centros do Campus de São Cristóvão e Diretores dos Campi, conforme descrição apresentada no Quadro 02.

**Quadro 02 – Ações de sustentabilidade e qualidade de vida nos campi da UFS**

<b>RESPONSÁVEIS PELA COORDENAÇÃO</b>	<b>AÇÕES</b>
Pró-Reitorias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Discutir alternativas e formas de acesso às dependências internas dos campi;</li> <li>- Criar programas que incentivem atividades esportivas para os discentes e docentes;</li> <li>- Aprimorar o sistema de segurança nas vias internas em todos os campi;</li> <li>- Implantar sistema de tratamento de resíduos dos laboratórios;</li> <li>- Discutir com a comunidade formas de reaproveitamento de recursos naturais;</li> <li>- Estimular o uso de espaços de interação lúdica, para apresentação cultural e manifestações artísticas em todos os campi.</li> </ul>
Diretores de Centros do Campus de São Cristóvão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Discutir com a comunidade universitária alternativas e formas de acesso às dependências internas do campus;</li> <li>- Participar de forma ativa no aprimoramento do sistema de segurança recém implantado no campus São Cristóvão;</li> <li>- Tomar conhecimento do sistema de tratamento de esgotos e de coleta de resíduos químicos e biológicos, de modo adotar medidas para o descarte adequado dos resíduos dos laboratórios;</li> <li>- Discutir com a comunidade formas de reaproveitamento da água e uso racional da energia e demais recursos naturais;</li> <li>- Promover apresentação cultural e manifestações artísticas, mediante a valorização de atividades lúdicas.</li> </ul>
Diretor do Campus da Saúde/HU	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Discutir alternativas e formas de acesso às dependências internas do campus;</li> <li>- Auxiliar no aprimoramento do sistema de segurança nas vias internas do campus;</li> <li>- Contribuir para implantação do sistema de tratamento de resíduos dos laboratórios;</li> <li>- Discutir com a comunidade do campus formas de reaproveitamento de recursos naturais;</li> <li>- Estimular o uso de espaços de interação lúdica, para apresentação cultural e manifestações artísticas no campus, incluindo a participação da comunidade externa.</li> </ul>

Diretor do Campus de Laranjeiras	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Discutir alternativas e formas de acesso às dependências internas do campus;</li> <li>- Auxiliar no aprimoramento do sistema de segurança nas vias internas do campus;</li> <li>- Discutir com a comunidade do campus formas de uso racional de recursos naturais;</li> <li>- Estimular o uso de espaços de interação lúdica, para apresentação cultural e manifestações artísticas no campus, incluindo a participação da comunidade externa;</li> <li>- Buscar junto aos setores competentes apoio para estruturação de projeto de sustentabilidade ambiental do campus.</li> </ul>
Diretor do Campus de Itabaiana	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar espaço de interação entre a comunidade acadêmica e comunidade externa para apresentação cultural e manifestações artísticas;</li> <li>- Desenvolver ações voltadas para a sustentabilidade ambiental do Campus, mediante a institucionalização de política de recolhimento de resíduos químicos, preservação e ampliação das áreas verdes, conservação de energia e água etc.</li> </ul>
Diretor do Campus de Lagarto	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estimular a Coleta Seletiva;</li> <li>- Incentivar ações que envolvam atividades físicas como caminhadas, corridas etc.;</li> <li>- Buscar meios para promover a arborização da área externa do campus de Lagarto;</li> <li>- Criar programa de atividades esportivas para discentes, técnicos administrativos e docentes;</li> <li>- Propor a criação de espaços de interação cultural para apresentação e manifestações artísticas dos alunos, docentes e técnicos, colaboradores e comunidade externa.</li> </ul>
Diretor do Campus do Sertão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adotar políticas de sustentabilidade de recursos energéticos, água e materiais de consumo, buscando a autossuficiência das atividades e dos projetos de ensino, pesquisa e extensão;</li> <li>- Criar espaços de interação entre a comunidade universitária com a população da região mediante apresentações e manifestações artísticas e culturais.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em informações retiradas do PDI 2016-2020, p. 91-106.

Diante do exposto, percebemos que, na maioria das ações descritas no Quadro 02, existe uma preocupação em envolver a comunidade acadêmica, caracterizando uma gestão participativa, quando prevê que a comunidade seja consultada sobre formas de reaproveitamento de recursos naturais, alternativas e formas de acesso às dependências internas do campus, interação entre a comunidade interna e externa, através de atividades artísticas e culturais.

#### 5.4.2 Plano de Logística Sustentável - PLS (2013 a 2016)

O PLS com propostas para execução no período de 2013 a 2016 foi elaborado por uma comissão específica, designada através da Portaria nº 598, de 04 de março de 2013, na gestão do Magnífico Reitor Prof. Dr. Ângelo Roberto Antonioli. Enquanto o PDI envolve questões administrativas e acadêmicas em todas as áreas de atuação da UFS, não se restringindo apenas a questões ambientais, o PLS se propõe a trabalhar com questões específicas de sustentabilidade, envolvendo toda a comunidade acadêmica. Inclusive, uma das propostas do PLS é que o PDI seja revisto para que sejam identificadas as áreas nas quais a sustentabilidade possa ser integrada com o apoio da comunidade acadêmica. Outra preocupação do PLS é a implantação da A3P na UFS.

Assim, baseado no que dispõe a Instrução Normativa do MPOG nº 10, de 12/11/2012, o PLS apresenta um plano de trabalho com sete eixos norteadores, conforme o Quadro 03.

**Quadro 03 – Eixos norteadores do PLS(2013-2016)**

<b>EIXOS</b>	<b>DETALHAMENTO</b>
<b>1. Planejamento e Coordenação</b>	Incorporação da sustentabilidade nos planos estratégicos institucionais. Aprimoramento dos Serviços e Informações, melhoria dos processos internos da universidade, tendo como base a efetividade (eficácia mais eficiência), transparência e lisura dos serviços prestados, buscando com isso entregar os resultados almejados pela sociedade. Entende-se por efetividade a integração de três perspectivas de análise, complementares entre si: a qualidade dos serviços e processos executados, ou seja, o método utilizado para realizar as atividades; a utilidade e viabilidade dos recursos, ou seja, a eficiência e eficácia no emprego dos recursos, e o desempenho dos prestadores de serviço (visualização, informação e satisfação do usuário). Os indicadores, gerados a partir daí, deverão influenciar os resultados obtidos no sentido de otimizar os custos e a qualidade dos serviços prestados.
<b>2. Acessibilidade e Diversidade</b>	“A Educação dentro de um ambiente diverso prepara os alunos para se tornarem bons cidadãos em uma sociedade cada vez mais complexa, pluralista, que promove o respeito mútuo e trabalho em equipe, e que ajuda a construir comunidades cujos membros são julgados pela qualidade do seu caráter e suas contribuições” (American Council on Education, 1995-2010, EUA).
<b>3. Compromisso Público: Retorno para a</b>	Construção de fortes ligações com a comunidade, promovendo o engajamento cívico, aceleração da transferência de conhecimento e a ação coletiva para escalas significativas de mudança em prol da

<b>Comunidade</b>	sustentabilidade.
<b>4. Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho</b>	Decisões diárias dos professores e funcionários afetam a sustentabilidade da instituição. Um ambiente de trabalho adequado provê condições para o desenvolvimento de um campus sustentável.
<b>5. Ecoeficiência</b>	Eficiência energética; Uso eficiente da água; Materiais Renováveis, Recicláveis, Reutilizáveis e Atóxicos; Construções sustentáveis; Fontes de energia alternativa; Soluções de Iluminação mais Eficientes; Equipamentos mais Eficientes (selo Procel); Aproveitamento da Água de Chuva; Aproveitamento de Águas Cinzas; Uso Eficiente dos demais Recursos Naturais; Minimização do Impacto Ambiental; Redução, Separação e Destinação dos Resíduos.
<b>6. Compras e Contratações Sustentáveis</b>	As universidades têm poder de compra coletivo significativo e podem moldar a natureza dos produtos e serviços postos à sua disposição e outros por meio de suas políticas e normas. Cada decisão de compra representa uma oportunidade para as instituições escolherem ambiental e socialmente produtos e serviços de empresas com fortes compromissos com a sustentabilidade. Além disso, as universidades têm a responsabilidade de entender os impactos ambientais, sociais e econômicos associados com o ciclo de vida completo de suas escolhas de compra.
<b>7. Mobilidade e Transporte</b>	O transporte é uma das principais fontes de emissões de gases de efeito estufa e outros poluentes que contribuem para problemas de saúde como doenças cardíacas e respiratórias e câncer. Modos de transporte, como ciclismo e caminhada fornecem benefícios à saúde e combinados com o transporte público eficaz reduzem as demandas de infraestrutura de estacionamento e os impactos de tráfego nas comunidades vizinhas.

Fonte: Quadro extraído na íntegra do Plano de Logística Sustentável (2013-2016), p.12.

Para cada eixo, o PLS descreve um plano de ação com planejamento, monitoramento e estratégias de execução, estabelecendo um período de execução e o(s) setor(es) responsável(is) pela implementação.<sup>43</sup>

A ideia do PLS é que a UFS se organize em uma rede colaborativa e cooperativa, organizada em eixos, de modo que cada setor, entidade ou indivíduo envolvido possa trazer suas experiências e conhecimentos sobre as questões ambientais, formando um espaço de troca de experiências e disseminação de conhecimento. O PLS apresenta como princípios fundamentais para o sucesso das ações propostas a participação e comprometimento de toda comunidade acadêmica, mediante o aprendizado e a internalização dessas propostas e, ainda,

<sup>43</sup> O PLS2013-2016, arquivo em PDF, está disponível em: <http://oficiais.ufs.br/pagina/7964>. Acesso em: 3 fev. 2021.

a transparência e informação na execução dos processos de sustentabilidade no âmbito da UFS.

## 5.5 Relatórios de Gestão

O Relatório de Gestão é um documento elaborado pela UFS para tornar pública suas atividades de gestão acadêmica e administrativa e a aplicação de seus recursos.

Por se tratar de um documento amplo, que envolve todas as atividades da instituição, manteremos o foco nas questões ambientais e no processo de ambientalização, dentro de nosso recorte temporal (2010-2020). A base para essa análise será um comparativo entre as propostas dos planos institucionais (PDIs e PLS) e os resultados registrados como ações ambientais efetivamente desenvolvidas.

Com relação à gestão ambiental e a licitações sustentáveis, o Relatório de Gestão de 2012 apresenta que a UFS tem observado o que dispõe a IN/MPOG nº 01/2012 e o Decreto nº 5.940/2006, adotando, dentre outras, as seguintes medidas:

- a) para aquisição de portas de madeiras e móveis deve haver a comprovação de Documento de Origem Florestal e/ou Certificação de Sustentabilidade Ambiental;
- b) para aquisição de aparelhos de ar-condicionado e de refrigeração, a exigência de selo do Inmetro/Procel classe “A” e para produtos odontológicos e médicos, bem como de materiais de limpeza, o registro da ANVISA;
- c) aquisição de veículos com combustível flex, para reduzir os impactos ambientais e na saúde humana;
- d) aquisição de papel A4 e bloco de rascunho reciclados.

A UFS também reafirma que sempre coloca como critério a compra de materiais que contribuam com a economia de água e energia, tais como torneiras automáticas, lâmpadas econômicas, reatores eletrônicos e, ainda, que utiliza água de poços artesianos para descargas nos banheiros das didáticas.

Em 2013, segundo informações do Relatório de Gestão (2013) e de acordo com dados fornecidos pela Empresa Torre, foram encaminhados à CARE 610.000 litros de resíduos recicláveis coletados no Campus de São Cristóvão. De acordo com Relatórios de Gestão de anos posteriores, foram enviados à CARE: Em 2016, 3,72 toneladas de resíduos recicláveis; em 2017, cerca de 4,73 toneladas de resíduos recicláveis.

De acordo com o Relatório de Gestão (2013-2020), até 2014, a UFS recolhia apenas lixo comum. A partir de 2015, mediante a necessidade de recolher e dar destino correto aos resíduos químicos e biológicos, a UFS passou a recolher outros tipos de resíduos.

Conforme informações do Relatório de Gestão (2014), este foi o ano em que algumas ações de ambientalização ficaram ainda mais evidentes, sobretudo, porque foi criado o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA), além da solicitação da UFS ao MMA da adesão ao Programa A3P. O NGA tinha como missão, conforme Art. 5º da Resolução nº 03/2016/CONSU:

O NGA tem como missão promover, coordenar e acompanhar, de forma integrada, as políticas e atividades da UFS envolvendo o Meio Ambiente, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, visando à qualidade de vida da comunidade acadêmica e de seu entorno e à formação de cidadãos consciente de seu papel na preservação do meio ambiente.(BRASIL, 2016, p. 3).

É papel do NGA dar atenção às boas práticas de sustentabilidade ambiental, buscando uma instituição sustentável. Neste contexto, no âmbito dos campi, de acordo com a Resolução nº 03/2016/CONSU, o NGA abrange:

- a) problemas relacionados à produção, manejo e destino de resíduos;
- b) manejo e conservação da flora e da fauna;
- c) gestão dos licenciamentos ambientais;
- d) gestão da implementação das propostas da A3P;
- e) gestão dos indicadores institucionais de sustentabilidade;
- f) gestão de mobilidade de acordo com Política Nacional de Mobilidade (Lei 12.587/2012).

Dentre outros objetivos e atribuições descritos na Resolução nº 03/2016/CONSU, é função do NGA:

- a) promover a sensibilização da comunidade acadêmica quanto aos problemas ambientais, através da promoção de eventos e incentivar a capacitação de servidores na temática;
- b) incentivar a incorporação dos princípios da responsabilidade socioambiental e econômica nas atividades acadêmicas e administrativas da UFS;
- c) minimizar e prevenir impactos ambientais, com respaldo na legislação ambiental;
- d) propor medidas para o uso racional de recursos naturais;
- e) propor e acompanhar medidas relacionadas à gestão de resíduos e conservação da biodiversidade nos campi;
- f) elaborar relatório anual de sustentabilidade ambiental da UFS.

Em 2016, de acordo com o relatório de gestão, ocorreu o processo de arborização nos campi da UFS. No Campus de São Cristóvão foram plantados 343 exemplares de espécies de árvores e eliminadas 32 árvores em situação de risco para a comunidade acadêmica, com licença da ADEMA (No ASV 0007). Ainda em 2016, foi lançado o Programa Campus Carbono Zero, cuja meta era equilibrar o CO<sub>2</sub> emitido com o CO<sub>2</sub> sequestrado, em um período entre 15 e 20 anos.

Corroborando com o processo de arborização, em 2017 foram plantados 422 exemplares de árvores no Campus de São Cristóvão. Nesse ano também se iniciou a implantação dos processos eletrônicos, resultando em economia de energia elétrica, papel e de tinta para impressão. Também em 2017, foram coletados em torno de 2,4 toneladas de resíduos químicos, contemplando os campi de São Cristóvão, Lagarto e Itabaiana, além do recolhimento de aproximadamente 9,45 toneladas de resíduos biológicos e hospitalares (Contrato 065/2015). No Campus de São Cristóvão houve a continuidade da coleta e descarte de 5.086 pilhas, 1005 baterias, 1869 tonners e 985 cartuchos.

Desde 2017, a UFS vem instalando em seus campi sistemas de geração de energia fotovoltaica. Desse modo, alguns departamentos já geram sua própria energia. Como exemplo, podemos citar: o Departamento de Engenharia Elétrica (DEL), a Biblioteca Central (Bicen), o prédio da Didática V, o Ambulatório do Campus da Saúde (Hospital Universitário) e, mais recente, o Centro de Simulações do campus de Lagarto. Está previsto para 2021 a instalação de mais 7 unidades de produção de energia solar<sup>44</sup>, pelas quais serão beneficiados os campi de Itabaiana e Laranjeiras, o Codap, a Didática VII no Campus de São Cristóvão e o Centro de Cultura e Arte (Cultart). As figuras 08 a 12 são imagens das instalações de placas fotovoltaicas nos campi da UFS.

---

<sup>44</sup>Informações disponíveis em: <https://www.ufs.br/conteudo/66466-parque-fotovoltaico-da-ufs-sera-ampliado-com-sete-novas-unidades-produtoras>. Acesso em: 4 out. 2021.

**Figura 08** – Foto panorâmica do Departamento de Engenharia Elétrica com as instalações de placas fotovoltaicas



Fonte: Site da UFS. Disponível em: <https://eficienciaenergetica.ufs.br/conteudo/60583-sistema-fotovoltaico-do-del>. Acesso em: 25 out. 2021.

**Figura 09** – Foto panorâmica da BICEN com as instalações de placas fotovoltaicas



Fonte: Site da UFS. Disponível em: <https://eficienciaenergetica.ufs.br/conteudo/62611-sistema-fotovoltaico-da-bicen>. Acesso em: 25 out. 2021.

**Figura 10** – Foto panorâmica da Didática V com as instalações de placas fotovoltaicas



Fonte: Site da UFS. Disponível em: <https://eficienciaenergetica.ufs.br/conteudo/62637-sistema-fotovoltaico-da-didatica-v>. Acesso em: 25 out. 2021.

**Figura 11** – Foto panorâmica do ambulatório do HU com as instalações de placas fotovoltaicas



Fonte: Site da UFS. Disponível em: <https://eficienciaenergetica.ufs.br/conteudo/63383-ambulatorio-hu>. Acesso em: 25 out. 2021.

**Figura 12** – Foto panorâmica do Centro de Simulações de Lagarto com as instalações de placas fotovoltaicas



Fonte: Site da UFS. Disponível em: <https://eficienciaenergetica.ufs.br/conteudo/64644-centro-de-simulacoes-lag>. Acesso em: 25 out. 2021.

O Relatório de Gestão (2013-2020) relaciona uma série de ações da gestão administrativa importantes para o processo de ambientalização da instituição: a construção da Praça do Memorial da Democracia, da Subestação 69kV, do sistema de esgotamento sanitário com tratamento e disposição de efluentes<sup>45</sup> e de passarelas cobertas com piso tátil direcional, melhorando a acessibilidade aos espaços da universidade.

<sup>45</sup>“Instalação de 3.500 metros de tubulações, construção de três estações elevatórias de esgoto, estação compacta de tratamento de efluentes sanitários composta por: sistema de gradeamento, caixa de areia, medidores de vazão, digestor anaeróbico de fluxo ascendente (DAFA), reator de lodo ativado (valor de oxidação), leitos de secagem de lodo, unidade de desinfecção através de cloração (tanque de contato) e reservatório de acúmulo para reuso de na irrigação” (Relatório de Gestão 2013-2020, p. 23).

Em quase todos os relatórios de gestão analisados encontramos como referências importantes para a gestão ambiental e a sustentabilidade ambiental o Plano de Logística Sustentável (PLS) e as ações desenvolvidas pelo Programa UFS Ambiental vinculado ao Núcleo de Gestão Ambiental (NGA). Originalmente, o NGA estava vinculado à Reitoria, mas desde 2018 passou a integrar a Superintendência de Serviços de Infraestrutura (INFRAUFS), recebendo uma nova nomenclatura: Departamento de Gestão Ambiental e Segurança do Trabalho (DGASET). De acordo com a Resolução nº 40/2018/CONSU, compõem o DGASET as seguintes divisões: Divisão de Gerenciamento Ambiental (DIGEA), O Programa UFS Ambiental e a Divisão de Segurança do Trabalho (DASET).

## **5.6 Auditoria Interna da UFS**

A Auditoria Interna (AUDINT) é o órgão de assessoramento técnico vinculado ao Conselho Universitário (CONSU) da universidade. A produção do Relatório de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) pela instituição é uma determinação da Controladoria Geral da União (CGU) e deve estar relacionado às ações planejadas que constam no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) para cada exercício.

A partir do PAINT 2014, por determinação da Controladoria Geral da União (CGU), foram incluídas ações de sustentabilidade na gestão de suprimento de bens e serviços para que fossem controladas e auditadas, com a finalidade de minimizar os impactos socioambientais das atividades institucionais. Essas ações compreendem elementos relacionados à aquisição e descarte de bens, equipamentos e serviços de Tecnologia da Informação (TI).

Segundo o RAINTE 2014, foi constatado que as ações de sustentabilidade nas rotinas administrativas da instituição ainda são insuficientes. Mesmo com a criação da Coordenação de Sustentabilidade Institucional (COSINT), em 2014, faltavam recursos humanos para assegurar a prática de logística reversa para materiais degradantes e tratamento de resíduos químicos produzidos nos laboratórios acadêmicos. Conforme consta no RAINTE 2016, quanto à gestão da sustentabilidade na UFS e considerando a adesão à A3P em 2015, a AUDINT considerou a atuação do NGA e da comissão gestora da A3P bastante incipiente e limitada, carente de divulgação e da devida participação da comunidade acadêmica. Além disso, a AUDINT constatou a falta injustificável de formalização das atuações da Comissão Gestora da A3P, o que gera contestação e descrédito relacionado à comissão.

As ações de sustentabilidade não foram mencionadas no RAINTE de 2017, 2018 e 2020. Em 2019, o RAINTE reforça as recomendações indicadas em 2014 quanto ao tratamento dos

resíduos químicos produzidos nos laboratórios acadêmicos, inclusive alertando para possíveis penalizações pelos órgãos de controle e fiscalização caso não sejam adotadas providências para solucionar o problema em questão.

## 5.7 Outras ações de ambientalização

Algumas outras ações que contribuíram para o processo de ambientalização na UFS foram identificadas em nossa pesquisa:

a) **Projeto ecológico**<sup>46</sup> - que objetiva cuidar dos animais que vivem no campus, estabelecendo uma boa convivência entre os animais e a comunidade acadêmica. Além disso, promove ações de castração, vacinação, alimentação e realocação dos animais dentro do espaço universitário.

A Portaria nº 1097/UFS, de 02 de maio de 2012, estabelece ações específicas para a proteção da fauna no âmbito da universidade em todos os seus campi, proibindo maus-tratos, crueldade e experiências invasivas, caça ou captura, bem como o abandono de animais nos campi, podendo os membros da comunidade acadêmica e visitantes colaborar advertindo o infrator e informando à vigilância do campus os casos de descumprimento.

b) **Projeto Resun sem descartáveis**<sup>47</sup> - o projeto foi uma iniciativa conjunta dos cursos de Secretariado Executivo e Ciências Biológicas e do Núcleo de Gestão Ambiental (NGA). Em 2018, estudantes da UFS lançam uma campanha de conscientização sobre uso de copos descartáveis no Restaurante Universitário. O consumo diário de copos descartáveis era em torno de 7.500 unidades. O sucesso e a adesão da campanha foram visíveis e, atualmente, a utilização de copos descartáveis no Resun foi completamente banida.

c) **Capacitação de servidores**- com relação às ações de capacitação de servidores para a sustentabilidade, encontramos alguns cursos com alguma relação com o tema. Segundo informações da Divisão de Desenvolvimento de Pessoal (DIDEP), responsável pela capacitação de servidores da UFS, de 2010 a 2018 a DIDEP promoveu o curso de “Formação Cooperativa Básica”, contendo em uma de suas unidades temáticas o módulo “Gestão Sustentável”, apresentando os seguintes conteúdos: Relações interpessoais e ambiente de trabalho; Indivíduo, grupo e equipe de trabalho; Convivência harmônica/Convivência

<sup>46</sup> Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/5106-portaria-institui-o-programa-u>. Acesso em: 13 out. 2021.

<sup>47</sup> Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/62272-estudantes-da-ufs-lancam-campanha-de-conscientizacao-sobre-uso-de-copos-descartaveis-no-restaurante-universitario>. Acesso em: 13 out. 2021.

problemática; Otimizar é preciso (meio ambiente; a educação ambiental; desenvolvimento sustentável).

Em 2012, foi ofertado o Curso Intensivo de Formação de Tutores para Aplicação das Diretrizes de Eficiência Energética (EE) em Instituições Públicas, abordando questões de sustentabilidade e ambiente, capacitando servidores da instituição na área de eficiência energética.

De 2014 a 2018, foi oferecido o curso de “Biossegurança no Trabalho”, tendo em um de seus conteúdos programáticos a biossegurança e o meio ambiente, dividido em tópicos: I - Biossegurança e Organismos Geneticamente Modificados; II - Biossegurança e Sustentabilidade; e III - Resíduos: uma questão de saúde pública e ambiental.

Segundo levantamento que consta no PDI 2021-2025, de 2016 a 2020 foram realizados 228 capacitações, pelas quais foram capacitados 2.115 docentes e 2.122 técnicos.

d) **Criação da Comissão Interna de Conservação de Energia, de Logística Sustentável e Automação (CICE/LSA)** - criada pela Portaria nº 1356/UFS, de 25 de agosto de 2017, teve como principais atribuições: a adoção de rotinas para a eficiência energética, redução do consumo de água e papel, aquisição de bens e serviços com baixo impacto ambiental, aproveitamento de resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos.

e) **Criação dos Observatórios Sociais**<sup>48</sup> - criado pela Resolução 39/2018/CONSU, os observatórios sociais da UFS correspondem a uma unidade administrativa vinculada à Reitoria, é espaço de integração, envolvendo pessoas, conhecimentos e práticas, voltados para a resolução de problemas acadêmicos e sociais. Tem como missão ampliar a relação entre a UFS e a sociedade sergipana, elaborando, instituindo e acompanhando programas e políticas de ensino, pesquisa e extensão. Através dos observatórios sociais e como ações para Agenda 2030 a UFS aderiu à Plataforma United Nations Academic Impact (UNAI)<sup>49</sup>, passando a participar da rede Universidades ODS e do movimento Sergipe ODS.

Os observatórios sociais produzem mensalmente um boletim com suas ações. Até o momento já foram publicadas 11 edições desse boletim. Por contadas ações desenvolvidas

<sup>48</sup> Disponível em: <https://observatorios.ufs.br/conteudo/64394-observatorios-sociais-da-ufs>. Acesso em: 21 dez. 2021.

<sup>49</sup> A United Nations Academic Impact (Unai) é um órgão vinculado às Organização das Nações Unidas (ONU). A rede integra, desde 2010, cerca de 1300 instituições de ensino, além de pesquisadores e estudantes de mais de 130 países com o objetivo de apoiar e contribuir para a realização das metas da ONU, em especial, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Disponível em: <https://www.feevale.br/acontece/noticias/universidade-feevale-passa-a-integrar-o-united-nations-academic-impact>. Acesso em: 21 dez. 2021.

pelos observatórios sociais, a UFS recebeu o selo e o troféu de boas práticas no III Encontro Estadual dos ODS 2021 – Sergipe<sup>50</sup>.

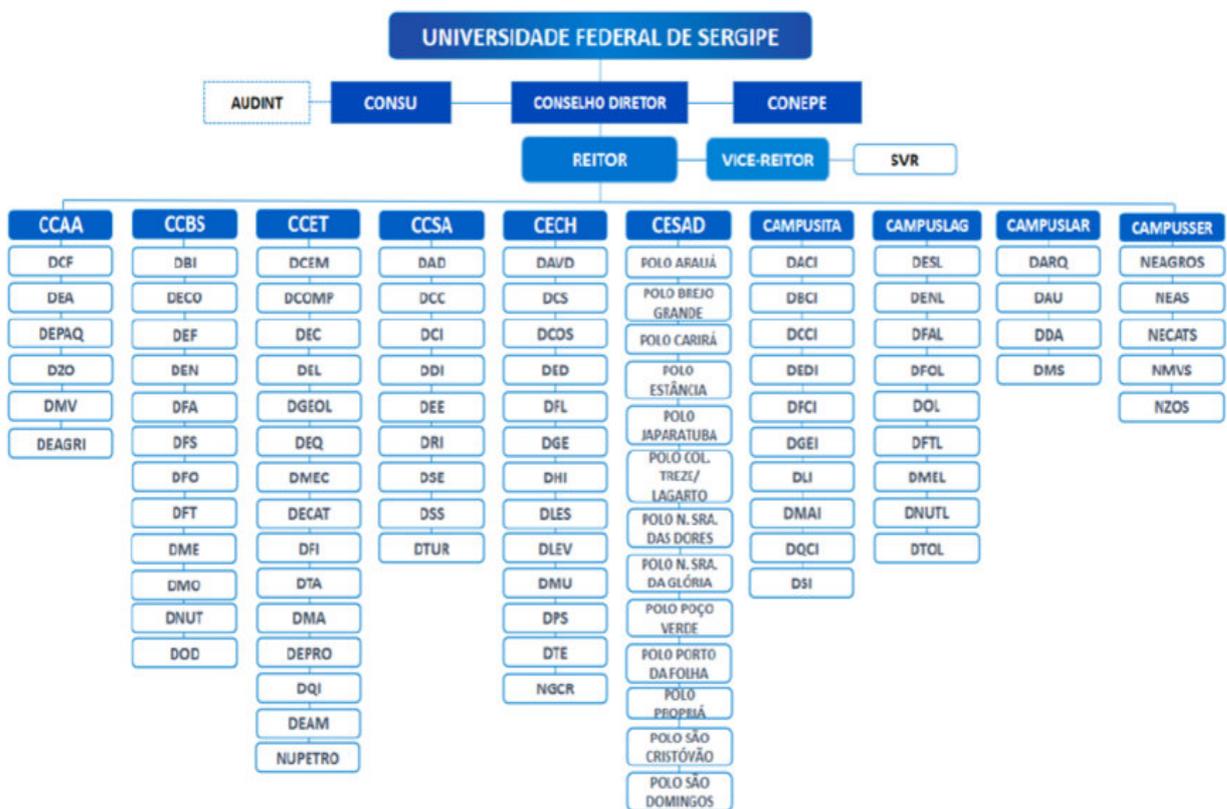
---

<sup>50</sup> O III Encontro Estadual ODS 2021 – Sergipe ocorreu de forma semipresencial, dias 16 e 17 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KR19tO7gPxs>. Acesso em: 17 dez. 2021.

## 6 AMBIENTALIZAÇÃO CURRICULAR - GESTÃO ACADÊMICA DA UFS

A primeira informação importante para a compreensão da ambientalização curricular no âmbito da gestão acadêmica da UFS é que, no campus de São Cristóvão (e somente nesse campus), os centros organizam os departamentos/núcleos por área. A Figura 13 apresenta a distribuição dos departamentos e núcleos acadêmicos por centros e por campi, como apresentados no PDI 2021-2025.

**Figura 13** – Organograma da Área Acadêmica da UFS



Fonte: SVR; SIDI/UFS, 2021. PDI 2021-2025, p.46.

Além da gestão administrativa, os PDIs e a A3P também sugerem que a temática ambiental e de sustentabilidade sejam inseridas nas disciplinas de todos os cursos de graduação, por entender a importância do conhecimento em meio ambiente, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental na formação acadêmica de qualquer profissional. Dentro desse contexto, a responsabilidade da universidade é crucial.

A universidade tem um poder muito grande de influenciar o comportamento da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo. Por isso, a gestão acadêmica deve estar preocupada com questões mais amplas, que envolvem não só a formação acadêmica, mas a

vida no planeta. Nesse sentido, a pesquisa buscou identificar os alinhamentos dos processos de ambientalização curricular na UFS com os principais documentos norteadores da política ambiental no âmbito das instituições educacionais, com especial atenção à Resolução CNE/CP nº 02, de 15/06/2012, documento atual, porém lançado há tempo suficiente para se ver resultados esperados na prática. A Resolução estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA que devem ser observadas pelas instituições de Educação Básica e Educação Superior, de acordo com o que é determinado pela Constituição e pela Lei nº 9.795, de 1999. A Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012, descreve em seu Art.1º os seguintes objetivos:

- I - Sistematizar os preceitos definidos na citada Lei, bem como os avanços que ocorreram na área para que contribuam com a formação humana de sujeitos concretos que vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural, com suas condições físicas, emocionais, intelectuais, culturais;
- II - Estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes;
- III - Orientar os cursos de formação de docentes para a Educação Básica;
- IV - Orientar os sistemas educativos dos diferentes entes federados (BRASIL, 2012, p. 2).

De acordo com a Resolução e em conformidade com a Lei nº 9.795/1999, a EA deve estar presente de forma articulada na Educação Básica e Superior e as instituições de ensino devem promovê-la integralmente em seus projetos institucionais e pedagógicos, não devendo, necessariamente, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico, podendo ocorrer pela transversalidade, como conteúdo dos componentes já existentes nos currículos ou, ainda, pela combinação das duas formas. Considerando essas diretrizes, avançamos na investigação dos projetos pedagógicos, estrutura curricular e nas ementas das disciplinas ofertadas pelos cursos de graduação para identificar se a lei está sendo observada e em que medida. Além dos currículos de graduação, a investigação se estendeu às pesquisas e às ações de extensão para compreendermos em que nível a EA está presente na formação acadêmica dos discentes e na comunidade acadêmica de forma geral.

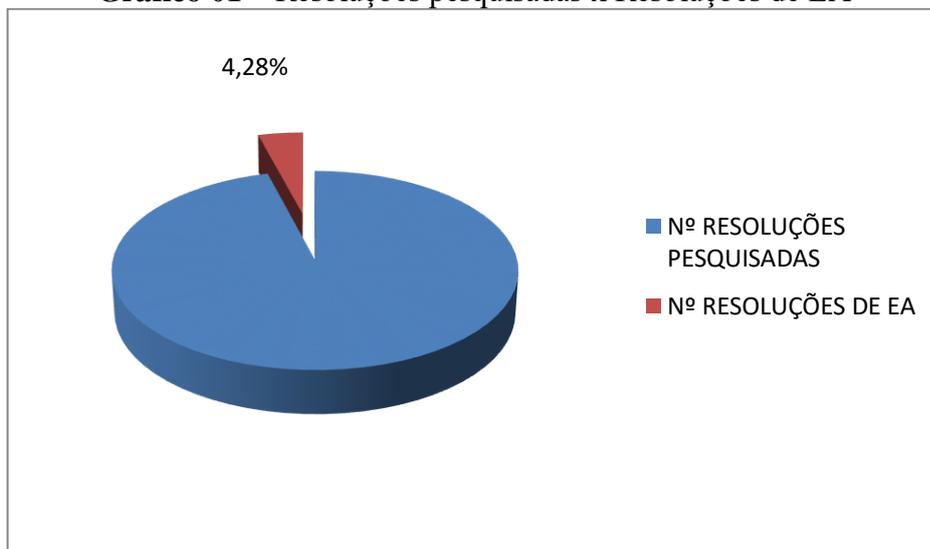
Iniciaremos nossa análise e apresentação dos resultados da pesquisa pelos cursos de graduação na área de ensino.

## 6.1 Ensino - Cursos de graduação

De acordo com o Relatório de Gestão (2013-2020), a UFS possui 113 opções de cursos de graduação, distribuídos nas modalidades presenciais e à distância. Começamos a nossa pesquisa com um levantamento das Resoluções CONEPE no SIPAC e o SIGRH, no período de 2010 a 2020, que contemplam questões ambientais em seu conteúdo.

Mesmo existindo a opção de fazer o filtro pelo conteúdo da resolução, algumas buscas não funcionaram, sobretudo, com palavras compostas, não oferecendo segurança quanto ao resultado apresentado. Desta forma, o filtro foi feito pelo termo “Resolução” e cada resolução foi lida para que seu conteúdo pudesse ser avaliado. Assim, de um total de 888 resoluções pesquisadas, encontramos 38 que alteravam os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação fazendo menção à Resolução CNE/CP nº 02, de 15/06/2012, as quais fazem parte do *corpus* de nossa pesquisa, correspondendo a um percentual de 4,28%, conforme Gráfico 01.

**Gráfico 01 – Resoluções pesquisadas x Resoluções de EA**



Fonte: Elaborado pela autora baseado em dados do Quadro 04.

O Quadro 04 apresenta o demonstrativo do total de resoluções encontradas a cada ano e o total de resoluções que alteram os projetos pedagógicos e fazem referência à Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012.

**Quadro 04** – Levantamento das Resoluções CONEPE, cujo conteúdo estivesse relacionado à Resolução CNE/CP nº 02, de 15/06/2012

<b>ANO</b>	<b>Nº RESOLUÇÕES PESQUISADAS</b>	<b>Nº RESOLUÇÕES DE EA</b>
2010	162	0
2011	120	0
2012	93	0
2013	56	0
2014	102	0
2015	69	8
2016	59	1
2017	61	9
2018	47	5
2019	77	8
2020	42	7
<b>TOTAL</b>	<b>888</b>	<b>38</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos através do SIPAC e no SIGRH. Acesso entre 22 out. 2020 a 30 out. 2020.

Em 2015 foi encontrada a primeira resolução que altera o Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação, baseada na Resolução CNE/CP nº 02, de 15/06/2012. Trata-se da Resolução 09/2015/CONEPE, que altera o Projeto Pedagógico do curso de graduação em Farmácia de São Cristóvão. Entre 2015 e 2020, foram identificadas 38 resoluções com este mesmo propósito de adequação dos currículos à Resolução nº 02/2012, especificadas no Quadro 05.

**Quadro 05** – Relação de cursos com Projetos Pedagógicos reformulados a partir da Resolução CNE/CP nº 02, de 15/06/2012

	<b>CURSO / CAMPUS</b>	<b>RESOLUÇÕES</b>
1	Graduação em Farmácia em São Cristóvão	09/2015/CONEPE
2	Bacharelado em Nutrição/Lagarto	11/2015/CONEPE
3	Bacharelado em Fonoaudiologia/Lagarto	22/2015/CONEPE
4	Bacharelado em Engenharia Agrônômica/Sertão	44/2015/CONEPE
5	Bacharelado em Zootecnia/Sertão	46/2015/CONEPE
6	Graduação em Agroindústria/Sertão	48/2015/CONEPE

7	Graduação em Medicina Veterinária/Sertão	50/2015/CONEPE
8	Graduação em Enfermagem/HU	53/2015/CONEPE
9	Graduação em Medicina/HU	47/2016/CONEPE
10	Graduação em Jornalismo/São Cristóvão	15/2017/CONEPE
11	Bacharelado em Publicidade e Propaganda/São Cristóvão	17/2017/CONEPE
12	Graduação em Cinema e Audiovisual	18/2017/CONEPE
13	Bacharelado em Odontologia/Lagarto	25/2017/CONEPE
14	Licenciatura em Física /São Cristóvão	44/2017/CONEPE
15	Bacharelado em Física /São Cristóvão	45/2017/CONEPE
16	Bacharelado em Física (Física Médica)/São Cristóvão	46/2017/CONEPE
17	Bacharelado em Física (Astrofísica)/São Cristóvão	47/2017/CONEPE
18	Graduação em Engenharia de Produção/São Cristóvão	60/2017/CONEPE
19	Graduação em Sistema de Informação/São Cristóvão	15/2018/CONEPE
20	Graduação em Ciência da Computação/São Cristóvão	16/2018/CONEPE
21	Bacharelado em Engenharia de Computação/São Cristóvão	18/2018/CONEPE
22	Graduação em Biblioteconomia (à distância)/São Cristóvão	23/2018/CONEPE
23	Graduação em Engenharia Agrícola/São Cristóvão	32/2018/CONEPE
24	Licenciatura em Química/São Cristóvão	22/2019/CONEPE
25	Licenciatura em Biologia/São Cristóvão	49/2019/CONEPE
26	Bacharelado em Química/São Cristóvão	23/2019/CONEPE
27	Graduação em Engenharia de Petróleo/São Cristóvão	25/2019/CONEPE
28	Bacharelado em Nutrição/Lagarto	35/2019/CONEPE
29	Graduação em Engenharia Elétrica/São Cristóvão	37/2019/CONEPE
30	Graduação em Engenharia Eletrônica/São Cristóvão	38/2019/CONEPE
31	Graduação em Fonoaudiologia/São Cristóvão	42/2019/CONEPE
32	Bacharelado em Enfermagem/Lagarto	04/2020/CONEPE

33	Graduação em Teatro/Laranjeiras	14/2020/CONEPE
34	Bacharelado em Ecologia/São Cristóvão	10/2020/CONEPE
35	Bacharelado em Museologia/Laranjeiras	17/2020/CONEPE
36	Graduação e Licenciatura em Química/Itabaiana	27/2020/CONEPE
37	Graduação e Licenciatura em Física/Itabaiana	31/2020/CONEPE
38	Letras Libras(graduação)/São Cristóvão	33/2020/CONEPE

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos através do SIPAC e SIGRH. Acesso entre 22 out. 2020 e 30 out. 2020 e entre 16 abr.2021 e 23 abr. 2021.

Mesmo não tendo sido registrado no quadro 05, identificamos a criação do curso de especialização em EA com ênfase em espaços educadores sustentáveis, através da Resolução nº 92/2014/CONEPE, tendo como objetivo geral propiciar formação continuada teórico-prática para professores da Educação Básica, educadores líderes comunitários, no âmbito da pós-graduação *lato sensu* em EA, desenvolvido pelo CESAD mediante Sala Verde.

A partir da construção dos Quadros 04 e 05, identificamos a necessidade de ampliar a pesquisa, tendo em vista que as resoluções encontradas não contemplaram todos os cursos de graduação. O ideal seria que pudéssemos acessar os projetos pedagógicos das graduações, mas eles não estavam disponíveis na área pública do SIGAA. Exploramos então as ementas das disciplinas ofertadas pelos departamentos/núcleos de todos os campi da UFS. A partir desse levantamento, identificamos as que abordam a questão ambiental de alguma forma, além das que abordam especificamente a EA.

Para a construção do Quadro 06 foram consultadas 10.480 disciplinas e suas ementas. Neste levantamento não fizemos a distinção entre licenciatura ou bacharelado, curso noturno ou diurno, curso presencial ou à distância. Nosso objetivo era identificar a oferta de disciplinas pelos departamentos/núcleos para os cursos de graduação e relacionar as ementas à temática ambiental. O quadro foi construído com (a) o nome dos departamentos, (b) a quantidade de disciplinas ofertadas por cada departamento/núcleo e (c) mais uma coluna, que nomeamos como “Disciplinas EA”, com a quantidade de disciplinas em que os termos “educação ambiental”, “gestão ambiental”, “desenvolvimento sustentável” ou “sustentabilidade” (palavras utilizadas como filtro) foram encontradas no nome da disciplina ou em sua ementa. A organização dos departamentos/núcleos no quadro foi feita por ordem alfabética, considerando-se o nome do departamento/núcleo.

Algumas disciplinas foram cadastradas sem ementa, outras com nomes iguais e códigos diferentes, o que sugere a inexistência de um padrão para o cadastramento. Essa

constatação evidencia que a amostra analisada não compreende a totalidade da amostra real. Porém, compreende-se que a quantidade de dados coletados foi suficiente para a análise proposta pela pesquisa, sendo o volume de dados coletados bem representativo da totalidade da amostra.

**Quadro 06** – Disciplinas ofertadas pelos departamentos relacionadas com questões ambientais

Nº	Departamentos/Núcleos - Campus	Quantidades	
		Disciplinas Pesquisadas	Disciplinas EA
1	Administração– Itabaiana	37	0
2	Administração – São Cristóvão	214	3
3	Agroindústria – Sertão	50	2
4	Agronomia – Sertão	121	6
5	Arqueologia – Laranjeiras	82	0
6	Arquitetura e Urbanismo – Laranjeiras	84	0
7	Artes Visuais e Design – São Cristóvão	68	0
8	Biologia – São Cristóvão	257	4
9	Biociências – Itabaiana	190	7
10	Ciência da Informação – São Cristóvão	112	1
11	Ciências da Religião – São Cristóvão	46	0
12	Ciência e Engenharia de Materiais – São Cristóvão	275	2
13	Ciências Contábeis – Itabaiana	76	1
14	Ciências Contábeis – São Cristóvão	85	1
15	Ciências Florestais – São Cristóvão	86	4
16	Ciências Sociais – São Cristóvão	84	0
17	Computação – São Cristóvão	457	1
18	Comunicação Social – São Cristóvão	370	1
19	Dança – Laranjeiras	179	1
20	Direito – São Cristóvão	300	0
21	Ecologia – São Cristóvão	92	12
22	Economia – São Cristóvão	232	1
23	Educação – Itabaiana	132	1
24	Educação – São Cristóvão	206	1
25	Educação e Ciências Agrárias e da Terra – Sertão	67	1
26	Educação em Saúde – Lagarto	15	0
27	Educação Física – São Cristóvão	190	1
28	Enfermagem – Lagarto	21	0
29	Enfermagem – São Cristóvão	119	0
30	Engenharia Agrícola–São Cristóvão	65	3
31	Engenharia Agrônômica – São Cristóvão	409	6
32	Engenharia Ambiental– São Cristóvão	68	11

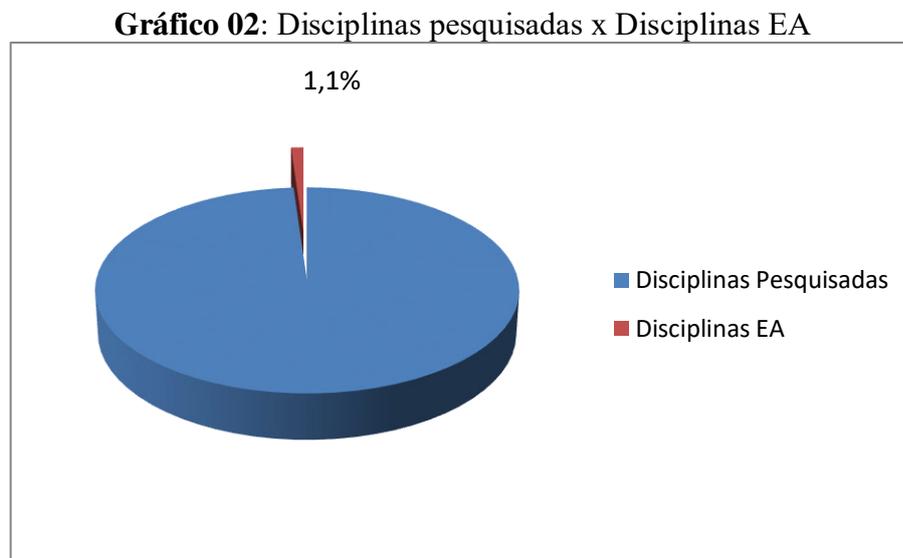
33	Engenharia Civil – São Cristóvão	194	2
34	Engenharia de Pesca e Aquicultura – São Cristóvão	122	2
35	Engenharia de Petróleo – São Cristóvão	42	0
36	Engenharia de Produção – São Cristóvão	101	5
37	Engenharia Elétrica – São Cristóvão	182	1
38	Engenharia Mecânica – São Cristóvão	159	2
39	Engenharia Química – São Cristóvão	199	2
40	Estatística e Ciências Atuariais – São Cristóvão	121	0
41	Farmácia – Lagarto	31	0
42	Farmácia – São Cristóvão	113	0
43	Filosofia – São Cristóvão	108	0
44	Física – São Cristóvão	319	0
45	Física – Itabaiana	81	0
46	Fisiologia – São Cristóvão	113	0
47	Fisioterapia – Lagarto	12	0
48	Fisioterapia – São Cristóvão	78	0
49	Fonoaudiologia – Lagarto	4	0
50	Fonoaudiologia – São Cristóvão	149	1
51	Geografia – Itabaiana	92	1
52	Geografia – São Cristóvão	121	2
53	Geologia – São Cristóvão	131	0
54	História – São Cristóvão	185	0
55	Letras – Itabaiana	58	0
56	Letras Estrangeiras – São Cristóvão	384	0
57	Letras Libras – São Cristóvão	101	1
58	Letras Vernáculas – São Cristóvão	51	0
59	Matemática – Itabaiana	75	0
60	Matemática – São Cristóvão	144	0
61	Medicina – HU	73	2
62	Medicina – Lagarto	6	0
63	Medicina Veterinária – São Cristóvão	63	0
64	Medicina Veterinária – Sertão	68	0
65	Morfologia – São Cristóvão	64	0
66	Museologia – Laranjeiras	145	2
67	Música – São Cristóvão	90	0
68	Nutrição – Lagarto	12	0
69	Nutrição – São Cristóvão	93	0
70	Odontologia – São Cristóvão	115	0
71	Odontologia – Lagarto	9	6
72	Psicologia – São Cristóvão	179	0
73	Química – São Cristóvão	270	1
74	Química – Itabaiana	144	6

75	Relações Internacionais – São Cristóvão	113	1
76	Secretariado Executivo – São Cristóvão	18	0
77	Serviço Social – São Cristóvão	126	0
78	Sistema de Informação – Itabaiana	67	0
79	Teatro – Laranjeiras	191	4
80	Tecnologia de Alimentos – São Cristóvão	83	0
81	Terapia Ocupacional – Lagarto	7	0
82	Turismo – São Cristóvão	58	2
83	Zootecnia – São Cristóvão	149	1
84	Zootecnia – Sertão	78	1
<b>Total</b>		<b>10480</b>	<b>116</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos através do SIGAA. Disponível em: [https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/componentes/busca\\_componentes.jsf?aba=p-ensino](https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf?aba=p-ensino). Acesso entre 22 out. 2020 e 30 out. 2020 e entre 16 abr. 2021 e 23 abr. 2021.

Um quadro complementar, contendo a lista das disciplinas identificadas a partir dos filtros utilizados para a construção do quadro 06, está disponível no Apêndice B.

Fazendo uma análise quanto à proporcionalidade entre o número de disciplinas ofertadas pelos departamentos/núcleos e o número de disciplinas que abordam a EA e temas relacionados, nos deparamos com um percentual preocupante de aproximadamente 1,1% do total de disciplinas pesquisadas, conforme apresentado no Gráfico 02.



Fonte: Elaborado pela autora baseado em dados do Quadro 06.

Um outro fator importante que pode ser detectado no quadro 06 é que, dos 84 departamentos/núcleos pesquisados, em 42 (50%) não encontramos nenhuma disciplina relacionada à EA, especificamente.

Se fizermos um comparativo entre as informações apresentadas no quadro 05, no qual são relacionadas as resoluções do CONEPE que alteram os Projetos Pedagógicos das graduações, fazendo menção à Resolução CNE/CP nº 02/2012, com as informações do quadro 06, no qual relacionamos a quantidade de disciplinas que tratam de questões ambientais, um questionamento importante é levantado: Porque alguns departamentos que tiveram seus projetos pedagógicos alterados, citando uma resolução que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a EA, não oferecem nenhuma disciplina que abordam a EA, mais especificamente, ou questões ambientais, mais amplamente?

A resposta para esse questionamento pode tomar vários rumos, carentes de investigação mais aprofundada, mas podemos considerar o que dispõe o Art.8º da Resolução nº 02/2012/CNE:

Art. 8º A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico.

Parágrafo único. Nos cursos, programas e projetos de graduação, pós-graduação e de extensão, e nas áreas e atividades voltadas para o *aspecto metodológico* da Educação Ambiental, é facultada a criação de componente curricular específico (BRASIL,2012, p. 3).

De acordo com a própria resolução, não seria necessariamente obrigatório para um currículo ambientalizado a existência de disciplinas específicas de EA. Além disso, a EA pode ser desenvolvida nas graduações juntamente com as ações de extensão e de pesquisa. A resolução ainda prevê, em seu Art. 16, que:

Art. 16. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer:

I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;

II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;

III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

Parágrafo único. Outras formas de inserção podem ser admitidas na organização curricular da Educação Superior e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, considerando a natureza dos cursos (BRASIL, 2012, p. 5).

Com a pesquisa, sobretudo com o apresentado no Quadro 05, foi possível identificar que existe uma preocupação da UFS em atender à legislação, tanto com relação ao que estabelece a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), como a Resolução CNE/CP nº 02/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares

Nacionais para a Educação Ambiental. O que faltou para enriquecer nosso trabalho foi a possibilidade de explorarmos os projetos pedagógicos de todos os cursos de graduação que, como mencionamos anteriormente, não estavam disponíveis na área pública dos sistemas integrados da UFS.

## **6.2 Ações de Extensão**

As Ações de Extensão estão organizadas no SIGAA em 06 modalidades: Programas, Cursos, Projetos, Eventos, Produto e Prestação de Serviço, sendo que as duas últimas, à época da pesquisa, não possuíam nenhuma informação cadastrada. Cada uma dessas modalidades possui 08 áreas temáticas, classificadas pela PROEX de acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária (2001), sendo elas: Educação, Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Meio Ambiente, Saúde, Trabalho, Tecnologia e Produção.

Para contabilizarmos as ações ligadas à área temática “Meio Ambiente”, fizemos uma pesquisa utilizando o SIGAA. Um dos problemas encontrados no levantamento é o cadastro de informações em duplicidade, sendo que algumas ações foram cadastradas várias vezes, dificultando a definição exata do número de ações de cada ano. Uma outra observação é quanto a quantidade reduzida de registros nos anos iniciais de nosso recorte temporal, dando a impressão de que não houve o cadastramento integral. Algumas ações de extensão estavam claramente ligadas à nossa área temática, mas, como foram cadastradas em outras áreas, não foram computadas.

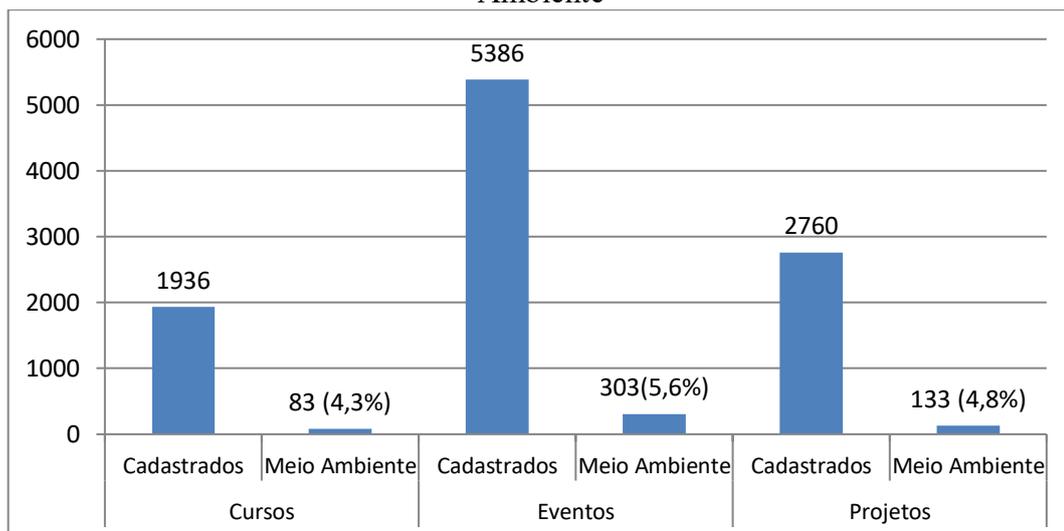
Considerando-se as limitações citadas, os resultados dessa pesquisa são apresentados no Quadro 07. Nele temos um comparativo da quantidade geral de ações de extensão (cursos, eventos e projetos) cadastradas ano a ano (2010 a 2020), com a quantidade cadastrada para a área temática “Meio Ambiente”. O início do cadastramento das ações de extensão no SIGAA se deu em anos diferentes. Os cursos só foram registrados a partir de 2011, os eventos a partir de 2010, e os Projetos a partir de 2009, todos dentro de nosso recorte temporal.

**Quadro 07** – Número total de ações de extensão cadastradas por ano e número de ações cadastradas na área temática “Meio Ambiente”

ANO	AÇÕES DE EXTENSÃO								
	CURSOS			EVENTOS			PROJETOS		
	Cadastra- dos	Área Meio Ambiente		Cadastra- dos	Área Meio Ambiente		Cadastra- dos	Área Meio Ambiente	
2010	0	0	0%	1	0	0,0%	3	0	0,0%
2011	8	0	0,0%	5	0	0,0%	152	6	3,9%
2012	48	2	4,2%	193	13	6,7%	39	1	2,6%
2013	69	3	4,3%	372	15	4,0%	190	11	5,8%
2014	100	0	0,0%	326	10	3,1%	280	20	7,1%
2015	84	4	4,8%	314	16	5,1%	282	10	3,5%
2016	135	9	6,7%	629	35	5,6%	276	6	2,2%
2017	246	7	2,8%	774	22	2,8%	391	18	4,6%
2018	500	28	5,6%	810	42	5,2%	453	18	4,0%
2019	445	22	4,9%	1046	92	8,8%	429	31	7,2%
2020	301	8	2,7%	916	58	6,3%	265	12	4,5%
<b>TOTAL</b>	<b>1936</b>	<b>83</b>	<b>4,3%</b>	<b>5386</b>	<b>303</b>	<b>5,6%</b>	<b>2760</b>	<b>133</b>	<b>4,8%</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos através do SIGAA. Disponível em: [https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/extensao/consulta\\_extensao.jsf](https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf). Acesso em: 21 set. 2020 e revisado em 25 jun. 2021.

**Gráfico 03** – Ações de extensão cadastradas: Quantidade total x Quantidade na Área de Meio Ambiente



Fonte: Elaborado pela autora baseado em dados do Quadro 07.

Nos números apresentados no Quadro 07, os eventos tiveram o maior número de ações cadastradas. Em nenhum tipo de ação o percentual de cadastros na área temática “Meio Ambiente” superou a marca de 6%. Isso nos indica que não existe uma divisão proporcional

na distribuição das ações de extensão entre as áreas temáticas, que deveria ficar em torno de 12,5 % para cada área, considerando que existem 8 áreas temáticas. Logo, outras áreas estão absorvendo um número de ações muito superior à área de Meio Ambiente. O nosso levantamento não identificou qual(is) a(s) área(s) temática(s) com maior número de ações, pois está fora do escopo da pesquisa, mas os números encontrados para ações de extensão em Meio Ambiente deixam evidente que a área ainda não está sendo tão prestigiada quanto outras.

A Prestação de Serviço, Produto e Programa também compreendem o bloco de ações de extensão. Entretanto, no SIGAA não encontramos nenhum cadastro para as duas primeiras e, para os programas, só existem registros nos anos 2019 e 2020, nos quais não foi possível identificar a área temática, pois o cadastro não continha essa informação.

Além do levantamento das quantidades de ações de extensão cadastradas em cada ano, também identificamos os Departamentos e Núcleos proponentes dessas ações para a área de “Meio Ambiente”. Os resultados dessa pesquisa são apresentados no Quadro 08.

**Quadro 08** – Distribuição dos proponentes dos cursos, eventos e projetos de extensão cadastrados no período de 2010 a 2020 na área de Meio Ambiente

CURSOS		EVENTOS		PROJETOS	
PROPONETE	QTD	PROPONENTE	QTD	PROPONENTE	QTD
CINTEC	1	NUPEG	10	DMEC	2
CRU	1	CAMPUSSE	13	CAMPUSSE	2
DARQ	3	CECAC	6	CECAC	1
DBCI	18	CODAP	5	CODAP	5
DBI	6	CRU	4	CRU	2
DCF	13	DAD	13	DACI	1
DDMA	1	DAU	7	DAD	2
DEA	4	DBCI	8	DAU	6
DEAGRI	2	DBI	21	DAVD	1
DEAM	1	DCF	22	DBCI	6
DEC	1	DCOS	1	DBI	5
DECO	6	DCS	1	DCF	8
DEF	2	DDA	1	DCOMP	1
DFTL	1	DDI	1	DCS	1
DGE	7	DDMA	3	DEA	8
DGEI	4	DEA	3	DEAGRI	1
DIARVIS	1	DEAGRI	5	DEAM	4
DLEV	1	DEAM	5	DEC	3
DPS	1	DEC	12	DECO	10

DSS	1	DECO	30	DED	1
NEAS	2	DED	4	DEDI	1
NECATS	1	DEDI	2	DEL	3
PPEC	1	DEE	1	DEPAQ	1
PPGCINE	1	DEF	6	DEPRO	1
PPGECIA	1	DEPAQ	5	DEQ	4
PRODEMA	2	DFL	4	DFL	1
-	-	DFS	1	DFS	2
-	-	DGE	10	DGASET	2
-	-	DGEI	9	DGE	9
-	-	DGEOL	7	DGEOL	2
-	-	DMV	3	DTOL	1
-	-	DNUT	1	DMV	3
-	-	DNUTL	1	DPS	6
-	-	DQCI	2	DSS	3
-	-	DQI	2	DTUR	4
-	-	DRI	2	DZO	2
-	-	DSE	3	GVR	1
-	-	DSS	2	NEAGROS	4
-	-	DTUR	7	NEAS	4
-	-	DZO	6	NECATS	1
-	-	NEAGROS	3	NMVS	1
-	-	NEAS	7	NZOS	6
-	-	NECATS	14	PROEX	1
-	-	NMVS	6	-	-
-	-	PRORH	2	-	-
-	-	NZOS	2	-	-
-	-	PPEC	2	-	-
-	-	PPGCINE	1	-	-
-	-	PPGECIA	1	-	-
-	-	PRODEMA	3	-	-
-	-	PROEX	1	-	-
-	-	PROF-CIAMB	5	-	-
-	-	PROFIAP	2	-	-
-	-	PPGPI	1	-	-
-	-	PROPLAN	4	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>83</b>	<b>TOTAL</b>	<b>303</b>	<b>TOTAL</b>	<b>133</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos através do SIGAA. Disponível em: [https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/extensao/consulta\\_extensao.jsf](https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf). Acesso em: 21 set. 2020 e revisado em 25 jun. 2021.

A maior quantidade de cursos na área de Meio Ambiente foi ofertada pelos departamentos de Biociências (DBCI), seguido dos departamentos de Ciências Florestais

(DCF) e Geografia (DGE). Quanto aos eventos, o departamento de Ecologia (DECO) foi quem se destacou no número ofertado, seguido dos departamentos de Ciências Florestais (DCF) e de Biologia (DBI). Nos projetos os números de destaque foram para o departamento de Ecologia (DECO), seguido do Departamento de Geografia (DGE) e o de Ciências Florestais (DCF).

Considerando as informações do quadro 08 e a lista de departamentos no quadro 06, constatamos que, no período de 2010 a 2020, muitos departamentos de graduação não propuseram nenhuma ação de extensão na área temática “Meio Ambiente”. Os eventos, por exemplo, modalidade com maior quantidade de oferta na área “Meio Ambiente”, foram propostos por 39 departamentos/núcleos de graduação diferentes, número que corresponde a menos de 50% do número total de departamentos da UFS. Ou seja, mais da metade dos departamentos da UFS não propuseram nenhum evento na área temática “Meio Ambiente” no período de uma década.

Os quadros 07 e 08 foram construídos a partir de números, mas no SIGAA estão disponíveis os resumos com o objetivo das atividades de extensão, os membros da equipe (discentes, voluntários, servidores, assistentes, membros externos e docente coordenador). O sistema SIGAA ainda fornece um link pelo qual podemos acessar diretamente o Lattes do docente coordenador da ação. Este último recurso do SIGAA é muito útil para conhecermos o perfil dos coordenadores das ações de extensão, identificando suas linhas de pesquisa, áreas de atuação e de interesse, produções científicas, etc. A lista completa com as ações de extensão identificadas na área temática “Meio Ambiente” está disponível no Apêndice C.

### *6.2.1 Sala Verde*

A Sala Verde<sup>51</sup> é um Projeto criado em 2000 pelo Ministério de Meio Ambiente, que atua na área de EA para a implantação de espaços socioambientais como potenciais Centros de Informação e Formação Ambiental, democratizando informações, publicações e materiais sobre as questões ambientais. Segundo o MMA (2017), a Sala Verde pode cumprir um papel articulador e integrador nos locais onde foram implantadas e pode promover a ampliação da cidadania e a união entre instituições, pessoas, projetos, programas e ações, tanto na área ambiental, como nas áreas culturais e educacionais.

---

<sup>51</sup>Disponível em: <http://salasverdes.mma.gov.br/>. Acesso em: 26 set. 2021.

Na UFS o Projeto Sala Verde<sup>52</sup> foi implantado em 2005 e está vinculado à Pro-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX). O projeto tem como eixo principal colaborar na formação continuada de professores da rede municipal do Estado de Sergipe, para construção da cidadania, conservação do meio socioambiental e articulação do conhecimento científico no ambiente onde está inserido. A Sala Verde da UFS é formada por professores engajados em EA e também por alunos de diversas áreas, demonstrando seu caráter interdisciplinar. Além disso, conta com a colaboração de alguns membros do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE).

Segundo os Relatórios de Gestão (2010 e 2011), a Sala Verde atuou em 06 municípios sergipanos: Ribeirópolis, Nossa Senhora do Socorro, Lagarto, Indiaroba, Boquim e Arauá, capacitando 200 professores sobre temáticas ambientais diversas (aquecimento global e efeito estufa, coleta seletiva, reciclagem e reaproveitamento de materiais, compostagem, legislação ambiental dos municípios, dentre outros). Sentimos falta nos relatórios de Gestão dos anos seguintes de dados sobre a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pela Sala Verde.

A *Revista Sergipana em Educação Ambiental (ReviSea)*<sup>53</sup> é uma publicação eletrônica semestral do GEPEASE e do Projeto Sala Verde na UFS. A ReviSea dissemina informações e promove reflexões a partir de ações de EA desenvolvidas em Sergipe e no Brasil. Dessa forma, contribui para a consolidação da EA em ambientes formais e não formais de aprendizagem (formação de educadores ambientais) e na produção de conhecimentos em EA, envolvendo valores éticos, o sentimento de pertencimento e de respeito, trabalho coletivo e bem-estar da comunidade.

#### 6.2.2 *Coordenação de Tecnologias Sociais Ambientais (CTSA)*<sup>54</sup>

A CTSA foi criada como uma subunidade da Pró-reitoria de Extensão (PROEX) responsável pelo acompanhamento das ações de extensão e pela difusão das tecnologias sociais e ambientais desenvolvidas na UFS. A CTSA tem como eixo estruturante o desenvolvimento sustentável, voltados para as linhas de extensão: empreendedorismo e desenvolvimento humano e social.

As ações do CTSA têm como público alvo a própria comunidade acadêmica, os movimentos sociais, comunidades tradicionais, grupos minoritários e em situação de

---

<sup>52</sup>Disponível em: <http://salaverdenaufs.blogspot.com/>. Acesso em: 26 set. 2021.

<sup>53</sup> Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revisea/article/view/16158/12014>. Acesso em: 11 nov. 2021.

<sup>54</sup> Disponível em: <https://proex.ufs.br/pagina/21161>. Acesso em: 3 out. 2021.

vulnerabilidade, pequenos produtores e micro, pequenos e médios empreendedores. As Tecnologias Sociais (TS) produzem impactos diretos no desenvolvimento humano e social, amplia o acesso às políticas públicas que promovem a redução das desigualdades e a inclusão, através da geração de renda e emprego e melhoria nas condições de saúde da população. As TS favorecem a produção sustentável de alimentos saudáveis, em construções de habitação de baixo custo, em soluções na área de saneamento, no uso sustentável dos recursos hídricos, entre outras aplicações.

Com relação à linha de extensão “desenvolvimento social e humano”, a proposta é de que as ações sejam voltadas para a promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em acordo com a Agenda 30. Nesta perspectiva, tem como objetivo principal a inclusão social, a redução das desigualdades, a promoção de direitos e da cidadania, a criação e transferência de tecnologias sociais e a circulação de saberes entre a sociedade e seu entorno social. É através do CTSA que a universidade expande suas ações de extensão por vários municípios do Estado, utilizando pólos de Educação à Distância, por exemplo, nos municípios de Estância, Arauá, Colônia Treze em Lagarto, Poço Verde, Japaratuba e Brejo Grande.

### 6.3 Pesquisa

Para investigação da modalidade “pesquisa” utilizamos filtros com palavras-chave associadas à temática meio ambiente, a saber: “Ambiental”, “Meio ambiente”, “Ambientalização”, “Sustentável” e “Sustentabilidade”. Estes termos foram definidos a partir do recorte teórico da pesquisa, como termos que aparecem como indicativos do discurso ambiental. Produzimos o Quadro 09 a partir da utilização desses filtros nos 7.550 projetos de pesquisa cadastrados de 2012 a 2020. Nos anos de 2010 e 2011, não encontramos registros.

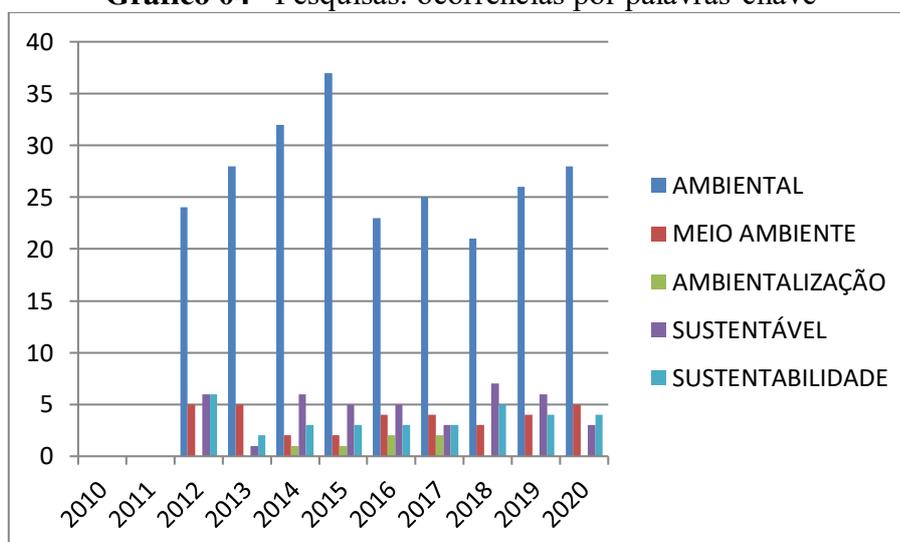
**Quadro 09** – Número de projetos cadastrados na área de Meio Ambiente

<b>QUANTITATIVOS POR PALAVRA-CHAVE X ANO</b>					
<b>ANO</b>	<b>PALAVRAS-CHAVE</b>				
	<b>AMBIEN- TAL</b>	<b>MEIO AMBIENTE</b>	<b>AMBIENTALI- ZAÇÃO</b>	<b>SUSTENTÁ- VEL</b>	<b>SUSTENTABILI- DADE</b>
2010	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0
2012	24	5	0	6	6
2013	28	5	0	1	2
2014	32	2	1	6	3
2015	37	2	1	5	3

2016	23	4	2	5	3
2017	25	4	2	3	3
2018	21	3	0	7	5
2019	26	4	0	6	4
2020	28	5	0	3	4
<b>TOTAL</b>	<b>244</b>	<b>34</b>	<b>6</b>	<b>42</b>	<b>33</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos através do SIGAA. Disponível em: [https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/pesquisa/consulta\\_projetos.jsf](https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/pesquisa/consulta_projetos.jsf). Acesso em: 22 out. 2020 e de 30 jun. 2021 a 2 jul. 2021.

**Gráfico 04 – Pesquisas: ocorrências por palavras-chave**



Fonte: Elaborado pela autora baseado em dados do Quadro 09.

Considerando as ocorrências de duplicidade nas buscas por palavras-chave, encontramos 37 projetos de pesquisas repetidos (localizados a partir de mais de uma palavra-chave). Eliminando estas ocorrências, o total geral passa de 359 para 322 projetos de pesquisa, no período de 2010 a 2020. O termo “ambiental” é o que aparece com maior frequência nos projetos de pesquisa identificados a partir de 2012, seguido do termo “sustentável”. Enquanto o termo “ambientalização” é muito pouco utilizado, talvez por ser uma expressão menos conhecida ou porque tem uma abrangência maior no trato das questões ambientais. No Apêndice D, apresentamos uma lista identificando os títulos das pesquisas filtradas, o(a) coordenador(a), ano do cadastro, campus e/ou centro de origem.

No levantamento das pesquisas, assim como nas ações de extensão, identificamos a possibilidade de obtermos informações quanto ao coordenador da pesquisa, departamento de lotação e suas linhas de pesquisa ou áreas de interesse, além dos resumos da proposta da pesquisa. Essa possibilidade é interessante porque nos apresenta o perfil do

docente/pesquisador da UFS e de quanto ele pode contribuir no processo de ambientalização da instituição.

Fizemos também um levantamento dos grupos de pesquisas cadastrados no SIGAA. Para identificar a relação dos grupos com o tema ambiental, adotamos o mesmo critério de filtros com paravras-chaves utilizando nos projetos de pesquisa (“Sustentável”, “Sustentabilidade”, “Ambientalização”, “Ambiental”, “Meio ambiente”). Entretanto, no caso dos grupos de pesquisa, o SIGAA não permite estabelecermos um filtro direto no sistema. Por essa razão, foi necessário produzirmos uma planilha com as principais informações sobre cada grupo: Nome do grupo, Coordenador, Área de Conhecimento e Justificativa. Depois de construirmos a tabela, realizamos a busca utilizando as palavras-chave. Assim, dos 526 grupos de pesquisa cadastrados até 30/06/2021, conseguimos localizar 71 que fizeram alguma abordagem relacionada à temática, a partir da justificativa pela sua criação ou pelo nome do grupo. Importante ressaltarmos que não foi possível identificarmos o ano de criação de cada grupo, pois essa informação não consta no Sigaa. A lista com os 71 grupos de pesquisa localizados está disponível no Apêndice E.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos levantamentos que pudemos apresentar nesta dissertação e de muitos questionamentos que podem ter surgido com a pesquisa, temos certeza de que o papel da ciência (e do pesquisador que faz ciência) é complexo: conhecer realidades vigentes; apontar possíveis caminhos de transformação para um mundo melhor para todos seus habitantes; provocar inquietações para novas pesquisas e para um aprofundamento cada vez maior; incitar o desejo do conhecer contínuo e constante. A nossa proposta maior de pesquisa foi conhecer os passos dados pela UFS rumo à ambientalização. Neste sentido, encontramos avanços, atrasos e entraves que são comuns em tudo que demanda envolvimento de pessoas e processos.

Cronologicamente, temos uma sequência de ações desenvolvidas pela UFS que demonstram seu percurso no processo de ambientalização. O primeiro grande passo foi a criação do programa UFS Ambiental, em 2012, mas que já vinha sendo formatado desde 2010. Entre 2010 e 2014 o programa implantou projetos importantes, dentre eles destacamos a coleta seletiva, a arborização do campus, a organização do trânsito dentro do espaço universitário, além de realizar palestras e oficinas sobre questões ambientais e de representar a universidade em eventos externos.

Em 2014, a UFS criou o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) que incorporou o programa UFS Ambiental. A criação de um núcleo específico para tratar das questões ambientais dentro da UFS foi, sem dúvida, mais um avanço para as propostas de ambientalização na universidade. A partir da implantação do NGA tivemos a assinatura do Termo de Adesão da A3P em 2015, deixando a UFS ainda mais alinhada à legislação ambiental e às boas práticas ambientais no serviço público. Isso também pôde ser constatado nos PDIs, com a inclusão dos eixos estruturantes “Responsabilidade Socioambiental” no PDI 2010-2014 e “Sustentabilidade ambiental e qualidade de vida” no PDI 2016-2020, além da elaboração do PLS (2013-2016). Ficou evidente que existia uma sincronia entre o planejamento de desenvolvimento da instituição e os macro-objetivos do desenvolvimento sustentável retratados em políticas ambientais no plano nacional e internacional.

Em 2018, o NGA deu lugar ao Departamento de Gestão Ambiental e Segurança do Trabalho (DGASET), ampliando suas ações de gestão ambiental.

No período de 2010 a 2020, a gestão administrativa da UFS focou, basicamente, nas seguintes ações de ambientalização: a) uso racional de recursos naturais, sobretudo água e energia, com a captação e reuso da água, substituição de torneiras e lâmpadas, buscando

economicidade, e implantação do sistema de energia fotovoltaica; b) aplicação de licitações sustentáveis e uso adequado de bens públicos (material de expediente, material de consumo, etc.); c) conservação de áreas verdes e novos processos de arborização dos campi, protegendo a fauna e a flora da UFS; d) proteção e cuidado com os animais abandonados nos campi; e) coleta seletiva e destinação adequada de resíduos e rejeitos.

Das ações citadas, a mais desafiadora tem sido a última, tendo em vista a complexidade da logística que precisa ser adotada para sua execução. Para a destinação dos resíduos coletados, a UFS celebra convênios com associações de catadores. O último convênio que conseguimos identificar foi com a Cooperativa de Reciclagem do Bairro Santa Maria (COORES), ainda vigente. Segundo informações do DGASET, no ano de 2021 foi realizada nova licitação para os resíduos especiais (resíduos químicos, resíduos biológicos, resíduos hospitalares e infectantes), sendo incluídas todas as unidades administrativas da UFS, inclusive aquelas que não constavam do contrato anterior (todos os campi, Estação UFS, CCBS no HU, Cultart, Simão Diase Museu). Mesmo estando fora de nosso recorte temporal, é importante registrar essas ações, pois demonstram o compromisso da UFS em atender à legislação quanto ao tratamento adequado de resíduos produzidos na instituição.

De acordo com o PDI (2021-2025), corroborando com a continuidade dos processos de ambientalização da gestão administrativa, foi instituído o Comitê de Infraestrutura, Segurança e Sustentabilidade Ambiental (CISA), pela Portaria/GR nº 1278, de 27 de outubro de 2021, tendo como principais competências: propor e monitorar formas de minimizar riscos nas atividades de infraestrutura, segurança e sustentabilidade ambiental no âmbito da UFS, além de monitorar indicadores de resultados das ações de infraestrutura, segurança e sustentabilidade ambiental.

Foi possível constatar também que a gestão da universidade tem consciência da importância da participação da comunidade acadêmica e da integração de todos os setores e campi no processo de ambientalização, promovendo um gerenciamento participativo. Isso fica claro na redação dos PDIs. Porém, a pouca visibilidade de algumas ações tem comprometido a participação coletiva de todos que fazem parte da comunidade da UFS.

Dessa forma, um fator de atraso/entranche para o sucesso dos processos de ambientalização na universidade é a inexistência de um programa de capacitação “continuado” de EA para servidores (docentes, técnicos e terceirizados), embora tenhamos observado em nosso recorte temporal ofertas de cursos de capacitação com módulos que tinham essa abordagem. Essas ações não precisariam ser, necessariamente, só através de cursos; poderiam ser também através de campanhas, não ficando restritas a um número fixo

de inscritos. Campanhas bem planejadas e com ampla divulgação têm mais visibilidade e maior poder de integração da comunidade acadêmica. Também poderiam ser incorporadas atividades lúdicas e de sensibilização em contato com a natureza, dentro e fora da UFS. Segundo Rodrigues (2009a, 2009b, 2010), o ensino na natureza é uma proposta educacional que permite o contato direto com o meio natural, (re)criando significações afetivas entre o ser humano e a natureza (compreendida como ecossistema complexo), reconhecendo as questões ambientais como elementos inseparáveis do cotidiano (inclusive do cotidiano urbano).

De acordo com informações fornecidas por um funcionário do DGASET, em conversa pessoal, campanhas de conscientização quanto a conservação de energia, utilização de copos descartáveis, consumo de água, abandono de animais, atropelamento de animais, dentre outras, estão prontas e aguardando o retorno efetivo das aulas<sup>55</sup>. A Pro-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) também prevê, no PDI 2021-2025, a inclusão de um programa de capacitação anual incluindo como temática a sustentabilidade ambiental.

Com relação à ambientalização na área acadêmica, analisamos resoluções, as ementas das disciplinas dos cursos de graduação, as ações de extensão e as pesquisas. A análise das ofertas de cursos de pós-graduação não foi contemplada nesta pesquisa por causa de limitações temporais. Quando iniciamos a investigação, explorando as resoluções CONEPE que alteravam os projetos pedagógicos e faziam menção à Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012, percebemos um intervalo relativamente grande para o início da implementação das diretrizes curriculares para a EA nos cursos de graduação. A primeira resolução CONEPE com essa proposta só foi identificada em 2015, 3 anos após a publicação da Resolução CNE/CP nº 02/2012. Além disso, no período de 2015 a 2020, a UFS ainda não tinha reformulado todos os seus projetos pedagógicos para atender ao que dispõe a referida resolução. Tivemos a alteração de 38 cursos de graduação, quando a UFS oferece mais de 100 opções de curso, não atingindo nem a metade do total.

Fazendo uma análise dos números encontrados na pesquisa da área acadêmica, identificamos alguns percentuais baixos, como, por exemplo o número de disciplinas ofertadas que abordam temas relacionados a EA. Em apenas 1,1 % do total de 10.480 ementas pesquisadas encontramos uma ou mais das palavras-chave que usamos como filtro (“educação ambiental”, “gestão ambiental”, “desenvolvimento sustentável”, ou “sustentabilidade”). Bom frisar que não consideramos a possibilidade da dinâmica em que um discente pode cursar disciplinas de outro(s) curso(s). Também não analisamos para esse percentual a possibilidade

---

<sup>55</sup>As aulas foram suspensas em março de 2020 por conta das medidas de distanciamento social adotadas para prevenção da COVID-19.

de a EA ser desenvolvida na graduação de forma conjunta com as ações de extensão e de pesquisa. Consideramos apenas o conteúdo das ementas de disciplinas ofertadas por cada departamento/núcleo.

Destacamos também um baixo percentual nas ações de extensão cadastradas na área temática “Meio Ambiente”, na qual constatamos que não existe uma distribuição proporcional entre as 8 áreas temáticas disponíveis. Com um percentual que não chegou a 6% em nenhuma das ações de extensão pesquisadas, fica evidente que outras áreas temáticas têm absorvido um maior número de ações. Do mesmo modo, não existe uma proporcionalidade na oferta das ações de extensão entre os departamentos/núcleos. Em todas as ações pesquisadas (cursos, eventos e projetos), dentro de nosso recorte temporal, menos de 50% dos departamentos/núcleos foram proponentes na área temática “Meio Ambiente”.

Com relação às pesquisas, identificamos que dos 7.550 projetos de pesquisa cadastrados foram identificados 322 com abordagem ambiental, correspondendo a um percentual de 4,2% do total, número relativamente baixo. Em contrapartida, dos 526 grupos de pesquisa cadastrados, conseguimos identificar 71 com a proposta ambiental, correspondendo a 13,5% do total, o que representa um resultado animador diante do leque de áreas nas quais os grupos podem desenvolver suas pesquisas.

Apesar dos baixos percentuais encontrados em todas as áreas investigadas (ementas das disciplinas dos cursos de graduação, resoluções CONEPE que alteram os projetos pedagógicos, ações de extensão e de pesquisa), é importante destacar como conclusão (não menos representativa, ou significativa) que a EA está presente na formação dos discentes da UFS, mesmo que de forma ainda incipiente. Desde o primeiro PDI pesquisado (2010-2014) encontramos como meta da UFS a criação da disciplina EA na grade curricular dos cursos de graduação, em caráter obrigatório, optativo ou eletivo, em observância à Constituição Federal, à Lei nº 9.795/99, à Lei nº 9.394/96. Ou seja, já havia um planejamento para a inclusão curricular da EA mesmo antes da Resolução CNE/CP nº 02/2012.

Além da relevante constatação de que os processos de ambientalização curricular na UFS vêm se convertendo em vivências ambientais no âmbito curricular, conseguimos identificar, mais especificamente, algumas das características propostas pela Rede ACES e pelo Grupo de Pesquisa Educação, Estudos Ambientais e Sociedade (GEEAS) da Univali, dispostas nos modelos circulares das figuras 03 e 04, nas propostas e ações da UFS. Destacamos, com a análise das ementas dos cursos de graduação e das ações de extensão e pesquisa, as seguintes características:

a) o compromisso com a transformação das relações sociedade-natureza, a partir de conteúdos das ementas com abordagens quanto ao desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade, da gestão ambiental, do compromisso socioambiental nas relações do ser humano com o meio ambiente, do tratamento e reaproveitamento de resíduos e da utilização de recursos tecnológicos para reduzir impactos ambientais provocados por ações antrópicas e, principalmente, da implementação da EA nos currículos;

b) contextualização das questões ambientais locais e globais, apresentando ao discente a possibilidade de vivenciar experiências de campo e em laboratório, a exemplo das aulas práticas e das atividades desenvolvidas pelos grupos de pesquisa na área ambiental, dando a possibilidade de estabelecer a coerência e a reconstrução entre teoria e prática;

c) adequação metodológica com reformulação de alguns projetos pedagógicos, fato que pudemos constatar com a publicação das 38 resoluções (CONEPE) publicadas entre 2015 e 2020, modificando os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e fazendo referência à Resolução CNE/CP nº 02/2012;

d) espaços de reflexão e participação democrática, especialmente a partir das ações da Sala Verde, que é um espaço socioambiental com a proposta principal de colaborar com a formação continuada em EA de professores da rede municipal do Estado de Sergipe, articulando conhecimento e envolvendo diversas áreas de forma interdisciplinar, além de promover maior aproximação da UFS com a sociedade sergipana.

Mesmo detectando a presença de algumas das características de um currículo ambientalizado proposto pela Rede ACES e pela GEEAS da Univali, não descartamos a possibilidade da existência de outras características que não puderam ser identificadas.

Na perspectiva do modelo sistêmico desenhado pelo GEEAS/UNIVALI (Figura 04), fica clara a importância de que o processo de ambientalização na instituição de Ensino Superior precisa envolver os pilares das instituições: ensino, pesquisa, extensão e gestão. Assim, corroborando com as mudanças que estão acontecendo nos currículos, a gestão acadêmica e a gestão administrativa precisam desenvolver um trabalho conjunto e de forma indissociável. Como exemplo de como isso vem ocorrendo na UFS, podemos citar as ações dos Observatórios Sociais que, além de ser um espaço de integração e de estreitamento da relação entre a UFS e a sociedade, busca resolver problemas sociais e acadêmicos e cuida dos programas e políticas de ensino, pesquisa e extensão.

Os PDIs destacam que é missão institucional formar cidadãos éticos, críticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável. De acordo com Rodrigues (2009a), as abordagens críticas da EA discursam sobre a incorporação dos valores ambientais em nosso

cotidiano, independente de onde estejamos, se no ambiente rural ou urbano. E isso é o que faz com que nos reconheçamos como parte da natureza, incorporando os valores da ética ambiental em nosso cotidiano nas cidades. Assim, a EA não é só uma proposta de ensino que o Ministério da Educação resolveu programar nos currículos da educação formal. A EA é um processo transformador e emancipatório; é parte da formação do cidadão crítico e consciente em seu papel para a conservação da vida no planeta, sendo um dos principais meios de sensibilização da humanidade quanto as consequências dos impactos de suas próprias ações nos ecossistemas ecológicos.

[...]Não creio na amorosidade entre mulheres e homens, entre os seres humanos, se não nos tornamos capazes de amar o mundo. A ecologia ganha uma importância fundamental neste fim de século. Ela tem de estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador (FREIRE, 2000, p.67).

Com essa afirmação contundente de Paulo Freire encerramos a dissertação com a esperança de que o sentimento de pertencimento construa na ação cotidiana do ser humano a preocupação com o próximo e com as próximas gerações. Tais valores estão presentes no discurso humano há milênios, sendo incorporados pelos discursos ambientais. Porém, são sempre dependentes da práxis contínua para serem mais que teoria vazia, ou vã filosofia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F. **Aplicabilidade de Normas Ambientais e Percepção do Ambiente na Gestão da UFS**. 183f. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – PRODEMA, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2010.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. **Lei 6.938/1981**. Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm). Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. Lei 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. **Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7735.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7735.htm). Acesso em: 2 set. 2021.

BRASIL. Lei 8.490, de 19 de novembro 1992. **Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8490.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8490.htm). Acesso em: 2 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 3 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. **Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do Art. 21 da Constituição Federal, e altera o Art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm). Acesso em: 23 ago. 2021.

BRASIL. Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm). Acesso em: 23 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm). Acesso em: 24 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI: diretrizes para elaboração**. 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)**. 3. ed. Brasília: Edições MMA, 2005.

BRASIL. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. **Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm). Acesso em: 26 ago. 2021.

BRASIL. **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade**. Cadernos Secad 1. Brasília: Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

BRASIL. Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008. **Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6514-22-julho-2008-578464-publicacaooriginal-101336-pe.html>. Acesso em: 9 set. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Administração Pública**. 5. ed. Brasília, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm). Acesso em: 29 ago. 2021.

BRASIL. Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm). Acesso em: 29 ago. 2021.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010. **Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/legislacao/IN01de2010ComprasSustentaveis.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **DOU nº 116**, Seção 1, págs. 70-71 de 18/06/2012.

BRASIL. Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012. **Regulamenta o Art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e**

**institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017).** Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm). Acesso em: 31 ago. 2021.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Instituição Normativa Nº 10/12 do MPOG, de 12 de novembro de 2012. **Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o Art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-10-de-12-de-novembro-de-2012>. Acesso em: 31 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.267, de 06 de abril de 2016. Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF.

BRASIL. Decreto nº do Decreto Nº 9.235/2017, de 15 de dezembro de 2017. **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm). Acesso em: 7 dez. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.373/2018, de 11 de maio de 2018. **Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9373.htm#art18](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9373.htm#art18). Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **A História da A3P.** Disponível em: [www.mma.gov.br/destaques/item/8852](http://www.mma.gov.br/destaques/item/8852). Acesso em: 26 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI: diretrizes para elaboração.** 2004.

CARVALHO, I. C. de M.; STEIL, C. A. O Habitus Ecológico e a Educação da Percepção: fundamentos antropológicos para a educação ambiental. **Educação & Realidade**, v.34, n.3, p.81-94, set./dez. 2009.

CARVALHO, I. C. de M.; TONIOL, R. Ambientalização, cultura e educação: diálogos, traduções e inteligibilidades possíveis desde um estudo antropológico da educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 1, p. 28-39, 2010.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

CONAMA. Ministério do Meio Ambiente. **Recomendação CONAMA nº 12, de 08 de junho de 2011.** Disponível em: <http://conama.mma.gov.br/o-que-e-o-conama>. Acesso em: 31 ago. 2021.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.1.)

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

GIL, A. C. et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. Ambientalização Curricular na Educação Superior: desafios e Perspectivas. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial, Editora UFPR, n. 3, p. 109-126, 2014.

GUERRA, A. F. S. et al. A ambientalização na Educação Superior: trajetória e perspectivas. **Ambientalização e sustentabilidade nas universidades**: subsídios, reflexões e aprendizagens, v. 1, p. 11-33, 2015.

GUERRA, A. F. S. **Sustentabilidades em diálogos**. Itajaí: Univali, 2010. p. 171-189.

HIROOKA, S. S. Arqueologia Ambiental: Uma Interpretação Ecológica das Sociedades Pré-Históricas. **Caderno de Publicações UNIVAF**, p. 43-51, 2003.

IN – Imprensa Nacional. Portaria nº 326, de 23 de julho de 2020. **Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-326-de-23-de-julho-de-2020-268439696>. Acesso em: 31 ago. 2021.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinaes**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinaes>. Acesso em: 1º jan. 2021

INMETRO. ISO 26000, de 1º de novembro de 2010. **Diretrizes sobre Responsabilidade Social**. Disponível em: [http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade\\_social/iso26000.asp](http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp). Acesso em: 30 ago. 2021.

INSTITUTO VOTORANTIM. **Conheça os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <http://www.institutovotorantim.org.br/conheca-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 1º mar. 2021.

JONAS, H. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KITZMANN, D. Ambientalização de Espaços Educativos: aproximações metodológicas. **Rev. Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 18, p. 553-574, 2007.

KRAEMER, M. E. P. **Responsabilidade Social**: uma alavanca para sustentabilidade. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./gestao/index.html&conteudo=./gestao/artigos/sustentabilidade.html>. Acesso em: 10 dez. 2020.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LANNA, A. A inserção da gestão das águas na gestão ambiental. *In: UMNOZ, H. (Org.) Interfaces da Gestão de Recursos Hídricos – Desafios da lei de águas de 1997*. Brasília: MMA/SRH, 2000.

LARRÈRE, R. Como avaliar as novas tecnologias?*In: SANTOS, A.; BECKER, E.(Orgs.) Entre o Homem e a natureza: abordagens teórico-metodológicas*. Porto Alegre: Redes editora, 2012.

LOPES, J. S. L. Sobre Processos de “Ambientalização” dos Conflitos e sobre Dilemas da Participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

MATIAS, S. **Responsabilidade Socioambiental na UFS: princípios e práticas para a promoção da sustentabilidade**. 157 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – PRODEMA, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**. Cartilha Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. 5. ed. revista e atualizada. Brasília – DF, 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Projeto Salas Verdes: Chamada de Edital 01/2017 – Criação de Novas Salas Verdes**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://salasverdes.mma.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/Chamada-Projeto-Salas-Verdes-2017.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência e Educação**, v.9, n.2, p.191-211, 2003.

MOUSINHO, P. Meio ambiente no século 21. *In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). Glossário*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

NEPOMUCENO, A. D. de O. **Das Tensões Políticas à Prática Pedagógica Socioambiental: Contextos da Política Estadual de Educação Ambiental (SE)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

NUNES, E.; LUZ, D. **Gestão Socioambiental nas Universidades Públicas: A3P**. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Departamento de Proteção e Consumo Sustentáveis, Programa Ambiental na Administração Pública. Brasília, DF: MMA, 2017.

OLIVEIRA JUNIOR, W.M. de M.; GARGALLO, J. B.; AMORIM, A.C.R.; ARBAT, E. As 10 características em um diagrama circular. *In: JUNYENT, M.; GELI, A.M.; ARBAT, E. (Eds.). Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores: aspectos Ambientales de les universidades. 2: proceso de caracterización de la Ambientalización Curricular de los Estudios Universitarios*. Girona: Universitat de Girona, v. 2, p. 35-55, 2003.

PAYNE, P. G.; RODRIGUES, C. Environmentalizing the curriculum: a critical dialogue of south-north framings. **Perspectiva**, Florianópolis, v.30, n.2, p.411-444, maio/ago. 2012.

RODRIGUES, C.; JUNIOR, L.G. Ecomotricidade: sinergia entre educação ambiental, motricidade humana e pedagogia dialógica. **Motriz - Revista de Educação Física**, Rio Claro-SP, UNESP, p. 987-995, 2009a.

RODRIGUES, C. Educação Ambiental e estudos do meio: o papel do educador. **Revista Digital-Buenos Aires**, v. 13, n. 13, p. 1-7, 2009b.

RODRIGUES, C. Observando os “estudos do meio” pela lente da educação ambiental crítica. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 24, 2010.

RODRIGUES, C. **A ambientalização curricular da educação física nos contextos da pesquisa acadêmica e do ensino superior**. 338 f.2013. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

RODRIGUES, C. Ovagabonding como estratégia pedagógica para a “desconstrução fenomenológica” em programas experienciais de educação ambiental. **Educação em Revista**, v. 31, p. 303-327, 2015.

SHIGUNOV NETO, A.; CAMPOS, L.M. de S.; SHIGUNOV, T. **Fundamentos da gestão ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2009.

SOUZA, A. **A dimensão ética da Sustentabilidade**. 147 f. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – PRODEMA, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

UFS – Universidade Federal de Sergipe. **História. Conheça a UFS**. Disponível em: <http://www.ufs.br/pagina/432>. Acesso em: 1º fev. 2021.

UFS – Universidade Federal de Sergipe. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010 - 2014**. Disponível em: <http://oficiais.ufs.br/pagina/7964>. Acesso em: 28 jan. 2021.

UFS – Universidade Federal de Sergipe. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2016 - 2020**. Disponível em: <http://oficiais.ufs.br/pagina/7964>. Acesso em: 28 jan. 2021.

UFS – Universidade Federal de Sergipe. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2021 - 2025**. Disponível em: <https://pdi.ufs.br/pagina/24132-plano-de-desenvolvimento-institucional-2021-2025>. Acesso em: 14 jan. 2022.

UFS – Universidade Federal de Sergipe. **Plano de Logística Sustentável – PLS 2013 - 2016**. Disponível em: <http://oficiais.ufs.br/pagina/7964>. Acesso em: 1º fev.2021.

UFS – Universidade Federal de Sergipe. **Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – 2014**. Disponível em: <https://audint.ufs.br/pagina/21249-relatorio-anual-de-atividades-de-auditoria-interna>. Acesso em: 1º fev.2021.

UFS – Universidade Federal de Sergipe. **Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – 2016**. Disponível em <https://audint.ufs.br/pagina/21249-relatorio-anual-de-atividades-de-auditoria-interna>. Acesso em: 1º fev.2021.

UFS – Universidade Federal de Sergipe. **Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – 2019**. Disponível em: <https://audint.ufs.br/pagina/21249-relatorio-anual-de-atividades-de-auditoria-interna>. Acesso em: 1º fev.2021.

UFS – Universidade Federal de Sergipe. **Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – 2014**. Disponível em: <https://audint.ufs.br/pagina/21249-relatorio-anual-de-atividades-de-auditoria-interna>. Acesso em: 1º fev.2021.

UFS – Universidade Federal de Sergipe. **Relatório de Gestão – 2010**. Disponível em: <http://www.ufs.br/pagina/3314>. Acesso em: 1º fev.2021.

UFS – Universidade Federal de Sergipe. **Relatório de Gestão – 2011**. Disponível em: <http://www.ufs.br/pagina/3314>. Acesso em: 1º fev.2021.

UFS – Universidade Federal de Sergipe. **Relatório de Gestão – 2012**. Disponível em: <http://www.ufs.br/pagina/3314>. Acesso em: 1º fev.2021.

UFS – Universidade Federal de Sergipe. **Relatório de Gestão – 2013**. Disponível em: <http://www.ufs.br/pagina/3314>. Acesso em: 1º fev.2021.

UFS – Universidade Federal de Sergipe. **Relatório de Gestão – 2014**. Disponível em: <http://www.ufs.br/pagina/3314>. Acesso em: 1º fev.2021.

UFS – Universidade Federal de Sergipe. **Relatório de Gestão – 2016**. Disponível em: <http://www.ufs.br/pagina/3314>. Acesso em: 1º fev.2021.

UFS – Universidade Federal de Sergipe. **Relatório de Gestão – 2017**. Disponível em: <http://www.ufs.br/pagina/3314>. Acesso em: 1º fev.2021.

UFS – Universidade Federal de Sergipe. **Relatório de Gestão – 2013-2020**. Disponível em: <http://www.ufs.br/pagina/3314>. Acesso em: 1º fev.2021.

UFS – Universidade Federal de Sergipe. **Manual de Empresas Juniores – 2020**. Disponível em: <http://proex.ufs.br/pagina/21713-%20empresa-junior>. Acesso em: 1º fev. 2021.

UFS – Universidade Federal de Sergipe. **UFS em Números Edição Especial - 2020**. Disponível em: <http://indicadores.ufs.br/pagina/20165-ufs-em-numeros>. Acesso em: 1º fev.2021.

UFS – Universidade Federal de Sergipe. **Portaria nº 420/2012**. Disponível em: <https://www.ufs.br/conteudo/5106-portaria-institui-o-programa-u>. Acesso em: 1º mar. 2021.

VARELLA, M.; PLATIAU, A. (Orgs.). **Princípio Precaução**. Belo Horizonte: Editora Del Rey e Escola Superior do Ministério Público da União, 2004.

**APÊNDICE A – Lista do Estado da Arte**

1	<b>TEMA</b>	Gerenciamento de Recursos Humanos: O Dimensionamento de Pessoal Técnico-Administrativo da Universidade Federal de Sergipe
	<b>AUTORES</b>	Aline Maria Rosa Barbosa Phillipe Farias Ferreira
	<b>ANO</b>	2009
	<b>NATUREZA</b>	Artigo publicado no IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América na América do Sul
2	<b>TEMA</b>	Perspectiva de Educação Ambiental na Gestão Universitária: O Caso da UFS
	<b>AUTORES</b>	Jenny Dantas Barbosa Fred Amado Martins Alves Jovino Pinto Filho
	<b>ANO</b>	2009
	<b>NATUREZA</b>	Artigo publicado no IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América na América do Sul
3	<b>TEMA</b>	Eficiência Energética na Gestão da Conta de Energia Elétrica da UFS
	<b>AUTORES</b>	Milthon Serna Silva Cristiano Santos Carvalho Roberto Felipe Andrade Menezes José Raimundo Teodoro Júnior Luiz Marcos de Oliveira Silva
	<b>ANO</b>	2010
	<b>NATUREZA</b>	Artigo apresentado no XI Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul
4	<b>TEMA</b>	Aplicabilidade de Normas Ambientais e Percepção do Ambiente na Gestão da UFS
	<b>AUTOR</b>	Fred Amado Martins Alves
	<b>ANO</b>	2010
	<b>NATUREZA</b>	Dissertação de Mestrado do PRODEMA/UFS
5	<b>TEMA</b>	Percepção Ambiental Por Diferentes Grupos Socioculturais de Interação: O Caso da Universidade Federal de Sergipe, Campus Prof. José Aloísio de Campos
	<b>AUTORES</b>	Priscila Christina Borges Dias Randow Paulo Sérgio Maroti
	<b>ANO</b>	2012
	<b>NATUREZA</b>	Artigo publicado na Revista G.U.A.L - Gestão Universitária na América
6	<b>TEMA</b>	A ambientalização curricular da educação física nos contextos da pesquisa acadêmica e do ensino superior
	<b>AUTOR</b>	Cae Rodrigues
	<b>ANO</b>	2013
	<b>NATUREZA</b>	Tese de Doutorado publicada no repositório da UFSCAR
7	<b>TEMA</b>	Gestão Pública de Conhecimentos Ambientais na Universidade
	<b>AUTORA</b>	Maria do Carmo Menezes dos Santos
	<b>ANO</b>	2013
	<b>NATUREZA</b>	Dissertação de Mestrado do PRODEMA/UFS
8	<b>TEMA</b>	Ambientalização Curricular na Educação Superior: desafios e Perspectivas
	<b>AUTORES</b>	Antônio Fernando Silveira Guerra

		Mara Lúcia Figueiredo
	<b>ANO</b>	2014
	<b>NATUREZA</b>	Artigo publicado em Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 3/2014, p. 109-126. Editora UFPR.
<b>9</b>	<b>TEMA</b>	Responsabilidade Socioambiental na UFS: princípios e práticas para a promoção da sustentabilidade
	<b>AUTORA</b>	Sandra Lúcia Alves Matias
	<b>ANO</b>	2014
	<b>NATUREZA</b>	Dissertação de Mestrado da PRODEMA/UFS
<b>10</b>	<b>TEMA</b>	A constituição da Universidade Federal de Sergipe (1950 - 1960): um estudo sobre aspectos históricos da educação superior brasileira
	<b>AUTORAS</b>	Silvana Aparecida Bretas Iadrelle de Souza Oliveira
	<b>ANO</b>	2014
	<b>NATUREZA</b>	Artigo publicado na plataforma Scielo
<b>11</b>	<b>TEMA</b>	Sustentabilidade Socioambiental no Ensino Superior: Um Estudo com Indicadores na Universidade Federal de Sergipe
	<b>AUTORA</b>	Débora Evangelista Reis Oliveira
	<b>ANO</b>	2015
	<b>NATUREZA</b>	Tese de Doutorado do PRODEMA/UFS
<b>12</b>	<b>TEMA</b>	Avaliação da eficiência do ensino contextualizado de educação ambiental no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe - UFS
	<b>AUTOR</b>	Carlos Frederico Resende da Costa
	<b>ANO</b>	2016
	<b>NATUREZA</b>	Dissertação publicada na plataforma BDTD
<b>13</b>	<b>TEMA</b>	Avanços e desafios da sustentabilidade ambiental no Instituto Federal de Sergipe: um estudo de caso do Campus Aracaju.
	<b>AUTORA</b>	Jacqueline de Jesus Azevedo Freire
	<b>ANO</b>	2017
	<b>NATUREZA</b>	Dissertação publicada na plataforma BDTD
<b>14</b>	<b>TEMA</b>	Ambientalização curricular na formação inicial em educação física
	<b>AUTORA</b>	Thaise Melo de Almeida Alves
	<b>ANO</b>	2017
	<b>NATUREZA</b>	Dissertação publicada no Repositório UFS
<b>15</b>	<b>TEMA</b>	Educação ambiental em instituição pública de ensino superior: o caso da UFSM
	<b>AUTORA</b>	Doneide Kaufmann Grassi
	<b>ANO</b>	2019
	<b>NATUREZA</b>	Dissertação publicada na plataforma BDTD
<b>16</b>	<b>TEMA</b>	Ambientalização curricular dos cursos profissionalizantes do turismo receptivo em Sergipe
	<b>AUTORA</b>	Daniela Rollemberg Lopez Martinez
	<b>ANO</b>	2020
	<b>NATUREZA</b>	Dissertação publicada Repositório UFS

Fonte: Construído pela autora a partir de pesquisas na internet.

**APÊNDICE B** –Lista de disciplinas relacionadas à EA ofertadas pelos departamentos/núcleos da UFS

<b>Administração – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
301286 - ADM0217	GESTÃO AMBIENTAL	Política de desenvolvimento integrado e suas características. Instrumentos de gestão e suas implementações: conceitos e práticas. Base legal e institucional para gestão ambiental. Legislação ambiental. Auditoria ambiental. Controle de qualidade ambiental. Teoria do planejamento: histórico e conceituação. Planejamento e o enfoque ambiental: critérios ambientais na definição do planejamento. Utilização de modelos e de instrumentos de planejamento. Instrumentos de implantação e execução. Inserção do planejamento no sistema de gestão ambiental. Análise de risco. Certificações.
301513 - ADM0099	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE APD	A evolução da consciência ambiental. Novos padrões ambientais. Economia ambiental e aspectos regionais do meio ambiente no Brasil. Valoração ambiental e instrumentos econômicos para a gestão ambiental. Tomada de decisão ambiental na perspectiva pública. Sistema de gestão ambiental. Fundamentos de ecologia: princípios e conceitos. O meio ambiente como campo de conflitos sociais na defesa dos interesses difusos; as questões ambientais globais e acordos internacionais. O desenvolvimento sustentável: concepções e conceitos. As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável. Agenda de desenvolvimento sustentável: agenda 21.
301511 - ADM0097	GESTÃO DE OPERACOES E LOGISTICA I APD	Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Gestão de estoques. Gestão de materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos) de serviços. A integração do sistema logístico com os demais sistemas da unidade. Gestão da Cadeia de Suprimentos. Princípios, técnicas e metodologias de administração de recursos patrimoniais e materiais apropriados às especificidades das organizações públicas e correlatas e de acordo com critérios de eficiência econômica e sustentabilidade socioambiental.
<b>Agroindústria – Sertão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>

AGRIS0035	AGROINDUSTRI A FAMILIAR	Concepção de Agricultura Familiar/ Camponesa; Histórico da Campesinato; Debates e enfoques sobre Agricultura Familiar/Camponês; Políticas Públicas e Agricultura Familiar/Camponesa: situação e perspectivas; Agricultura Familiar/Camponesa e Agronegócio; Desenvolvimento sustentável: concepção e debate atual.
AGRIS0056	TRATAMENTO DE RESÍDUOS AGROINDUS- TRIAIS	Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas históricas e teóricas, Principais doutrinas e teorias econômicas do estudo do meio ambiente, conceitos e classificação dos recursos naturais, meio ambiente e poluição, tendências da questão ambiental no Brasil e no mundo.
<b>Agronomia – Sertão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
AGROS0056	AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVI- MENTO SUSTENTAVEL	Concepção de Agricultura Familiar/Camponesa; Histórico da Campesinato; Debates e enfoques sobre Agricultura Familiar/Camponês; Políticas Públicas e Agricultura Familiar/Camponesa: situação e perspectivas; Agricultura Familiar/Camponesa e Agronegócio; Desenvolvimento sustentável: concepção e debate atual.
AGROS0079	AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVI- MENTO SUSTENTÁVEL	Concepção de Agricultura Familiar/Camponesa; Histórico da Campesinato; Debates e enfoques sobre Agricultura Familiar/Camponês; Políticas Públicas e Agricultura Familiar/Camponesa: situação e perspectivas; Agricultura Familiar/Camponesa e Agronegócio; Desenvolvimento sustentável: concepção e debate atual.
AGROS0058	ASSOCIATIVIS- MO RURAL E COOPERAÇÃO AGRICOLA	Abordagem territorial do desenvolvimento. Território enquanto espaço democrático para construção e desenvolvimento sustentável. Estratégias dos atores envolvidos. Eixos centrais do desenvolvimento territorial. Construção de novas institucionalidades. Dimensões do desenvolvimento territorial. Estratégias do desenvolvimento territorial.
AGROS0095	DESENVOLVI- MENTO TERRITORIAL	Abordagem territorial do desenvolvimento. Território enquanto espaço democrático para construção e desenvolvimento sustentável. Estratégias dos atores envolvidos. Eixos centrais do desenvolvimento territorial. Construção de novas institucionalidades. Dimensões do desenvolvimento territorial. Estratégias do desenvolvimento territorial.
AGROS0057	DESENVOLVI- MENTO TERRITORIAL	Abordagem territorial do desenvolvimento. Território enquanto espaço democrático para construção e desenvolvimento sustentável. Estratégias dos atores

		envolvidos. Eixos centrais do desenvolvimento territorial. Construção de novas institucionalidades. Dimensões do desenvolvimento territorial. Estratégias do desenvolvimento territorial.
AGROS0102	GESTÃO AMBIENTAL	Análise ambiental no sistema agrícola, com ênfase na produtividade biológica, qualidade da água, conservação e administração de ecossistemas naturais e artificiais. Conceitos de dinâmica populacional. Aproveitamento racional dos recursos agrícolas.
<b>Biologia – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
201033 - BIOL0021	ECOLOGIA III	Organismo e Ambiente. Relação homem-meio ambiente (condições e recursos necessários). Fluxo de energia e atuação antrópica. Degradação Ambiental (formas e consequências). Problemas ambientais a nível mundial. Gerenciamento de Recursos Naturais. Avaliações Naturais. Avaliação de impactos ambientais. Relação Natural. Aspecto Cultural. Tecnologia e Meio Ambiente no Brasil. Política e Legislação Ambiental.
291037 - BIOL0236	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Sem ementa
201262 - BIOL0111	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Desenvolvimento de atividades em educação ambiental: cursos, palestras, campanhas e preparação de material para divulgação. Coleta de dados, entrevistas.
201427 - BIOL0210	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Desenvolvimento de atividades em educação ambiental: cursos, palestras, campanhas e preparação de material para divulgação. Coleta de dados, entrevistas.
<b>Biociências – Itabaiana</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
502162 - BIOI0102	BIOLOGIA DA CONSERVAÇÃO	Legislação ambiental; Biologia da conservação; Valores da biodiversidade; Conservação de populações; Conservação de comunidades e ecossistemas; Teorias de conservação; Práticas para a conservação: áreas protegidas; Ecologia, Política e Economia: influências na conservação; Desenvolvimento sustentável.
502144 - BIOI0093	BIOLOGIA DE ALGAS, BRIÓFITAS E PTERIDÓFITAS	Estudo Proctistas, incluindo suas conexões evolutivas com as cianobactérias, e das briófitas e pteridófitas. Ciclos de vida. Importância biológica. Organização interna e externa. Sistemática e filogenia. Princípios norteadores para construção de coleção didática sob a perspectiva da sustentabilidade ambiental.
502168 - BIOI0108	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	A evolução histórica e teórica da Educação Ambiental. Complexidade ambiental. Características, funções e

		objetivos da Educação Ambiental. Linhas de atuação: Cultura e valores ambientais. Vertentes e tendências pedagógicas aplicadas à educação ambiental. A mediação social ambiental. A prática pedagógica: dimensões e desafios. Projetos pedagógicos em educação ambiental. Dimensão dada ao conteúdo e prática da educação para orientação e realização de programas de gestão e educação ambiental. Processos educativos de formação e informação orientada para conscientização crítica, preservação e conservação do ambiente. A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Atividades pedagógicas aplicadas à Educação Ambiental. Educação e política ambiental.
BIOI0194	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	O caráter histórico-social das concepções sobre a natureza em diferentes culturas e épocas; Desenvolvimento social e meio ambiente; Tendências teóricas na educação ambiental e prática escolar; Abordagem do meio ambiente na educação CTSA; Pesquisa em educação escolar; Meio ambiente e direitos humanos; Elaboração e execução de atividades práticas de Educação Ambiental na Educação Básica.
502136 - BIOI0087	INVERTEBRADOS I	Introdução aos Metazoa: definição e origem. Porífera, Placozoa, Cnidária, Ctenophora, Platyhelminthes, Nemertea, Rotifera, Nematoda (Noções gerais dos outros grupos pseudocelomados) Mollusca, Annelida e vermes celomados não segmentados. Morfologia, biologia, sistemática, filogenia e biogeografia. Coleta e Manutenção de material biológico para coleção didática, sob os princípios para a sustentabilidade ambiental
502137 - BIOI0088	INVERTEBRADOS II	Arthropoda, Lofoforados e Entoproctos, Echinodermata. Morfologia, biologia, sistemática, filogenia e biogeografia. Coleta e manutenção de material biológico para coleção didática, sob os princípios da sustentabilidade ambiental. Palestras, eventos e oficinas nas escolas de ensino fundamental e/ou médio e/ou nas comunidades, incluindo os temas transversais.
502147 - BIOI0096	MORFOLOGIA EXTERNA DOS VEGETAIS	Origem, adaptação, morfologia externa e classificação dos órgãos vegetativos e reprodutivos. Mecanismos de Polinização. Reprodução sexuada e assexuada. Coleta e manutenção de material biológico para coleção didática, sob princípios da sustentabilidade.
<b>Ciência da Informação – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>

CINFO0103	BIBLIOTECÁRIO FORMAÇÃO E CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	Atos históricos da profissão do bibliotecário. Órgãos representativos e movimento associativo: Sistema CFB/CRB; FEBAB, IFLA etc. Papel e responsabilidade social do bibliotecário. O bibliotecário e a mediação da informação. Mercado de trabalho, formação, bases legais e éticas da profissão de bibliotecário. Educação ambiental.
<b>Ciência e Engenharia de Materiais – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
109256 - EMAT0179	SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E ENERGIA	Sem ementa
109316 - EMAT0213	SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E QUALIDADE	Sem ementa
<b>Ciências Contábeis – Itabaiana</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
503005 - CONTI0006	CONTABILIDA- DE AMBIENTAL	Conceito. Objetivos. Campo de atuação. Plano de contas. Ativos e passivos, receitas e despesas, ganhos e perdas. Balanço social. Balanço ambiental. DRE. DVA. Desenvolvimento sustentável. Gestão ambiental.
<b>Ciências Contábeis – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
305106 - CONTA0044	CONTABILIDA- DE AMBIENTAL	Conceito. Objetivos. Campo de atuação. Plano de contas. Ativos e passivos, receitas e despesas, ganhos e perdas. Balanço social. Balanço ambiental. DRE. DVA. Desenvolvimento sustentável. Gestão ambiental.
<b>Ciências Florestais – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
218156 - FLORE0034	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Histórico da Educação ambiental; Meio ambiente e Sociedade; O papel do Engenheiro agrônomo e florestal na Educação Ambiental; Fundamentos e objetivos da educação ambiental e Agenda; Política Nacional e Internacional de EA; Redes de Educação Ambiental; Percepção como instrumento de planejamento, gerenciamento e educação ambiental; A utilização de atividades lúdicas para dinamização de atividades de EA; Metodologias para projetos de Educação Ambiental. Educação ambiental no processo de gestão ambiental; Elaboração e desenvolvimento de projetos em espaços formais e não-formais.

218191 - FLORE0065	GESTÃO AMBIENTAL EM INDÚSTRIA DE BASE FLORESTAL	Conceitos e aspectos gerais sobre a questão do controle da qualidade ambiental. Resíduos florestais: definição e classificação. Os principais problemas ambientais relacionados aos resíduos florestais. Legislação ambiental brasileira e internacional relacionada ao manejo dos resíduos florestais. Métodos de manejo de resíduos florestais (minimização, reciclagem, aproveitamento, tratamento e disposição). Modelos de gestão ambiental aplicados à questão dos resíduos florestais: ISSO 14000 e o modelo de gestão ambientalmente adequado de resíduos da Agenda 21. Análise de ciclo de vida dos produtos.
218157 - FLORE0035	GESTÃO AMBIENTAL I	Degradação ambiental; aspectos e impactos ambientais; histórico e perspectivas; Políticas Públicas Ambientais: Licenciamento Ambiental. Avaliação do Impacto Ambiental; análise de ciclo de vida de produtos; Sistema de Gestão Ambiental e as Certificações Ambientais. Série ISO 14000 e 14001: Sistema de Gestão: conceitos e procedimentos. Avaliação. Planejamento. Atualização. Implantação. Auditoria. Gerenciamento de resíduos gerados. SGA segundo a norma NBR ISO 14001 - requisitos; ecoeficiência e desenvolvimento sustentável – discussão de viabilidade. Estratégias de Gestão Ambiental e a Responsabilidade Social. Gerenciamento Ambiental Integrado com a Qualidade.
218155 - FLORE0033	GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	História da conservação da natureza desde a beleza cênica à conservação da biodiversidade. Seleção e desenho de Unidades de Conservação. Aspectos Sociais e econômicos na recreação ao ar livre/objetivos da conservação. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Plano de Manejo. Educação ambiental e técnicas de interpretação da natureza em unidades de conservação. Planejamento e manutenção de trilhas e avaliação de impactos de visitação. Unidades de Conservação e sua relação com comunidades vizinhas.
<b>Computação – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
COMP0478	INFORMÁTICA, ÉTICA E SOCIEDADE	A sociedade industrial versus a sociedade do Conhecimento. Impactos positivos e negativos da Informática na Sociedade, em vários aspectos, como saúde, educação, cultura, lazer, meio ambiente, cidadania, política, economia, comércio, comunicação,

		transporte, esportes, segurança, dentre outros. Leituras e discussões sobre temas gerais: Relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e africana, direitos humanos e cidadania, educação ambiental. Direito de propriedade intelectual. Ética profissional. Previsões de evolução da Computação. Mercado de Trabalho.
<b>Comunicação Social – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
COMSO0271	CINEMA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Educação ambiental enquanto campo de conhecimento e objeto do cinema. Desenvolvimento de atividades em educação ambiental: cursos, palestras, campanhas e preparação de material para divulgação. Coleta de dados, entrevistas. Produção de material audiovisual.
<b>Dança – Laranjeiras</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
DANCA0183	CORPO E AMBIENTE	O corpo e suas conexões com o ambiente. Noções básicas de ecologia, evolução e educação ambiental relacionada à dança. Entendimento sistêmico de corpo e ambiente e suas possibilidades de criação em dança.
<b>Ecologia – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
219072 - ECO0046	BIOLOGIA DA CONSERVAÇÃO	Princípios da conservação biológica; Biodiversidade e o conceito de espécie; Avaliação de status de conservação; Unidades de proteção ambiental; Fragmentação de hábitat; Variabilidade genética; Espécies “chave” e bandeira; A política da conservação; Desenvolvimento sustentável.
ECO0105	BIOLOGIA DA CONSERVAÇÃO	Princípios da conservação biológica. Biodiversidade e o conceito de espécie. Fragmentação de hábitat. Variabilidade genética. Espécies “chave” e bandeira. A política da conservação. Desenvolvimento sustentável. Temas atuais em Conservação da Biodiversidade.
ECO0093	ECOLOGIA E SUSTENTABILIDADE	Problemas ambientais e suas causas e consequências. Princípios de sustentabilidade. Princípios ecológicos e sustentabilidade. Biodiversidade sustentável. População humana e seus impactos. Mudanças climáticas e camada de ozônio. Poluição ambiental. Recursos e qualidade ambiental. Uso da terra. Mineração. Geração de energia. Perigos ambientais à saúde humana. Resíduos sólidos e perigosos. Economia, política e visões de mundo ambientais. Soluções ambientais. Sociedade sustentável.
219090 - ECO0057	ECOLOGIA HUMANA	Conceitos básicos de Antropologia e Ecologia Humana. O papel do ser humano no ecossistema. Perspectiva histórica e evolutiva – dos primeiros hominídeos ao

		Homo sapiens. Sociedade, ferramentas e tecnologia. Modos de subsistência – dos caçadores-coletores à sociedade moderna. Capitalismo, consumo e conflitos. Perspectivas futuras: a agroindústria, sustentabilidade e a conservação do planeta.
219091 - ECO0058	ÉTICA E MEIO AMBIENTE	Ética e comportamento moral. Biologia, natureza e moral. Ética ambiental e ecocentrismo. Meio ambiente. Ética, ethos e questão ambiental. Ética e desenvolvimento sustentável. Ética e educação ambiental. O conceito de Direitos humanos aplicado ao meio ambiente e acesso aos recursos naturais: sustentabilidade socioambiental.
219071 - ECO0045	GESTÃO AMBIENTAL MINERACÃO PROSPECÇÃO PETRÓLEO GÁS	Aspectos políticos, legais, econômicos, sociais e ambientais ligados ao aproveitamento dos recursos minerais. Compatibilização da exploração mineral e prospecção petrolífera com a preservação ambiental. Os recursos minerais nos planejamentos territoriais. Impactos ambientais e biomonitoramento em plataformas de petróleo. A Legislação mineral e ambiental. Políticas e administração públicas. Certificação ambiental, série ISO 14000 e outros. Recuperação de áreas degradadas.
ECO0104	TÓPICOS ESPECIAIS EM GESTÃO AMBIENTAL	Sem ementa
219075 - ECO0049	TÓPICOS ESPECIAIS EM GESTÃO AMBIENTAL I	Sem ementa
219076 - ECO0050	TÓPICOS ESPECIAIS EM GESTÃO AMBIENTAL II	Sem ementa
219077 - ECO0051	TÓPICOS ESPECIAIS EM GESTÃO AMBIENTAL III	Sem ementa
ECO0066	TÓPICOS ESPECIAIS EM GESTÃO AMBIENTAL IV	Princípios estruturantes da extensão universitária. Relações Universidade e Sociedade. Uso dos recursos naturais e seus impactos. Elaboração e desenvolvimento de projetos de extensão em ecologia.
ECO0083	PRÁTICAS DE	Princípios estruturantes da extensão universitária.

	EXTENSÃO EM ECOLOGIA	Relações entre universidade e sociedade. Elaboração e desenvolvimento de projetos de extensão em ecologia, conservação e sustentabilidade.
<b>Economia – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
303205 - ECONO0150	ECONOMIA, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	Relação Sociedade e Natureza. O meio ambiente e o desenvolvimento econômico. Relações entre a economia, o meio ambiente e as instituições políticas e sociais. Paradigmas Econômicos e Meio Ambiente. Métodos Aplicados à Pesquisa Econômica do Meio Ambiente. Avaliação econômica do meio ambiente. Sustentabilidade e desenvolvimento.
<b>Educação – Itabaiana</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
508101 - EDUI0056	EDUCAÇÃO E ÉTICA AMBIENTAL	Aspectos históricos e normativos da educação ambiental no mundo e no Brasil. Epistemologia ambiental. Ética. Ambiente, crise ambiental e o movimento ambientalista. A dimensão ambiental nos espaços escolares e não escolares. Estudos Culturais e a Educação Ambiental. Projetos de Educação Ambiental.
<b>Educação – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
401311 - EDU0080	EDUCACÃO E ÉTICA AMBIENTAL	Aspectos históricos e normativos da educação ambiental no mundo e no Brasil. Epistemologia ambiental. Ambiente, crise ambiental e o movimento ambientalista. Dimensão educativa dos estudos ambientais. Inserção da dimensão ambiental nos espaços escolares e não escolares.
<b>Educação Física – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
203808 - EDFIS0020	PROJETO RONDON	Planejamento execução e avaliação de ações extensionistas inter-relacionadas envolvendo atividades interdisciplinares eventuais e/ou permanentes, executados de acordo com áreas temáticas. Uso de tecnologias sociais como instrumento de busca para organização, articulação e integração de instituições, com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável mediante a difusão e reaplicação de conhecimentos na perspectiva de efetivar soluções de transformação social, tendo em vista provocar a formulação e implementação de políticas públicas.
<b>Educação e Ciências Agrárias e da Terra - Sertão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>

AGRAS0005	GESTÃO AMBIENTAL	Análise ambiental no sistema agrícola, com ênfase na produtividade biológica, qualidade da água, conservação e administração de ecossistemas naturais e artificiais. Conceitos de dinâmica populacional. Aproveitamento racional dos recursos agrícolas.
<b>Engenharia Ambiental– São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
ENAMB0071	ANÁLISE DO MEIO BIOFÍSICO PARA ENGENHARIA AMBIENTAL	Conceitos e classificações de componentes biofísicos. Ambiente biofísico e tipos de impactos. Processos geomorfológicos e relevos derivados. Formas residuais e processos erosivos. Movimentos de massa. Princípios e aplicações do clima e da vegetação ao planejamento ambiental. Associação entre o clima e formações vegetais em áreas urbanas e rurais. Dinâmica e morfologia de ambientes fluviais. Paisagens costeiras e implicações ao planejamento e à gestão ambiental. Métodos e técnicas de diagnósticos e prognósticos interdisciplinares com ênfase no meio biofísico.
ENAMB0054	ECONOMIA AMBIENTAL	Classificação dos recursos naturais. Recursos Naturais versus Poluição. Economia do Meio Ambiente. A Contribuição da Escola Neoclássica na Economia Ambiental. Valoração Econômica dos Recursos Naturais. Meio Ambiente como uma Variável nos Estudos de Planejamento e de Viabilidade Econômica. Desenvolvimento Sustentável. Mecanismos políticos para solução de problemas ambientais. Meios processuais de proteção ambiental. Ação civil pública e demanda por perícia ambiental. Estudo de caso.
ENAMB0065	GESTÃO AMBIENTAL NA AGRICULTURA E NAS CRIAÇÕES CONFINADAS	Introdução. Panorama geral sobre a produção agropecuária nacional. Legislação ambiental aplicável. Aspectos e impactos ambientais da agricultura. Aspectos e impactos ambientais da pecuária. Criações em confinamento: aspectos e impactos ambientais. Caracterização de resíduos. Armazenamento de resíduos. Tratamento de resíduos. Reuso e disposição final de resíduos. Práticas sustentáveis na agricultura e na pecuária.
ENAMB0066	GESTÃO AMBIENTAL NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL	A indústria do petróleo no mundo – Histórico. Noções sobre geopolítica do petróleo. Cadeia de valor do petróleo do poço ao posto: prospecção, produção, refino e distribuição. A indústria do petróleo no Brasil: estados produtores e bacias. Legislação ambiental e regulatória no setor de petróleo e gás. Licenciamento ambiental. Impactos ambientais na cadeia produtiva do petróleo e

		gás natural. Passivos ambientais. Gerenciamento de resíduos: classificação, coleta, segregação, tratamento, reuso/reciclagem e disposição final. Melhores tecnologias de prevenção e controle da poluição disponíveis para o setor. Sistema de gestão integrada (SMS).
ENAMB0053	GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	Conceitos, marco referencial e desenvolvimento sustentável. Legislação para uso dos recursos hídricos: formas de gestão, organização dos processos e aspectos institucionais. Gerenciamento de recursos hídricos no Brasil: fundamentos, objetivos. Diretrizes e planos da política nacional dos recursos hídricos. Classificação das águas, outorgas e cobrança pela água. Medidas compensatórias como alternativa para minimização da poluição dos corpos hídricos.
112081 - ENAMB0027	GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	Conceitos, marco referencial e desenvolvimento sustentável; Legislação para Uso dos Recursos Hídricos: Formas de gestão, organização dos processos e aspectos institucionais; Gerenciamento de Recursos Hídricos no Brasil: Fundamentos, objetivos. Diretrizes e planos da política nacional dos recursos hídricos; Classificação das águas, outorgas e cobrança pela água.
112020 - ENAMB0006	INTRODUÇÃO À ENGENHARIA AMBIENTAL	Origem da engenharia ambiental. Importância da engenharia ambiental para o desenvolvimento sustentável numa comunidade, em uma região e no o planeta. O curso de engenharia ambiental, seu currículo e o perfil que se pretende do seu egresso.
ENAMB0034	INTRODUÇÃO À ENGENHARIA AMBIENTAL	Origem da engenharia ambiental. Crise ambiental. Ciclos Biogeoquímicos. Poluição da água. Resíduos Sólidos. Poluição do solo. Poluição do Ar. Desenvolvimento sustentável. Noções sobre impactos ambientais. Metodologia Científica: o método científico; a pesquisa científica; métodos e técnicas de pesquisa; elaboração de projetos de pesquisa, relatórios e publicações científicas; Normas da ABNT para a escrita de trabalhos científicos
ENAMB0064	INTRODUÇÃO À POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL	Formação de políticas ambientais no Brasil. Estrutura e funcionamento do sistema nacional estadual de meio ambiente. Princípios de gestão ambiental. Instrumentos das políticas públicas de gestão ambiental. Estratégias de gestão ambiental. Instrumentos de gestão ambiental privada. Políticas rurais de gestão ambiental. Políticas e Instrumentos de gestão ambiental e recuperação

		ambiental.
ENAMB0039	SISTEMA DE GESTÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS	Fundamentos de administração, organização das empresas e interface com o ambiente. As funções do administrador. As funções da Administração (ciclo PDCA). Instrumentos de planejamento e gestão ambiental. Prevenção à poluição através do planejamento. Auditoria ambiental. Implantação de um SGA. Zoneamento ecológico-econômico. Sistema de Licenciamento. Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) - aspectos políticos econômicos e legais. Ambiente biofísico: previsão, tipos de impactos e medidas mitigadoras e compensatórias. Sistemas de avaliação de impactos ambientais. Recuperação Ambiental. Metodologias de diagnóstico ambiental. Métodos de avaliação de impacto ambiental. Aplicação de um caso.
112040 - ENAMB0015	SISTEMAS DE GESTÃO E AVALIAÇÃO IMPACTOS AMBIENTAIS	A questão ambiental. Prevenção à poluição através do planejamento. Instrumentos de planejamento e gestão ambiental: Auditoria Ambiental; Implantação de SGA; Zoneamento Ambiental/Ecológico-econômico; Sistema de licenciamento. Estruturando um município para a gestão ambiental. Aspectos políticos econômicos e legais de avaliação de impacto ambiental. O planejamento e as fases da avaliação ambiental. Metodologias de diagnóstico ambiental. A previsão de impactos sobre os meios físicos e biológicos e as medidas mitigadoras dos efeitos negativos. Métodos de avaliação de impacto ambiental. Aplicação de um caso.
<b>Engenharia Agrícola – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
AGRIC0044	FUNDAMENTOS DOS SISTEMAS NATURAIS E ANTROPIZADOS	Sistemas Ambientais Naturais e Antrópicos: Bases de funcionamento. Conceitos Básicos de Ecologia da paisagem natural e urbana. Conservação dos Recursos Naturais: Solo, Água, Ar e a Biodiversidade. Relações entre o Homem e a Natureza. Conceitos Básicos e Análise da Filosofia Conservacionista.
AGRIC0030	SANEAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL	Saneamento no Brasil e Saúde Pública. Água e a Bacia Hidrográfica. Sistemas de abastecimento de água. Parâmetros de avaliação da qualidade da água de corpos d'água. Tratamento de água para abastecimento público e industrial. Tratamento de esgotos e de águas residuárias. Reuso de água para fins agrícola, industrial e doméstico. Controle de poluição industrial no meio agrícola. Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos e

		rurais.
AGRIC0002	TÓPICOS ESPECIAIS EM ENGENHARIA AGRÍCOLA V	Conceitos de gestão ambiental e desenvolvimento sustentável. Recursos hídricos: formas de gestão e legislação atual sobre o tema. Gerenciamento de recursos hídricos nos diferentes setores (cidades, indústria e agricultura) no Brasil. Política nacional dos recursos hídricos: Diretrizes e planos. Classificação das águas, outorgas e cobrança pela água. Medidas mitigatórias/compensatórias para minimização dos impactos do uso dos recursos hídricos no funcionamento dos ecossistemas aquáticos.
<b>Engenharia Agrônoma – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
210461 - AGRON0260	AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Concepção de Agricultura Familiar/Camponesa; Histórico da Campesinato; Debates e enfoques sobre Agricultura Familiar/Camponês; Políticas Públicas e Agricultura Familiar/Camponesa: situação e perspectivas; Agricultura Familiar/Camponesa e Agronegócio; Desenvolvimento sustentável: concepção e debate atual.
210462 - AGRON0261	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	Abordagem territorial do desenvolvimento. Território enquanto espaço democrático para construção e desenvolvimento sustentável. Estratégias dos atores envolvidos. Eixos centrais do desenvolvimento territorial. Construção de novas institucionalidades. Dimensões do desenvolvimento territorial. Estratégias do desenvolvimento territorial.
210480 - AGRON0273	ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO RURAL	A Economia como ciência. A Atividade econômica. Os Fatores de produção. Fronteira de possibilidade de produção. O Sistema econômico. O funcionamento da economia capitalista e o papel da agricultura. A teoria do comportamento do consumidor e a demanda. Teoria da firma e oferta. A demanda e oferta dos produtos agrícolas. Equilíbrio de mercado. Estruturas de mercado. Aspectos da intervenção do estado na agricultura. Agricultura e Desenvolvimento. As políticas de desenvolvimento rural. As transformações no meio rural brasileiro. Os desafios do desenvolvimento rural sustentável.
210224 - AGRON0132	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Sem ementa
210423 - AGRON0234	GESTÃO AMBIENTAL	Análise ambiental no sistema agrícola, com ênfase na produtividade biológica, qualidade da água, conservação e administração de ecossistemas naturais e artificiais.

		Conceitos de dinâmica populacional. Aproveitamento racional dos recursos agrícolas.
210073 - AGRON0040	SILVICULTURA	Conceitos, funcionamento e caracterização do ecossistema florestal. Conceitos básicos de ecologia florestal e desenvolvimento florestal sustentável. O papel da floresta na conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e da produtividade do solo. Legislação florestal: preservação permanente e reserva legal. Conservação de fragmentos florestais. Formação e manejo de pequenos povoamentos florestais. Sistemas agroflorestais. Uso da madeira na propriedade agrícola.
<b>Engenharia Civil – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
101276 - ENCIV0128	PROTEÇÃO AMBIENTAL	Sistema de gestão ambiental. Instrumentos de gestão ambiental. Estrutura organizacional para a gestão municipal do meio ambiente
101271 - ENCIV0123	SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE	Noções básicas de Ecologia, Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Saneamento Ambiental. Efeito da Poluição sobre o Meio Ambiente e à Saúde Pública. Causas e efeitos das Poluições Hídricas, Atmosféricas e do Solo. As interferências das obras de Engenharia Civil sobre o Meio Ambiente. Legislação Ambiental. Licenciamento Ambiental. Certificação Ambiental. Avaliação Ambiental.
<b>Engenharia de Pesca e Aquicultura – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
216491 - PESCA0065	EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO PESQUEIRA	Desenvolvimento de atividades em educação ambiental no âmbito da Engenharia de Pesca: cursos, palestras, campanhas e preparação de material para divulgação. Coleta de dados e entrevistas.
216350 - PESCA0021	EXTENSÃO PESQUEIRA	A extensão: origens, princípios teóricos, significado oficial e transformador. Aspectos sócio culturais das populações pesqueiras no Brasil. Extensão rural e extensão pesqueira: caminhos distintos no passado, caminhos cruzados no presente. Globalização e reorganização do espaço agrário e pesqueiro. Elaboração de projetos de gestão do desenvolvimento local sustentável em contextos populares.
<b>Engenharia de Produção – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
EPROD0084	BIOPRODUTOS E ENERGIAS RENOVÁVEIS	Etapas necessárias para desenvolvimento de um bioproduto bem como de aspectos relacionados à engenharia de bioprocessos. Biorreatores, etapas e conceitos de processos fermentativos. Produtos de

		origem microbiana. Generalidades em processos e produtos de uma biorrefinaria. Energia e meio ambiente dentro de um conceito de sustentabilidade. Fontes convencionais e alternativas de energia. Especificidades relacionadas às energias renováveis. Abordagem prática: busca por artigos científicos e noticiários, nacionais e internacionais, com foco em seminários, referentes às tecnologias relacionadas a bioprodutos, energias renováveis e sustentabilidade.
EPROD0061	INTRODUÇÃO A ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	As grandes áreas de atuação da Engenharia de Produção. Ética e responsabilidade social. A importância da diversidade racial, étnica e de gênero na sociedade. Direitos humanos e educação ambiental.
EPROD0075	SISTEMA DE GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS	Noções gerais de Ecologia. Os recursos ambientais: ar, solo e água. Noções de Legislação Ambiental: federal, estadual e municipal. Resíduos sólidos. Problemas causados pelo lixo. Agrotóxicos. Poluição sonora. Noções de Tratamento de Efluentes. Gestão de recursos naturais e energéticos. Produção mais limpa e ecoeficiência. Gestão de efluentes e resíduos industriais. Sistemas de gestão ambiental e certificação.
113006 - EPROD0008	SISTEMAS DE GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS	Noções gerais de Ecologia. Os recursos ambientais: ar, solo e água. Noções de Legislação ambiental: federal, estadual e municipal. Resíduos sólidos. Problemas causados pelo lixo. Agrotóxicos. Poluição sonora. Noções de Tratamento de Efluentes. Gestão de recursos naturais e energéticos. Produção mais limpa e ecoeficiência. Gestão de efluentes e resíduos industriais. Sistemas de gestão ambiental e certificação.
EPROD0104	TÓPICOS ESPECIAIS EM ENGENHARIA DA SUSTENTABILIDADE	Sem ementa
<b>Engenharia Elétrica – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
107130 - ELET0055	GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	Geração de energia elétrica e desenvolvimento sustentável. Centrais hidrelétricas e termelétricas. Geração de eletricidade. Sistemas solares, eólicos e híbridos. Energia dos oceanos. Células a combustível. Aspectos técnicos e econômicos da integração da geração distribuída aos sistemas elétricos de potência.
<b>Engenharia Mecânica – São Cristóvão</b>		

<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
110286 - ENMEC0143	RECURSOS ENERGÉTICOS E O MEIO AMBIENTE	Energia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Conservação de Energia. Fontes Renováveis e Não-Renováveis. Matriz Energética Mundial e Brasileira. Geração Centralizada e Distribuída. Petróleo, Gás Natural, Carvão e a Energia Nuclear. Termelétricas. Cogeração. Trigerção. Centrais Hidrelétricas. Geração Fotovoltaica, Termossolar, Eólica. Sistemas Híbridos. Energia dos Oceanos. Células a Combustível e a Problemática do Hidrogênio.
110116 - ENMEC0078	SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL E ENERGIA	Sem ementa
<b>Engenharia Química – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
102245 - EQUI0112	CONTROLE AMBIENTAL NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO	Introdução à análise comparativa dos impactos ambientais da cadeia de produção/uso das diversas fontes de energia. Conceitos e definições de meio ambiente, energia e risco tecnológico. Impactos ambientais da exploração, produção, refino, transporte, armazenamento e uso de petróleo, gás natural e seus derivados. Grandes problemas ambientais a nível internacional relacionados à produção e utilização de petróleo: poluição atmosférica urbana, chuvas ácidas, aumento do efeito estufa. Opções energéticas mundiais diante dos riscos ambientais globais. O caso Brasil. Prioridades de política ambiental para o Sistema Energético Brasileiro.
102241 - EQUI0108	ECOLOGIA E CONTROLE DA POLUIÇÃO	Noções gerais de Ecologia. O Desenvolvimento e o meio ambiente. Os recursos ambientais: ar, solo e água. Legislação Ambiental: Federal, Estadual e Municipal. Ambientes marinhos e Manguezais. Resíduos sólidos. Problemas causados pelo lixo. Agrotóxicos. Poluição sonora. Gestão Ambiental. Noções de Tratamento de Efluentes. Planejamento e Controle das condições ambientais. Projetos. Seminários.
<b>Fonoaudiologia – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
FONO0168	ÉTICA E PLANEJAMENTO PROFISSIONAL	Bases filosóficas da ética e moral. Código de Ética do Fonoaudiólogo. Mercado de trabalho: prática clássica e prática humanista. Criatividade e empreendedorismo. Profissão e Direitos Humanos, relações étnico-raciais e educação ambiental.

<b>Geografia – Itabaiana</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
505142 - GEOI0075	PLANEJAMENTO GEO-AMBIENTAL	Meio ambiente. Generalidades. Ecossistema. Estudos de impacto ambiental. Inventário e gestão ambiental. Metodologias utilizadas em estudos ambientais. Legislação Ambiental. Zoneamento Geoambiental.
<b>Geografia – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
403188 - GEO0093	FUNDAMENTOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Origens da discussão e marcos epistêmicos referentes à educação e meio ambiente no mundo. Estilos de desenvolvimento e a problemática socioambiental. Declarações e documentos oficiais sobre educação e meio ambiente nos organismos internacionais e no Brasil: Tbilisi, Tessalonic, Rio 92, PNEA/ProNEA, Carta da Terra. Fundamentos e pressupostos da educação ambiental no mundo e no Brasil. Concepções teórico-metodológicas em educação ambiental no Brasil. Ética ambiental. Sociedade civil e governo no sistema nacional de Educação Ambiental: desenvolvimento de projetos de pesquisa/ ensino voltados à reflexão-ação-resolução dos problemas ambientais.
403158 - GEO0073	FUNDAMENTOS GEOGRÁFICOS DO TURISMO	As categorias geográficas aplicadas ao estudo do turismo; Representações sócio-espaciais e da sustentabilidade da atividade turística. Concepções teóricas-metodológicas para compreensão do turismo contemporâneo na geografia. O turismo no espaço globalizado. O fenômeno sócio-espacial do turismo de massa. Análise geográfica dos fluxos turísticos e os impactos ambientais da atividade turística. Desenvolvimento local e turismo.
<b>Letras Libras – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
LETRL0085	TEMAS CONTEMPORÂNEOS E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS	Debates atuais sobre a relação indivíduo e sociedade – tais como direitos humanos, liberdade religiosa, diversidade étnica-racial e de gênero – e entre o indivíduo e o meio ambiente – educação ambiental, biodiversidade local – em contexto de ensino de línguas
<b>Medicina – HU</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
MEDI0068	INTRODUÇÃO À SAÚDE DA FAMÍLIA E COMUNIDADE	Introdução do aluno nas Unidades Básicas de Saúde sob a ótica do Sistema Único de Saúde (SUS), privilegiando ações voltadas a atenção primária. A Unidade Básica de Saúde e as unidades de produção do cuidado. Atribuições

		das Equipes de Saúde da Família (ESF). Possibilidades e desafios no cotidiano de trabalho das ESF. Indicadores das ESF. Processo de territorialização na Estratégia Saúde da Família. Núcleo de Apoio à Saúde da Família, na perspectiva do apoio a inserção da ESF na rede de serviços, ampliação da abrangência de suas ações e sua resolutividade. Valorização da preservação da biodiversidade com sustentabilidade, de modo que, no desenvolvimento da prática médica, sejam respeitadas as relações entre ser humano, ambiente, sociedade e tecnologias. Entendimento das relações entre fatores sociais e culturais como processo saúde-doença. Definição de objetos de saber e de práticas da medicina social. Conhecimento dos conceitos de território-solo, território-processo, território-área, território-microárea e áreas de risco. Entendimento das relações Estado e políticas sociais e entre cultura, sociedade e saúde. A doença como um fenômeno social. Importância das ações educativas em saúde no que se refere à prevenção de doenças, consciência sanitária e conquista da cidadania.
MEDI0101	SAÚDE E MEIO AMBIENTE	Ecosistemas; conceitos de saúde ambiental; saúde pública; saneamento ambiental; ambientes degradados e seus efeitos na saúde, incluindo noções de toxicologia; doenças relacionadas ao meio ambiente e seus mecanismos. Mudanças climáticas e saúde, indicadores de sustentabilidade e indicadores de saúde e saneamento básico (água, esgoto, lixo, drenagem urbana, controle de vetores). Saúde corporativa e qualidade dos ambientes interiores. Saúde ambiental e susceptibilidade humana (alergias respiratórias e meio ambiente, componentes tóxicos e alergênicos dos alimentos transgênicos). Avaliação e gerenciamento de riscos em saúde ambiental. Políticas públicas em saúde ambiental e suas interfaces com outras políticas públicas.
<b>Museologia – Laranjeiras</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
605222 - MUSEO0062	GESTÃO AMBIENTAL	Biodiversidade: os grandes grupos animais e vegetais. Níveis de organização ecológica. A estrutura e funcionamento dos ecossistemas. As cadeias e as teias alimentares. As relações entre seres vivos. As sucessões ecológicas. Os ecossistemas terrestres e aquáticos. A importância da ecologia da atualidade. A dinâmica populacional. As comunidades. A preservação dos recursos naturais e suas técnicas.

605144 - MUSEO0032	MUSEOLOGIA E DESENVOLVI- MENTO SOCIAL	Museologia e Desenvolvimento Social. Panorama das experiências nacionais e internacionais no campo dos museus com tendo aspectos ligados ao patrimônio tangível e intangível e à memória como vetores desse desenvolvimento e dessa consciência. Museus e Desenvolvimento Sustentável. Relação entre Museus e Práticas Turísticas. O Turismo Nordeste e seus Museus.
<b>Odontologia – Lagarto</b>		
Código	Disciplinas de EA	Ementa
ODONL0010.4	HABILIDADES CIRÚRGICAS	<p>Dado o baixo acesso da população brasileira a serviços odontológicos baseados na promoção de saúde e na prevenção das doenças bucais, o profissional de Odontologia não raro encontra sua prática indivíduos que necessitam de procedimentos cirúrgicos para adequação do meio bucal. Para que seja oferecido um tratamento eficaz e humanizado a esses indivíduos, esta disciplina teórico-prática volta-se à assimilação e aplicação dos princípios e ao desenvolvimento de habilidades e competências pré-clínicas relativas à biossegurança e educação ambiental, à anestesiologia local em Odontologia e à cirurgia bucal. Tendo o aluno adquirido as habilidades e competências pré-clínicas, a disciplina terá sequência buscando desenvolver competências clínicas associadas ao diagnóstico, planejamento e realização de técnicas exodônticas unitárias, múltiplas, simples e complexas, além de outros procedimentos cirúrgicos de baixa complexidade como cirurgias pré-protéticas e biópsias de tecidos moles e duros. Além disso, o aluno deve adquirir conhecimentos e competências em relação ao manejo das urgências e emergências em consultório odontológico e ao manejo de pacientes com comprometimento sistêmico. A disciplina também proporcionará ao aluno o conhecimento necessário para a prescrição terapêutica no contexto da cirurgia bucal. O componente prático da disciplina será desenvolvido através do atendimento clínico à comunidade. Utilização de textos impressos ou disponíveis na rede mundial de computadores, bem como de materiais audiovisuais em língua inglesa e/ou espanhola relacionados à temática da disciplina e representativos do estado da arte em cirurgia bucal, visando estimular a educação continuada e a busca pelo domínio de línguas estrangeiras e de tecnologias de</p>

		informação e comunicação (TICs).
ODONL0010.1	HABILIDADES PRÉ-CLÍNICAS I	Este componente curricular destina-se a promover competências e habilidades básicas sobre a doença periodontal abordando uma visão integrada com as demais especialidades odontológicas. Biossegurança e educação ambiental. Serão trabalhados conteúdos focados no conhecimento básico dos tecidos periodontais, processo saúde-doença e terapias não-cirúrgicas. Utilização de textos impressos ou disponíveis na rede mundial de computadores, bem como de materiais audiovisuais em língua inglesa e/ou espanhola relacionados à temática da disciplina e representativos do estado da arte em periodontia, visando estimular a educação continuada e a busca pelo domínio de línguas estrangeiras e de tecnologias de informação e comunicação (TICs).
ODONL0010.2	HABILIDADES PRÉ-CLÍNICAS II	A Endodontia se encarrega do estudo da morfologia, fisiologia e patologia da polpa dental humana e dos tecidos periapicais. Na Endodontia Laboratorial são abordados assuntos referentes aos passos técnicos necessários para o tratamento endodôntico em manequim. O estudante de laboratório deverá estar apto ao final da disciplina para aplicar estes conhecimentos na Endodontia Clínica quando ele terá contato com o paciente. Temáticas abordadas: Biossegurança e educação ambiental; instrumentos endodônticos, anatomia interna dos grupos dentais, abertura coronária de incisivos, caninos e/ou pré-molares, odontometria, preparo químico-mecânico, substâncias químicas auxiliares, obturação dos canais radiculares, medicação intracanal. Utilização de textos impressos ou disponíveis na rede mundial de computadores, bem como de materiais audiovisuais em língua inglesa e/ou espanhola relacionados à temática da disciplina e representativos do estado da arte em Endodontia, visando estimular a educação continuada e a busca pelo domínio de línguas estrangeiras e de tecnologias de informação e comunicação (TICs).
ODONL0010.3	HABILIDADES PRÉ-CLÍNICAS III	Anatomia e técnica de escultura dental regressiva. Propriedades e manipulação dos materiais odontológicos: cimentos odontológicos, amálgama de prata e resina composta. Instrumentais em dentística operatória. Isolamento do campo operatório. Preparos cavitários

		conservadores e restauração direta, conforme os princípios regentes. Restauração direta com resina composta e amálgama de prata. Biossegurança e educação ambiental. Utilização de textos impressos ou disponíveis na rede mundial de computadores, bem como de materiais audiovisuais em língua inglesa e/ou espanhola relacionados à temática da disciplina e representativos do estado da arte em Dentística, visando estimular a educação continuada e a busca pelo domínio de línguas estrangeiras e de tecnologias de informação e comunicação (TICs).
ODONL0009.7	PROPEDÊUTICA ESTOMATOLÓGICA I	Fundamentos em Semiologia; Biossegurança e educação ambiental; Exame clínico do paciente; Introdução ao diagnóstico; Estudo da semiotécnica aplicada à Estomatologia; Lesões fundamentais da boca; Lesões ulcerativas; Lesões vésico-bolhosas; Lesões brancas; Lesões pigmentadas. Utilização de textos impressos ou disponíveis na rede mundial de computadores, bem como de materiais audiovisuais em língua inglesa e/ou espanhola relacionados à temática da atividade e representativos do estado da arte em estomatologia, visando estimular a educação continuada e a busca pelo domínio de línguas estrangeiras e de tecnologias de informação e comunicação (TICs).
ODONL0010.0	RADOLOGIA E IMAGINOLOGIA APLICADAS A ODONTOLOGIA	Compreender a história, propriedades da natureza e produção dos raios X. Conhecer o aparelho de raios X, efeitos biológicos e proteção biológica e educação ambiental. Estudo dos filmes radiográficos e processamento radiográfico. Compreender os fatores que influenciam na formação da imagem. Aprender a anatomia dental e cranioencefálica. Aprender e aplicar sobre as técnicas periapicais intra orais e biossegurança. Estudo dos métodos de localização e radiografia panorâmica. Aprender sobre as técnicas extra orais especiais. Conhecer sobre radiografias digitais. Compreender sobre as lesões cariosas e seus aspectos radiográficos. Estudar as lesões do periápice e anomalias dentárias. Compreender os aspectos radiográficos das lesões inflamatórias, cistos e tumores dos maxilares. Conhecer as noções da tomografia computadorizada. Aplicar os conhecimentos das técnicas intra orais (atendimento ao paciente). Utilização de textos impressos ou disponíveis na rede mundial de

		computadores, bem como de materiais audiovisuais em língua inglesa e/ou espanhola relacionados à temática da disciplina e representativos do estado da arte em Radiologia, visando estimular a educação continuada e a busca pelo domínio de línguas estrangeiras e de tecnologias de informação e comunicação (TICs).
<b>Química – Itabaiana</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
QUII0163	AVALIAÇÃO E PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE QUÍMICA E CIÊNCIAS	Pressupostos e fundamentos de conceitos estruturantes no ensino de Química e Ciências. Avaliação do livro didático. Análise de propostas de ensino de Química e Ciências com foco na Abordagem Temática, Contextualização, CTSA, Educação Ambiental. Definição de propostas a serem desenvolvidas no material didático. Planejamento e elaboração de oficinas temáticas voltadas para o desenvolvimento das Sequencias Didáticas a serem aplicadas no Ensino Fundamental. As ações extensionistas serão desenvolvidas através de mostra de materiais didáticos produzidos na disciplina em escolas da região.
509151 - QUII0076	QUÍMICA ANALÍTICA	Conceitos gerais de equilíbrio químico. Equilíbrio em soluções aquosas: neutralização, precipitação, complexação e oxido-redução. Métodos e técnicas de titulação de neutralização, precipitação, complexação e oxido-redução. Métodos gravimétricos. Aplicação dos conceitos estudados na análise e tratamento de resíduos e efluentes industriais e agropecuários. Princípios de Educação Ambiental.
509152 - QUII0077	QUÍMICA ANALÍTICA EXPERIMENTAL	A disciplina deve ser desenvolvida associando e correlacionando teoria e experimentação. Erros em Análise Química. Tratamento de dados. Preparação e padronização de soluções. Técnicas básicas de gravimetria e titulometrias (neutralização, precipitação, complexação e oxidação-redução). Aplicação dos conceitos estudados na análise e tratamento de resíduos e efluentes industriais e agropecuários. Princípios de Educação Ambiental. As ações extensionistas serão desenvolvidas atividades relacionadas com a qualidade de água e solo de Itabaiana e cidades circunvizinhas, na forma de palestras em escolas e associações das comunidades a serem selecionadas.
509153 - QUII0078	QUÍMICA ANALÍTICA INSTRUMEN-	A disciplina deve ser desenvolvida associando e correlacionando teoria e experimentação. Princípios das técnicas: espectrometria de absorção molecular na região

	TAL	do UV-Vis, espectrometria de absorção e emissão atômica, cromatografia em fase gasosa e líquida, condutimetria, potenciometria e voltametria. Preparo de amostras e aplicação das técnicas na análise e tratamento de resíduos e efluentes industriais e agropecuários. As ações extensionistas ocorrerão em parceria com outros cursos do campus de Itabaiana como: Biologia, Geografia, e de outros campi como Engenharia de Alimentos e Engenharia Civil de São Cristóvão, a fim de colaborarem na disciplina em atividades de extensão, em que serão abordados aspectos analíticos dos contaminantes ambientais e Educação Ambiental, na forma de palestras em escolas e associações das comunidades a serem selecionadas.
QUII0139	QUÍMICA E MEIO AMBIENTE	Introdução à Química Ambiental. Educação Ambiental. Compartimentos ambientais, ciclos biogeoquímicos, biodiversidade e reatividade de compostos no ambiente. Impactos e monitoramento ambientais. Poluição e tratamento de resíduos e efluentes. Legislação ambiental. Energia e meio ambiente.
QUII0142	QUÍMICA GERAL	Teoria atômica. Tabela periódica e propriedades periódicas. Fórmulas e nomenclaturas de compostos químicos. Ligações químicas: iônicas e covalentes. Reações químicas e estequiometria. Líquidos e soluções: propriedades, estequiometria e equilíbrio químico. Ácidos e bases em meio aquoso. Fundamentos de Eletroquímica. Química nuclear. Princípios de educação ambiental.
Química – São Cristóvão		
Código	Disciplinas de EA	Ementa
QUI0253	QUÍMICA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Princípios da Educação Ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. Sustentabilidade, mobilização e inserção socioambiental. Educação ambiental e práticas pedagógicas. Possibilidades e limites do processo educativo frente às questões ambientais. Tendências e perspectivas para educação ambiental em diferentes contextos educativos e as possíveis relações entre educação ambiental e as teorias de currículo. A disciplina contemplará atividades práticas de Educação Ambiental com estudantes da educação básica.
Relações Internacionais – São Cristóvão		
Código	Disciplinas de EA	Ementa
306219 - INTER0058	ESTUDOS DE QUESTÕES	Ecologia; biodiversidade; arte, cultura e filosofia; mapas geopolíticos e socioeconômicos; globalização; políticas

	CONTEMPORÂNEAS	públicas: educação, habitação, saneamento, saúde, segurança, defesa, desenvolvimento sustentável; redes sociais e responsabilidade: setor público, privado, terceiro setor; relações interpessoais: respeitar, cuidar, considerar, conviver; sociodiversidade: multiculturalismo, tolerância, inclusão; exclusão e minorias; relações de gênero; vida urbana e rural; democracia e cidadania; violência; terrorismo; avanços tecnológicos; inclusão/exclusão digital; relações de trabalho; tecnociência; propriedade intelectual; diferentes mídias e tratamento da informação
<b>Teatro – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
TEATR0138	CENOGRAFIA E ILUMINAÇÃO	Fundamentos da cenografia e da iluminação teatral. Aspectos históricos da cenografia. Tipos de espaços cênicos e sua operacionalidade em situações educacionais. Tipos de cenários. Observação e estudo de efeitos luminosos e levantamento de possibilidades de realização cênica. Promoção da Educação Ambiental por meio da reutilização e adaptação de materiais, do uso consciente de materiais, preferencialmente, oriundos de fontes sustentáveis. Criação de projeto cenográfico.
TEATR0168	MAQUIAGEM E CARACTERIZAÇÃO TEATRAL	Fundamentação teórica sobre a maquiagem e a caracterização no teatro. Estudo de materiais para maquiagem e caracterização. Os elementos e as funções da maquiagem e da caracterização teatral. Prática de automaquiagem. Elaboração de croquis de maquiagem e caracterização. Conscientização em relação à proteção do meio-ambiente por meio da reutilização de materiais e elaboração de alguns produtos artesanais com ingredientes naturais. A maquiagem e a caracterização como instrumentos educacionais, inclusive Educação Ambiental.
TEATR0182	TEATRO DE ANIMAÇÃO I	As máscaras e práticas pedagógicas para o ensino do teatro. História da máscara no teatro. Uso da máscara neutra para formação do ator. Máscaras abstratas, larvárias e expressivas. Confecção e uso a partir de processos metodológicos de criação de figuras/personagens. Adaptação e/ou reaproveitamento de materiais de uso sustentável para confecção, com ênfase em aspectos de educação ambiental. Máscaras e cultura popular.
TEATR0188	TEATRO E SUSTENTABILIDADE	Discussão socioambiental envolvendo o conceito de sustentabilidade, buscando estratégias teatrais que

	DADE	aproximem os aprendizados com o ambiente e a arte.
<b>Turismo – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
308153 - TURIS0057	TURISMO E MEIO AMBIENTE	A relação entre Turismo e Meio Ambiente. Tipologias de turismo em contato com a natureza. Biomas Brasileiros. Dimensões e princípios do Ecoturismo. A sustentabilidade do Turismo. Gestão e planejamento ambientais na prática do turismo de natureza. Técnicas para o desenvolvimento de programas e roteiros para o turismo de natureza. Turismo de natureza e desenvolvimento local. Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Educação ambiental. Utilização turística de unidades de Conservação.
308151 - TURIS0055	TURISMO REGIONAL	Região e turismo. A Organização Espacial e o Turismo. Regionalização e Desenvolvimento sustentável. Integração Regional do Espaço Brasileiro. Os Pólos de Desenvolvimento turístico. A Região Nordeste e suas potencialidades Turísticas. A regionalização do estado de Sergipe. A organização do espaço geográfico e turístico sergipano.
<b>Zootecnia – São Cristóvão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
ZOOT0089	TÓPICOS ESPECIAIS NA PROFISSÃO DE ZOOTECNICIS- TA	A importância de temas como meio ambiente e sustentabilidade, bem estar-animal e segurança alimentar na produção animal. Nova visão sobre o mercado de trabalho. O Zootecnista do futuro e habilidades necessárias para fazer a diferença.
<b>Zootecnia – Sertão</b>		
<b>Código</b>	<b>Disciplinas de EA</b>	<b>Ementa</b>
ZOOTS0019	ECONOMIA E DESENVOLVI- MENTO RURAL	A economia como ciência. A atividade econômica. Os fatores de produção. Fronteira de possibilidade de produção. O sistema econômico. O funcionamento da economia capitalista e o papel da agricultura. A teoria do comportamento do consumidor e a demanda. Teoria da firma e oferta. A demanda e oferta dos produtos agrícolas. Equilíbrio de mercado. Estruturas de mercado. Aspectos da intervenção do estado na agricultura. Agricultura e desenvolvimento. As políticas de desenvolvimento rural. As transformações no meio rural brasileiro. Os desafios do desenvolvimento rural sustentável.

Fonte: Construído pela autora a partir de informações do Sigaa. Disponível em: <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/departamento/componentes.jsf>. Acesso entre 22 out. 2020 e 30 out. 2020 e entre 16 abr. 2021 e 23 abr. 2021.

**APÊNDICE C – Lista de ações de extensão cadastradas na área “Meio Ambiente” e seus proponentes**

<b>Ações de Extensão - Área temática “Meio Ambiente”</b>	
<b>Cursos</b>	
<b>Ano - Nome</b>	<b>Proponente</b>
2012 - Atualização em Taxonomia de Amphipoda	DBI
2012 - O RPG 'Jogo do Parque': jogando e aprendendo sobre o Parque Nacional Serra de Itabaiana	DBCI
2013 - “Questão ambiental”, educação ambiental e a experiência do PEAC - I SEMANA ACADÊMICO-CULTURAL DA UFS	DSS
2013 - I- Curso de Manejo de Fauna Silvestre	DCF
2013 - I Curso de Capacitação em Sistemas Agroflorestais (I CSAFs)	DCF
2015 - A Psicologia Ambiental e suas diversas aplicações.	DPS
2015 - Curso de Atualização em Biologia Marinha	DECO
2015 - Introdução à Elaboração de Projetos Participativos	DECO
2015 - Identificação de Líquens	DBCI
2016 - Curso Básico de Práticas de Pesquisa	DGE
2016 - Curso de Introdução ao Sistema de Informação Geográfica com QGIS	DGE
2016 - Introdução ao Sistema de Informação Geográfica (SIG)	DGE
2016 - "III SEMAC" Curso Básico de Geoprocessamento	DGEI
2016 - Atriplex como ferramenta de recuperação de solos afetados por sais	DEA
2016 - Curso de GPS para georreferenciamento	DEAGRI
2016 – Curso de Coordenadores do 46º Congresso Brasileiro de Estudantes de Engenharia Florestal	DCF
2016 - Identificação de crustáceos decápodos	DBI
2016 - Introdução ao uso de softwares para elaboração de mapas temáticos	DBCI
2017 - IV SEMAC: Educação ambiental e cidadania através de textos de literatura infanto-juvenil	DLEV
2017 - IV SEMAC - Curso de Instrumentação - Instalação de Estação Meteorológica Automática	DEAGRI
2017 - Curso de Genética molecular: conhecimentos básicos em PCR quantitativo	DEA
2017 - Biologia de térmitas	DCF
2017 - Memória de Sementes e Produção de Mudas	DBCI
2017 - Bioestatística aplicada às Ciências Biológicas	DBCI
2017 - IV SEMAC - Reciclando Com Arte: oficina de artesanato com papel reciclado	DBCI
2018 - Técnica e Ambiente	PPGCINE
2018 - V SEMAC – Polinizadores	NEAS
2018 - AGROS0130 – Gestão de Recursos hídricos	NEAS
2018 - GEOI0103 – Viagem geográfica pelo mundo do vinho	DGEI
2018 - Curso Avançado de Sistemas de Informação Geográfica com QGIS	DGE
2018 - Curso de Introdução ao Sistema de Informação Geográfica com QGIS	DGE

2018 - Ferramentas para TCC	DECO
2018 - Ecólogos na Sociedade	DECO
2018 - ECO0068: Ecologia em Ação na V SEMAC e no 10º EPG (2018)	DECO
2018 - Capacitação em gestão ambiental crítica	DEC
2018 - V SEMAC CCAA - Atividade de Extensão Integradora de Formação - Marcadores moleculares e suas aplicações no melhoramento genético	DEA
2018 - V SEMAC - Semana Acadêmica da UFS FLORE0092 - Restauração de áreas degradadas	DCF
2018 - V SEMAC - Semana Acadêmica da UFS FLORE0092 - podas de árvores no ambiente urbano	DCF
2018 - Do campo ao herbário – como coletar, herborizar e identificar materiais botânicos	DBI
2018 - BIOI0131 – Como atualizar o Lattes?	DBCI
2018 - BIOI0131 – Técnicas de recuperação de áreas degradadas	DBCI
2018 - BIOI0131 - Vida de semente: Da dispersão à germinação	DBCI
2018 - BIOI0131 - Plágio científico: O que é e como evitar	DBCI
2018 - BIOI0131 - Escrita de trabalhos científicos	DBCI
2018 - BIOI0131 - Vivenciando os projetos de pesquisa do Departamento de Biociências	DBCI
2018 - BIOI0131 - Métodos de coleta de dados no campo: Plantas e animais	DBCI
2018 - BIOI0131 - Evolução	DBCI
2018 - BIOI0131 - Fungos Comestíveis (T2)	DBCI
2018 - BIOI0131 - Fungos Comestíveis (T1)	DBCI
2018 - Identificação de Rochas e Minerais para Arqueólogos	DARQ
2018 - Geomorfologia e Quaternário de Rios da América do Sul	DARQ
2018 - Ferramentas para confecção de pedidos de portaria para a pesquisa Arqueológica junto ao IPHAN	DARQ
2018 - Treinamento SISGEN	CINTEC
2019 - Curso Inglês Instrumental (modulo iniciante) e Avançado (proficiente)	PRODEMA
2019 - Seminário integrado LQA - LTMA: Planejamento de experimentos	PPGECIA
2019 - Atualidades em Macroecologia	PPEC
2019 - Biodiversidade de insetos com ênfase nos polinizadores da Caatinga	NECATS
2019 - “Mãos na Ilha Mem de Sá – mãos que reciclam o que a natureza descarta”	DIARVIS
2019 - Técnicas de Agroecologia na horta escolar: Experiências em educação ambiental	DGE
2019 - QGIS para iniciantes	DGEI
2019 - Elaboração de oficina pedagógica sobre sociedade-natureza e educação ambiental	DFTL
2019 - Estética e Racionalismo Técnico na Arte: ambiente e ontologia	DEF
2019 - Ginástica Ambiental e Comportamento Motor	DEF
2019 - Economia ecologica - valoração e pagamento de serviços ecossistemicos	DECO

2019 - Aprendizagem colaborativa e mapas mentais: estratégia didática para apresentação de pesquisas acadêmicas	DDMA
2019 - IRAMUTEQ: software livre para análise estatística de texto	DCF
2019 - Cadastro Ambiental Rural - ADEMA	DCF
2019 - Práticas de Herborização e Identificação de Espécies Florestais	DCF
2019 - Podas em árvores no ambiente urbano	DCF
2019 - Recuperação de Matas Ciliares	DCF
2019 - Diversidade Funcional de Comunidades	DBI
2019 - “PNEUMATRON”: Uma nova ferramenta na avaliação da relação planta-água e mecanismos de embolia	DBI
2019 - VI SEMAC - Campus Itabaiana - Pesquisas de Iniciação Científica do Departamento de Biociências	DBCI
2019 - Métodos de coleta de dados ecológicos	DBCI
2019 - Minicurso de Mecanização Agrícola	CRU
2020 - Educação Ambiental e a profissionalização da docência	PRODEMA
2020 - Segurança do trabalho e meio ambiente em plena pandemia do COVID-19	PRODEMA
2020 - TROCANDO EM MIÚDOS: passos para a produção de artigos científicos	DGE
2020 - Recursos Hídricos e Meio Ambiente	DEA
2020 - Toxicidade de Misturas	DEAM
2020 - MINICURSO: Biodiversidade de plantas	DCF
2020 - Abordagens Participativas e a Restauração de Áreas Degradadas	DCF
2020 - Tecnologia a serviço da produção do saber na dimensão socioambiental	DBI
<b>Eventos</b>	
<b>Ano - Nome</b>	<b>Proponente</b>
2012 - Semana da Consciência Ambiental	PROPLAN
2012 - Seminário UFS Ambiental no Campus Lagarto	PROPLAN
2012 - IV Semana UFS Ambiental e IV Seminário "Educação e Sustentabilidade" da Sala Verde na UFS	PROPLAN
2012 - III Semana de Geologia da UFS	DGEOL
2012 - Colóquio Sustentabilidade e Desenvolvimento Rural: ideias e experiências para Sergipe	DEE
2012 - Minicurso sobre Projeto e Operação de Aterros Sanitários para Pequenos Municípios	DEC
2012 - Projeto e Operação de Lagoas de Estabilização com Ênfase no Reúso de Efluentes	DEC
2012 - Valorização e Reúso de Águas Residuárias	DEC
2012 - Tratamento Sustentável de Águas Residuárias	DEC
2012 - Resíduos Sólidos e Aterros Sanitários	DEC
2012 - Água e Saneamento para Zonas Rurais	DEC
2012 - XIV Semana de Biologia de Sergipe - SEBISE	DBI
2012 - Simpósio de Ecossistemas Costeiros	DBI

2013 - Oficina de Sustentabilidade - I SEMANA ACADÊMICO-CULTURAL DA UFS	PROPLAN
2013 - Práticas ambientais em meios de Hospedagem – I SEMANA ACADÊMICO-CULTURAL DA UFS	DTUR
2013 - I Colóquio de Geografia Física UFS/Itabaiana	DGEI
2013 - Exposição de Geografia Física - I Semana Acadêmico-cultural da UFS	DGEI
2013 - Ciclo de Palestra Horigens	DGEOL
2013 - IV Semana de Geologia da UFS	DGEOL
2013 - Exposição Natureza e Cultura do Povo Xokó	DFL
2013 - I Semana de Integração Ecologia-Biologia - I SEMANA ACADÊMICO-CULTURAL DA UFS	DECO
2013 - Impacto do Saneamento na Saúde Pública	DEC
2013 - Exposição de Biologia da UFS- Uma viagem ao mundo dos manguezais em Sergipe	DBI
2013 - Contribuição da UFS na formação do biólogo	DBI
2013 - Coleta Seletiva: Capacitação dos agentes de limpeza II	DAD
2013 - Coleta Seletiva: Capacitação dos agentes de limpeza	DAD
2013 - Coleta seletiva: uma questão de cidadania- I Semana acadêmico-cultural da UFS	DAD
2013 - Coleta Seletiva: Capacitação dos agentes de limpeza III	DAD
2014 - Mais bike no turismo	DTUR
2014 - II SEMAC - Planejamento e gestão do Turismo de Natureza	DTUR
2014 - Mesa Controvérsia sobre transgênicos	DNUT
2014 - I Simpósio de Animais Selvagens do GEAS - UFS	DMV
2014 - Encontro de saberes - ciência e vivência	DGE
2014 - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO AMBIENTE CONSTRUÍDO	DEC
2014 - I Simpósio Sergipano de Ecotoxicologia	DECO
2014 - Seminário Educação e Sustentabilidade "Diálogos sobre urbanização em Aracaju: contextos socioambientais"	DBI
2014 - Gestão de recursos hídricos: o caso da transposição do rio São Francisco	DAD
2014 - Logística reversa aplicada aos resíduos de informática: Uma investigação nas IFES de Sergipe.	DAD
2015 - I Ciclo de Seminários da Pós Graduação em Ecologia e Conservação	PPEC
2015 - I - Ciclo de palestras do GENOAA (Grupo de Estudos em Nutrição de Organismos Aquáticos e Abelhas)	DZO
2015 - Turismo de Experiência - caminhos para sustentabilidade	DTUR
2015 - II Simpósio de Animais Selvagensdo GEAS - UFS	DMV
2015 - Ciclo de Debates: As diferentes faces dos Planejamentos urbanos	DGE
2015 - VII Semana de Geografia: Conflitos e abordagens geográficas de um mundo em mudança: Práticas de análise sedimentológica em laboratório	DGEI
2015 - VII SEMANA DA GEOGRAFIA: Conflitos e abordagens geográficas de um mundo em mudança: Positivismo e Historicismo na Geografia Física: a perspectiva da Geomorfologia	DGEI

2015 - I Seminário de Educação Ambiental	DEF
2015 - Seminário Educação e Sustentabilidade "Água: desafios para o consumo consciente"	DED
2015 - Oficina de Criatividade: Tecendo a Palavra com a Ecologia Marinha	DECO
2015 - I Encontro Sergipano de Ecologia	DECO
2015 - Oficina de Contação de Histórias: Conte um Conto que eu me Encanto	DECO
2015 - Ferramentas de computação gráfica para elaboração de materiais em educação ambiental	DECO
2015 - Ecossistemas costeiros e marinhos em debate - Ciclo I	DECO
2015 - Estudos de Conforto Ambiental em Ruas e Praças da Cidade de Aracaju	DAU
2015 - 2º Encontro Nordestino de Espeleologia: o sistema cárstico e o ser humano	CODAP
2016 - Exposição do Museu Ambiental Casa do Velho Chico	PRODEMA
2016 - II Seminário de formulação de políticas públicas e mobilidade urbana: O caso da cidade de Aracaju/SE	PROFIAP
2016 - III Seminário de Planejamento Governamental de Sergipe: Crise de estado, avaliação e perspectivas	PROFIAP
2016 - Bora falar de alimentos	NECATS
2016 - Leite de cabra: nutrientes e qualidade	DZO
2016 - Os desafios da nutrição na avicultura sustentável	DZO
2016 - III SEMAC - Oficina de planejamento e práticas turísticas sustentáveis em sítios arqueológicos	DTUR
2016 - VIII Encontro Estadual de Química (ENESQUIM)	DQCI
2016 - Ciclo de Palestras "Café com Geologia"	DGEOL
2016 - I Seminário do grupo de estudos Sistema de Modelagem Costeira	DGE
2016 - V Filosofia e Natureza - Ética, comunicação e meio ambiente	DFL
2016 - Universidade indígena: conhecimento para o bem comum	DFL
2016 - Cargas sobre Tubos Enterrados	DEC
2016 - Efeito das plataformas de petróleo sobre a ictiofauna marinha	DEPAQ
2016 - PALESTRA: "O cavalo-marinho Hippocampus reidi (Ginsburg, 1932) e suas peculiaridades: Estudo de caso e conservação."	DEPAQ
2016 - I Ciclo de Palestras do DEAM	DEAM
2016 - III Ciclo de Debates do GEOPLAN	DEAM
2016 - Reuso de Água Residuária na Agricultura	DEAGRI
2016 - III SEMAC - Feira Agroecológica da UFS	DEA
2016 - Ecossistemas costeiros e marinhos em debate - Ciclo III - Ciclo de vida de organismos marinhos e impactos da pesca	DECO
2016 - Circuito de turismo: Um olhar sobre ações antrópicas em praias de Sergipe	DECO
2016 - II Encontro Sergipano de Ecologia	DECO
2016 - Ecossistemas Costeiros em Debate - Ciclo II: Cidadania e Responsabilidade Socioambiental	DECO
2016 - Seminário Gestão Urbana de Regiões Metropolitanas	DDI

2016 - 46º Congresso Brasileiro de Estudantes de Engenharia Florestal	DCF
2016 - Memória Viva do DBI	DBI
2016 - I Encontro Sergipano em Pesquisas Biológicas	DBI
2016 - IV Semana de Biologia de Itabaiana	DBCI
2016 - Jane's Walk Aracaju	DAU
2016 - III SEMAC UFS - I CICLO DE PALESTRAS CAMPUSLAR - “Questões Ambientais: meio ambiente e sustentabilidade” e “Direitos Humanos e questões de gênero e sexualidade”	DAU
2016 - III SEMAC Políticas públicas para a gestão de cidades	DAD
2016 - Exposição Veredas da Terra	CODAP
2016 - III SEMAC - CURSO R	CRU
2016 - Ofidismo: identificação de espécies peçonhentas, prevenção de acidentes e primeiros socorros	CRU
2016 - III SEMAC/ III Dia de Campo das Ciências Agrárias	CRU
2017 - IV SEMAC - I Seminário de Pesquisa em Engenharia e Ciências Ambientais (I SPECIA)	PPGECIA
2017 - I Workshop em Macroecologia & Macroevolução	PPEC
2017 - Apresentando o Grupo de Estudos de Animais Selvagens - GEAS Sertão	NMVS
2017 - Avaliação da perda de colmeias de abelhas africanizadas e abelhas sem ferrão em Sergipe	NECATS
2017 - Manejo do solo no Alto Sertão Sergipano	NEAS
2017 - III Escola de Química UFS/UFSCar	DQI
2017 - IV SEMAC - Modelagem Ambiental em Realidade Aumentada: Aplicação da Caixa de Areia	DGEI
2017 - IV SEMAC – II Seminário do Grupo de Pesquisa Sistema de Modelagem Costeira: Tecendo diálogos geoambientais da zona costeira	DGE
2017 - IV SEMAC - An Ocean Mystery: The Missing Catch	DEPAQ
2017 - IV SEMAC - A experiência ecopedagógica do brincar	DEF
2017 - Colóquio Interdisciplinar de Ciências Ambientais - 2017 [II CICA]	DED
2017 - Projeto EMANE: Oficina de Biscuit Caseiro - Recursos Pesqueiros	DECO
2017 - Projeto EMANE: Oficina de Feltro - Ciclo de vida de animais marinhos	DECO
2017 - Projeto EMANE: Oficina de Fotografia - Cidadania e Responsabilidade Ambiental	DECO
2017 - II Ciclo de Seminários da Pós Graduação em Ecologia e Conservação	DECO
2017 - III Colóquio de Formação Interdisciplinar	DDMA
2017 - Colóquio: Urbanização Litorânea - desenvolvimento turístico das Orlas Marítimas de Sergipe	DCS
2017 - IV SEMAC - Atuação do Engenheiro Florestal no mercado de trabalho	DCF
2017 - Semana de aperfeiçoamento	DCF
2017 - Seminário Interno da Sala Verde	DBI
2017 - Estudos de Conforto Ambiental em Ruas e Praças do Conjunto Augusto Franco, no bairro Farolândia, em Aracaju-SE	DAU

2017 - IV SEMAC - Rio Cotinguiba pede socorro	DAU
2018 - I Seminário Acadêmico do Programa de Pós-graduação em Recursos Hídricos	PRORH
2018 - II Ciclo de Debates Interdisciplinares Reflexões Atuais da Gestão Ambiental	PROF-CIAMB
2018 - IV SEMINÁRIO PROF-CIAMB/UFS	PROF-CIAMB
2018 - 10º encontro de pós-graduação (10ºEPG)	PRODEMA
2018 - Ciclo de Estudos Técnica e Ambiente	PPGCINE
2018 - Grupo de Estudos em Animais Selvagens do Alto Sertão Sergipano (GEAS/SERTÃO)	NMVS
2018 - Grupo de estudo em salinidade	NECATS
2018 - Vamos falar de Alimentos: produção agroecológica e camponesa	NECATS
2018 - Debates Interdisciplinares no Turismo da UFS	DTUR
2018 - Debates Interdisciplinares em Turismo - 2ª Edição Tema: Turismo: expectativas e perspectivas	DTUR
2018 - Cine Debate "O JOVEM KARL MARX"	DSS
2018 - EXEC0016 - Alternativas para reduzir a geração de lixo	DSE
2018 - EXEC0016 - Meu 'lixo', minha responsabilidade - como descartar o 'lixo' de casa corretamente	DSE
2018 - EXEC0016 - Oficina de construção de bituqueiras	DSE
2018 - IV Escola de Química - PPGQ-UFS	DQI
2018 - Café com Geologia-Evolução lito-tectônica da parte central da Cordilheira dos Andes	DGEOL
2018 - O ESTADO DA CIÊNCIA DO ESPAÇO E TERRITÓRIO DE SERGIPE: Diálogos para o Dossiê Sergipe	DGE
2018 - Sementes da Esperança Visões de sustentabilidade, passos rumo às mudanças	DFS
2018 - V SEMAC - Gincana Ambiental da Pesca	DEPAQ
2018 - Scopes of Nature Extension Seminars - The Ecological Scope	DEF
2018 - 'Scopes of Nature' Extension Seminars: Beach access as a contested right	DEF
2018 - Roda Viva – Educação ambiental como mercado de trabalho	DEF
2018 - II Seminário de Educação Ambiental: Por uma práxis sustentável	DEF
2018 - III Ciclo de seminários da Pós-graduação em ecologia e conservação	DECO
2018 - Seminário Abordagens para a Integração Ecofisiologia-Macroecologia	DECO
2018 - Palestra científica proferida pela Profa. Joann Whalen - McGill University/Canadá	DEC
2018 - V SEMAC - Palestra de Lançamento do Livro Meio Ambiente e Saneamento Ambiental	DEC
2018 - ENAMB0074 - V SEMAC - Atividade de Extensão Integradora de Formação I – SEMAC - Engenharia Ambiental	DEAM
2018 - A engenharia sanitária e o controle de epidemias nas américas	DEC

2018 - 1º Seminário Regional de Construção do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA)	DEA
2018 - V COLÓQUIO DE FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR Complexidade & Interdisciplinaridade nas Ciências Ambientais	DDMA
2018 - V SEMAC - Produtos da sociobiodiversidade	DCF
2018 - I Simpósio sobre Educação Científica e Ambiental em Ecossistemas Costeiros	DBI
2018 - Biologia-UFS 45 anos	DBI
2018 - Seminário Educação e Sustentabilidade: Discutindo Educação Ambiental na UFS	DBI
2018 - Novembro Verde	DBI
2018 - ARQUI0084- ARQUI0084 ATIVIDADE DE EXTENSÃO INTEGRADORA DE FORMAÇÃO I - SEMAC II Fórum Rio Cotinguiba	DAU
2018 - Gestão de Resíduos Sólidos em Aracaju	DAD
2018 - I Ciclo de Debates PROFCIAMB	CODAP
2018 - II Mostra do jardim funcional da UFS / Campus Sertão	CAMPUSSER
2018 - Oficina "produtos de uso sustentável na agricultura" - Campus do Sertão	CAMPUSSER
2018 - I Oficina "produtos de uso sustentável na agricultura" - Campus do Sertão	CAMPUSSER
2019 - III Seminário acadêmico do programa de Pós-graduação em recursos hídricos	PRORH
2019 - V Seminário do PROFCIAMB-UFS	PROF-CIAMB
2019 - III Ciclo de debates interdisciplinares: A perspectiva ambiental em foco - leituras entre Brasil e Portugal	PROF-CIAMB
2019 - "Oficina Pedagógica: Cadê o Lixo que Estava Aqui ?"	PPGPI
2019 - Avaliação de caracas bovinas	NZOS
2019 - Bichosdo Brasil: Conhecendo para preservar!	NMVS
2019 - I ZooScience Sertão	NMVS
2019 - Minicurso: Diversidade das Abelhas e Polinização	NMVS
2019 - II Workshop de avaliação e encerramento do projeto "Avaliação socioeconômica e ambiental das práticas amigáveis e não amigáveis aos polinizadores no alto Sertão sergipano"	NECATS
2019 - Grupo de estudo sobre ética e biodiversidade	NECATS
2019 - Feira Agroecológica e Cultural do Campus do Sertão	NECATS
2019 - Recuperação de Áreas Degradadas: avanços e perspectivas	NECATS
2019 - Atualização do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose - PNCEBT	NECATS
2019 - Influência dos fatores climáticos sobre a reprodução dos pequenos ruminantes	NECATS
2019 - Diversidade de fungos fitopatogênicos	NEAS
2019 - Marcadores moleculares na avaliação da diversidade genética de	NEAS

plantas	
2019 - Interpretação e classificação de solos	NEAS
2019 - Metabolismo Secundário de Plantas	NEAS
2019 - Biodigestores: Tecnologia social agregando valor econômico e ambiental	NEAS
2019 - I Semana de Agronomia do Campus do Sertão	NEAS
2019 - ECOBANNER: Reaproveitamento sustentável de lonas vinílicas	NEAGROS
2019 - OFICINA CULINÁRIA: PANC'S NOSSA DE TODO DIA	NEAGROS
2019 - Conhecer para preservar: a importância das serpentes no ecossistema	DZO
2019 - Simpósio de Produção Animal do PROZOOTEC	DZO
2019 - V Congresso Brasileiro e o II Latino Americano de Bioética e Direito dos Animais - Mãe Terra: Direito da Natureza e dos Animais: avanços e perspectivas	DZO
2019 - XI Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) VI Semana Acadêmica e Cultural – SEMAC!	DSS
2019 - Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: o papel das cidades	DRI
2019 - Semana do Internacionalista: 100 anos da cátedra de Relações Internacionais	DRI
2019 - V Seminário de Pesquisa sobre Docência em Química (V SEPEDOQUI)	DQCI
2019 - Conhecendo uma horta orgânica e sustentável	DNUTL
2019 - Grupo de estudos de animais selvagens	DMV
2019 - I Ciclo de palestras sobre dinâmica ambiental e geodiversidade	DGE
2019 - Diálogos na escola: relação sociedade-natureza e a educação ambiental	DGE
2019 - Práticas de Cartografia Social e Cartografia Participativa	DGE
2019 - X Semana de Geologia	DGEOL
2019 - Geoprocessamento aplicado à Cartografia de Paisagens	DGEI
2019 - Cartografia de Paisagens em tempos de estudos integrados	DGEI
2019 - Conflitos Socioambientais	DGEI
2019 - VI Seminário Nacional Filosofia e Natureza	DFL
2019 - VI SEMAC CCAA - DEAGRI	DEAGRI
2019 - I SEMEAGRI - Semana de Engenharia Agrícola	DEAGRI
2019 - "CEXLAR - Curso de capacitação em meio ambiente e práticas mais limpas"	DEAM
2019 - SPECIA 3 - SEMAC/DEAM	DEAM
2019 - Palestra sobre eficiência do uso da água	DEA
2019 - Lâmpião passado a limpo: História, memória e ambiente	DED
2019 - III CICA 2019 - Desafios da Sociologia Ambiental no Brasil	DED
2019 - Oficina de Futuro: uma metodologia para refletir a problemática socioambiental	DEDI
2019 - COLÓQUIO: Conexão Africae - Educação, sustentabilidade e meio ambiente	DDMA

2019 - Ecologia em Ação na VI SEMAC (2019)	DECO
2019 - IV Ciclo de Seminários da Pós Graduação em Ecologia e Conservação	DECO
2019 - Sociedade, corpo e Ambiente	DDA
2019 - PALESTRA: Consumo político e ativismo alimentar	DCOS
2019 - Atuação profissional de egressos de engenharia florestal da Universidade Federal de Sergipe no âmbito do ministério Público do estado do Piauí e da Polícia Federal	DCF
2019 - Comemoração ao dia do Engenheiro Florestal	DCF
2019 - I Ciclo de Palestras em Ciência e Tecnologia da Madeira	DCF
2019 - Extensão rural e agroecologia: vivência no semiárido sergipano e savana africana	DCF
2019 - Seminário Interno da Sala Verde	DBI
2019 - Campanha de Não Uso de Descartáveis na UFS e em Sergipe (CANUDUS)	DBI
2019 - SEMBIO - Semana da Biologia da UFS	DBI
2019 - II Caravana da Diversidade: Região Nordeste	DBI
2019 - Seminário Educação e Sustentabilidade	DBI
2019 - Povo Com Ciência	DBI
2019 - Saúde das Abelhas e estratégias para a formação de pastos apícolas	DBI
2019 - VI SEMAC - CAMPUS ITABAIANA - Biologia da Conservação em Discussão: Legislação Ambiental e Políticas Públicas	DBCI
2019 - VI SEMAC - CAMPUS ITABAIANA - Biologia da Conservação em Discussão: Conservação in situ e ex situ	DBCI
2019 - VI SEMAC - CAMPUS ITABAIANA - Biologia da Conservação em Discussão: Áreas Protegidas e Unidades de Conservação	DBCI
2019 - VI SEMAC - CAMPUS ITABAIANA - Biologia da Conservação em Discussão: Invasão Biológica	DBCI
2019 - VI SEMAC - CAMPUS ITABAIANA - Biologia da Conservação em Discussão: Critérios e Categorias de Ameaça de Extinção	DBCI
2019 - II Simpósio de Ciências Naturais de Sergipe	DBCI
2019 - CEX - OFICINA MAMBEMBE: Parque infantil, cartografia participativa e e camping /Ilha Mem de Sá	DAU
2019 - Fontes de energias alternativas. Termoelétricas. Situação atual e Perspectivas para os profissionais de Administração	DAD
2019 - Processo de reciclagem do Shopping Riomar - turma 2	DAD
2019 - Processo de reciclagem do Shopping Riomar - turma 1	DAD
2019 - Jornada CAAD: Negócios e Sustentabilidade	DAD
2019 - Anatomia Aplicada à Medicina Equina	CECAC
2019 - Interpretação da Análise de Solo e Recomendação de Adubação e Calagem para Culturas Agrícolas	CECAC
2019 - Diferimento de pastagens como estratégia para convivência com a seca	CECAC
2019 - Aspectos patológicos dos acidentes ofídicos em animais domésticos no Brasil	CECAC

2019 - Fortalecimento da agricultura familiar através de agroindústrias descentralizadas (Coomafitt - RS)	CECAC
2019 - Histologia Aplicada a Princípios Cirúrgicos	CECAC
2019 - De olho na mancha: uma abordagem interdisciplinar e socioambiental	CODAP
2019 - Simpósio Educação, Gênero & Meio Ambiente	CODAP
2019 - III Oficina "produtos de uso sustentável na agricultura" - Campus Sertão	CAMPUSSER
2019 - VI SEMAC – CAMPUSSER: Oficina de montagem e manutenção de composteira	CAMPUSSER
2019 - VI SEMAC – CAMPUSSER: Oficina de montagem de bancos de pneus	CAMPUSSER
2019 - Plantas alimentícias não convencionais (PANCs) alternativas para desenvolvimento sustentável do Alto Sertão Sergipano	CAMPUSSER
2019 - Projeto Jardim Funcional: Mostra culinária plantas alimentícias não convencionais (PANCs)	CAMPUSSER
2019 - Jardim Funcional:conhecendo o jardim sensorial e os amigos do jardim	CAMPUSSER
2019 - Fórum: Jardim funcional e suas interfaces com a realidade do Alto Sertão Sergipano	CAMPUSSER
2019 - Oficina dos amigos do jardim: um jardim cheio de bichos é um jardim saudável	CAMPUSSER
2019 - II Oficina "produtos de uso sustentável na agricultura" - Campus do Sertão	CAMPUSSER
2019 - Mostra do jardim Funcional do Campus Sertão	CAMPUSSER
2020 - Ciências Ambientais em foco: interdisciplinaridade em pesquisas de Pós-graduação no Brasil	PROF-CIAMB
2020 - Educação Ambiental Freiriana	PRODEMA
2020 - Conexão Tecsocial 2020	PROEX
2020 - Conhecendo as plantas do Jardim Funcional	NZOS
2020 - 1º Ciclo de Webinários Integrados: Utilização da modelagem como ferramenta de gestão dos recursos ambientais. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Ciências Ambientais e Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos	NUPEG
2020 - 1º Ciclo de Webinários Integrados: Gestão de Recursos Hídricos. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Ciências Ambientais e Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos	NUPEG
2020 - 1º Ciclo de Webinários Integrados: "Técnicas Avançadas no Tratamento de Efluentes: Aplicações e Desafios". Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Ciências Ambientais e Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos	NUPEG

2020 - 1º Ciclo de Webinários Integrados: Biomassa: energia e sustentabilidade. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Ciências Ambientais e Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos	NUPEG
2020 - 1º Ciclo de Webinários Integrados: Qualidade do ar interior: Importância e perspectivas atuais Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Ciências Ambientais e Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos	NUPEG
2020 - 1º Ciclo de Webinários Integrados: "Água: aproveitamento, uso e usos múltiplos" Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Ciências Ambientais e Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos	NUPEG
2020 - 1º Ciclo de Webinários Integrados: Atividades antrópicas e qualidade dos recursos hídricos Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Ciências Ambientais e Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos	NUPEG
2020 - 1º Ciclo de Webinários Integrados: Panorama da gestão de resíduos sólidos no Estado de Sergipe pós PNRS Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Ciências Ambientais e Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos	NUPEG
2020 - 1º Ciclo de Webinários Integrados: "Barragens: análise de risco, inspeção, monitoramento, operação e eventos extremos. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Ciências Ambientais e Programa de Pós-Graduação em Recursos Hídricos	NUPEG
2020 - I Seminário de Projetos - PRORH	NUPEG
2020 - GEAS SERTÃO - Grupo de Estudos em Animais Silvestres do Sertão	NMVS
2020 - Conversando sobre Ciências Ambientais no PROFCIAMB/UFS em tempos de quarentena	NECATS
2020 - II Feira Agroecológica e Cultural do Campus do Sertão	NECATS
2020 - Núcleo de Estudos em Olericultura do Sertão	NECATS
2020 - VI Semana de Acolhimento - Campus do Sertão	NECATS
2020 - Fabricação de produtos de higiene para ação emergencial de combate e prevenção à COVID 19	NEAGROS
2020 - Geo Semana Digital	DGEOL
2020 - Ciclo de debates- Pautas da Geografia no Brasil em crise: dinâmica socioambiental urbana	DGEI
2020 - Jornada de diálogos em ciências ambientais: dimensões e desafios	DGE
2020 - Mudanças climáticas globais e seus impactos socioambientais: desafios e possibilidades	DGE
2020 - Aquarismo como ferramenta de educação ambiental no ensino fundamental	DEPAQ
2020 - Diálogos ambientais	DEDI
2020 - EcoPapo no. 15 – O ecólogo antes, durante e depois a pandemia	DECO
2020 - EcoPapo no. 14 - O desafio de produzir alimentos e a sustentabilidade ambiental	DECO
2020 - EcoPapo no. 13 – Educação, Meio Ambiente e mais...	DECO
2020 - EcoPapo no. 12 - Empreendimentos aquícolas e meio ambiente: a aquicultura precisa de licenciamento ambiental?	DECO

2020 - EcoPapo no. 11 - Você conhece a diversidade de plantas em Sergipe?	DECO
2020 - EcoPapo no. 10 - Petróleo e eutrofização nas nossas costas: a contaminação da natureza ou a natureza da contaminação?	DECO
2020 - EcoPapo no. 9 - O fogo no Pantanal: reflexões e consequências para a Biodiversidade	DECO
2020 - EcoPapo no. 8 - Arquitetura da governança e a caça de animais silvestres no Brasil	DECO
2020 - EcoPapo no. 7 - Como as mudanças climáticas afetarão as plantas medicinais?	DECO
2020 - EcoPapo no. 6 - Uso de geotecnologias como ferramenta para manejo de ecossistemas em regiões secas	DECO
2020 - EcoPapo no. 5 - Espaços de participação social nas questões ambientais	DECO
2020 - IV Seminário acadêmico do programa de pós-graduação em recursos hídricos	DEAGRI
2020 - Ciclo de palestras DEAGRI	DEAGRI
2020 - Nanotecnologia aplicada a tecnologia da madeira	DCF
2020 - Para que servem as árvores nos espaços urbanos?	DCF
2020 - O ICMS ecológico e outros instrumentos econômicos para a conservação da natureza	DCF
2020 - Genética na Conservação da Biodiversidade	DCF
2020 - Engenharia Florestal e Silvicultura: Bate-papo para jovens	DCF
2020 - A nanotecnologia e a indústria de celulose e papel	DCF
2020 - Ecossistemas Florestais: da degradação à restauração	DCF
2020 - Engenharia Florestal: re-construindo a biodiversidade em Sergipe	DCF
2020 - Panorama da Engenharia Florestal no Nordeste	DCF
2020 - Como Convencer a Sociedade Sobre a Importância das Árvores?	DCF
2020 - Indústria da madeira processada	DCF
2020 - Nascentes e Produção de Água: um verdadeiro tesouro nas propriedades rurais	DCF
2020 - O fundo florestal e de mudanças climáticas (The Forestry and Climate Change Fund - FCCF) - um projeto de promoção do manejo de florestas tropicais secundárias e degradadas na América Central	DCF
2020 - Caatinga: da degradação à restauração	DCF
2020 - Seminário Educação e Sustentabilidade "Unidades de Conservação e Conflitos Socioambientais: os desafios da finalidade à gestão"	DBI
2020 - Em Casa Sustentável	DBI
2020 - I Simpósio OnLine de Fisiologia Vegetal do Nordeste	DBCI
2020 - Cine Pipoca Documentário "Oceano Plástico"	DAD
2020 - Conquiste seu cliente: Saiba se comunicar com o produtor rural	CRU
<b>Projetos</b>	
<b>Ano - Nome</b>	<b>Proponente</b>
2011 - Projeto de redução do uso de sacolas plásticas em um mercado municipal	DPS

2011 - Manejo da irrigação em hortas comunitárias do programa "Mesa Brasil" no município de Aracaju-SE.	DEA
2011 - Avaliação do sistema de irrigação em produção de olerícolas no município de Itabaiana, Sergipe.	DEA
2011 - Conflitos Ambientais, Planejamento e Gestão do Parque Nacional da Serra de Itabaiana em Sergipe: participação social e contribuições para o Plano de Manejo.	DCS
2011 - Atlas da Flora de Sergipe	DCOMP
2011 - Levantamento das condições de mobilidade a pé no centro de Aracaju	DAU
2012 - Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Social junto às Comunidades Costeiras abrangidas pelo PEAC	DSS
2013 - Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Social junto às Comunidades Costeiras abrangidas pelo PEAC, no âmbito do Plano de Trabalho 1 - Plano Operacional IV do Programa PEAC	DSS
2013 - Geologia Estrutural do Maciço Granítico de Tomar de Geru	DGEOL
2013 - Ética socioambiental na comunidade indígena Xokó	DFL
2013 - Convivência ética e fraterna entre a comunidade acadêmica e os animais existentes no campus de São Cristóvão	DEL
2013 - Sala Verde na UFS	DEDI
2013 - Caracterização paisagística e socioambiental da orla marítima do município de Barra dos Coqueiros-se, como subsídios para o projeto orla.	DEAM
2013 - Tecnologias Sociais para a produção de geotêxteis junto à população ribeirinha no Baixo São Francisco sergipano	DEA
2013 - Projeto de disseminação de praticas visando sociedades sustentáveis	DCF
2013 - PROPAR 2013- projetando com papel reciclado	DAVD
2013 - Percepção e Análise das Intervenções Urbanas e dos Elementos que Identificam a Paisagem Urbana	DAU
2013 - Implantação do Sistema de Gestão Ambiental Pública na Universidade Federal de Sergipe	DAD
2014 - Meio Ambiente e Inclusão Social no Turismo – MAIS TURISMO: Educação ambiental como ferramenta de Inclusão social e preservação ambiental no turismo em Aracaju-SE.	DTUR
2014 - Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Social junto às Comunidades Costeiras abrangidas pelo PEAC	DSS
2014 - Licenciamento ambiental e responsabilidade jurídico administrativa: tomada de posição e avaliação crítica entre operadores de organizações de fiscalização e controle ambiental em Sergipe	DPS
2014 - Novas técnicas no ensino da prática de Anatomia dos Animais Domésticos	DMV
2014 - Correntes de retorno e segurança nas praias da Atalaia - SE	DGEOL
2014 - Análise ambiental e ações socioeducativas na colônia de assentamento Manoel Dionísio Cruz, Canindé de São Francisco - Sergipe	DGE
2014 - PROCESSOS AMBIENTAIS EM AGROECOSSISTEMAS E AÇÕES SÓCIOEDUCATIVAS NO MUNICÍPIO DE PORTO DA FOLHA-	DGE

SERGIPE	
2014 - Educação Ambiental para Proteção dos Animais Contra a Crueldade e Maus Tratos e para Promoção dos seus Direitos	DFS
2014 - Redução no impacto ambiental dos resíduos de frutas de feiras livres e pequenas e médias indústrias em Aracaju	DEQ
2014 - Avaliação, reconhecimento e fortalecimento da cadeia produtiva do agronegócio do abacaxizeiro	DEPRO
2014 - Incentivo a boas práticas de manipulação e comercialização do pescado	DEPAQ
2014 - O trabalho feminino na pesca artesanal e a produção de saberes: uma interlocução para sustentabilidade.	DED
2014 - Convivência Saudável entre a Comunidade do Campus de São Cristóvão e os Animais Domésticos	DECO
2014 - Amigos dos inimigos naturais: conscientização para manutenção do controle biológico natural em hortaliças	DECO
2014 - EMANE – Ecologia Marinha na Escola	DECO
2014 - Diagnóstico da qualidade da água dos bebedouros da UFS (Campus São Cristóvão), visando diretrizes para acesso e distribuição de água para consumo humano	DEC
2014 - Implantação da unidade de processamento de biomassa residual da Universidade Federal de Sergipe	DEA
2014 - Tecnologias Sociais para a produção de geotêxteis junto à população ribeirinha no Baixo São Francisco sergipano	DEA
2014 - Herbário ASE e Carpoteca: Coleções Didáticas para o ensino de Botânica	DBI
2014 - Itabaiana mais verde - plante você também esta ideia	DBCI
2015 - “Tecendo a rede: contribuições da Terapia Ocupacional ao Programa Saúde na Escola”	DTOL
2015 - Meio Ambiente e Inclusão Social no Turismo – MAIS TURISMO: Educação ambiental como ferramenta de Inclusão social e preservação ambiental no turismo em Aracaju - Sergipe.	DTUR
2015 - Estudos ambientais e sustentabilidade social em Brejão dos Negros – Brejo Grande/Sergipe	DGE
2015 - Convivência Saudável entre a Comunidade do Campus de São Cristóvão e os Animais Domésticos (2014-2015)	DECO
2015 - EMANE - Ecologia Marinha na Escola - PROEXT MEC/SESu 2015	DECO
2015 - EMANE - Ecologia Marinha na Escola	DECO
2015 - Amigos dos Inimigos Naturais: conscientização para manutenção do controle biológico natural em hortaliças	DECO
2015 - Emissões de CO <sub>2</sub> , N <sub>2</sub> O e CH <sub>4</sub> no Cenário de Aquecimento Global em Solos sob Floresta da Caatinga e Agricultura do Perímetro Irrigado Califórnia, Semiárido de Sergipe	DEAGRI
2015 - Tecnologias sociais para a produção de geotêxteis junto à população ribeirinha no baixo São Francisco sergipano	DEA

2015 - Itabaiana Mais Verde – Plante Você Também Esta Ideia	DBCI
2016 - Racionalização de riquezas hídricas, restauração ecológica e ações socioeducativas no município de Cristinápolis-Sergipe	DGE
2016 - Estudos ambientais e sustentabilidade social em Brejão dos Negros – Brejo Grande/Sergipe	DGE
2016 - EMANE - Ecologia Marinha na Escola	DECO
2016 - Estratégias para a conservação da mangabeira ([Hancorniaspeciosa (Gomes)], no estado de Sergipe	DCF
2016 - Desenvolvimento de ferramentas para o uso sustentável dos recursos florestais da Caatinga, em assentamentos rurais de Sergipe.	DCF
2016 - A biodiversidade de Sergipe em imagens	CODAP
2017 - Perfil social dos trabalhadores rurais e diagnóstico do uso de agrotóxicos no município de Nossa Senhora da Glória, Sergipe	NZOS
2017 - saúde dos solos no alto sertão sergipano	NEAS
2017 - Transformação de resíduos sólidos orgânicos de feiras livre em alimento para animais	DZO
2017 - Acerte no Lixo – resíduos sólidos recicláveis	GVR
2017 - A Aplicação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG's) para a Elaboração de Roteiros Turísticos Culturais e Ambientais Autoguiados na Cidade de Aracaju/SE	DTUR
2017 - Estudos ambientais e sustentabilidade social em Brejão dos Negros – Brejo Grande/Sergipe	DGE
2017 - Racionalização de riquezas hídricas, restauração ecológica e ações socioeducativas no município de Cristinápolis-Sergipe	DGE
2017 - Passarinhar - Grupo de Observação de Aves: A observação de aves como ferramenta de sensibilização ambiental no campus de São Cristóvão da UFS	DECO
2017 - EMANE - Ecologia Marinha na Escola	DECO
2017 - Avaliação do potencial para desenvolvimento do Aedes aegypti no Campus da UFS - São Cristóvão (SE)	DEAM
2017 - O que pensam os futuros Engenheiros Agrônomos da UFS sobre o uso de agrotóxicos	DEA
2017 - Levantamento etnobotânico de plantas medicinais utilizadas pelas populações rurais na região semiárido sergipano	DCF
2017 - Educação Científica e Ambiental em Ecossistemas Costeiros	DBI
2017 - Tem alienígenas na cidade	DBCI
2017 - Estabelecimento do índice de ciclabilidade da cidade de Aracaju	DAU
2017 - Bicicletas que matam a sede	DAU
2017 - Implantação de horta educacional em escolas públicas de Sergipe e de horta comunitária no povoado do Timbó	CRU
2017 - A biodiversidade de sergipe em imagens	CODAP
2018 - Ações de Educação Ambiental em Nossa Senhora da Glória-SE	NZOS
2018 - UFSPM - Desenvolvimento de material didático e ações de educação ambiental no município de Nossa Senhora da Glória-SE	NZOS

2018 - A Aplicação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG's) para a Elaboração de Roteiros Turísticos Culturais e Ambientais Autoguiados na Cidade de Aracaju/SE	DTUR
2018 - UFSPM-Agentes mirins de educação ambiental	DPS
2018 - Papéis de gênero e aspectos ambientais como fatores de mobilização para moradores de conjunto popular	DPS
2018 - AVEX – Implantação de um museu de taxidermia e anatomia animal de espécies silvestres, de companhia e de produção	DMV
2018 - Sistema de Gestão Ambiental na Universidade Federal de Sergipe	DGASET
2018 - UFS 50 – Impactos ambientais e sociais devido ao descarte incorreto dos efluentes da carcinicultura versus o papel da comunidade acadêmica empreendedora	DEQ
2018 - AVEX - Conscientização e Reciclagem	DEQ
2018 - Implementação de Poços Artesianos Solares no Município de Nossa Senhora da Glória - Sergipe	DEL
2018 - UFS50 - Comunicação Ambiental através do Youtube: Uma proposta de plataforma para educação e conscientização ambiental	DEC
2018 - Tem alienígenas na cidade: do ensino a ação	DBCI
2018 - Descobrimo a flora brasileira através do Herbário ASE	DBI
2018 - UFSPM - Projeto de valorização e recuperação do Rio Cotinguiba	DAU
2018 - Projeto Novos Horizontes: Aumento do Marketshare da ONG Canto Vivo por meio do Marketing Internacional	DAD
2018 - Biodiversidade do Farol São Cristóvão ARLHS BRA 266 em Imagens	CODAP
2018 - Criação de espaços de convivência no codap a partir do reaproveitamento de materiais	CODAP
2018 - Jardim funcional: uma proposta de integração educativa e socioambiental	CAMPUSSER
2019 - Alfa II - Vasectomia de felinos do Campus UFS São Cristóvão para controle populacional de animais abandonados no local e arredores	PROEX
2019 - UFSPM - Manejo nutricional e indicadores de bem-estar de equídeos de tração do município de Nossa Senhora da Glória	NZOS
2019 - (UFSPM) Identificando pegadas: oficina pedagógica com ênfase a valorização de mamíferos silvestres da Caatinga	NZOS
2019 - UFSPM –Direitos IGUAIS?: Diga – NÃO ao tráfico de animais silvestres no semiárido sergipano!	NMVS
2019 - Orientação aos Feirantes do Município de Nossa Senhora da Glória - SE quanto ao Gerenciamento e Reaproveitamento de Resíduos de Frutas, Legumes e Hortaliças da Feira Livre	NECATS
2019 - UFSPM (Nossa Senhora da Glória) - Educação ambiental em Ação	NEAS
2019 - Saúde dos Solos no Alto Sertão Sergipano - Escolas Municipais	NEAS
2019 - PAT - Perfil socioeconômico e educacional de criadores de galinha caipira do alto sertão sergipano (comunidade São Domingos e assentamento Zé Emídio)	NEAGROS

2019 - Reaproveitamento de banners de lona para o desenvolvimento de ecobags	NEAGROS
2019 - Programa de extensão ufs - sociedade: gerando competências para o desenvolvimento sustentável	NEAGROS
2019 - UFST - Importância das abelhas e medidas de prevenção contra ataques	DZO
2019 - Projeto de Implantação do Observatório Popular de Gênero: produzindo articulação junto a mulheres de povos e comunidades tradicionais	DPS
2019 - UFSPM-Agentes mirins de educação ambiental	DPS
2019 - avex – Implantação de um museu de taxidermia e anatomia animal de espécies silvestres, de companhia e de produção	DMV
2019 - Prancha de stand uppaddle sustentável para a comunidade Ilha Mem de Sá/SE	DMEC
2019 - Ensaio cartográfico de saúde ambiental e agrotóxico em estância-sergipe	DGE
2019 - Horta escolar e a educação ambiental: interação teoria-prática no espaço escolar com o pibid	DGE
2019 - ECEX: Consciência ambiental, separação seletiva e reciclagem e impactos socioeconômicos e ambientais na comunidade	DEQ
2019 - Implementação de Poços Artesianos Solares no Município de Nossa Senhora da Glória - Sergipe	DEL
2019 - UFS50 - Comunicação Ambiental através do Youtube: Uma proposta de plataforma para educação e conscientização ambiental	DEC
2019 - CEXLAR - Curso de capacitação em meio ambiente e práticas mais limpas	DEAM
2019 - Levantamento com veículo aéreo não tripulado (vant) para geração de modelo digital na atividade da carcinicultura com imagens ortorretificada no município de Brejo Grande, Sergipe	DCF
2019 - UFSPM - Oficinas de capacitação de Agentes Multiplicadores em Quintais Produtivos para a Agricultura Familiar	DCF
2019 - Biólogo por um dia: coleções biológicas	DBI
2019 - Análise microbiológica da água, avaliação de riscos e elaboração de medidas de sanitização para o município de Itabaiana	DBCI
2019 - Serviços ecossistêmicos e sua importância para a economia do país e para a qualidade de vida da população	DBCI
2019 - CEXLAR - Renovação e recuperação do Rio Cotinguiba	DAU
2019 - Observatório Empresarial: Gestão e Desenvolvimento de Micro e Pequenos Empreendimentos do Município de Itabaiana-SE	DACI
2019 - Biodiversidade das Dunas da Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul (Praias da Caueira, Saco e Abais) e Reserva Biológica de Santa Isabel (Pirambu) em Imagens	CODAP
2019 - Soluções Individuais de Esgotamento Sanitário para a população local da Ilha Mem de Sá	CECAC

2019 - UFSPM - Jardim Funcional: uma proposta de integração educativa e socioambiental	CAMPUSSER
2020 - Jardim funcional: uma proposta de integração educativa e socioambiental	NZOS
2020 - Crianças e abelhas em sintonia: Projeto educação para a conservação	NEAGROS
2020 - UFSPM (Nossa Senhora da Glória) - Educação ambiental em Ação	NEAS
2020 - Gestão participativa das águas da comunidade bom jardim no município de Itabaiana/SE utilizando os caminhos da tecnologia social	DMEC
2020 - Gestão Ambiental na UFS: Educação Ambiental utilizando ferramentas de atividades remotas	DGASET
2020 - Impactos da Poluição por Plásticos Sobre a Saúde dos Animais Marinhos	DFS
2020 - Engenharia Ambiental em Contexto: Uso do Podcast Como Ferramenta para a Conscientização Ambiental	DEAM
2020 - Resíduos agroindustriais: impacto no ambiente e reaproveitamento econômico	DEA
2020 - Valorização da Engenharia Florestal: divulgação da profissão, do curso e dos profissionais atuantes para a comunidade acadêmica e para a sociedade	DCF
2020 - Guia Prático de Plantas Medicinais e Fitoterápicos na Atenção Básica da Agricultura Familiar no Semiárido Sergipano	DCF
2020 - Sala Verde	DBI
2020 - Programa Institucional Plano Diretor do Campus Rural	CRU

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos através do SIGAA. Disponível em: [https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/extensao/consulta\\_extensao.jsf](https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf). Acesso em: 21 set. 2020. Revisado em: 25 jun. 2021.

**APÊNDICE D**–Lista de pesquisas filtradas a partir de palavras-chave

<b>PALAVRA-CHAVE: AMBIENTAL</b>	
<b>Código - Ano</b>	<b>Título / Coordenador</b>
<b>CAMPUS DE LARANJEIRAS</b>	
PIF8860-2020	Arqueologia Ambiental: Estudos Multiproxy para o Entendimento de Processos Bioculturais ALBERICO NOGUEIRA DE QUEIROZ
PIF9233-2020	Espaços culturais da Ufs: um estudo da acessibilidade CRISTINA DE ALMEIDA VALENCA CUNHA BARROSO
PIF9563-2020	O potencial paisagístico dos espaços livres e seu benefício para a drenagem urbana: o caso do bairro Jabutiana em Aracaju/SE LINA MARTINS DE CARVALHO
PIF9617-2020	Programa Minha Casa Minha Vida: análise do saneamento ambiental na cidade de Aracaju-SE LINA MARTINS DE CARVALHO
PIF9262-2020	Paisagens nativas do litoral: paisagens da memória e dos ancestrais MARCIA BARBOSA DA COSTA GUIMARAES
<b>CAMPUS DO SERTÃO</b>	
PIJ9315-2020	Caracterização do ambiente térmico de criação de vacas em lactação no alto sertão sergipano PATRICIA DE AZEVEDO CASTELO BRANCO DO VALE
PIE9083-2020	Evolução Geomorfológica e processos denudacionais, superficiais atuais e quaternários a partir dos depósitos alúvio colúviais do maciço da Serra Negra e seu entorno, semiárido de Sergipe DANIEL RODRIGUES DE LIRA
PIE8880-2020	Padrões de diversidade biológica sob efeito de gradientes ambientais: Herpetofauna de serrapilheira em dois fragmentos florestais no estado de Sergipe EDUARDO JOSE DOS REIS DIAS
PIE8920-2020	Percepção da educação ambiental nos currículos de cursos de licenciatura: implicações para a formação ambiental docente na Universidade Federal de Sergipe MÔNICA ANDRADE MODESTO
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS APLICADAS</b>	
PII9338-2020	Avaliação da qualidade ambiental do Rio São Francisco utilizando parâmetros de qualidade da água ARIOVALDO ANTONIO TADEU LUCAS
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	
PIA8804-2020	Receptividade do Estado de Sergipe para a febre amarela ROSELI LA CORTE DOS SANTOS
PIA8551-2020	Evolução, distribuição e conservação: ampliando os horizontes da macroecologia e biogeografia neotropical SIDNEY FEITOSA GOUVEIA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PIB9349-2020	Adsorção de espécies metálicas utilizando adsorventes naturais IRAMAIA CORREA BELLIN
PIB8914-2020	Reciclagem de embalagens poliméricas metalizadas via processamento termomecânico JOSE KAIO MAX ALVES DO REGO

PIB8881-2020	Ambiente: Avaliação de Marcadores Biogeoquímicos de petróleo em Estuários do Nordeste MARCELO DA ROSA ALEXANDRE
PIB9228-2020	Análise de células de biota vegetal para determinação de níveis de radiação SUSANA DE SOUZA LALIC
<b>CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
PIC9584-2020	Conflitos Socioambientais e questão habitacional no município de Aracaju CARLA ALESSANDRA DA SILVA NUNES
PIC9508-2020	APP Indiaroba 360° LILLIAN MARIA DE MESQUITA ALEXANDRE
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PID8759-2020	Concepções e práticas de Educação Ambiental em Sergipe: estudo sobre professores do ensino fundamental CARLOS ALBERTO DE VASCONCELOS
PID8939-2020	Análise espacial da restinga em sistemas dunares do litoral sul de Sergipe DEBORA BARBOSA DA SILVA
PID9464-2020	Movimentos socioterritoriais e expansão do capital no campo sergipano: consolidação de um banco de dados para análise da questão agrária ERALDO DA SILVA RAMOS FILHO
PID9582-2020	Uso da terra e dinâmica populacional no território da região centro/sul de Sergipe HELIO MARIO DE ARAUJO
PID9301-2020	TecnoBoat - Robótica, Ensino de História e Patrimônio Cultural JANAINA CARDOSO DE MELLO
PID9408-2020	Dinâmica ambiental e uso e ocupação das terras no município de Pirambu-SE NEISE MARE DE SOUZA ALVES
PID9485-2020	Distribuição Espacial do Uso de Agrotóxicos em Sergipe: o ensaio cartográfico (tabelas e quadros) como Ferramenta de análise para Vigilância em Saúde ROSANA DE OLIVEIRA SANTOS BATISTA
PID9627-2020	Produção do espaço urbano e a degradação ambiental no município de Aracaju/se: evidências do bairro Santa Maria SHIZIELE DE OLIVEIRA SHIMADA
PID9642-2020	Desenvolvimento de instrumento de medida e programa de intervenção para jovens levando em consideração a saúde mental e sua relação com educação ambiental e com foco no Burnout. ZENITH NARA COSTA DELABRIDA
PID8963-2020	O que dizem os currículos dos cursos de licenciatura sobre educação ambiental na formação docente MARIA INEZ OLIVEIRA ARAUJO
<b>CAMPUS DE LAGARTO</b>	
PVG7643-2019	Efeitos do enriquecimento ambiental de curto e longo prazo sobre a expressão de glutamato descarboxilase (GAD) em áreas do sistema mesocorticolímbico de ratos KARENINE MARIA HOLANDA CAVALCANTE
<b>CAMPUS DE LARANJEIRAS</b>	
PVF8234-2019	Arqueofauna e memória: entre a materialidade e o imaterial ALBERICO NOGUEIRA DE QUEIROZ

<b>CAMPUS PROFESSOR ALBERTO CARVALHO</b>	
PVE7394-2019	Concepções e Práticas de Educação Ambiental: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal CARLOS ALBERTO DE VASCONCELOS
PVE7494-2019	Evolução Geomorfológica e processos denudacionais, superficiais atuais e quaternários a partir dos depósitos alúvio colúviais do maciço da Serra Negra e seu entorno, semiárido de Sergipe DANIEL RODRIGUES DE LIRA
PVE8143-2019	Análise da estrutura populacional de <i>Tropidurushygomi</i> no Parque Nacional Serra de Itabaiana-SE EDUARDO JOSE DOS REIS DIAS
PVE8191-2019	Padrões de diversidade biológica sob efeito de gradientes ambientais: Herpetofauna do Parque Nacional Serra de Itabaiana-SE. EDUARDO JOSE DOS REIS DIAS
PVE8272-2019	Agricultura familiar e sustentabilidade: abordagem agroalimentar na microrregião do Agreste de Itabaiana MARCELO ALVES MENDES
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS APLICADAS</b>	
PVI8063-2019	Reuso de água para fomento de quintais produtivos no semiárido do nordeste do Brasil: Produção e Renda, Empoderamento da Mulher Camponesa e Fortalecimento da Agricultura Familiar ANTENOR DE OLIVEIRA AGUIAR NETTO
PVI8190-2019	Avaliação da eficácia de plantas medicinais no tratamento auxiliar da doença do trato urinário inferior felino JAMILE PRADO DOS SANTOS
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	
PVA7689-2019	Receptividade do Estado de Sergipe ao vírus da febre amarela ROSELI LA CORTE DOS SANTOS
PVA7536-2019	Evolução, distribuição e conservação: ampliando os horizontes da macroecologia e biogeografia neotropical SIDNEY FEITOSA GOUVEIA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB7868-2019	Avaliação do impacto causado pela carcinicultura na qualidade da água utilizada em fazendas de cultivo de camarão CARLOS ALEXANDRE BORGES GARCIA
PVB7667-2019	Desenvolvimento de Alternativa Nutricional em Meios para Obtenção de Biossurfactante DANIEL PEREIRA DA SILVA
PVB7645-2019	Paleoecologia da fauna epibentônica da sequência carbonática do Cretáceo de Sergipe EDILMA DE JESUS ANDRADE
PVB7374-2019	Utilização dos resíduos da carcinicultura da região do baixo São Francisco como fonte de nutrientes para fertilizantes de liberação controlada LUCIANE PIMENTA CRUZ ROMAO
PVB7530-2019	Avaliação espaço-temporal de biomarcadores geoquímicos no estuário do rio Sergipe/SE MARCELO DA ROSA ALEXANDRE
PVB7531-2019	Desenvolvimento e otimização de papel ecológico a partir de subprodutos da indústria alimentícia MARIA DE LARA PALMEIRA DE MACEDO ARGUELHO

PVB8132-2019	Polímeros de ciclodextrinas na obtenção de nanopartículas metálicas: síntese e aplicação ZAINE TEIXEIRA CAMARGO
PVB8444-2019	Determinação de metais potencialmente tóxicos em sedimentos dos canais de drenagem de viveiros de camarão da região do baixo São Francisco SILVÂNIO SILVÉRIO LOPES DA COSTA
<b>CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
PVC8327-2019	Game Tour Ambiental APP LILLIAN MARIA DE MESQUITA ALEXANDRE
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD8134-2019	Uso e ocupação das terras e dinâmica dos ambientes da planície costeira em Itaporanga d'Ajuda DEBORA BARBOSA DA SILVA
PVD8223-2019	Fatores de risco associado as doenças negligenciadas em Sergipe: contribuições da geografia da saúde MARCIA ELIANE SILVA CARVALHO
PVD8121-2019	Impactos ambientais na atividade canavieira de Sergipe através da queima da palha e dos agrotóxicos SHIZIELE DE OLIVEIRA SHIMADA
PVD8401-2019	O espaço urbano e a degradação ambiental: evidências no município de Aracaju/SE SHIZIELE DE OLIVEIRA SHIMADA
PVD8270-2019	Qual o efeito da aprendizagem de uma técnica de avaliação do ambiente físico da escola sobre atitudes, comportamentos e crenças pró-ambientais? Um estudo para a educação ambiental. ZENITH NARA COSTA DELABRIDA
<b>COLÉGIO DE APLICAÇÃO</b>	
PVH7547-2019	Nas entrelinhas da interdisciplinaridade: ambiente, saúde e políticas públicas nas práticas de ensino nas comunidades JAILTON DE JESUS COSTA
<b>CAMPUS DO SERTÃO</b>	
PVJ6634-2018	Epistemologia e ética aplicada à ecologia e a evolução FABIANA OLIVEIRA DA SILVA
<b>CAMPUS PROFESSOR ALBERTO CARVALHO</b>	
PVE7070-2018	Conflitos (da/por) água e seus rebatimentos espaciais no município de Japaratinga(SE) DANIEL ALMEIDA DA SILVA
PVE6511-2018	Análise da estrutura populacional de <i>Tropidurus hygomi</i> no Parque Nacional Serra de Itabaiana-SE EDUARDO JOSE DOS REIS DIAS
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS APLICADAS</b>	
PVI6948-2018	Monitoramento e modelagem da salinização da foz do rio São Francisco ANTENOR DE OLIVEIRA AGUIAR NETTO
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	
PVA6385-2018	Tensões entre transformação e reprodução de discursos socioambientais: a formação do educador ambiental na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental de Sergipe (CIEASE) ALINE LIMA DE OLIVEIRA NEPOMUCENO
PVA6713-2018	Epidemiologia molecular DE <i>Escherichia coli</i> circulantes no estado de

	Sergipe ANTONIO MARCIO BARBOSA JUNIOR
PVA6360-2018	Análise da conservação dos remanescentes de Mata Atlântica em Sergipe MYRNA FRIEDERICHS LANDIM DE SOUZA
PVA6890-2018	Evolução, distribuição e conservação: ampliando os horizontes da macroecologia e biogeografia neotropical SIDNEY FEITOSA GOUVEIA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB6595-2018	Desenvolvimento de condições alternativas de suplementação nutricional na produção de biossurfactantes DANIEL PEREIRA DA SILVA
PVB6284-2018	Uso de microfósseis bentônicos na interpretação paleoambiental da sequência carbonática do Cretáceo marinho da Bacia de Sergipe-Alagoas EDILMA DE JESUS ANDRADE
PVB7231-2018	Dosador/Compactador Automático para Extrusora de Fitas PTFE SIMONE DE CASSIA SILVA
PVB6908-2018	Aplicação de Novos Polímeros de beta-Ciclodextrinas ZAINÉ TEIXEIRA CAMARGO
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
PVC6911-2018	Produção e Consumo nos Espaços Públicos de Lazer e Turismo da Cidade de Aracaju/SE CRISTIANE ALCANTARA DE JESUS SANTOS CAMPOS
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD7073-2018	Análise biogeográfica em sistemas dunares do litoral sul de Sergipe DEBORA BARBOSA DA SILVA
PVD6486-2018	Gastronomic Tour App JANAINA CARDOSO DE MELLO
PVD6522-2018	Diálogos entre ciência e educação ambiental: aproximações presentes nas concepções de alunos de graduação MARIA INEZ OLIVEIRA ARAUJO
PVD6990-2018	“Território de vida” dos povos tradicionais na geografia social ROSANA DE OLIVEIRA SANTOS BATISTA
PVD7129-2018	R-Existências socioambientais e saúde no território da pesca na comunidade da Farolândia-Aracaju/SE ROSANA DE OLIVEIRA SANTOS BATISTA
PVD7271-2018	O espaço urbano e a degradação ambiental: evidências no município de Aracaju/SE SHIZIELE DE OLIVEIRA SHIMADA
PVD7335-2018	Qual o efeito da aprendizagem de uma técnica de avaliação do ambiente físico da escola sobre atitudes, comportamentos e crenças pró-ambientais? Um estudo para a educação ambiental. ZENITH NARA COSTA DELABRIDA
<b>COLÉGIO DE APLICAÇÃO</b>	
PVH6608-2018	Percepção e Educação Ambiental de Discentes de cursos de Licenciatura da Universidade Federal de Sergipe JAILTON DE JESUS COSTA
<b>CAMPUS DE LARANJEIRAS</b>	
PVF5804-2017	Diagnósticos tafonômicos em estudos de arqueologia ambiental: estudo de amostras zoarqueológicas como parâmetro biocultural

	ALBERICO NOGUEIRA DE QUEIROZ
PVF5429-2017	Caracterização bioclimática de praças de um bairro na cidade de Aracaju: Inácio Barbosa CARLA FERNANDA BARBOSA TEIXEIRA
<b>CAMPUS PROFESSOR ALBERTO CARVALHO</b>	
PVE5146-2017	Os moluscos gastropodes da formação riachuelo, cretáceo da bacia de Sergipe-Alagoas, nordeste do Brasil CYNTHIA LARA DE CASTRO MANSO
PVE5739-2017	Mapeamento Geomorfológico de detalhe da região do Parque Nacional Serra de Itabaiana (SE) como subsídio à Geoconservação DANIEL RODRIGUES DE LIRA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS APLICADAS</b>	
PVI5377-2017	Modelagem e predição de impactos ambientais e cenários hídricos no baixo São Francisco ANTENOR DE OLIVEIRA AGUIAR NETTO
PVI5411-2017	Análise dos aspectos climático e ambiental e seus efeitos na bacia hidrográfica do baixo rio São Francisco, Se INAJA FRANCISCO DE SOUSA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	
PVA5172-2017	Instrumentos, técnicas e métodos para a pesquisa em ecomotricidade: estudos em movimento CAE RODRIGUES
PVA5417-2017	Ensaio ecotoxicológicos para avaliação da qualidade dos estuários de Sergipe JEAMYLLE NILIN GONCALVES
PVA5088-2017	Evolução, distribuição e conservação: ampliando os horizontes da macroecologia e biogeografia neotropical SIDNEY FEITOSA GOUVEIA
PVA5207-2017	Bioindicadores como respostas para questões de preservação ambiental: um estudo com base em diferentes grupos (insecta: isoptera, hymenoptera e lepidoptera). YANA TEIXEIRA DOS REIS
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB5635-2017	Avaliação da qualidade da água do reservatório municipal de Cumbe/SE utilizando o índice de qualidade de água de reservatórios – IQAR CARLOS ALEXANDRE BORGES GARCIA
PVB5572-2017	Caracterização de Biomassa Microalgal de Chlorella vulgaris produzida em tratamento de efluente sanitário e produção de biodiesel. CRISTINA FERRAZ SILVA
PVB6174-2017	Avaliação do impacto socioeconômico e ambiental da Universidade Federal de Sergipe - CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO - na cidade de São Cristóvão DANIELLA ROCHA
PVB5766-2017	Sistemas Descentralizados de Esgotamento Sanitário: Possibilidades de uso no município de Aracaju DANIEL MOUREIRA FONTES LIMA
PVB5650-2017	Desenvolvimento e Avaliação Operacional de Gaseificador downdraft em Diferentes Biomassas Regionais DANIEL PEREIRA DA SILVA
PVB5364-2017	Interpretação paleoambiental da sequência carbonática do Cretáceo marinho

	da Bacia de Sergipe EDILMA DE JESUS ANDRADE
PVB5548-2017	Paleontologia e Paleoecologia dos moluscos do Cretáceo Superior da Formação Jandaíra, Bacia de Potiguar EDILMA DE JESUS ANDRADE
PVB6138-2017	Análise arquitetural e de proveniência macroscópica em afloramentos de rocha do eocretáceo da sub-bacia de Alagoas FELIPE TORRES FIGUEIREDO
PVB6003-2017	Distribuição espacial de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos no estuário do Rio Japarutuba FLAVIANA CARDOSO DAMASCENO
PVB6042-2017	SMART UFS.br :: SmartCITY - Cidadania, Inovação e Transparência na difusão de ações e projetos de Cidades Inteligentes da UFS.br ROGERIO PATRICIO CHAGAS DO NASCIMENTO
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD5540-2017	Dinâmica espacial da planície costeira em Sergipe DEBORA BARBOSA DA SILVA
PVD5592-2017	Processo de Formação ambiental: perspectivas de ambientalização curricular MARIA INEZ OLIVEIRA ARAUJO
PVD5928-2017	Avaliação da saúde ambiental (morbidade e mortalidade) dos trabalhadores da pesca por veiculação hídrica no povoado São Brás - Nossa Senhora do Socorro/Sergipe. ROSANA DE OLIVEIRA SANTOS BATISTA
PVD6014-2017	Qual o efeito da aprendizagem de uma técnica de avaliação do ambiente físico da escola sobre atitudes, comportamentos e crenças pró-ambientais? Um estudo para a educação ambiental. ZENITH NARA COSTA DELABRIDA
<b>COLÉGIO DE APLICAÇÃO</b>	
PVH5463-2017	"Na lida da catação nois somos gente": aspectos socioambientais da cultura da mangaba ( <i>Hancorniaspeciosa</i> Gomes) em Barra dos Coqueiros/SE. JAILTON DE JESUS COSTA
<b>CAMPUS DE LARANJEIRAS</b>	
PVF4876-2016	Caracterização bioclimática de praças de bairro popular na cidade de Aracaju CARLA FERNANDA BARBOSA TEIXEIRA
PVF4375-2016	Tecnologias da Arquitetura para Habitações no Centro Histórico de Laranjeiras. MARCIO DA COSTA PEREIRA
PVF4467-2016	Memórias do cotidiano: Maquete eletrônica de Laranjeiras. MARCIO DA COSTA PEREIRA
<b>CAMPUS PROFESSOR ALBERTO CARVALHO</b>	
PVE3983-2016	Geossistemas do Parque Nacional Serra de Itabaiana (SE) como subsídio à Geoconservação DANIEL RODRIGUES DE LIRA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS APLICADAS</b>	
PVI4425-2016	Dietas experimentais para o tambaqui ( <i>Colossomamacropomum</i> ) CAROLINA NUNES COSTA BOMFIM
PVI4181-2016	Combate aos efeitos da seca com o uso de biocarvão produzido a partir de

	resíduos agroindustriais MARIA ISIDORIA SILVA GONZAGA
PVI4827-2016	Uso da regeneração natural como indicadora de recuperação da diversidade da flora arbórea, em área de Mata Atlântica, após 12 anos de plantio ROBERIO ANASTACIO FERREIRA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	
PVA4421-2016	A ecomotricidade no estado de Sergipe CAE RODRIGUES
PVA4696-2016	Diagnóstico ecotoxicológico dos estuários da região sul de Sergipe JEAMYLLE NILIN GONCALVES
PVA4338-2016	Evolução, distribuição e conservação: ampliando os horizontes da macroecologia e biogeografia neotropical SIDNEY FEITOSA GOUVEIA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB4349-2016	Desenvolvimento de produtos biotecnológicos de alto valor agregado a partir de resíduos do processamento de maracujá ANA KARLA DE SOUZA ABUD
PVB4142-2016	Cooperação UFS-UEM para o estudo da potencialidade de resíduos de sementes da indústria de polpa de frutas visando à produção de bissorventes magnéticos EDILSON DE JESUS SANTOS
PVB4713-2016	Desenvolvimento de um biolubrificante derivado de óleo de Moringa oleífera Lam aplicado a sistemas hidráulicos GABRIEL FRANCISCO DA SILVA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
PVC5050-2016	Dinâmica contemporânea do agronegócio da cana-de-açúcar em Sergipe CHRISTIANE SENHORINHA SOARES CAMPOS
PVC4672-2016	Produção e consumo nos espaços públicos e privados de lazer e turismo na cidade de Aracaju/SE CRISTIANE ALCANTARA DE JESUS SANTOS CAMPOS
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD4604-2016	Produção do espaço na planície costeira do município de Itaporanga d'Ajuda DEBORA BARBOSA DA SILVA
PVD4673-2016	Dinâmica ambiental e atividades produtivas no espaço rural do município de Salgado – Sergipe DEBORA BARBOSA DA SILVA
PVD4336-2016	O papel dos catadores de materiais recicláveis na coleta seletiva em Aracaju MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA
PVD4875-2016	Processo de formação ambiental na educação superior: perspectivas de ambientalização curricular MARIA INEZ OLIVEIRA ARAUJO
PVD4498-2016	Análise morfodinâmica da praia de Atalaia Nova, Barra dos Coqueiros – SE NEISE MARE DE SOUZA ALVES
PVD3985-2016	Morfoestratigrafia dos depósitos aluvio-coluviais no Domo de Itabaiana: Análise preliminar paleoambiental do sistema de Serras no Estado de Sergipe RENATA NUNES AZAMBUJA
PVD4979-2016	Saúde ambiental e agrotóxicos: tratamento cartográfico de morbidade e

	mortalidade nos municípios sergipanos de Boquim, Itabaiana e Laranjeiras. ROSANA DE OLIVEIRA SANTOS BATISTA
PVD4479-2016	Valores culturais da paisagem do povoado Terra Caída/Indiaroba-SE e o desvelar de seus geosímbolos ROSEANE CRISTINA SANTOS GOMES
<b>CAMPUS DE LAGARTO</b>	
PVG3122-2015	Determinação dos níveis plasmáticos de hormônios tireoidianos nos trabalhadores rurais da região de Boquim – SE CLAUDIA CRISTINA KAISER PINTO
PVG3350-2015	Efeitos do ambiente enriquecido e da atividade física espontânea sobre o comportamento de ratos Wistar KARENINE MARIA HOLANDA CAVALCANTE
<b>CAMPUS DE LARANJEIRAS</b>	
PVF3508-2015	Tratamento de dados meteorológicos com objetivo de estabelecer perfil climático e parâmetros de conforto ambiental. CARLA FERNANDA BARBOSA TEIXEIRA
PVF3669-2015	Avaliação da sustentabilidade das Áreas de Preservação Permanente e de Proteção Ambiental localizadas na área urbana de ocupação prioritária em Aracaju, SE RAQUEL KOHLER
PVF3452-2015	Os lotes murados e a pouca arborização dos espaços públicos e suas correlações com o processo de não utilização das calçadas. ROZANA RIVAS DE ARAUJO
<b>CAMPUS PROFESSOR ALBERTO CARVALHO</b>	
PVE2840-2015	Moluscos gastrópodes limnícolas de interesse médico no município de Malhador-Sergipe CYNTHIA LARA DE CASTRO MANSO
PVE3633-2015	Uso do habitat por lagartos e anuros em um fragmento de Mata Atlântica, Sergipe, Brasil EDUARDO JOSE DOS REIS DIAS
PVE3601-2015	Diversidade e variabilidade genética de líquens (Ascomycota) em Mata Atlântica e Caatinga de Sergipe MARCELA EUGENIA DA SILVA CACERES
PVE3109-2015	A Perspectiva Pluriativa como Estratégia para o Fortalecimento da Agricultura Familiar no Agreste de Itabaiana-SE MARCELO ALVES MENDES
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS APLICADAS</b>	
PVI3257-2015	Avaliação dos índices de diversidade em uma área de compensação ambiental localizada no município de Laranjeiras, SE ANABEL APARECIDA DE MELLO
PVI3474-2015	Avaliação da dinâmica em uma área de compensação ambiental no município de Laranjeiras, Se ANABEL APARECIDA DE MELLO
PVI2993-2015	Comportamento geotécnico de espécies vegetais no talude do rio São Francisco em obras de engenharia natural FRANCISCO SANDRO RODRIGUES HOLANDA
PVI3573-2015	Utilização de ingredientes alternativos raspa de Mandioca (ManihotesculentaCrantz), Algaroba (Prosopisjuliflora (Sw.) DC) e Leucena (Leucaenaleucocephala (Lam.) R. de Wit.), em dietas para Acará Bandeira (Pterophyllumscalare).

	JODNES SOBREIRA VIEIRA
PVI3288-2015	Recuperação ambiental na Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu – Aracaju - SE ROBERIO ANASTACIO FERREIRA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	
PVA3375-2015	Avaliação da qualidade ambiental dos Parques da Cidade de Aracaju – Sergipe ADAUTO DE SOUZA RIBEIRO
PVA3354-2015	A ecomotricidade no estado de Sergipe CAE RODRIGUES
PVA3207-2015	Efeito neurobiológico do exercício físico e do ambiente enriquecido na nocicepção e na função motora no modelo de fibromialgia em ratos JOSIMARI MELO DE SANTANA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB3664-2015	Desenvolvimento de biossorvente e carvão ativado a partir de resíduos da agroindústria alimentícia ANA KARLA DE SOUZA ABUD
PVB3558-2015	Arquitetura deposicional e proveniência de sucessões sedimentares do juro-cretáceo sergipano: implicações para reconstrução das bacias de captação de drenagem e tectônica do período FELIPE TORRES FIGUEIREDO
PVB3466-2015	Desenvolvimento de um biolubrificante derivado de óleo de Moringa oleífera Lam aplicado a sistemas hidráulicos GABRIEL FRANCISCO DA SILVA
PVB3136-2015	Desenvolvimento de blendas de polietileno/amido GUSTAVO DE FIGUEIREDO BRITO
PVB3137-2015	Desenvolvimento de nanocompósitos a partir de blendas de polietileno/poli (Tereftalato de Etileno) GUSTAVO DE FIGUEIREDO BRITO
PVB3305-2015	Preparação, caracterização de esferas híbridas de magnetita-quitosana-subprodutos agrícolas e aplicação no tratamento de efluente de indústria de curtimento de couro. LUCIANE PIMENTA CRUZ ROMAO
PVB3827-2015	Estudos iniciais visando projetar um Restaurante Universitário Solar PAULO MARIO MACHADO ARAUJO
PVB3843-2015	Projeto de um Restaurante Universitário Solar PAULO MARIO MACHADO ARAUJO
PVB3078-2015	Síntese e caracterização de nanopartículas de BaTiO <sub>3</sub> :TR (TR=La <sup>3+</sup> , Y <sup>3+</sup> ) utilizando substâncias húmicas da água para aplicação na produção de biodiesel ZELIA SOARES MACEDO
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
PVC3537-2015	Produção e consumo nos espaços públicos e privados de lazer e turismo na cidade de Aracaju/SE CRISTIANE ALCANTARA DE JESUS SANTOS CAMPOS
PVC2937-2015	Percepção ética dos estudantes diante de dilemas de cunho social, econômico e ambiental concernente à atividade turística TAIS ALEXANDRE ANTUNES PAES
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	

PVD3546-2015	Organização espacial do território sul sergipano DEBORA BARBOSA DA SILVA
PVD3800-2015	Projeto – organização espacial da planície costeira em Sergipe DEBORA BARBOSA DA SILVA
PVD3270-2015	Contribuições à geografia da saúde em Sergipe: espacialização, condicionantes socioambientais e políticas públicas relacionadas com as doenças de veiculação hídrica nos municípios na Grande Aracaju MARCIA ELIANE SILVA CARVALHO
PVD3233-2015	Metodologias ativas no ensino das ciências da saúde: contribuições para formação de um profissional-cidadão com consciência socioambiental MARIA INEZ OLIVEIRA ARAUJO
PVD3217-2015	Compartimentação topomorfológica e análise ecodinâmica dos tabuleiros costeiros de Pacatuba – Sergipe. NEISE MARE DE SOUZA ALVES
PVD3671-2015	Agrotóxicos e intoxicações uma forma silenciosa de violência: a saúde dos trabalhadores rurais no campo sergipano ROSANA DE OLIVEIRA SANTOS BATISTA
PVD3501-2015	Estudo Geoambiental do Grupo de Bacias Costeiras 1 (GC1) - Sergipe TAIS KALIL RODRIGUES
PVD3219-2015	Etnografia Política do Estado, dos Partidos Políticos e das Políticas Públicas WILSON JOSE FERREIRA DE OLIVEIRA
PVD3841-2015	Um estudo do risco sócio-ambiental para beneficiadores de castanha ZENITH NARA COSTA DELABRIDA
<b>CAMPUS DE LAGARTO</b>	
PVG1986-2014	Determinação dos parâmetros hematológicos para avaliação das alterações hematológicas decorrentes de provável intoxicação por organofosforados em citricultores da região de Lagarto – SE CLAUDIA CRISTINA KAISER PINTO
<b>CAMPUS DE LARANJEIRAS</b>	
PVF1853-2014	Tratamento de dados meteorológicos com objetivo de estabelecer perfil climático e parâmetros de conforto ambiental. CARLA FERNANDA BARBOSA TEIXEIRA
PVF1899-2014	Caracterização bioclimática de praças da área central da cidade de Aracaju. CARLA FERNANDA BARBOSA TEIXEIRA
PVF2503-2014	Avaliação da Sustentabilidade de Edificações: Estudo de Caso, Aracaju, SE RAQUEL KOHLER
PVF2186-2014	Os lotes murados e a pouca arborização dos espaços públicos e suas correlações com o processo de não utilização das calçadas. ROZANA RIVAS DE ARAUJO
<b>CAMPUS PROFESSOR ALBERTO CARVALHO</b>	
PVE1988-2014	Efeito da heterogeneidade ambiental na diversidade de lagartos, serpentes e anuros em dois fragmentos de Mata Atlântica no estado de Sergipe EDUARDO JOSE DOS REIS DIAS
PVE1932-2014	Responsabilidade socioambiental: uma preocupação atual das empresas contemporâneas LUDMILLA MEYER MONTENEGRO
PVE1791-2014	Diversidade e variabilidade genética de líquens (Ascomycota) em Mata Atlântica e Caatinga de Ssergipe

	MARCELA EUGENIA DA SILVA CACERES
PVE1809-2014	Pluriatividade Agrícola em Área de Transição Rural/Urbano: análise das condições de vida dos agricultores familiares nos municípios de Areia Branca, Itabaiana e Moita Bonita MARCELO ALVES MENDE
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS APLICADAS</b>	
PVI2432-2014	Distribuição diamétrica e hipsométrica em uma área de compensação ambiental localizada no município de Laranjeiras, SE ANABEL APARECIDA DE MELLO
PVI2132-2014	Modelagem e monitoramento hidrológicos do rio Jacaré-SE: relações antrópicas e cenários ambientais ANTENOR DE OLIVEIRA AGUIAR NETTO
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	
PVA2259-2014	A ecomotricidade no estado de Sergipe CAE RODRIGUES
PVA2053-2014	Caracterização genotípica de linhagens de escherichia coli circulantes no estado de Sergipe RITA DE CASSIA TRINDADE
PVA2448-2014	Análise de fezes de cães como fontes de contaminação para transmissão de zoonoses parasitárias SATIE KATAGIRI
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB2490-2014	Desenvolvimento de produtos biotecnológicos de alto valor agregado a partir de resíduos da agroindústria alimentícia ANA KARLA DE SOUZA ABUD
PVB2581-2014	Caracterização de Lodo de Estação de Tratamento de Água – ETA e Possibilidades de sua Utilização como Matéria-Prima Alternativa CARLOS ALEXANDRE BORGES GARCIA
PVB2201-2014	Paleontologia e Reconstrução Paleoambiental do Cretáceo Marinho de Sergipe EDILMA DE JESUS ANDRADE
PVB2482-2014	Potencialidade de resíduos da agroindústria na remoção de Cr(VI) e espécies fenólicas de soluções aquosas por processo de adsorção EDILSON DE JESUS SANTOS
PVB2720-2014	Aplicação de um Sistema de Produção e Distribuição de Energia Eólica para Edifícios LUANDA GIMENO MARQUES
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
PVC2063-2014	Percepção ambiental das comunidades frente aos manguezais do município de Aracaju: análise do discurso frente ao turismo e a educação ambiental LILLIAN MARIA DE MESQUITA ALEXANDRE
PVC1942-2014	Morar no Centro Histórico de Laranjeiras. MARCIO DA COSTA PEREIRA
PVC2483-2014	O passado, o presente e o futuro do gabinete de leitura de Maruim e a biblioteca como agente social e cultural na disseminação do conhecimento TELMA DE CARVALHO
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD2213-2014	Contribuições ao entendimento da organização espacial do território sul sergipano

	DEBORA BARBOSA DA SILVA
PVD2822-2014	Derivações antropogênicas na paisagem cárstica dos municípios de Maruim e Divina Pastora / Sergipe HELIO MARIO DE ARAUJO
PVD1872-2014	Geografia e saúde: um estudo socioambiental das doenças de veiculação hídrica nos Territórios de Planejamento da Grande Aracaju e do Agreste Central Sergipano MARCIA ELIANE SILVA CARVALHO
PVD2050-2014	O potencial fitogeográfico usado pelas comunidades tradicionais na área de proteção ambiental do litoral sul de Sergipe MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA
PVD2257-2014	Educando socioambientalmente com a horta escolar para a construção da sustentabilidade: desafios, possibilidades e superações na/pela educação formal MARIA INEZ OLIVEIRA ARAUJO
PVD2657-2014	Dinâmica da paisagem e processos sociais e econômicos no município de Brejo Grande, Sergipe. NEISE MARE DE SOUZA ALVES
PVD1963-2014	Sociedade, natureza, trabalho: a espacialização das doenças vinculadas ao uso de agrotóxico em sergipe e os impactos sobre a saúde ROSANA DE OLIVEIRA SANTOS BATISTA
PVD2504-2014	Dinâmica e uso de agrotóxico no perímetro irrigado de Itabaiana/SE: os impactos sobre a saúde do trabalhador ROSANA DE OLIVEIRA SANTOS BATISTA
PVD2052-2014	Gramáticas Políticas, Mediação e Ações Públicas WILSON JOSE FERREIRA DE OLIVEIRA
PVD2818-2014	Percepção de risco: um estudo sócio-ambiental de grupos em situação de risco. ZENITH NARA COSTA DELABRIDA
<b>CAMPUS DE LAGARTO</b>	
PVG1057-2013	Determinação dos níveis sanguíneos de marcadores bioquímicos para avaliação de comprometimento hepático em citricultores da região de Lagarto – SE CLAUDIA CRISTINA KAISER PINTO
<b>CAMPUS DE LARANJEIRAS</b>	
PVF1531-2013	Ruído de tráfego veicular em ambientes urbanos: um estudo na cidade de Aracaju CESAR HENRIQUES MATOS E SILVA
PVF1716-2013	Avaliação do Programa "Minha Casa Minha Vida" direcionado ao grupo com rendimentos entre zero e três salários mínimos em Aracaju FERNANDO ANTONIO SANTOS DE SOUZA
PVF1450-2013	Os lotes murados e a pouca arborização dos espaços públicos e suas correlações com o processo de não utilização das calçadas. ROZANA RIVAS DE ARAUJO
<b>CAMPUS PROFESSOR ALBERTO CARVALHO</b>	
PVE1323-2013	Lagartos e Anuros como bioindicadores de diversidade em um fragmento de Mata Atlântica no Estado Sergipe EDUARDO JOSE DOS REIS DIAS
PVE1326-2013	Diversidade e variabilidade genética intraespecífica de fungos liquenizados (Ascomycota) em Mata Atlântica e Caatinga no estado de Sergipe

	MARCELA EUGENIA DA SILVA CACERES
PVE1149-2013	Agricultura familiar e pluriatividade em área de transição rural/urbano: análise das condições de vida dos agricultores no agreste de Itabaiana-SE MARCELO ALVES MENDES
PVE1001-2013	Indicadores socioambientais e de qualidade hídrica: reflexões e proposições para a grande Aracaju MARCIA ELIANE SILVA CARVALHO
PVE1284-2013	Representações da educação ambiental: seleção de indicadores desta práxis no cotidiano escolar MARCIA ELIANE SILVA CARVALHO
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	
PVA1345-2013	Flora de Sergipe ANA PAULA DO NASCIMENTO PRATA
PVA1330-2013	Monitoramento e modelagem hidrológica do rio Siriri-SE: suas relações e cenários ambientais ANTENOR DE OLIVEIRA AGUIAR NETTO
PVA1386-2013	Modelagem de risco ecológico dos agroquímicos utilizados no baixo rio São Francisco ANTENOR DE OLIVEIRA AGUIAR NETTO
PVA980-2013	Subsídios para a gestão ambiental pública no Estado de Sergipe LAURA JANE GOMES
PVA1442-2013	Caracterização fenotípica e genotípica de linhagens de Escherichia coli circulantes no estado de Sergipe RITA DE CASSIA TRINDADE
PVA941-2013	Análise da entomofauna terrestre da Mata do Junco e do Cipó, existentes no município de Capela/SE YANA TEIXEIRA DOS REIS
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB1552-2013	Produção de dosímetros à base de CaSO <sub>4</sub> e MgB <sub>4</sub> O <sub>7</sub> DIVANIZIA DO NASCIMENTO SOUZA
PVB1248-2013	Potencialidade de resíduos da indústria de polpa de fruta na remoção de Cr(VI) de soluções aquosas EDILSON DE JESUS SANTOS
PVB1357-2013	Remoção de Cr(VI) de soluções aquosas com nanopartículas magnéticas em matriz de alginato+goma de quiabo EDILSON DE JESUS SANTOS
PVB1719-2013	Estudo e Desenvolvimento de um Sistema de Produção e Distribuição de Energia Eólica para Edifícios LUANDA GIMENO MARQUES
PVB1103-2013	Caracterização dos compostos orgânicos poluentes presentes em sedimentos da região estuarina do Rio São Francisco MARCELO DA ROSA ALEXANDRE
PVB1510-2013	Identificação e quantificação de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos em sedimentos superficiais e na biota de regiões estuarinas do estado de Sergipe MARCELO DA ROSA ALEXANDRE
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
PVC937-2013	A segurança alimentar como direito fundamental à saúde/transgênicos/cultivar

	CARLA EUGENIA CALDAS BARROS
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD1348-2013	Organização do espaço e meio ambiente da sub-bacia do rio Itamirim, Sergipe DEBORA BARBOSA DA SILVA
PVD1453-2013	Ação de agências do Estado e instalação de grandes equipamentos de desenvolvimento econômico e tecnológico: impacto socio ambiental sobre o cotidiano e desarticulação dos modos de vida locais. MANOEL CARLOS CAVALCANTI DE MENDONCA FILHO
PVD1132-2013	Análise integrada da paisagem da bacia hidrográfica do rio Aningas – subsídio à gestão dos recursos hídricos de pequenas bacias costeiras NEISE MARE DE SOUZA ALVES
PVD1233-2013	Diagnóstico morfodinâmico como subsídio ao controle dos impactos ambientais na bacia hidrográfica do rio Paramopama, São Cristóvão/SE NEISE MARE DE SOUZA ALVES
PVD1581-2013	A Educação Ambiental na formação cidadã em Cursos de Licenciaturas da Universidade Federal de Sergipe. PAULO HEIMAR SOUTO
PVD1012-2013	Gramáticas Políticas, Processos de Mediação e Ações Públicas WILSON JOSE FERREIRA DE OLIVEIRA
<b>CAMPUS DE LARANJEIRAS</b>	
PVF575-2012	Os lotes murados e a pouca arborização dos espaços públicos e suas correlações com o processo de não utilização das calçadas. ROZANA RIVAS DE ARAUJO
<b>CAMPUS PROFESSOR ALBERTO CARVALHO</b>	
PVE724-2012	Lagartos e Anuros como bioindicadores de diversidade em um fragmento de Mata Atlântica no Estado Sergipe EDUARDO JOSE DOS REIS DIAS
PVE348-2012	Educação Ambiental por Meios Interativos (EAMI): produção conjunta de um jogo RPG (Role Playing Game) visando a sensibilização e participação das comunidades do entorno do parque nacional serra de Itabaiana (SE) na gestão da área. PAULO SERGIO MAROTI
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	
PVA363-2012	Flora de Sergipe ANA PAULA DO NASCIMENTO PRATA
PVA188-2012	Sucessão florestal e sazonalidade climática na caatinga: efeitos sobre a fauna de artrópodes terrestres LEANDRO DE SOUSA SOUTO
PVA679-2012	Agricultura Familiar e a viabilidade produtiva, socioeconômica, cultural e ambiental dos PAIS: uma análise no assentamento Moacir Wanderley-SE. MARIA LUCIA DA SILVA SODRE
PVA93-2012	Análise da entomofauna terrestre da Mata de Cipó existente no município de Capela/SE YANA TEIXEIRA DOS REIS
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB87-2012	Geoprocessamento no mapeamento do uso e ocupação do solo no estuário do rio Sergipe-SE ANTONIO LAZARO FERREIRA SANTOS

PVB245-2012	Desenvolvimento de auxiliar de floculação a base de quiabo para uso no tratamento de água EDILSON DE JESUS SANTOS
PVB269-2012	Tratamento de água com auxiliar de floculação a base de quiabo EDILSON DE JESUS SANTOS
PVB485-2012	Desenvolvimento de adsorvente a base de pasta de cimento portland e polímero de quiabo para remoção de cromo (VI) de soluções aquosas EDILSON DE JESUS SANTOS
PVB535-2012	Utilização de adsorvente a base de pasta de cimento portland e polímero de quiabo para remoção de cromo (VI) de soluções aquosas EDILSON DE JESUS SANTOS
PVB20-2012	Caracterização dos compostos orgânicos poluentes presentes em sedimentos da região estuarina do Rio São Francisco MARCELO DA ROSA ALEXANDRE
PVB374-2012	Formação de professores de química: dificuldades e avanços na elaboração e aplicação de propostas de ensino de química na perspectiva CTSA MARLENE RIOS MELO
PVB766-2012	Estudo para Instalação e Operação de uma cozinha solar no Restaurante Universitário (Resun) PAULO MARIO MACHADO ARAUJO
PVB334-2012	Otimização de método analítico para determinação de elementos traço em amostras de material particulado atmosférico RENNAN GEOVANNY OLIVEIRA ARAUJO
PVB376-2012	Dinâmica molecular da reação de ativação do silano induzida por pulsos de laser em femtosegundos VIVIANE COSTA FELICISSIMO
<b>CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
PVC433-2012	Responsabilidade socioambiental praticas das pequenas empresas de Sergipe ALCIONE FONSECA RODRIGUES
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD286-2012	Organização e produção do espaço através da dinâmica ambiental e do uso atual das terras na sub-bacia hidrográfica do rio Itimirim, Sergipe DEBORA BARBOSA DA SILVA
PVD514-2012	Os conflitos socioambientais na Reserva Extrativista do Litoral Sul de Sergipe: sociabilidade, natureza e resistência EMILIO DE BRITTO NEGREIROS
PVD226-2012	Impressões da comunidade e seus impactos para a saúde ambiental da população MARIA JOSE NASCIMENTO SOARES
PVD343-2012	Diagnóstico geoambiental da bacia hidrográfica do rio Aningas - Pirambu/SE: subsídio ao ordenamento e gestão do território NEISE MARE DE SOUZA ALVES
PVD141-2012	Caracterização fitogeográfica e climática em unidades de conservação no semiárido sergipano ROSEMERI MELO E SOUZA
PVD52-2012	Gênese e Redefinições do Ativismo Ambiental no Brasil WILSON JOSE FERREIRA DE OLIVEIRA
<b>PALAVRA- CHAVE: MEIO AMBIENTE</b>	

<b>Código - Ano</b>	<b>Título / Coordenador</b>
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PIB9117-2020	Perspectivas de inovação na empregabilidade de resíduos agrícolas/agroindustriais na obtenção de bioproduto DENISE SANTOS RUZENE
PIB9228-2020	Análise de células de biota vegetal para determinação de níveis de radiação SUSANA DE SOUZA LALIC
<b>CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
PIC9584-2020	Conflitos Socioambientais e questão habitacional no município de Aracaju CARLA ALESSANDRA DA SILVA NUNES
PIC9634-2020	Observação da Produção Legislativa no Estado de Sergipe KARYNA BATISTA SPOSATO
PIC9550-2020	Projeto "Pensar fora da caixa" LILLIAN MARIA DE MESQUITA ALEXANDRE
<b>CAMPUS DE LARANJEIRAS</b>	
PVF7659-2019	O governo da cidade: o poder legislativo e suas relações com a sociedade civil em torno de questões urbanas CESAR HENRIQUES MATOS E SILVA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB8444-2019	Determinação de metais potencialmente tóxicos em sedimentos dos canais de drenagem de viveiros de camarão da região do baixo São Francisco SILVÂNIO SILVÉRIO LOPES DA COSTA
<b>CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
PEC9733-2019	Laboratório interdisciplinar de turismo científico, criativo e comunitário: uma relação entre Brasil e Portugal. LILLIAN MARIA DE MESQUITA ALEXANDRE
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD8221-2019	Saúde ambiental e agrotóxicos no município de Estância-Sergipe ROSANA DE OLIVEIRA SANTOS BATISTA
<i>TOTAL 2019 - 04</i>	
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	
PVA6604-2018	A técnica e suas relações metafóricas com a política e a filosofia ambientais: análise do livro “A oleira ciumenta” e do documentário “Planeta Humano” RENATO IZIDORO DA SILVA
<b>CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
PVC6406-2018	Liberdade de expressão e fake news LUCAS GONCALVES DA SILVA
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD6898-2018	Etnografia Política das Mobilizações, Protestos e Defesa de Causas Públicas WILSON JOSE FERREIRA DE OLIVEIRA
<b>TOTAL 2018 - 03</b>	
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB5572-2017	Caracterização de Biomassa Microalgal de Chlorella vulgaris produzida em tratamento de efluente sanitário e produção de biodiesel. CRISTINA FERRAZ SILVA
<b>CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
PVC5719-2017	Liberdade de expressão no meio ambiente digital.

	LUCAS GONCALVES DA SILVA
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD6061-2017	Cinema, cidade e produção de subjetividade ANA ANGELA FARIAS GOMES
PVD5952-2017	Etnografia Política da Defesa de Causas e dos Protestos Públicos WILSON JOSE FERREIRA DE OLIVEIRA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	
PVA4421-2016	A ecomotricidade no estado de Sergipe CAE RODRIGUES
PVB4251-2016	Desenvolvimento de metodologia analítica para quantificação de hidroclorotiazida em água de abastecimento público MARIA DE LARA PALMEIRA DE MACEDO ARGUELHO
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD4943-2016	“Território e territorialidades da cultura afro-brasileira: caracteres identitários, percepção de pertencimento e relação com o meio ambiente - comunidade Brejão dos Negros/Brejo Grande - SE.” GENESIO JOSE DOS SANTOS
PVD4325-2016	Etnografia Política das Causas, Protestos e Ações Públicas WILSON JOSE FERREIRA DE OLIVEIRA
<b>TOTAL 2016 - 04</b>	
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB3513-2015	Extração e caracterização ácidos naftênicos FLAVIANA CARDOSO DAMASCENO
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD3155-2015	Formação dos profissionais da saúde pública: uma análise da proposta pedagógica dos cursos de enfermagem e fisioterapia MARIA JOSE NASCIMENTO SOARES
<b>CAMPUS PROFESSOR ALBERTO CARVALHO</b>	
PVE1932-2014	Responsabilidade socioambiental: uma preocupação atual das empresas contemporâneas LUDMILLA MEYER MONTENEGRO
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD2081-2014	Taxonomias etnoecológicas Xocó: percepções e relações socioambientais UGO MAIA ANDRADE
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	
PVA980-2013	Subsídios para a gestão ambiental pública no Estado de Sergipe LAURA JANE GOMES
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB1711-2013	Caracterização da composição química do material particulado atmosférico coletado nas cidades de Aracaju e São Cristóvão RENNAN GEOVANNY OLIVEIRA ARAUJO
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
PVC937-2013	A segurança alimentar como direito fundamental à saúde/transgênicos/cultivar CARLA EUGENIA CALDAS BARROS
PVC1482-2013	Mapeamento do financiamento das políticas públicas de trabalho dirigidas aos pescadores artesanais e pequenos produtores rurais no Brasil NAILSA MARIA SOUZA ARAUJO
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	

PVD1382-2013	Medicina mentis & medicina corporis : a critica de Vico à pedagogia cartesiana e confronto com Maquiavel ANTONIO JOSE PEREIRA FILHO
<b>CAMPUS DE LAGARTO</b>	
PVG741-2012	Avaliação do perfil imunológico dos trabalhadores rurais do pólo citricultor da região de Lagarto – SE PATRICIA RODRIGUES MARQUES DE SOUZA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	
PVA215-2012	Conflitos socioambientais decorrentes dos impactos ambientais da barragem do Xingó no baixo curso da bacia hidrográfica do rio São Francisco em Sergipe e Alagoas ANTENOR DE OLIVEIRA AGUIAR NETTO
PVA323-2012	Redução de custos em dietas na terminação de borregos da raça Santa Inês utilizando o resíduo úmido da mandioca como fonte de energia. VERONALDO SOUZA DE OLIVEIRA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB431-2012	Localização e Dimensionamento ótimos da Geração Distribuída a ser inserida nos circuitos das redes de distribuição de energia elétrica, utilizando técnicas probabilísticas e redes neurais artificiais. GUSTAVO PEREZ ALVAREZ
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD795-2012	Medicina mentis & medicina corporis: vico critico de Descartes e a retomada do saber médico retórico na modernidade ANTONIO JOSE PEREIRA FILHO
<b>PALAVRA- CHAVE: AMBIENTALIZAÇÃO</b>	
<b>Código - Ano</b>	<b>Título / Coordenador</b>
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	
PVA5172-2017	Instrumentos, técnicas e métodos para a pesquisa em ecomotricidade: estudos em movimento CAE RODRIGUES
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD5592-2017	Processo de Formação ambiental: perspectivas de ambientalização curricular MARIA INEZ OLIVEIRA ARAUJO
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	
PVA4421-2016	A ecomotricidade no estado de Sergipe CAE RODRIGUES
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD4875-2016	Processo de formação ambiental na educação superior: perspectivas de ambientalização curricular MARIA INEZ OLIVEIRA ARAUJO
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	
PVA3354-2015	A ecomotricidade no estado de Sergipe CAE RODRIGUES
PVA2259-2014	A ecomotricidade no estado de Sergipe CAE RODRIGUES
<b>PALAVRA- CHAVE: SUSTENTÁVEL</b>	
<b>Código - Ano</b>	<b>Título / Coordenador</b>
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	

PIB9626-2020	Biocombustível obtido a partir da planta nativa do Bioma Caatinga - Cereus jamacaru (Mandacaru) CRISTINA FERRAZ SILVA
<b>CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
PIC9550-2020	Projeto "Pensar fora da caixa" LILLIAN MARIA DE MESQUITA ALEXANDRE
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PID8710-2020	Agricultura Familiar Sustentável: A Importância da Troca de Saberes nos Acampamentos ELZA FRANCISCA CORREA CUNHA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS APLICADAS</b>	
PVI7764-2019	Parâmetros fisiológicos e produtivos do sorgo consorciado com o capim-paiaguás BRAULIO MAIA DE LANA SOUSA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB7372-2019	Aproveitamento sustentável de biomassas residuais para obtenção de biocombustíveis de segunda geração - Continuação ALBERTO WISNIEWSKI JUNIOR
PVB7883-2019	Secagem do Sorgo Sacarino ( <i>Sorghum bicolor</i> L.) em Leito Fluidizado LUANDA GIMENO MARQUES
PVB7897-2019	Secagem de misturas binárias de colmo e grãos de sorgo sacarino em leito de Jorro visando a produção de bioenergia LUANDA GIMENO MARQUES
PVB7374-2019	Utilização dos resíduos da carcinicultura da região do baixo São Francisco como fonte de nutrientes para fertilizantes de liberação controlada LUCIANE PIMENTA CRUZ ROMAO
<b>CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
PEC9733-2019	Laboratório interdisciplinar de turismo científico, criativo e comunitário: uma relação entre Brasil e Portugal. LILLIAN MARIA DE MESQUITA ALEXANDRE
<b>CAMPUS DO SERTÃO</b>	
PVJ6426-2018	Melhoramento Genético Participativo da Batata-doce no Estado de Sergipe ALISSON MARCEL SOUZA DE OLIVEIRA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS APLICADAS</b>	
PVI6332-2018	Sistemas integrados para produção de grãos, forragem e madeira em Sergipe BRAULIO MAIA DE LANA SOUSA
PVI6456-2018	Cooperativismo na comercialização de produtos da agricultura familiar no estado de Sergipe MARCO ANTONIO PEREIRA QUEROL
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB6237-2018	Aproveitamento sustentável de biomassas residuais para obtenção de biocombustíveis de segunda geração ALBERTO WISNIEWSKI JUNIOR
PVB7210-2018	Aplicação da tecnologia de leito de Jorro para a secagem de misturas binárias de colmo e grãos de sorgo sacarino visando a produção de bioenergia LUANDA GIMENO MARQUES
PVB7258-2018	Valorização da biodiversidade do Nordeste: potencial de bioprodutos da

	flora de Sergipe PAULO CESAR DE LIMA NOGUEIRA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
PVC6989-2018	Turismo e Economia Criativa no Litoral Sul Sergipano, vieses para o desenvolvimento local sustentável LILLIAN MARIA DE MESQUITA ALEXANDRE
<b>TOTAL 2018- 07</b>	
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB5609-2017	Estudo da Secagem de Sorgo Sacarino ( <i>Sorghum bicolor</i> L.) em Leito Fluidizado para a Produção de Bioenergia LUANDA GIMENO MARQUES
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
PVC5730-2017	Sustentabilidade do turismo no município de Aracaju: uma análise com base no conceito de destinos turísticos inteligentes JENNIFER CAROLINE SOARES
PVC5871-2017	Tema: A efetividade dos direitos humanos nas relações de trabalho frente às crises socioeconômicas atuais. LUCIANA DE ABOIM MACHADO
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS APLICADAS</b>	
PVI4247-2016	Gestão dos processos produtivos de pescadoras artesanais de Sergipe ANA ROSA DA ROCHA ARAUJO
PVI4287-2016	Uso de espécies fitoterápicas na atividade agropecuária no Estado de Sergipe MARIO JORGE CAMPOS DOS SANTOS
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB4713-2016	Desenvolvimento de um biolubrificante derivado de óleo de Moringa oleífera Lam aplicado a sistemas hidráulicos GABRIEL FRANCISCO DA SILVA
PVB4125-2016	Síntese e aplicação de matriz híbrida magnéticasustentável para remediação de Hidrocarbonetos Policíclicos Aromáticos (HPA) LUCIANE PIMENTA CRUZ ROMAO
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
PVC5014-2016	A efetividade dos direitos humanos: promoção do trabalho decente LUCIANA DE ABOIM MACHADO
<b>CAMPUS DE LARANJEIRAS</b>	
PVF3669-2015	Avaliação da sustentabilidade das Áreas de Preservação Permanente e de Proteção Ambiental localizadas na área urbana de ocupação prioritária em Aracaju, SE RAQUEL KOHLER
<b>CAMPUS PROFESSOR ALBERTO CARVALHO</b>	
PVE3110-2015	Descentralização e Empoderamento: análise das contradições dos projetos desenvolvidos no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Município de Itabaiana-SE MARCELO ALVES MENDES
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	
PVA3855-2015	Conservação de recursos genéticos de espécies ornamentais nativas de Sergipe: coleta, propagação in vitro e aclimatização de plântulas MARLUCIA CRUZ DE SANTANA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	

PVB3664-2015	Desenvolvimento de biossorvente e carvão ativado a partir de resíduos da agroindústria alimentícia ANA KARLA DE SOUZA ABUD
PVB3466-2015	Desenvolvimento de um biolubrificante derivado de óleo de Moringa oleífera Lam aplicado a sistemas hidráulicos GABRIEL FRANCISCO DA SILVA
<b>CAMPUS PROFESSOR ALBERTO CARVALHO</b>	
PVE1813-2014	Gestão Social e Empoderamento: os desafios da democratização das políticas públicas para o meio rural MARCELO ALVES MENDES
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS APLICADAS</b>	
PVI2794-2014	Indicadores de sustentabilidade para promover o manejo da agrobiodiversidade local ANGELA CRISTINA DIAS FERREIRA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	
PVA2571-2014	Conservação de recursos genéticos de espécies ornamentais nativas de Sergipe: coleta, propagação in vitro e aclimatização de plântulas MARLUCIA CRUZ DE SANTANA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB2490-2014	Desenvolvimento de produtos biotecnológicos de alto valor agregado a partir de resíduos da agroindústria alimentícia ANA KARLA DE SOUZA ABUD
PVB2587-2014	Estudo da Secagem de Sorgo Sacarino ( <i>Sorghum bicolor</i> L.) em Leito de Jorro para a Produção de Bioenergia MANOEL MARCELO DO PRADO
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD2822-2014	Derivações antropogênicas na paisagem cárstica dos municípios de Maruim e Divina Pastora / Sergipe HELIO MARIO DE ARAUJO
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD1279-2013	Dinâmica dos conflitos territoriais envolvendo as comunidades tradicionais na área de proteção ambiental do litoral sul de Sergipe MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA
<b>CAMPUS DE LARANJEIRAS</b>	
PVF624-2012	“Laranjeiras Digital: Inovacao no Processo de Gestao e Manutencao do PatrimonioArquitetonico” CARLA MARIA FURUNO RIMKUS
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	
PVA809-2012	Aspectos da bioecologia e pesca do caranguejo <i>Ucidescordatus</i> (Linnaeus 1763) (Crustácea, Decapoda) no manguezal do litoral sul do estado de Sergipe, Brasil ANA ROSA DA ROCHA ARAUJO
PVA679-2012	Agricultura Familiar e a viabilidade produtiva, socioeconômica, cultural e ambiental dos PAIS: uma análise no assentamento Moacir Wanderley-SE. MARIA LUCIA DA SILVA SODRE
PVA740-2012	Propagação de orquídeas nativas de Sergipe MARLUCIA CRUZ DE SANTANA
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB766-2012	Estudo para Instalação e Operação de uma cozinha solar no Restaurante

	Universitário (Resun) PAULO MARIO MACHADO ARAUJO
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD141-2012	Caracterização fitogeográfica e climática em unidades de conservação no semiárido sergipano ROSEMERI MELO E SOUZA
<b>PALAVRA- CHAVE: SUSTENTABILIDADE</b>	
<b>Código - Ano</b>	<b>Título / Coordenador</b>
<b>CAMPUS DE LARANJEIRAS</b>	
PIF9262-2020	Paisagens nativas do litoral: paisagens da memória e dos ancestrais MARCIA BARBOSA DA COSTA GUIMARAES
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PEB9697-2020	Avaliação de Ferramenta Computacional para Dimensionamento e Operação de Reservatórios Incorporando Estocasticidade e Riscos ALCIGEIMES BATISTA CELESTE
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PID8710-2020	Agricultura Familiar Sustentável: A Importância da Troca de Saberes nos Acampamentos ELZA FRANCISCA CORREA CUNHA
PID9491-2020	Jornalismo local-regional ao redor do mundo: abordagens, experiências e desafios SONIA AGUIAR LOPES
<b>CAMPUS DO SERTÃO</b>	
PVJ7507-2019	Avaliação do Comportamento Sexual e Materno-Filial de ovinos deslanados, no Semiárido sergipano, em diferentes épocas do ano EDIVALDO ROSAS DOS SANTOS JUNIOR
PVJ7501-2019	Cultivo sustentável de fruteiras na caatinga: manejo dos serviços ecossistêmicos em agricultura intensiva (SUFICA) FABIANA OLIVEIRA DA SILVA
<b>CAMPUS PROFESSOR ALBERTO CARVALHO</b>	
PVE8272-2019	Agricultura Familiar e Sustentabilidade: abordagem agroalimentar na microrregião do Agreste de Itabaiana MARCELO ALVES MENDES
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD7779-2019	As artes do fazer na comercialização de animais na feira de Lagarto/SE: a transmissão dos saberes tradicionais, territorialidade e geração de renda SONIA DE SOUZA MENDONCA MENEZES
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS APLICADAS</b>	
PVI6948-2018	Monitoramento e modelagem da salinização da foz do rio São Francisco ANTENOR DE OLIVEIRA AGUIAR NETTO
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB6595-2018	Desenvolvimento de condições alternativas de suplementação nutricional na produção de biossurfactantes DANIEL PEREIRA DA SILVA
PVB6995-2018	Materiais cerâmicos avançados para componentes de sistemas construtivos LEDJANE SILVA BARRETO
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD6486-2018	Gastronomic Tour App JANAINA CARDOSO DE MELLO

PVD6278-2018	Comercialização de animais na feira de Itabaiana/SE: tradição, identidade, territorialidade e geração de renda SONIA DE SOUZA MENDONCA MENEZES
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB5650-2017	Desenvolvimento e Avaliação Operacional de Gaseificador downdraft em Diferentes Biomassas Regionais DANIEL PEREIRA DA SILVA
PVB5247-2017	Materiais cerâmicos avançados para componentes de sistemas construtivos LEDJANE SILVA BARRETO
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
PVC5730-2017	Sustentabilidade do turismo no município de Aracaju: uma análise com base no conceito de destinos turísticos inteligentes JENNIFER CAROLINE SOARES
<b>CAMPUS PROFESSOR ALBERTO CARVALHO</b>	
PVE3964-2016	Inclusão social por meio da alfabetização científica: a tecnologia da luz RENATO SANTOS ARAUJO
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB4087-2016	Projeto de uma Máquina para Limpar Marisco Atendendo as Necessidades da Comunidade Pesqueiras do Ceará JOSEGIL JORGE PEREIRA DE ARAUJO
PVB4805-2016	Materiais cerâmicos avançados para componentes de sistemas construtivos LEDJANE SILVA BARRETO
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS APLICADAS</b>	
PVI3261-2015	Comportamento de potenciais espécies de plantas de cobertura do solo para diversificação de sistemas de produção em experimento de longa duração ALCEU PEDROTTI
PVI3307-2015	Ação de extratos de plantas em carrapatos da espécie Rhipicephalusmicroplus PATRICIA OLIVEIRA MEIRA SANTOS
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB3740-2015	Análise dos indicadores de sustentabilidade dos perímetros irrigados do Jacaré Curituba e Betume, localizados no estado de Sergipe ANTENOR DE OLIVEIRA AGUIAR NETTO
<b>CAMPUS DE LARANJEIRAS</b>	
PVF2503-2014	Avaliação da Sustentabilidade de Edificações: Estudo de Caso, Aracaju, SE RAQUEL KOHLER
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS APLICADAS</b>	
PVI2088-2014	Caracterização agrônômica de potenciais espécies de plantas de cobertura do solo para diversificação de sistemas de produção em experimento de longa duração ALCEU PEDROTTI
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB2770-2014	Desenvolvimento de Máquina para limpar e abrir o sururu (Mytella charruana) PEDRO FELIPE DE ABREU
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	
PVA1525-2013	Caracterização agrônômica de potenciais espécies de plantas de cobertura do solo para diversificação de sistemas de produção em experimento de longa duração

	ALCEU PEDROTTI
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA</b>	
PVB1744-2013	Máquina para Limpar Marisco PEDRO FELIPE DE ABREU
<b>CAMPUS DE LARANJEIRAS</b>	
PVF624-2012	“Laranjeiras Digital: Inovacao no Processo de Gestao e Manutencao do PatrimonioArquitetonico” CARLA MARIA FURUNO RIMKUS
<b>CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE</b>	
PVA289-2012	Caracterização agrônômica de potenciais espécies de plantas de cobertura do solo para diversificação de sistemas de produção em experimento de longa duração ALCEU PEDROTTI
PVA215-2012	Conflitos socioambientais decorrentes dos impactos ambientais da barragem do Xingó no baixo curso da bacia hidrográfica do rio São Francisco em Sergipe e Alagoas ANTENOR DE OLIVEIRA AGUIAR NETTO
<b>CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS</b>	
PVC691-2012	Perspectivas e práticas da tecnologia da informação verde: um estudo na gestão e nos processos das pequenas empresas da cidade de Aracaju/SE MARIA CONCEICAO MELO SILVA LUFT
PVC774-2012	Sustentabilidade Socioeconômica dos Produtores e Abrangência do Programa de Biodiesel em Sergipe OLIVIO ALBERTO TEIXEIRA
<b>CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS</b>	
PVD664-2012	Queijo de coalho caseiro: o saber-fazer tradicional das mulheres camponesas e a geração de renda nos municípios de Gararu e Monte Alegre de Sergipe SONIA DE SOUZA MENDONCA MENEZES

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos através do SIGAA. Disponível em:  
[https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/pesquisa/consulta\\_projetos.jsf](https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/pesquisa/consulta_projetos.jsf). Acesso entre 30 jun. 2021 e 02 jul. 2021.

**APÊNDICE E**–Lista de grupos de pesquisa com abordagem ambiental e seus Coordenadores

<b>ITEM</b>	<b>GRUPO</b>	<b>COORDENADOR/LIDER</b>
1	Manejo de Solos e Sustentabilidade	Alceu Pedrotti
2	Grupo Acqua	Antenor de Oliveira Aguiar Netto
3	Plantas Medicinais, Aromáticas, Condimentares e Olerícolas	Arie Fitzgerald Blank
4	Recursos Naturais	Genesio Tamara Ribeiro
5	Biologia e Gestão de Ecossistemas Costeiros e Marinheiros	Leonardo Cruz da Rosa
6	Grupo Agroflorestal	Mario Jorge Campos dos Santos
7	Grupo Restauração	Roberio Anastacio Ferreira
8	Gestão Hidroambiental do Baixo São Francisco	Francisco Sandro Rodrigues Holanda
9	Plantas da Região Semiárida Nordestina com Fins Terapêuticos	Sara Maria Thomazzi
10	Biose - Biodiversidade e Conservação da Fauna e Flora de Sergipe	Adauto de Souza Ribeiro
11	Produtos Naturais	Angelo Roberto Antonioli
12	Núcleo de Ecossistemas Costeiros	Myrna Friederichs Landim De Souza
13	Laboratório de Geologia Costeira e Ambiental	Ana Claudia da Silva Andrade
14	Química Analítica Ambiental	Carlos Alexandre Borges Garcia
15	Grupo de Análise de Poluentes Orgânicos - Gapo	Haroldo Silveira Dorea
16	Dinâmica Ambiental e Geomorfologia (DAGEO)	Helio Mario de Araujo
17	Laborganics (Laboratório de Pesquisa em Química Orgânica de Sergipe)	Paulo Cesar de Lima Nogueira
18	Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Metabólitos Secundários Bioativos (Metabio)	Samisia Maria Fernandes Machado
19	Grupo de Estudos em Biotecnologia Aplicada a Química Ambiental	Sandro Navickiene
20	Arqueologia e Bioarqueologia: Patrimônio Cultural e Ambiental	Alberico Nogueira de Queiroz
21	Filosofia e Natureza	Evaldo Becker
22	Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço Geográfico - Progeo	Josefa de Lisboa Santos
23	Desenvolvimento Saúde e Políticas Coletivas	Elza Francisca Correa Cunha
24	Geppip - Processos Identitários e Poder	Marcelo Alario Ennes
25	Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Exclusão, Cidadania e Direitos	Marcelo de Almeida Ferreri

	Humanos	
26	Grupo de Pesquisa, Planejamento e Avaliação em Educação e Psicologia	Maria Benedita Lima Pardo
27	Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Ambiental de Sergipe	Maria Inez Oliveira Araujo
28	Geoplan - Geoecologia e Planejamento Territorial	Rosemeri Melo e Souza
29	Educação e Movimentos Sociais	Marilene Santos
30	Grupo de Estudos e Pesquisa Itinerários Intelectuais, Imagem e Sociedade (GEPIS)	Tania Elias Magno da Silva
31	Gestão de Turismo e Hospitalidade	Jennifer Caroline Soares
32	Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (Lica)	Jean Fabio Borba Cerqueira
33	Conversão de Energia e Termodinâmica Aplicada	Douglas Bressan Riffel
34	Biotecnologia e Meio Ambiente - Gpbioma	Roberto Rodrigues de Souza
35	GPFIMA - Grupo de Pesquisa Formação, Interdisciplinar e Meio Ambiente	Maria Jose Nascimento Soares
36	ANTUR - Grupo de Pesquisa em Antropologia e Turismo	Rosana Eduardo da Silva Leal
37	Conforto Ambiental E Eficiência Energética no Ambiente Construído	Carla Fernanda Barbosa Teixeira
38	Núcleo de Estudos em Aquicultura e Biologia Aquática	Carolina Nunes Costa Bomfim
39	Prevenção e Controle da Poluição e Modelagem Ambiental (PCPMA)	Jose Jailton Marques
40	Gestão e Análise de Sistemas Ambientais - GEA	Andrea Novelli
41	Conservação, melhoramento e gestão de recursos genéticos - GENAPLANT	Renata Silva Mann
42	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Filosofia e Educação	Rosana de Oliveira Santos Batista
43	Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas-GEPEM	Paulo Roberto Felix dos Santos
44	Grupo de Pesquisa em Geomorfologia do Quaternário e modelagem Ambiental - QUACOMA	Daniel Rodrigues de Lira
45	Dinâmica e Modelagem Costeira	Tais Kalil Rodrigues
46	Grupo de Pesquisa em Polinização e Agroecologia	Fabiana Oliveira da Silva
47	ENTOMO-UFS: Entomologia da Universidade Federal de Sergipe	Leandro de Sousa Souto

48	Núcleo de Solos do Sertão	Tiago Barreto Garcez
49	Sociedade e Cultura	Maria Augusta Mundim Vargas
50	Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas Sergipanas	Maria Elena Leon Olave
51	Aproveitamento Sustentável do Pescado	Jose Milton Barbosa
52	Grupo de Pesquisa e Estudos em Gestão, Bioenergia e Sustentabilidade - GpGBIOS	Fabio de Melo Resende
53	Xique-Xique: Grupo de Pesquisa sobre Gêneros e Sexualidades	Patricia Rosalba Salvador Moura Costa
54	Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamento Territoriais	Alexandrina Luz Conceicao
55	Grupo de Estudos em Melhoramento Vegetal do Semiárido - GEMS	Gustavo Hugo Ferreira de Oliveira
56	Avaliação de ecossistemas aquáticos e recursos pesqueiros	Mario Jose Fonseca Thome de Souza
57	Grupo de Pesquisa e Ensino em Ciências Ambientais (GPECIAMB)	Renata Nunes Azambuja
58	Centre for Interdisciplinary Research on Environment and Society	Cae Rodrigues
59	GETUC - Grupo de Estudos Interdisciplinares em Turismo Criativo	Lillian Maria de Mesquita Alexandre
60	Aproveitamento de resíduos agroindustriais para fins microbiológicos e biotecnológicos	Luciana Cristina Lins de Aquino Santana
61	Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Gestão, Saúde e Educação Ambiental	Jailton de Jesus Costa
62	Grupo de Estudos em Topografia Agrícola, Meio Ambiente e Agricultura Digital	Rychardson Rocha de Araujo
63	Tecnologia, Sustentabilidade, Produção e Reprodução Animal	Yndyra Nayan Teixeira Carvalho Castelo Branco
64	Grupo de Pesquisas em Estratégia, Empreendedorismo e Marketing (NUPEEM)	Maria Andrea Rocha Escobar
65	Tecnologia Social	Paulo Mario Machado Araujo
66	Grupo de Pesquisa Gestão da Informação e Evidenciação Contábil (GIEC)	Silvia Luiza Almeida Correia
67	PEPECA - Pesquisas e estudos em práticas educativas, corpo e ambiente	Fernanda Amorim Accorsi
68	Núcleo de Agroecologia e Produção	Edisio Oliveira de Azevedo

	Orgânica	
69	Grupo de Estudos em Fisiologia Vegetal GEFiVe	Maiana Reis Pimenta
70	Segurança Alimentar: perspectiva alimentar, nutricional e comercial	Adriana Lucia da Costa Souza
71	Arqueologia da Diáspora Africana e Relações Étnico-Raciais	Luciana de Castro Nunes Novaes

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados obtidos através do SIGAA. Disponível em: [https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/pesquisa/consulta\\_bases.jsf?aba=p-pesquisa](https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/pesquisa/consulta_bases.jsf?aba=p-pesquisa). Acesso entre 30 jun. 2021 e 2 jul. 2021.

ANEXO A – Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO PLENO**

**RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012 (\*)**

*Estabelece as Diretrizes Curriculares  
Nacionais para a Educação Ambiental.*

**O Presidente do Conselho Nacional de Educação**, de conformidade com o disposto na alínea “c” do § 1º e na alínea “c” do § 2º do artigo 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e nos artigos 22 ao 57 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CP nº 14/2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 15 de junho de 2012,

CONSIDERANDO que:

A Constituição Federal (CF), de 1988, no inciso VI do § 1º do artigo 225 determina que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”;

A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no inciso X do artigo 2º, já estabelecia que a educação ambiental deve ser ministrada a todos os níveis de ensino, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente;

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevê que na formação básica do cidadão seja assegurada a compreensão do ambiente natural e social; que os currículos do Ensino Fundamental e do Médio devem abranger o conhecimento do mundo físico e natural; que a Educação Superior deve desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive; que a Educação tem, como uma de suas finalidades, a preparação para o exercício da cidadania;

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo;

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades reconhecem a relevância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental;

O Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos incluindo os direitos ambientais no conjunto dos internacionalmente reconhecidos, e define que a educação para a cidadania compreende a dimensão política do cuidado com o meio ambiente local, regional e global;

O atributo “ambiental” na tradição da Educação Ambiental brasileira e latino-americana não é empregado para especificar um tipo de educação, mas se constitui em

elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando Atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental;

O reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidencia-se na prática social,

RESOLVE:

## TÍTULO I

### OBJETO E MARCO LEGAL

#### CAPÍTULO I

##### OBJETO

Art. 1º A presente Resolução estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior, orientando a implementação do determinado pela Constituição Federal e pela Lei nº 9.795, de 1999, a qual dispõe sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), com os seguintes objetivos:

I - sistematizar os preceitos definidos na citada Lei, bem como os avanços que ocorreram na área para que contribuam com a formação humana de sujeitos concretos que vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural, com suas condições físicas, emocionais, intelectuais, culturais;

II - estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes;

III - orientar os cursos de formação de docentes para a Educação Básica;

IV - orientar os sistemas educativos dos diferentes entes federados.

Art.2º A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Art.3º A Educação Ambiental visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade devida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído.

Art. 4º A Educação Ambiental é construída com responsabilidade cidadã, na reciprocidade das relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

Art. 5º A Educação Ambiental não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica.

Art. 6º A Educação Ambiental deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das

instituições de ensino.

## CAPÍTULO II MARCO LEGAL

Art. 7º Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.

Art. 8º A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico.

Parágrafo único. Nos cursos, programas e projetos de graduação, pós-graduação e de extensão, e nas áreas e atividades voltadas para o *aspecto metodológico* da Educação Ambiental, é facultada a criação de componente curricular específico.

Art. 9º Nos cursos de formação inicial e de especialização técnica e profissional, em todos os níveis e modalidades, deve ser incorporado conteúdo que trate da *ética socioambiental* das atividades profissionais.

Art. 10. As instituições de Educação Superior devem promover sua gestão e suas ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos princípios e objetivos da Educação Ambiental.

Art. 11. A dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, considerando a consciência e o respeito à diversidade multiétnica e multicultural do País.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender de forma pertinente aos princípios e objetivos da Educação Ambiental.

## TÍTULO II PRINCÍPIOS E OBJETIVOS CAPÍTULO I PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 12. A partir do que dispõe a Lei nº 9.795, de 1999, e com base em práticas comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos e todas, são princípios da Educação Ambiental:

I - totalidade como categoria de análise fundamental em formação, análises, estudos e produção de conhecimento sobre o meio ambiente;

II - interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque humanista, democrático e participativo;

III - pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;

IV - vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais na garantia de continuidade dos estudos e da qualidade social da educação;

V - articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais,

regionais, nacionais e globais;

VI - respeito à pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, étnica, racial, social e cultural, disseminando os direitos de existência e permanência e o valor da multiculturalidade e pluriétnicidade do país e do desenvolvimento da cidadania planetária.

## CAPÍTULO II OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 13. Com base no que dispõe a Lei nº 9.795, de 1999, são objetivos da Educação Ambiental a serem concretizados conforme cada fase, etapa, modalidade e nível de ensino:

I - desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo;

II - garantir a democratização e o acesso às informações referentes à área socioambiental;

III - estimular a mobilização social e política e o fortalecimento da consciência crítica sobre a dimensão socioambiental;

IV - incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - estimular a cooperação entre as diversas regiões do País, em diferentes formas de arranjos territoriais, visando à construção de uma sociedade ambientalmente justa e sustentável;

VI - fomentar e fortalecer a integração entre ciência e tecnologia, visando à sustentabilidade socioambiental;

VII - fortalecer a cidadania, a autodeterminação dos povos e a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas, como fundamentos para o futuro da humanidade;

VIII - promover o cuidado com a comunidade de vida, a integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, a equidade social, étnica, racial e de gênero, e o diálogo para a convivência e a paz;

IX - promover os conhecimentos dos diversos grupos sociais formativos do País que utilizam e preservam a biodiversidade.

Art. 14. A Educação Ambiental nas instituições de ensino, com base nos referenciais apresentados, deve contemplar:

I - abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida e relacione a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social;

II - abordagem curricular integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas;

III - aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade educacional em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual;

IV - incentivo à pesquisa e à apropriação de instrumentos pedagógicos e metodológicos que aprimorem a prática discente e docente e a cidadania ambiental;

V - estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações,

tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental.

### TÍTULO III

#### ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 15. O compromisso da instituição educacional, o papel socioeducativo, ambiental, artístico, cultural e as questões de gênero, etnia, raça e diversidade que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes dos projetos institucionais e pedagógicos da Educação Básica e da Educação Superior.

§ 1º A proposta curricular é constitutiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e dos Projetos e Planos de Cursos (PC) das instituições de Educação Básica, e dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e do Projeto Pedagógico (PP) constante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das instituições de Educação Superior.

§ 2º O planejamento dos currículos deve considerar os níveis dos cursos, as idades e especificidades das fases, etapas, modalidades e da diversidade sociocultural dos estudantes, bem como de suas comunidades de vida, dos biomas e dos territórios em que se situam as instituições educacionais.

§ 3º O tratamento pedagógico do currículo deve ser diversificado, permitindo reconhecer e valorizar a pluralidade e as diferenças individuais, sociais, étnicas e culturais dos estudantes, promovendo valores de cooperação, de relações solidárias e de respeito ao meio ambiente.

Art. 16. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer:

- I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;
- II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;
- III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

Parágrafo único. Outras formas de inserção podem ser admitidas na organização curricular da Educação Superior e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, considerando a natureza dos cursos.

Art. 17. Considerando os saberes e os valores da sustentabilidade, a diversidade de manifestações da vida, os princípios e os objetivos estabelecidos, o planejamento curricular e a gestão da instituição de ensino devem:

- I - estimular:
  - a) visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e seus processos ecológicos vitais, as influências políticas, sociais, econômicas, psicológicas, dentre outras, na relação entre sociedade, meio ambiente, natureza, cultura, ciência e tecnologia;
  - b) pensamento crítico por meio de estudos filosóficos, científicos, socioeconômicos, políticos e históricos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a participação, a cooperação e a ética;
  - c) reconhecimento e valorização da diversidade dos múltiplos saberes e olhares científicos e populares sobre o meio ambiente, em especial de povos originários e de comunidades tradicionais;
  - d) vivências que promovam o reconhecimento, o respeito, a responsabilidade e o convívio cuidadoso com os seres vivos e seu habitat;
  - e) reflexão sobre as desigualdades socioeconômicas e seus impactos ambientais, que recaem principalmente sobre os grupos vulneráveis, visando à conquista da

justiça ambiental;

f) uso das diferentes linguagens para a produção e a socialização de ações e experiências coletivas de educomunicação, a qual propõe a integração da comunicação com o uso de recursos tecnológicos na aprendizagem.

II - contribuir para:

a) o reconhecimento da importância dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da natureza, contextualizando os conhecimentos a partir da paisagem, da bacia hidrográfica, do bioma, do clima, dos processos geológicos, das ações antrópicas e suas interações sociais e políticas, analisando os diferentes recortes territoriais, cujas riquezas e potencialidades, usos e problemas devem ser identificados e compreendidos segundo a gênese e a dinâmica da natureza e das alterações provocadas pela sociedade;

b) a revisão de práticas escolares fragmentadas buscando construir outras práticas que considerem a interferência do ambiente na qualidade de vida das sociedades humanas nas diversas dimensões local, regional e planetária;

c) o estabelecimento das relações entre as mudanças do clima e o atual modelo de produção, consumo, organização social, visando à prevenção de desastres ambientais e à proteção das comunidades;

d) a promoção do cuidado e responsabilidade com as diversas formas de vida, do respeito às pessoas, culturas e comunidades;

e) a valorização dos conhecimentos referentes à saúde ambiental, inclusive no meio ambiente de trabalho, com ênfase na promoção da saúde para melhoria da qualidade de vida;

f) a construção da cidadania planetária a partir da perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações.

III - promover:

a) observação e estudo da natureza e de seus sistemas de funcionamento para possibilitar a descoberta de como as formas de vida relacionam-se entre si e os ciclos naturais interligam-se e integram-se uns aos outros;

b) ações pedagógicas que permitam aos sujeitos a compreensão crítica da dimensão ética e política das questões socioambientais, situadas tanto na esfera individual, como na esfera pública;

c) projetos e atividades, inclusive artísticas e lúdicas, que valorizem o sentido de pertencimento dos seres humanos à natureza, a diversidade dos seres vivos, as diferentes culturas locais, a tradição oral, entre outras, inclusive desenvolvidas em espaços nos quais os estudantes se identifiquem como integrantes da natureza, estimulando a percepção do meio ambiente como fundamental para o exercício da cidadania;

d) experiências que contemplem a produção de conhecimentos científicos, socioambientalmente responsáveis, a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da sociobiodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra;

e) trabalho de comissões, grupos ou outras formas de atuação coletiva favoráveis à promoção de educação entre pares, para participação no planejamento, execução, avaliação e gestão de projetos de intervenção e ações de sustentabilidade socioambiental na instituição educacional e na comunidade, com foco na prevenção de riscos, na proteção e preservação do meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis.

## TÍTULO IV

### SISTEMAS DE ENSINO E REGIME DE COLABORAÇÃO

Art. 18. Os Conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem estabelecer as normas complementares que tornem efetiva a Educação Ambiental em

todas as fases, etapas, modalidades e níveis de ensino sob sua jurisdição.

Art. 19. Os órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino devem articular-se entre si e com as universidades e demais instituições formadoras de profissionais da educação, para que os cursos e programas de formação inicial e continuada de professores, gestores, coordenadores, especialistas e outros profissionais que atuam na Educação Básica e na Superior capacitem para o desenvolvimento didático-pedagógico da dimensão da Educação Ambiental na sua atuação escolar e acadêmica.

§ 1º Os cursos de licenciatura, que qualificam para a docência na Educação Básica, e os cursos e programas de pós-graduação, qualificadores para a docência na Educação Superior, devem incluir formação com essa dimensão, com foco na metodologia integrada e interdisciplinar.

§ 2º Os sistemas de ensino, em colaboração com outras instituições, devem instituir políticas permanentes que incentivem e dêem condições concretas de formação continuada, para que se efetivem os princípios e se atinjam os objetivos da Educação Ambiental.

Art. 20. As Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas para os cursos e programas da Educação Superior devem, na sua necessária atualização, prescrever o adequado para essa formação.

Art. 21. Os sistemas de ensino devem promover as condições para que as instituições educacionais constituam-se em espaços educadores sustentáveis, com a intencionalidade de educar para a sustentabilidade socioambiental de suas comunidades, integrando currículos, gestão e edificações em relação equilibrada com o meio ambiente, tornando-se referência para seu território.

Art. 22. Os sistemas de ensino e as instituições de pesquisa, em regime de colaboração, devem fomentar e divulgar estudos e experiências realizados na área da Educação Ambiental.

§ 1º Os sistemas de ensino devem propiciar às instituições educacionais meios para o estabelecimento de diálogo e parceria com a comunidade, visando à produção de conhecimentos sobre condições e alternativas socioambientais locais e regionais e à intervenção para a qualificação da vida e da convivência saudável.

§ 2º Recomenda-se que os órgãos públicos de fomento e financiamento à pesquisa incrementem o apoio a projetos de pesquisa e investigação na área da Educação Ambiental, sobretudo visando ao desenvolvimento de tecnologias mitigadoras de impactos negativos ao meio ambiente e à saúde.

Art. 23. Os sistemas de ensino, em regime de colaboração, devem criar políticas de produção e de aquisição de materiais didáticos e paradidáticos, com engajamento da comunidade educativa, orientados pela dimensão socioambiental.

Art. 24. O Ministério da Educação (MEC) e os correspondentes órgãos estaduais, distrital e municipais devem incluir o atendimento destas Diretrizes nas avaliações para fins de credenciamento e recredenciamento, de autorização e renovação de autorização, e de reconhecimento de instituições educacionais e de cursos.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PASCHOAL LAÉRCIO ARMONIA  
Presidente em Exercício

(\*) Resolução CNE/CP2/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de junho de 2012 – Seção 1 – p. 70.

**ANEXO B – Portaria nº 326, de 23 de julho de 2020****Diário Oficial da União**

Publicado em: 24/07/2020 | Edição: 141 | Seção: 1 | Página: 43  
Órgão: Ministério do Meio Ambiente/Gabinete do Ministro

**PORTARIA Nº 326, DE 23 DE JULHO DE 2020**

Institui o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - Programa A3P e estabelece suas diretrizes.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição Federal e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e no Decreto nº 9.672, de 2 de janeiro de 2019, e o que consta do processo administrativo nº 02000.001433/2020-60, resolve:

Art. 1º Instituir o Programa Agenda Ambiental na Administração - Programa A3P, desenvolvido e mantido pelo Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º O Programa A3P tem a finalidade de promover a responsabilidade socioambiental, a adoção de procedimentos de sustentabilidade e critérios socioambientais nas atividades do setor público e, deve se basear, no mínimo, nos seguintes eixos temáticos:

I - uso racional dos recursos naturais e bens públicos: utilizar energia, água, madeira, papel, copos e materiais de expediente, entre outros, de forma racional, para que haja economia dos recursos financeiros, menor desperdício e menor impacto ambiental negativo;

II - gestão adequada dos resíduos gerados: adotar a política dos 5R's - Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar - e, com base na Lei nº 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, implantar o gerenciamento de resíduos sólidos;

III - qualidade de vida no ambiente de trabalho: criar meios para que todas as pessoas que circulam no ambiente se sintam bem e, conforme cada caso, adotar procedimentos e instalar equipamentos que contribuam para a melhor qualidade de vida;

IV - sensibilização e capacitação dos servidores: criar e consolidar nos servidores a consciência cidadã quanto à responsabilidade socioambiental, com a adoção de práticas que promovam a sustentabilidade e o respeito à vida;

V - contratações públicas sustentáveis: adquirir e contratar com critérios de sustentabilidade, e considerar a relação custo/benefício no médio e longo prazos, e não somente o critério de menor preço; e

VI - construções sustentáveis: construir e/ou reformar considerando critérios que atendam o conforto térmico e acústico, fazendo uso da luz solar, energia dos ventos e água da chuva, utilizar materiais e equipamentos que impliquem em maior economia de energia, entre outros, e produzam pouco ou nenhum impacto ambiental; garantir a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 3º As diretrizes do Programa A3P constam em anexo a esta Portaria.

Art. 4º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 28, de 19 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 34, de 20 de fevereiro de 2018, Seção 1; e

II - a Portaria nº 3, de 27 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 41, de 1º de março de 2018, Seção 1.

Art. 5º Esta Portaria entra vigor em 3 de agosto de 2020.

RICARDO SALLES

ANEXO  
DIRETRIZES DO PROGRAMA  
AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - A3P

CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P é um programa de governo, criado, desenvolvido e mantido pelo Ministério do Meio Ambiente.

§ 1º O Programa A3P, de caráter voluntário, é destinado às instituições públicas, não cabendo sanções legais por parte do Ministério do Meio Ambiente para a sua implantação

§ 2º O Programa A3P é disponibilizado para os órgãos públicos dos três poderes da República - Legislativo, Executivo e Judiciário -, e para as três instâncias - federal, estadual e municipal.

CAPÍTULO II  
DOS OBJETIVOS

Art. 2º Constituem objetivos da A3P:

I - apoiar os órgãos públicos na criação e implementação de ações de responsabilidade socioambiental;

II - sensibilizar os servidores para a necessidade de preservação dos bens naturais;

III - estimular a construção de uma cultura institucional que agregue valores, atitudes e comportamentos consoantes com a responsabilidade socioambiental;

IV - incentivar os órgãos públicos a adotarem medidas que visem à redução de impactos socioambientais negativos decorrentes de suas atividades;

V - aumentar a eficiência da gestão, promovendo a economia de recursos naturais e de gastos institucionais;

VI - promover a atualização sistemática do conhecimento e a modernização de conceitos, instrumentos, tecnologias e metodologias, referentes ao campo da sustentabilidade;

VII - promover a transparência no serviço público;

VIII - garantir a acessibilidade nos órgãos públicos às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

IX - estimular e apoiar ações de defesa do meio ambiente;

X - facilitar o acesso das instituições públicas ao Programa A3P;

XI - estimular ações de cooperativismo, solidariedade, respeito, compromisso profissional e ético;

XII - capacitar e sensibilizar os gestores públicos quanto à responsabilidade socioambiental;

XIII - colaborar para a melhoria da qualidade de vida dos servidores;

XIV-- incentivar às ações coletivas e às decisões democráticas; e

XV - promover a produção e o consumo sustentáveis.

### CAPÍTULO III DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º A Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P atenderá aos seguintes princípios:

- I - transparência no serviço público;
- II - supremacia do interesse público sobre os interesses individuais;
- III - reconhecimento e respeito às diferenças de raça, etnia, cor, sexo, opinião política, língua, religião;
- IV - valorização do servidor público;
- V - respeito ao meio ambiente;
- VI - respeito aos valores éticos da pessoa humana;
- VII - respeito à liberdade e apreço à tolerância; e
- VIII - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

### CAPÍTULO IV DOS EIXOS TEMÁTICOS

Art. 4º A A3P está estruturada sobre focos de atividades, ou Eixos Temáticos, que orientam suas ações.

Art. 5º São Eixos temáticos da A3P:

I - uso racional dos recursos naturais e bens públicos: utilizar energia, água, madeira, papel, copos e materiais de expediente, entre outros, de forma racional, para que haja economia dos recursos financeiros, menor desperdício e menor impacto ambiental negativo;

II - gestão adequada dos resíduos gerados: adotar a política dos 5R's - Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar - e, com base na Lei nº 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, implantar o gerenciamento de resíduos sólidos;

III - qualidade de vida no ambiente de trabalho: criar meios para que todas as pessoas que circulam no ambiente se sintam bem e, conforme cada caso, adotar procedimentos e instalar equipamentos que contribuam para a melhor qualidade de vida;

IV - sensibilização e capacitação dos servidores: criar e consolidar nos servidores a consciência cidadã quanto à responsabilidade socioambiental, com a adoção de práticas que promovam a sustentabilidade e o respeito à vida;

V - contratações públicas sustentáveis: adquirir e contratar com critérios de sustentabilidade, e considerar a relação custo/benefício no médio e longo prazos, e não somente o critério de menor preço; e

VI - construções sustentáveis: construir e/ou reformar considerando critérios que atendam o conforto térmico e acústico, fazendo uso da luz solar, energia dos ventos e água da chuva, utilizar materiais e equipamentos que impliquem em maior economia de energia, entre outros, e produzam pouco ou nenhum impacto ambiental; garantir a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Os méritos dos seis Eixos temáticos constituem um padrão a ser adotado em todas as iniciativas e publicações da A3P.

### CAPÍTULO V DOS INSTRUMENTOS

Art. 6º São instrumentos da Agenda Ambiental na Administração Pública:

- I - Termo de Adesão;

- II - Parcerias institucionais;
- III - Rede A3P;
- IV - Certificado de Sustentabilidade e Selo A3P;
- V - Prêmio A3P - Melhores Práticas de Sustentabilidade;
- VI - Fórum A3P;
- VII - Publicações ou outros meios de divulgação; e
- VIII - Sistema de Responsabilidade Socioambiental - RESSOA.

#### Seção I

##### Do Termo de Adesão

Art. 7º Termo de Adesão é o documento que formaliza a parceria estabelecida entre o Ministério do Meio Ambiente e o órgão público e será assinado por representante do Ministério do Meio Ambiente e do órgão que firma a parceria.

§ 1º O Termo de Adesão seguirá modelo disponibilizado pelo Programa A3P incluindo, necessariamente, um Plano de Trabalho que institui ações e prazos para sua implementação.

§ 2º O Termo de Adesão terá prazo de vigência de 5 (cinco) anos.

§ 3º Expirada a vigência do Termo de Adesão cabe ao órgão interessado dar entrada no pedido de renovação.

Art. 8º Após a formalização do Termo de Adesão, é necessário que o órgão ou entidade adote os seguintes procedimentos, conforme cronograma previsto no Plano de Trabalho:

I - crie Comissão Gestora da A3P, com o objetivo de implantar o Programa A3P no órgão;

II - realize diagnóstico socioambiental do órgão, para definição das ações a serem adotadas;

III - elabore Programa de gestão socioambiental;

IV - elabore Plano de sensibilização dos servidores para a implantação da A3P; e

V - monitore e avalie periodicamente a implantação do Programa A3P no órgão.

§ 1º A Comissão Gestora da A3P tem por objetivo coordenar a implantação e a realização de atividades do Programa no órgão.

§ 2º O diagnóstico socioambiental deve identificar pontos críticos, como possíveis desperdícios em relação ao consumo de água e energia, uso do material de expediente e de produtos descartáveis, entre outros.

§ 3º O Programa de gestão socioambiental deve estabelecer objetivos e metas a serem alcançados.

§ 4º A mobilização e sensibilização dos servidores deve ser permanente e estar associada a cursos, campanhas e outras ações, envolvendo todos os que atuam no ambiente, incluindo os servidores de todas as escalas de atividade, dirigentes, equipes técnicas, pessoal da copa e limpeza, brigadistas, técnicos e vigilantes, entre outros.

Art. 9º O processo burocrático para formalizar o Termo de Adesão requer o envio ao Ministério do Meio Ambiente de documentos do órgão e de seu representante, como estabelecido pelo Programa A3P.

#### Seção II

##### Das Parcerias Institucionais

Art. 10. O Programa A3P pode formar parcerias com instituições públicas e privadas com os seguintes objetivos:

I - realização de seminários, palestras, workshops e outros eventos, de interesse do Programa A3P;

II - realização de cursos, capacitação e sensibilização em A3P ou de questão associada a um dos seus Eixos Temáticos;

III - promoção, mobilização e difusão do Programa A3P;

IV - produção de livros, livretos, cartilhas, boletins, jornais, manuais, adesivos, folders e cartazes, em meio impresso ou digital;

V - produção e manutenção de sites e mídias em redes sociais; e

VI - obtenção de recursos visando à promoção de atividades relacionadas à A3P.

Parágrafo único. Serão considerados parceiros da A3P os órgãos públicos que formalizaram com o Ministério do Meio Ambiente o Termo de Adesão ao Programa A3P ou outro tipo de instrumento de parceria.

### Seção III

#### Da Rede A3P

Art. 11. A Rede A3P é a plataforma na internet criada e mantida pelo Ministério do Meio Ambiente, sob a coordenação do Programa A3P, com o objetivo de promover a troca de experiências e informações sobre sustentabilidade, entre pessoas físicas e jurídicas, dos setores público e privado.

Art. 12. A participação na Rede é franqueada às pessoas físicas integrantes de órgão público e do setor privado.

Parágrafo único. A Rede irá divulgar eventos cuja temática seja a sustentabilidade, as boas práticas desenvolvidas neste campo, notícias e informes.

### Seção IV

#### Do Certificado de Sustentabilidade e do Selo A3P

Art. 13. Quando da assinatura do Termo de Adesão, o Programa A3P concederá à instituição o Certificado de Sustentabilidade na Administração Pública.

Parágrafo único. O Certificado terá prazo de validade igual ao do Termo de Adesão.

Art. 14. Anualmente o Programa A3P atribuirá o Selo A3P, com validade para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Parágrafo único. Fará jus ao Selo A3P a instituição pública que:

I - possua o Termo de Adesão vigente;

II - preencha e encaminhe os dados do RESSOA até 31 de março do ano subsequente.

### Seção V

#### Do Prêmio A3P de Melhores Práticas de Sustentabilidade

Art. 15. O Prêmio A3P de Melhores Práticas de Sustentabilidade tem como finalidades:

I - reconhecer o mérito das iniciativas das instituições do setor público na promoção e na prática da A3P;

II - estimular a implementação de iniciativas sustentáveis e inovadoras de gestão socioambiental que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do servidor, do ambiente organizacional e do meio ambiente;

III - compartilhar informações que sirvam de inspiração ou referência para iniciativas de outras instituições; e

IV - encorajar e recompensar as instituições que possuem compromisso com a implementação da A3P.

Parágrafo único. A Premiação da A3P será realizada a cada dois anos, sempre em anos pares, podendo a coordenação do Programa A3P adaptar o calendário por motivo de força maior.

Art. 16. O Prêmio A3P será estabelecido por categorias associadas aos eixos temáticos da Agenda A3P, definidas em Regulamento próprio.

Art. 17. Somente podem concorrer ao Prêmio A3P, órgãos, entidades e instituições públicas que possuam, vigente, o Termo de Adesão.

Parágrafo único. Uma das categorias será reservada aos órgãos públicos que ainda não têm o Termo de Adesão ao Programa, desde que estejam cadastrados na Rede A3P.

Art. 18. A coordenação do Programa A3P divulgará, da forma mais ampla possível, o período de inscrição para o Prêmio.

Art. 19. A cada edição, a A3P produzirá o Regulamento do Prêmio e lhe dará a máxima visibilidade.

Art. 20. Para julgar as iniciativas concorrentes ao Prêmio, a coordenação do Programa A3P instituirá Comissão Julgadora, formada por especialistas, técnicos ou estudiosos, com total autonomia para selecionar e indicar os premiados.

Art. 21. À Comissão Julgadora cabe:

I - avaliar e julgar as iniciativas inscritas; e

II - selecionar as finalistas.

Art. 22. A Comissão Julgadora deve avaliar as iniciativas concorrentes ao Prêmio de acordo com os seguintes critérios:

I - impactos ambientais da iniciativa: os benefícios ambientais gerados com a implantação da iniciativa, em termos qualitativos e quantitativos;

II - caráter social: benefícios sociais gerados, direta ou indiretamente, para a instituição e para a sociedade, com a implantação da iniciativa;

III - caráter econômico: benefícios econômicos gerados para a instituição e para a sociedade;

IV - inovação: iniciativas inovadoras que promovam a modernização da gestão e gerem benefícios para a instituição e para a sociedade, signifiquem redução dos impactos ambientais negativos, ganhos econômicos e/ou sociais;

V - relevância: benefícios gerados em termos de saúde, proteção do meio ambiente, economia dos recursos públicos;

VI - institucionalização: inserção da iniciativa à cultura institucional; e

VII - integração: incorporação servidores, envolve outras áreas da instituição com a implantação da iniciativa.

Seção VI

Do Fórum A3P

Art. 23. O Fórum da A3P é evento destinado a promover o debate sobre temas que tratem da gestão socioambiental na Administração Pública.

Art. 24. O Fórum tem os seguintes objetivos específicos:

I - dar visibilidade às ações socioambientais implementadas pelas instituições públicas;

II - estimular a implementação de iniciativas inovadoras de gestão ambiental que contribuam para a melhoria do ambiente organizacional e do meio ambiente;

III - encorajar os esforços das instituições públicas que possuem compromisso com a implementação de ações e projetos de sustentabilidade;

IV - sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental;

V - promover a inserção da responsabilidade socioambiental no setor público; e

VI - promover o debate e a troca de experiências entre as instituições públicas.

Art. 25. O Fórum da A3P será realizado a cada dois, concomitante ao Prêmio A3P.

Seção VII

Das Publicações e outros meios de divulgação

Art. 26. O Programa A3P produzirá, com recursos próprios ou de parceiros, folders, folhetos, cartilhas, manuais, livros, boletins, artigos, adesivos, material didático para cursos presenciais e à distância, informações para a Internet e para a Rede A3P, na forma de impresso ou digitalizado, ou por outros meios de divulgação que se façam necessários.

§ 1º O Programa A3P constituirá uma biblioteca básica que servirá de referência bibliográfica, com foco nos Eixos Temáticos, disponibilizada para o público interno e externo ao Ministério do Meio Ambiente.

§ 2º O Programa A3P produzirá apostilas de caráter didático para serem utilizadas nos cursos de capacitação.

§ 3º Todo material de divulgação produzido pela A3P, estará, obrigatoriamente, disponível no portal da A3P (a3p.mma.gov.br), sendo de livre acesso à sociedade.

§ 4º É livre a cópia e impressão das publicações da A3P, desde que citada a fonte.

#### Seção VIII

#### Sistema de Responsabilidade Socioambiental - RESSOA

Art. 27. O RESSOA, Sistema de Responsabilidade Socioambiental, é um sistema de monitoramento online disponibilizado pelo Ministério do Meio Ambiente para os órgãos que fizerem a adesão ao Programa A3P.

§ 1º O acesso e uso do RESSOA é exclusivo para quem tem o Termo de Adesão à A3P.

§ 2º É vetado o envio de relatórios de monitoramento impressos para a A3P.

Art. 28. O Ministério do Meio Ambiente é responsável pela administração, manutenção e atualização do sistema RESSOA.

Parágrafo único. O sistema RESSOA irá assegurar ao usuário o livre acesso aos seus dados, em qualquer tempo, permitindo fazer as alterações que considere necessárias.

### CAPÍTULO VI DA DISSEMINAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM A3P

Art. 29. Para divulgar, capacitar e promover a implementação da A3P serão usados os seguintes meios:

I - produção de material de divulgação;

II - divulgação nas mídias disponíveis, incluindo as redes sociais;

III - divulgação na Rede A3P;

IV - mobilização de municípios, estados e instituições para conhecimento e formalização de parcerias com o Programa; e

V - promoção ou participação em cursos, capacitações, palestras, treinamentos, seminários, debates e demais eventos que promovam a sustentabilidade.

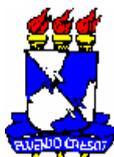
Art. 30. O Programa A3P poderá oferecer suporte técnico ao órgão que formalizar sua adesão ao Programa, na forma de consultoria, via internet, por telefone ou presencial, por curso de capacitação, palestra e distribuição de material didático.

Art. 31. O Programa A3P promoverá cursos, treinamentos e capacitações, presenciais ou à distância, para orientar e qualificar a realização do diagnóstico socioambiental do órgão, a definição das ações prioritárias, a elaboração do programa de gestão socioambiental, a elaboração do plano de sensibilização, o monitoramento e avaliação da implantação do Programa A3P, a difusão do conhecimento relativo aos eixos temáticos da A3P.

Parágrafo único. A Coordenação do Programa A3P capacitará preferencialmente gestores de órgãos públicos e servidores públicos.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada

ANEXO C– Portaria nº0420/GR/UFS, de 23 de fevereiro de 2012



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
GABINETE DO REITOR**

**PORTARIA Nº 0420, de 23 de fevereiro de 2012**

Institui o Programa UFS Ambiental.

**O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**, no uso de suas Atribuições legais e considerando que:

- é dever da Universidade estimular, promover e apoiar a sustentabilidade socioambiental, através de atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão compartilhada e integrada de resíduos;
- a Universidade deve estabelecer política interna de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, visando estimular a implantação de práticas sustentáveis em todos os seus setores;
- devem ser estabelecidos mecanismos de fomento ao desenvolvimento de projetos a área socioambiental, englobando aspectos de pesquisa, ensino, extensão e gestão cotidiana da Universidade;
- deve ser desenvolvida ação conjunta entre Administração Central, Administração dos *Campi*, Unidades, Órgãos e Comunidade UFS, de modo a assegurar uma gestão ambiental integrada e eficaz na Universidade,

**RE S O L V E:**

Art. 1º - Fica instituído, na Universidade Federal de Sergipe, o Programa Permanente para assuntos relativos à Gestão e Educação Ambiental no âmbito da Universidade, doravante denominado **Programa UFS Ambiental**;

Art.2º- É Missão do Programa **UFS Ambiental**: contribuir para a construção de sociedades sustentáveis através de ações voltadas à minimização de resíduos, à proteção do meioambiente, à melhoria da qualidade de vida e à formação de recursos humanos comprometidos com tais objetivos;

Art. 3º - São Princípios do Programa UFS Ambiental: a Participação, o Pertencimento, a Autonomia, as Tecnologias ambientalmente adequadas e o Princípio dos 5 Rs (Reduzir, Reutilizar, Recuperar, Renovar e Reciclar);

Art.4º- São Diretrizes do Programa UFS Ambiental:

- I- Propor políticas para a gestão ambiental da UFS;
- II- Estimular a comunidade UFS a incorporar valores, atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, em especial, a minimização na

geração de resíduos;

III- Colaborar para a capacitação do quadro de funcionários na incorporação de boas práticas socioambientais;

IV- Contribuir para o estabelecimento de políticas de conservação, recuperação, melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida na UFS e na sociedade;

V- Promover a consolidação do processo de gestão compartilhada e integrada de resíduos na UFS, tornando-o exemplo de boas práticas para a sociedade;

VI- Apoiar e fomentar a promoção de iniciativas socioambientais que articulem aspectos de pesquisa, ensino, extensão e gestão.

Art.5º- Compõem o Programa:

I. O Coordenador Geral;

II. O Grupo Gestor;

III. Os Representantes dos *Campi*;

IV. As Comissões dos *Campi*.

Parágrafo único – O Coordenador Geral será designado pelo Reitor. O Comitê Gestor e os Representantes dos *Campi*, aos quais se referem os incisos II e III, serão designados pelo Coordenador Geral. As Comissões dos *Campi* serão designadas pelos Representantes dos *Campi*.

Art.6º- Ao Coordenador Geral cabe:

I. Zelar e fazer cumprir os Princípios e Diretrizes estabelecidos para o programa e que visem alcançar sua Missão;

II. Coordenar o Grupo Gestor.

Art.7º-Ao Grupo Gestor, instância de planejamento do Programa, cabe:

I. Criar mecanismos de planejamento estratégico, gestão e avaliação do Programa;

II. Elaborar e executar planejamento anual das ações e proposta orçamentária do Programa;

III. Elaborar relatórios anuais de atividades e apresentá-lo à UFS;

IV. Avaliar e aprovar os projetos apresentados pelas Comissões dos *Campi*;

V. Definir a constituição de Grupos de Trabalho temáticos, de acordo com as necessidades do Programa;

VI. Indicar o Coordenador de cada Grupo de Trabalho;

VII. Promover a articulação entre as demais instâncias do Programa, bem como os Grupos de Trabalho constituídos;

VIII. Identificar e disponibilizar para as demais instâncias do Programa as legislações vigentes municipais, estaduais e federais sobre resíduos, que darão orientações aos projetos a serem desenvolvidos;

IX. Articular, interna e externamente, parcerias com instituições públicas e/ou privadas, nacionais e/ou internacionais.

Art.8º- O Grupo Gestor terá a seguinte composição:

I. O Coordenador do Grupo Gestor;

- II. Os Representantes do Programa nos *campi* de São Cristóvão, Lagarto, Laranjeiras, Itabaiana e Aracaju, designados pelo Coordenador Geral;
  - III. O Diretor da Educação Ambiental;
  - IV. O Diretor de Comunicação.
- §1º- O Grupo Gestor deverá reunir-se cadadoismeses, pelo menos.  
 §2º- Caberá ao Diretor de Comunicação assessorar a gestão operacional do Grupo Gestor.

Art.9º- Aos Representantes do Programa nos *Campi* cabe:

- I. Definir os papéis e atribuições de seus membros;
- II. Articular e facilitar a interação entre as Comissões e o Grupo Gestor;
- III. Promover articulações institucionais locais, tanto internas quanto externas à UFS, respeitando os princípios, missão e diretrizes do Programa UFS Ambiental, acima citados;
- IV. Elaborar, em conjunto como Grupo Gestor, o planejamento das ações estratégicas locais, seguindo os princípios, missão e diretrizes do Programa UFS Ambiental;
- V. Avaliar, apreciar e apoiar projetos que venham a ser submetidos no âmbito do *Campus* de origem;
- VI. Apoiar e participar das ações propostas por Grupo(s) de Trabalho;
- VII. *Colaborar com outras* Comissões Locais, trocando experiências e compartilhando informações de interesse à efetivação do Programa na Universidade;
- VIII. Elaborar relatório anual a ser submetido ao Grupo Gestor;
- IX. Zelar pela implementação e execução dos projetos e propostas elaborados pelo(s) Grupo(s) de Trabalho(s) aprovados pelo Grupo Gestor em planejamento anual;
- X. Propor ao Programa projetos de pesquisas temáticas que envolvam estudantes, técnicos e docentes.

Art.10º- Cada Comissão dos *Campi* terá a seguinte composição:

- I. Um representante discente, preferencialmente ligado a agremiações estudantis (Centros Acadêmicos e/ou Associações Atléticas) e/ou ao Programa UFS Ambiental;
  - II. Um representante dos Técnicos Administrativos;
  - III. Um representante dos Docentes;
- § 1º - Caberá ao Representante de cada *Campi* avaliar a atuação dos membros participantes das Comissões, submetendo-a ao Grupo Gestor para avaliação, e encaminhar ao Coordenador Geral do Programa para substituição, se necessário.

Art.11º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE, DÊ SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.**

Prof.Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho  
**REITOR**